UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARINA GRIGORIO BARBOSA DE SOUSA

MARGENS ANCESTRAIS:
HISTÓRIA, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA DOS QUILOMBOS NOS RIOS ARAGUAIA-TOCANTINS
(1988-2023)

NITERÓI-RJ
2023

MARINA GRIGORIO BARBOSA DE SOUSA

MARGENS ANCESTRAIS:
HISTÓRIA, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA DOS QUILOMBOS NOS RIOS ARAGUAIA-TOCANTINS
(1988-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Gragoatá (RJ), para obtenção do título de Doutora em História.
Área de Concentração: Contemporânea III.

Orientadora: Profª. Drª. Hebe Mattos.

NITERÓI-RJ
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S725m Sousa, Marina Grigorio Barbosa de
Margens Ancestrais: : História, Territorialidade e Memória dos Quilombos nos Rios Araguaia-Tocantins (1988-2023) / Marina Grigorio Barbosa de Sousa. - 2023.
265 f.: il.

Orientador: Hebe Maria Da Costa Mattos Gomes De Castro.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Fronteira. 2. Memória. 3. Quilombo. 4. Produção intelectual. I. Maria Da Costa Mattos Gomes De Castro, Hebe, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARINA GRIGORIO BARBOSA DE SOUSA

MARGENS ANCESTRAIS:
HISTÓRIA, TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA DOS QUILOMBOS NOS RIOS ARAGUAIA-TOCANTINS
(1988-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Gragoatá (RJ), para obtenção do título de Doutora em História.
Área de Concentração: Contemporânea III.
Orientadora: Profª. Drª. Hebe Mattos.

Data de Defesa/Aprovação: 31/08/2023.

Banca Examinadora

_____
Profª. Drª. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

_____
Profª. Drª. Martha Campos Abreu (Examinadora titular interno)
Universidade Federal Fluminense

_____
Profª. Drª. Daniela Paiva Yabeta de Moraes (Examinadora titular externa)
Universidade Federal da Fronteira Sul

_____
Profª. Drª. Rita de Cássia Domingues Lopes (Examinadora titular externa)
Universidade Federal do Norte do Tocantins

_____
Profª. Drª. Maria de Fátima Oliveira (Examinadora titular externa)
Universidade Estadual de Goiás

À minha família: Célia, Mário, Ana Karolina, Luís Predrag e Eddie Murphy 🐾, minha base, minha sustentação e minha inspiração para buscar continuamente ser uma pessoa melhor.

Às comunidades contempladas neste estudo, que me possibilitaram muito aprendizado e acesso a fontes de saberes inestimáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus Orixás, pela minha vida, e por me permitir confiar e não renunciar ao controle do propósito a ser alcançado. Bem-aventurado aquele que honra ao sagrado e que respeita os ritos. Laroyê!

Agradeço aos meus pais, Célia e Mário, que sempre acreditaram em mim, incentivaram cada caminho que me propus a seguir e contribuíram com carinho, paciência e apoio para a realização desta pesquisa. Também agradeço à minha irmã, Ana Karolina, pela escuta em todos os momentos, dando-me força e me ajudando a seguir. Obrigada pelo maior presente que já ganhei na vida: o Luís foi o nosso maior sopro de esperança em meio à pandemia.

Agradeço à minha orientadora, Professora Drª. Hebe Mattos, a quem sempre admirei. Sou bastante grata por ter acreditado no meu projeto e por ter compartilhado momentos de angústia durante a tarefa solitária de escrita da tese. Obrigada pelo apoio na consecução, na realização e no aperfeiçoamento final do trabalho.

Em meio ao isolamento inerente à pesquisa, a aflição foi acentuada com a pandemia de Covid-19. Contudo, após dois anos, esse sentimento cedeu lugar à esperança possibilitada pela ciência. Por meio da vacina, foi permitida a participação de muitas pessoas, com as quais tive a satisfação de ter contato, conhecendo e reforçando laços de afeto.

Agradeço aos meus grandes amigos, em especial José Augusto Ribas Miranda, que sempre acreditou no meu potencial e me ofereceu apoio, conselhos, morada e companhia, tanto antes do ingresso quanto durante todo o meu trilhar no doutorado. Graças a nossa profunda amizade, a parceria para esta pesquisa foi possibilitada. Também sou grata ao Rafael Petry Trapp, por desbravarmos juntos algumas das etapas do trabalho de campo. Obrigada pela lente sensível e pelo resultado visual que obtivemos neste estudo sutil e que gerou uma experiência incrível.

Agradeço ao querido amigo Gilson Plano, com quem foi possível partilhar anseios, sugestões e importantes problemáticas sobre esta tese. Nossos caminhos foram constantemente um encontro fraterno, e é muito gratificante compartilhar mais uma etapa memorável da vida com você.

Agradeço a minha grande amiga Carla Daniele dos Santos, pela morada provisória em um momento de transição decisivo para a consecução final deste trabalho. Você é incrível e ter sua amizade me fortalece ainda mais.

Agradeço especialmente ao meu marido, David do Carmo de Lucena, em quem pude reconhecer o amor, assim como acreditar na possibilidade de sonhar e realizar juntos. Você foi meu maior presente no Rio de Janeiro, te amo.

Não quero esquecer ou deixar de mencionar nenhuma amizade que alicerçou e me foi emocionalmente importante para não surtar frente ao caos que foi estar na pós-graduação durante o período pandêmico. Por isso, estendo meus agradecimentos a toda a rede de apoio que tenho em Goiás, no Tocantins e agora também no Rio de Janeiro.

Às professoras que prestigiaram minha banca de qualificação, Profª. Drª. Daniela Yabeta e Profª. Drª. Rita Lopes, agradeço pelas sugestões e pela leitura sensível do meu trabalho, que me ajudaram bastante a tomar fôlego para continuar.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (UFF), pela excelência, pelo apoio e pela possibilidade de me auxiliar na realização deste sonho. Também estendo o agradecimento à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), pelo apoio ao docente, o que me permitiu, frente a um governo negacionista e genocida, não ficar desamparada e seguir adiante.

Por fim, agradeço imensamente a toda a Comunidade Quilombola do Claro, Prata e Ouro Fino e à Comunidade Quilombola Dona Juscelina, por terem me permitido conhecê-los, tomar um café em suas casas, conversar, sorrir, chorar, acalmar a ansiedade ao som das águas calmas dos rios Claro, Prata e Muricizal. Tive a imensa honra de conhecer Dona Juscelina Gomes (*in memorian*), Fátima Barros (*in memorian*) e Griô Cícera (*in memorian*), que infelizmente nos deixaram um pouco antes de um reencontro da pesquisa acontecer. Elas são exemplos de lutas e vozes femininas que ecoam e transmitem a mensagem de que parar não é uma opção, e quando nos movimentamos, estruturas estremecem.

Saio deste doutorado completamente diferente de como entrei. Pelo conhecimento adquirido, pela escuta sensível promovida, por cada narrativa transcrita, por cada celebração e por cada festividade partilhadas, meu muito obrigada.

“Da África chegaram, ao nosso continente, centenas, milhares de povos distintos, de culturas diferentes...
mas a América, por certo, unificou estas famílias, unificou estas nações, ao dar-nos um só destino em torno à luta comum pela libertação de nossa raça.”

(Maria Beatriz Nascimento, em *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual*: *possibilidade nos dias de destruição* (2018), p. 7)

RESUMO

A construção ideológica da historiografia tocantinense não comtempla, de forma fidedigna, a importância da presença e da luta negra na constituição e na emancipação política do estado. Tendo isso em vista, esta tese tem como foco compreender a construção identitária dos sujeitos ribeirinhos quilombolas tocantinenses, partindo de uma realidade entrelaçada por rios, matas, estradas, memórias e histórias de luta. Sujeitos estes que se articulam e vivem uma constante luta – primeiro por autonomia, depois para que o Estado cumpra seu papel de democratização social. Nesse sentido, é importante pensar nos rios e nas identidades quilombolas como metáforas que se encontram, se aproximam e se relacionam na temporalidade difusa da ancestralidade negra no Tocantins. Essa reflexão remete ao conceito de margem enquanto fronteira ambígua, que partilha do processo histórico, que representa identidade e diferença, exclusão e inclusão. Margem da história, margem do tempo e margem ancestral. Ao mesmo tempo em que são mulheres e homens negros que viveram em um período marcado por forte racialização das relações sociais, também são sujeitos que passaram por trajetórias de exceção. Assim, pensar seus caminhos, traçados dentro de um projeto maior, permite lançar novas bases para uma análise crítica da história dos primeiros anos de redemocratização brasileira, abrangendo 1988, o ano de criação do Tocantins. Nessa perspectiva, as territorialidades negras e a politização da consciência das fronteiras apresentam-se como experiências sociais passíveis de novas reinterpretações. Todo o processo desta pesquisa buscou compreender a lógica de “territorialidades em movimento”, considerando a luta e a resistência dos quilombolas em seus fluxos migratórios, além do modo como essas comunidades vêm se reafirmando no presente processo de incorporação do Tocantins contemporâneo. A metodologia da história oral possibilitou a este trabalho conhecer, reunir e promover entrevistas com lideranças quilombolas da região Sudeste e Norte do Tocantins e representante quilombola da COEQTO, que juntamente com outras fontes históricas, auxiliaram enquanto material necessário para elaboração de uma história social de parte do movimento quilombola contemporâneo tocantinense. As dinâmicas envolvendo a compreensão dos limites de territorialidade, identidade e movimento perpassam questões culturais, históricas e sociais dos grupos que habitam esse território. Em um recorte específico para a pesquisa, a partir das comunidades estabelecidas e certificadas, destacamos as que estão margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins. Compreender os processos coloniais advindos da navegabilidade e da promoção de uma memória coletiva de resistência transforma o trajeto do rio e sua rota de navegação em partes importantes da nossa história. Não por acaso, inúmeros quilombos se ergueram às margens dessas águas.

Palavras-chave: territorialidades; fronteira; história social; memória; quilombo.

ABSTRACT

The ideological construction of Tocantins historiography does not reliably contemplate the importance of the black presence and struggle in the constitution and political emancipation of the state. With this in mind, this thesis focuses on understanding the identity construction of riverside quilombola subjects in Tocantins, starting from a reality intertwined by rivers, forests, roads, memories, and stories of struggle. These subjects are articulated and live a constant struggle – first for autonomy, then for the State to fulfill its role of social democratization. In this sense, it is important to think of rivers and quilombola identities as metaphors that meet, approach and relate to each other in the diffuse temporality of black ancestry in Tocantins. This reflection refers to the concept of margin as an ambiguous frontier, which shares the historical process, which represents identity and difference, exclusion and inclusion. Edge of history, edge of time and ancestral edge. At the same time that they are black men and women who lived in a period marked by the strong racialization of social relations, they are also subjects who have gone through exceptional trajectories. Thus, thinking about their paths, traced within a larger project, allows us to lay new foundations for a critical analysis of the history of the first years of Brazilian redemocratization, covering 1988, the year of creation of Tocantins. From this perspective, black territorialities and the politicization of frontier consciousness are presented as social experiences subject to new reinterpretations. The whole process of this research sought to understand the logic of “territorialities in motion”, considering the struggle and resistance of the quilombolas in their migratory flows, in addition to the way in which these communities have been reaffirming themselves in the present process of incorporation of contemporary Tocantins. The oral history methodology enabled this work to meet, gather and promote interviews with quilombola leaders from the Southeast and North of Tocantins and the quilombola representative of COEQTO, who, together with other historical sources, served as necessary material for the elaboration of a social history of part of the contemporary quilombola movement in Tocantins. The dynamics involving the understanding of the limits of territoriality, identity and movement pervade cultural, historical and social issues of the groups that inhabit this territory. In a specific cut for the research, from the established and certified communities, we highlight those that are bordered by the Araguaia-Tocantins Basin. Understanding the colonial processes arising from navigability and the promotion of a collective memory of resistance transforms the river's path and its navigation route into important parts of our history. Not by chance, countless quilombos were built on the banks of these waters.

Keywords: territorialities; frontier; social history; memory; quilombo.

RÉSUMÉ

La construction idéologique de l'historiographie du Tocantin n'envisage pas de manière fiable l'importance de la présence et de la lutte des Noirs dans la constitution et l'émancipation politique de l'État. Dans cette optique, cette thèse se concentre sur la compréhension de la construction identitaire des sujets quilombolas riverains du Tocantins, à partir d'une réalité entrelacée de rivières, de forêts, de routes, de souvenirs et d'histoires de lutte. Ces sujets s'articulent et vivent une lutte constante – d'abord pour l'autonomie, puis pour que l'État remplisse son rôle de social-démocratisation. En ce sens, il est important de penser les fleuves et les identités quilombola comme des métaphores qui se rencontrent, se rapprochent et se rapportent dans la temporalité diffuse de l'ascendance noire dans les Tocantins. Cette réflexion renvoie au concept de marge comme frontière ambiguë, qui partage le processus historique, qui représente l'identité et la différence, l'exclusion et l'inclusion. Bord de l'histoire, bord du temps et bord ancestral. En même temps qu'il s'agit d'hommes et de femmes noirs qui ont vécu dans une période marquée par la forte racialisation des rapports sociaux, ce sont aussi des sujets qui ont traversé des trajectoires exceptionnelles. Ainsi, réfléchir à leurs parcours, tracés dans un projet plus large, permet de poser de nouvelles bases pour une analyse critique de l'histoire des premières années de la redémocratisation brésilienne, couvrant 1988, année de création des Tocantins. Dans cette perspective, les territorialités noires et la politisation de la conscience frontalière sont présentées comme des expériences sociales sujettes à de nouvelles réinterprétations. L'ensemble du processus de cette recherche a cherché à comprendre la logique des "territorialités en mouvement", compte tenu de la lutte et de la résistance des quilombolas dans leurs flux migratoires, ainsi que de la manière dont ces communautés se sont réaffirmées dans le processus actuel d'incorporation. des Tocantins contemporains. La méthodologie de l'histoire orale a permis à ce travail de rencontrer, rassembler et promouvoir des entretiens avec les dirigeants quilombolas du sud-est et du nord du Tocantins et le représentant quilombola du COEQTO, qui, avec d'autres sources historiques, ont servi de matériel nécessaire à l'élaboration d'une histoire sociale. d'une partie du mouvement quilombola contemporain du Tocantins. Les dynamiques de compréhension des limites de la territorialité, de l'identité et du mouvement traversent les enjeux culturels, historiques et sociaux des groupes qui habitent ce territoire. Dans une coupe spécifique pour la recherche, parmi les communautés établies et certifiées, nous mettons en évidence celles qui sont bordées par le bassin Araguaia-Tocantins. La compréhension des processus coloniaux découlant de la navigabilité et la promotion d'une mémoire collective de la résistance transforment le parcours du fleuve et sa voie de navigation en éléments importants de notre histoire. Ce n'est pas par hasard que d'innombrables quilombos ont été construits sur les rives de ces eaux.

Mots clés: territorialités ; frontière; histoire sociale; mémoire; quilombo.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Proporção Cartográfica de como se configurava a Capitania de Goiás 32
Mapa 2 – Hidrovia do rio Tocantins 50
Mapa 3 – Terras quilombolas: tituladas e em processo no Incra 76
Mapa 4 – Comunidades quilombolas certificadas no Tocantins 84
Mapa 5 – Comunidades quilombolas contempladas pela pesquisa 88
Mapa 6 – Localização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina 91
Mapa 7 – Áreas de uso legal restrito, potenciais para conservação ambiental 107
Mapa 8 – Trajetória espacial e migratória percorrida pela matriarca Dona Juscelina .190
Mapa 9 – Área urbana de Muricilândia e rota do cortejo da Alvorada de Abolição 212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ações que resultaram na criação do estado do Tocantins ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX 37-38
Quadro 2 – Número de certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), com publicação no DOU de 20/01/2022 74
Quadro 3 – Comunidades quilombolas certificadas até 2022 no Tocantins.....81-82
Quadro 4 – Andamento dos processos de titulação quilombola no Tocantins 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notificações e casos confirmados de Covid-19 dos povos quilombolas da região norte, entre março de 2021 e julho de 2022 136
Tabela 2 – Total de doses de vacina contra a Covid-19 aplicadas na população quilombola na região norte até setembro de 2022 137
Tabela 3 – Casos confirmados, recuperados e óbitos por Covid-19 nos municípios de Muricilândia e Paranã, no Tocantins, entre março de 2021 e maio de 2023 142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Doses aplicadas em quilombolas nos municípios (TO) contemplados pelo estudo 138
Gráfico 2 – Doses aplicadas de acordo com a faixa etária 138

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Proposta de bandeira do Tocantins, idealizada por Feliciano Machado Braga 40
Imagem 2 – “Estou goiano, mas sou tocantinense” 45
Imagem 3 – Repartição de polícia, jornal *Treze de Maio* 53
Imagem 4 – Navegação a vapor para Cametá 56
Imagem 5 – Capa do fascículo publicado pelo PNCSA pertencente ao projeto “Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central” 116
Imagem 6 – Alerta na entrada do Quilombo Pitimandeua, Inhangapi-PA 132
Imagem 7 – Divulgação de *live* com a matriarca da Comunidade Dona Juscelina em parceria com o curso de História da UFT, mediada por Ludmila Carvalho dos Santos, representante da Juventude Quilombola..... 144
Imagem 8 – Divulgação e *print* da *live* com participação da Juventude Quilombola com o tema “Juventude herdeira da memória ancestral” 145

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2 – Rio da Prata, que margeia a direita do território das comunidades .89

Fotografia 3 – Senhor Gustavo apontando no mapa rota das comunidades para o povoado de Campo Alegre 90

Fotografias 4 e 5 – Rio Muricizal, popularmente conhecido como rio Murici 92

Fotografia 6 – Vista da Serra do Mocambo a partir do povoado de Campo Alegre, Paranã-TO 109

Fotografias 7 e 8 – Colheita manual de produção de arroz na Comunidade do Claro, Paranã-TO 110

Fotografia 9 – Confecção artesanal de rede de pesca na Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO 110

Fotografia 10 – Projeto Nova Cartografia Social do Tocantins, Comunidade Quilombola Dona Juscelina 117

Fotografia 11 – Público do 49º Festejo de Abolição do Quilombo Dona Juscelina, Muricilândia-TO 118

Fotografia 12 – Griô Rosa Mirtes Pereira, ao microfone, acompanhada dos demais Griôs do Conselho da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ)...118

Fotografia 13 – Território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina 119

Fotografias 14 e 15 – Raimundo Barros e Fátima, lideranças quilombolas da Comunidade Ilha de São Vicente, Araguatins-TO 134

Fotografias 16 e 17 – Alvorada da Abolição do 48º Festejo de Abolição da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, Muricilândia-TO.....147

Fotografia 18 – Registro de Dona Juscelina, proferindo um dos cânticos do cortejo da Alvorada de Abolição 147

Fotografia 19 – Dona Juscelina, *in memorian* (24/10/1930–04/07/2021) 157

Fotografia 20 – Representantes do Conselho de Griô, Seu Geraldo, Dos Santos e Seu Dadá, recebendo o título de Doutora *Honoris Causa* concedido à matriarca Dona Juscelina 158

Fotografias 21 e 22 – Procissão Noturna do Reisado em homenagem a São Sebastião, povoado de Campo Alegre, Paranã-TO 159-160

Fotografia 23 – Rio Paranã ao entardecer 161

Fotografia 24 – Confluência dos rios Palma e Paranã, em vista aérea da cidade-sede do município 164

Fotografia 25 – Transporte coletivo com rota de Paranã-TO ao povoado de Campo Alegre-TO.....169

Fotografia 26 – Traseira do ônibus (imagem recortada e ampliada da foto anterior)...169

Fotografia 27 – Registro de lazer no campo de futebol de areia, povoado de Campo Alegre-TO 171

Fotografias 28 e 29 – Seu Zé Torres com os bisnetos durante pausa na colheita de arroz na Comunidade do Claro..... 175

Fotografia 30 – Margens do rio Claro, Paranã-TO 175

Fotografia 31 – Artesã Dona Isabel posa para foto junto de sua neta com suas peças de barro 178

Fotografia 32 – Registro de banho nas águas da Cachoeira do Engenho, Comunidade Quilombola do Claro, Campo Alegre-TO 181

Fotografia 33 – Registro de salto em uma das quedas da Cachoeira do Engenho, Comunidade Quilombola do Claro, Campo Alegre-TO 183

Fotografia 34 – Griô Dadá e um dos pés de murici da praça central da cidade, Muricilândia-TO 186

Fotografia 35 – Barcos de cocho pousados às margens do rio Muricizal, Muricilândia-TO 193

Fotografia 36 – Ribeirinha limpando pescado de mandi no rio Muricizal, Muricilândia-TO 193

Fotografia 37 – Banho no rio Murici após o Festejo de Abolição 196

Fotografia 38 – Negras mariamas dançam durante o encerramento do 49º Festejo de Abolição, Quilombo Dona Juscelina 204

Fotografia 39 – Foliões e o alfere em cortejo à bandeira, no Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora de Abadia, Campo Alegre-TO 205

Fotografias 40 e 41 – VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola, Muricilândia/TO 211

Fotografias 42 e 43 – Pintura corporal de carvão e óleo de coco babaçu, para os participantes do Teatro da Abolição, Muricilândia-TO 213

Fotografia 44 – Criança com peneira de palha de coco babaçu durante Teatro da Abolição 214

Fotografias 45 e 46 – Banho no rio Murici após o cortejo do Rebolado ..... 214 - 215

Fotografia 47 – Ludmila, como rainha do Teatro da Abolição, dançando em comemoração à liberdade anunciada, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO 216

Fotografia 48 – Cortejo da Liberdade ou Rebolado, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO 217

Fotografia 49 – Cortejo da Liberdade ou Rebolado, por outro ângulo, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO 218

Fotografia 50 – Devoção e fé no Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO 220

Fotografias 51 e 52 – Procissão Noturna do Festejo de São João Batista e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO 222

Fotografia 53 – Sede da Igreja Católica no povoado de Campo Alegre-TO 222

Fotografias 54, 55 e 56 – Almoço de encerramento do Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO 223

Fotografias 57 e 58 – Rio Palma e barqueiros se aproximando para a procissão fluvial, Paranã-TO 225

Fotografias 59, 60 e 61 – Ornamentação nas embarcações da procissão fluvial, Paranã-TO 226

Fotografia 62 – Procissão fluvial em honra a São João Batista e Divino Espírito Santo, rios Palma e Paranã, Tocantins 227

Fotografia 63 – Imagem aérea do percurso da procissão fluvial no encontro das águas do rio Palma e do rio Paranã, Tocantins 228

Fotografia 64 – Cortejo final do festejo em honra a São João Batista e ao Divino Espírito Santo, Paranã-TO 229

Fotografia 65 – Levantamento do mastro do Divino Espírito Santo, Paranã-TO..... 230

Fotografia 66 – Coroação do Imperador do Festejo do Divino Espírito Santo, Paranã-TO 231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aconeruq – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APA – Área de Preservação Ambiental
ACQDJ – Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina
Asquiccapo – Associação Quilombola das Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino
Cenog – Casa do Estudante do Norte Goiano
CF – Constituição Federal
COEQTO – Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins
Conaq – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Conorte – Comissão de Estudos do Norte Goiano
Consuni – Conselho Universitário
CRQs – Comunidades Remanescentes de Quilombos
DEM – Partido Político DEMOCRATAS
DOU – Diário Oficial da União
FCP – Fundação Cultural Palmares
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICS – Iniciativa Cerrado Sustentável
IN – Instrução Normativa
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA – Instituto Socioambiental
LAI – Lei de Acesso à Informação Pública brasileira
Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará
MMA – Ministério do Meio Ambiente
Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins
OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEAP – Parque Estadual Águas do Paranã

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGCult – Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura e Território

RNDS – Rede Nacional de Dados de Saúde

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SE – Semana Epidemiológica

Seciju – Secretaria de Cidadania e Justiça

Semades – Secretaria de Estado e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Seplan – Secretaria de Planejamento e Orçamento

Sipad – Superintendência de Inclusão de Políticas Afirmativas e Diversidade

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidades de Conservação

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 25
2. PARTE I – FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIOECONÔMICO TOCANTINENSE (ANTIGO NORTE GOIANO) 31
2.1 INTERFACES DA COLONIZAÇÃO: O RIO TOCANTINS E A MARCHA PARA O OESTE DURANTE OS SÉCULOS XVIII-XX 47
2.2 MARGENS, FRONTEIRAS E TERRITÓRIO: HIERARQUIAS SOCIAIS E ETNICIDADE NO TOCANTINS 60
2.3 DIREITO ÉTNICO E LUGAR SÓCIO-HISTÓRICO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO 68
2.4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS NO TOCANTINS E AS COMUNIDADES CONTEMPLADAS PELO RECORTE DA PESQUISA 79
3. PARTE II – RESISTIR PARA CONSTRUIR: MOVIMENTAÇÕES QUILOMBOLAS NO TOCANTINS CONTEMPORÂNEO 94
3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO TOCANTINS: CONSOLIDAÇÃO DA COEQTO 96
3.2 PANDEMIA E NECROPOLÍTICA: ABANDONO, RACISMO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 NOS QUILOMBOS DO TOCANTINS 124
3.3 TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO NO TOCANTINS CONTEMPORÂNEO: MEMÓRIA, NAVEGABILIDADE E RESISTÊNCIA 161
3.4 “INFELIZ DO POVO QUE NÃO SABE DE ONDE VEM”: TEMPORALIDADES E CORRENTEZA ENQUANTO FLUXO DE HISTÓRIAS CONTADAS 196
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 233
5. FONTES CONSULTADAS 243
6. REFERÊNCIAS 249
7. ANEXOS 259

1. INTRODUÇÃO

O trauma colonial que se constituiu no sistema racial é, inegavelmente, atlântico. Configurado como uma imagem violenta e aguda para a população preta e indígena das Américas às profundezas atlânticas, esse trauma compõe a maior metáfora do abismo que o projeto colonial empreendeu. E a travessia não acabou no litoral. Para muitos, o litoral foi o início de outra jornada. O programa colonial de avanço é um projeto ainda em vigor.

Na perspectiva dessa reflexão, esta tese propõe investigar os segmentos em que se estrutura esse programa colonial na lógica de consolidação dos territórios quilombolas que margeiam e perpassam um sistema mercantilista de expropriação e atravessamento do território e da vida desses povos. A construção ideológica da historiografia tocantinense não comtempla, de forma fidedigna, a importância da presença e da luta negra na constituição e na emancipação política do estado. Tendo isso em vista, o presente estudo tem como foco compreender a construção identitária dos sujeitos ribeirinhos quilombolas tocantinenses, partindo de uma realidade entrelaçada por rios, matas, estradas, memórias e histórias de luta.

Para tanto, esta pesquisa concentra-se em reconhecer e analisar esse cenário, em que os sujeitos coletivos se articulam e vivem em uma luta constante – primeiro por autonomia, depois para que o Estado cumpra seu papel de democratização social, para que todos tenham acesso a bens e serviços socialmente produzidos. Ao mesmo tempo em que são homens e mulheres negros e negras que viveram em um período marcado pela forte racialização das relações sociais, são sujeitos que tiveram trajetórias de exceção.

Desse modo, refletir sobre seus caminhos, traçados dentro de um projeto maior, permite lançar novas bases para uma análise crítica da história dos primeiros anos de redemocratização brasileira, abrangendo 1988, o ano de criação do Tocantins. Cabe destacar que esses mesmos personagens tensionam entre territorialidades negras como experiências sociais e como possíveis representações cartográficas. Tendo em conta essa configuração, o estudo foi estruturado em duas partes, de modo a propor uma

perspectiva discursiva sobre a compreensão de como se constitui a organização social do Movimento Quilombola no Tocantins, partindo do princípio da territorialidade.

Os procedimentos metodológicos para a consecução desta pesquisa foram de natureza qualitativa conduzidas com a ênfase na investigação de experiências do cotidiano protagonistas do estudo, dos quais nos possibilitaram a adoção de entrevistas, observações e discussões direcionadas, a partir da perspectiva da História Oral.

Após um longo hiato causado pelos efeitos da pandemia do COVID-19, que comprometeram diretamente o percurso metodológico da pesquisa, entre abril de 2022 e junho de 2023 foram realizadas 15 entrevistas[1] – totalizando 625 minutos de gravação, tornando-se assim possível compreender a composição do quadro de estratégias e formas de articulação desses sujeitos, possibilitando de certa forma analisar a constituição desse movimento no Estado.

A questão da memória, nesse sentido, emerge para entrelaçar os rios e as identidades quilombolas como metáforas que se encontram, se aproximam e se relacionam na temporalidade difusa da ancestralidade negra no Tocantins. Essa reflexão remete ao conceito de margem enquanto fronteira ambígua, que partilha do processo histórico, que representa identidade e diferença, exclusão e inclusão. Margem da história, margem do tempo e margem ancestral.

Para o conceito de margens ancestrais, que se encontram, obtivemos escuta sensível de diferentes memórias, que nos coloca em alerta ao que Alessandro Portelli (1996) afirma:

> Memória Dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1996, p. 106).

[1] Com todos os entrevistados foi lido, explicado e comum acordado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que consta no primeiro documento anexado a este trabalho. Preservamos os dados disponibilizados pela assinatura do documento, ficando somente documentado para posterior publicização da pesquisa.

A História Oral se enquadrou enquanto percurso indicativo para se estabelecer essa análise. Segunda Alberti (2004) a História Oral,

> É especialmente indicada para o estudo da histórica política, entendida não só como história dos “grandes homens” e “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância de ações dos indivíduos e de suas estratégias. Através de entrevistas de história oral, é possível reconstruir redes de relação, formas de socialização, bem como investigar estilos políticos específicos a indivíduos e grupos (ALBERTI, p. 24/25).

Assim os relatos orais foram importantes, pois nos auxiliaram na busca de noções adquiridas tendo por base a experiência vivida, como o conhecimento adquirido. Possibilitar a metodologia da História Oral em consonância com a análise dos dados e fontes documentais para a consecução desta pesquisa é permitir conhecer realidades sociais através de narrativas históricas de negros e negras no Tocantins inseridos em um contexto político de debate interraciais enquanto uma construção sócio-histórica.

A primeira parte está subdividida em quatro sessões. A proposta é que a discussão se inicie abordando a concepção da formação do espaço socioeconômico tocantinense, em intrínseca ligação com seu contexto histórico. A partir disso, procuramos identificar quais sujeitos históricos compõem esse processo. Então, buscamos analisar a noção de dominação e exploração do negro escravizado. Isso porque, durante esse processo, cria-se uma estrutura de hierarquia social que gradualmente confirma o lugar sócio-histórico do povo preto e remanescente quilombola na estruturação política tocantinense.

Na sessão “Interfaces da colonização: o rio Tocantins e a marcha para o oeste durante os séculos XVIII-XX”, buscamos reconhecer as comunicações providas pela história das águas que intercruzam todo o estado e que nos levam a focalizar os povos que ali adentravam e sobreviviam por meio do rio. Assim, evidências materiais da empreitada colonial são também indicativas de uma memória de resistência, de proteção do rio e da floresta, de produção de subjetividade e continuidade de vida. Ainda hoje, a luta pelo reconhecimento de terras quilombolas continua por todo o curso do rio. Muitas vezes, a resistência negra se aproxima da luta indígena e dos saberes advindos da floresta.

Com o auxílio de teóricos e historiadores como Pinto (1979), Apolinário (2004), Loiola (2009; 2010), Giraldin (2004) e Karasch (1996; 2021), a sessão “Margens,

fronteiras e território: hierarquias sociais e etnicidade no Tocantins” trata do conceito de fronteiras, em uma perspectiva que refuta a hipótese de que o Norte Goiano experimentava um isolamento. Não havia isolamento, nem político, tampouco econômico. Havia um território com fronteira em movimento e em interação, envolvendo portugueses, africanos, luso-brasileiros e comunidades indígenas. Desse modo, compreender que a economia colonial goiana se estabelecia em uma dinâmica socioeconômica de exploração nos leva a um questionamento importante sobre como ocorria a dinâmica social das hierarquias dominantes e sobre como a disputa de poder político local se estabelecia.

Na próxima sessão dessa primeira parte, demonstramos como o marco oficial da Constituição Federal de 1988, no seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), definiu quem são as “comunidades remanescentes de quilombo”. Então, investigamos como se observa, na região estudada, o que o autor Roberto Cardoso de Oliveira (2006) chama de fenômeno de territorialidade, em conexão com o fenômeno da identidade étnica. Desse modo, procuramos compreender o direito étnico contemporâneo e o lugar sócio-histórico dos remanescentes de quilombo no Tocantins.

Esta pesquisa objetiva perceber, independentemente da trajetória singular na formação de cada comunidade tocantinense, quais elementos poderiam ser comuns no processo formador desse estado. Por esse motivo, propomos considerar as memórias sobre as migrações vividas às margens desse processo para, assim, alcançar um entendimento sobre a continuidade desses grupos no tempo.

Para isso, dentre um total de 45 comunidades certificadas em todo o estado, inicialmente restringimo-nos a enfocar aquelas margeadas pela Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, totalizando dez comunidades a serem contempladas pela pesquisa, quais sejam: a) no município de Paranã, as Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino; b) no município de Brejinho de Nazaré, a Comunidade Malhadinha; c) em Muricilândia, a Comunidade Dona Juscelina; d) em Esperantina, as Comunidades Carripiché, Ciriaco e Praiachata; e) no município de Araguatins, a Comunidade Ilha de São Vicente, e f) no município de Filadélfia, a Comunidade do Grotão.

Na segunda parte deste trabalho, desenvolvemos um debate sobre a lógica de “territorialidades em movimento”. A partir da luta e da resistência dos quilombolas,

buscamos compreender os trânsitos percorridos por essas comunidades e como elas se reafirmam no presente processo de incorporação do Tocantins contemporâneo. Para tal, a organização teórica dessa parte também está estruturada em quatro sessões.

Primeiramente, investigamos a formação territorial, os conflitos e as estratégias de resistências das comunidades remanescentes de quilombo no Tocantins, a partir da instrumentalização institucional da Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins (COEQTO). O propósito é analisar o processo de formação dessas comunidades e a institucionalização do movimento articulado que adotam. Com isso, buscamos um diálogo com os elementos culturais e de luta articulada, traduzidos como fonte histórica que subentenda os elementos significantes atribuídos à tradição quilombola presente no estado atualmente.

O próximo eixo de discussão leva em conta as angústias envolvidas no desenvolvimento desta tese, devido à pandemia mundial de Covid-19 e devido aos seus efeitos diretos nos sujeitos indicados na pesquisa – efeitos que ainda hoje nos afetam. Dada a relevância da situação, decidimos demarcar historicamente o período de consecução e dedicar uma sessão aos protagonistas que se foram durante essa grave crise social engendrada pela Covid-19. Na sessão intitulada “Pandemia e necropolítica: abandono, racismo e enfrentamento à pandemia de Covid-19 nos quilombos do Tocantins”, tecemos uma discussão que consideramos imprescindível. Partindo do viés teórico de Achille Mbembe (2018) sobre práticas de exceção providas pelo Estado, avaliamos a negação do governo quanto à saúde pública de prevenção à pandemia para as comunidades remanescentes de quilombo.

A terceira sessão, designada como “Territorialidades em movimento no Tocantins contemporâneo: memória, navegabilidade e resistência”, parte da premissa de que as dinâmicas envolvendo a compreensão dos limites de territorialidade, identidade e movimento perpassam questões culturais, históricas e sociais dos grupos que habitam esse território. Em um recorte específico para a pesquisa, destacam-se as comunidades estabelecidas e certificadas, que estão margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins – dez das 45 existentes em todo o estado. Para compreender os processos coloniais advindos a partir da navegabilidade e da promoção de uma memória coletiva e de resistência, focamos em seis municípios que abarcam essas dez comunidades. É importante

ressaltar que o trajeto do rio se configura como rota de navegação da nossa história. Assim, não avaliamos como um acaso o fato de muitos quilombos terem se fixado às margens do rio Tocantins e seus afluentes.

O último eixo de discussão da segunda parte da pesquisa intitula-se "'Infeliz do povo que não sabe de onde vem': temporalidades e correnteza enquanto fluxo de histórias contadas". Iniciando-se com um trecho de música que valoriza a importância de identificar origens e tradições, essa sessão aborda diversas categorias. Debatemos, por exemplo, a noção de comunidades negras e rurais remanescentes de quilombo, bem como a forma como foram reconhecidas ao longo do tempo. Buscamos considerar que a identificação quilombola parte de um movimento de reconstrução e de valorização da trajetória negra em um território marcado pela tradição.

2. PARTE I – FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIOECONÔMICO TOCANTINENSE (ANTIGO NORTE GOIANO)

Compreender a trajetória política do Tocantins é discorrer sobre um processo de emancipação política. Esta foi consolidada a partir de um movimento separatista. O ato político de “separar” uniu várias causas em um único movimento. No entanto, os elementos legitimadores evocados nesse discurso de diferenciação de identidades remontam ao processo de ocupação de Goiás no século XVIII.

O estado do Tocantins foi criado pela Constituição Federal (CF) de 1988, desmembrado do estado de Goiás. O Tocantins constitui-se como o território emancipado mais recente da história política brasileira. Antes desse processo, a região era reconhecida peculiarmente como “Norte Goiano”. Ao longo de sua história, contou com três etapas, em que se vislumbra já uma busca para efetivar a separação territorial. No período colonial e oitocentista, o povoamento de Goiás – incorporando ou submetendo os povos indígenas que ali viviam – deveu-se a dois processos econômicos que remontam a sua efetiva ocupação: a mineração aurífera, que se estende até final do século XVIII, e, posteriormente, a decadência da mineração, no século XIX, com a progressão para atividade pastoril.

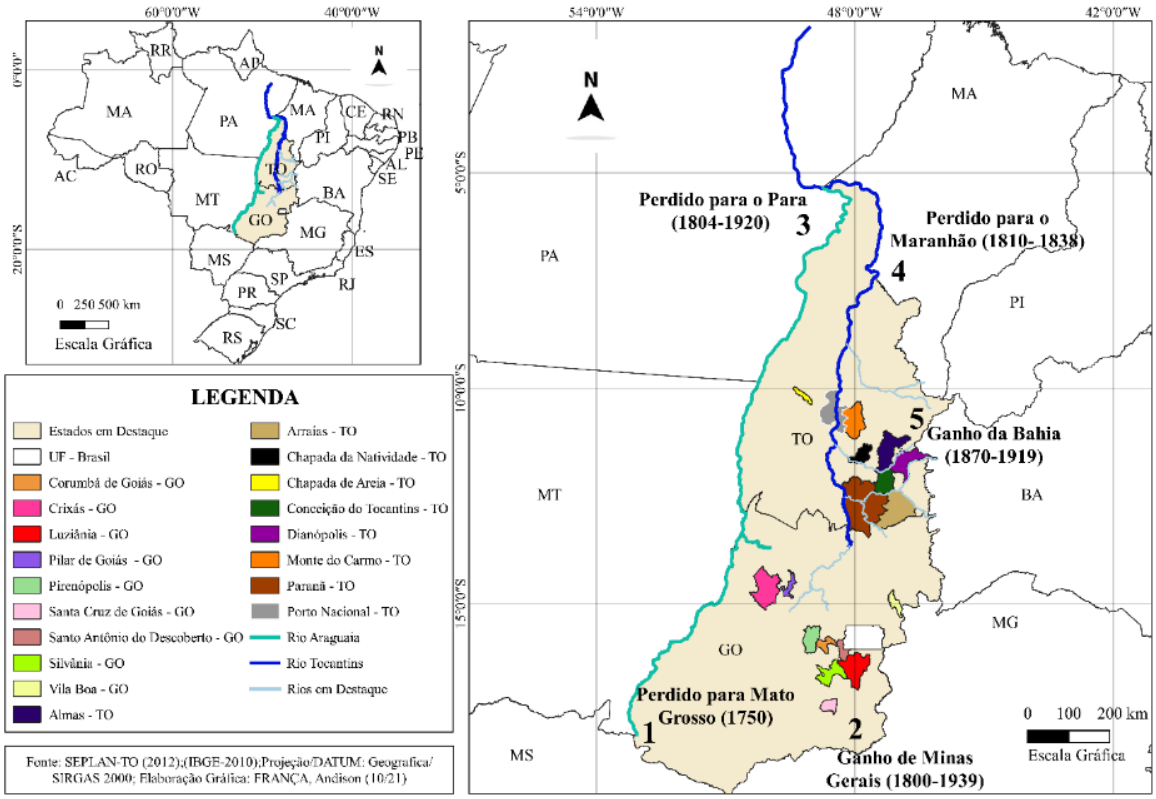
Estevam e Campos Júnior (2012) argumentam que a crise da economia mineradora em Goiás provocou uma situação econômica identificada com as atividades de subsistência. Ali, a pecuária e a agricultura exerciam um papel de destaque, com alguma vantagem para o gado bovino, que se autotransportava e conseguia atingir outros centros de consumo.

Muitos autores se dedicaram a discutir o declínio do ouro em Goiás, como Paulo Bertran (1988), Itami Campos (1987), Nasr Fayad Chaul (1997), Luís Antônio Estevam (1998), entre outros. Sob uma ótica econômica, explicam como se configura a gradual transição da fase mineradora para a agricultura de subsistência e para a pecuária extensiva – o que se mantém em destaque até os dias de hoje em todo o extenso

território. No norte da Capitania, o declínio aurífero propiciou uma diminuição do afluxo de migrações, levando esses remanescentes[2] à prática da lavoura de subsistência.

As diferenças sociopolíticas e principalmente econômicas entre Norte e Sul de Goiás geraram as três etapas do movimento em defesa pela divisão da região. No início do século XIX, a Capitania correspondia à seguinte extensão de território:

Mapa 1 – Proporção cartográfica de como se configurava a Capitania de Goiás



Fonte: TEIXEIRA NETO (1975 - com adaptações gráficas organizadas pela pesquisadora).

O mapa apresenta como o território da Comarca de Goiás se configurava, partindo da perspectiva que reconhecemos o Brasil atualmente. A Comarca do Norte corresponde ao que se compreende hoje pelo estado do Tocantins, e a Comarca da Villa Boa, ao atual

[2] Termo que se refere “àquilo que resta”, sendo classificado, na língua portuguesa, como relativo à qualidade daquilo que sobra, ou o que restou. Essa categoria será utilizada, no decorrer da tese, considerando também perspectivas antropológicas, bem como da sociologia jurídica. Esta, após a Constituição Federal de 1988, utilizou o termo para se referir a grupos que assim passam a se identificar no Brasil, levando em conta aspectos pertinentes às diversas comunidades quilombolas pré-existentes.

estado de Goiás. Na cartografia, estão apresentadas com destaque as principais províncias de relevância socioeconômica para o território, a forma como são compreendidas as zonas de fronteiras (ganhos e perdas de território) e as principais bacias hidrográficas que compõem a região. Como se nota, Araguaia e Tocantins são rios de destaque, que atravessam praticamente todo o território.

Buscamos destacar esse movimento de diferenciação territorial, para melhor compreender a construção política de um processo identitário para o povo tocantinense, que surge a partir da demanda política de separação, iniciada no século XIX. Essa identidade que parte da perspectiva de conflito por separação necessita de contraponto – a controvérsia da diferenciação. Autores como Arruti (1997; 2008), Barth (2000), Hall (2006), O'Dwyer (2002), Munanga (2008), Rodrigues (2008), entre outros, refletiram sobre o conceito de identidade em uma perspectiva social, política e racializada.

A controvérsia da diferenciação vê na ruptura a possibilidade de construção de um novo significado. O resultado das ações práticas que permeiam a movimentação para a ruptura da Comarca do Norte com a da Villa Boa possibilitou que múltiplas identidades se inserissem nesse conflito de negociação. Assim, a reflexão sobre a noção de territorialidade[3] permitiu o surgimento do estado do Tocantins e de todo o seu complexo conjunto de representação, sobretudo da organização de alguns setores da sociedade civil, especialmente a partir da década de 1980. Com a finalidade de entender essa noção de territorialidade, também incorporamos, na análise desta pesquisa, a noção de hierarquias sociais.

Em relação ao que se define como processo de emancipação do estado, Cavalcante (2003) busca, a partir dos documentos historiográficos ao longo dos séculos XIX e XX, argumentos para legitimar uma emancipação política e administrativa com relação ao sul de Goiás. A autora considera o processo político de emancipação como a terceira[4] etapa da luta emancipatória do estado do Tocantins e salienta que o discurso

---

[3] Para Saquet (2007, p. 75), "[…] o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas".

[4] A primeira etapa, com início no século XIX, consiste no primeiro movimento em defesa da divisão da região do Norte Goiano. Durante esse período, a região passava por mudança de produção da extração do ouro aluvial para a atividade pastoril. A segunda etapa corresponde a meados do século XX, quando houve retomada do movimento de separação, o qual, contudo, foi interrompido pelo golpe militar de 1964. A terceira etapa, como descrita anteriormente, abrange o momento em que o movimento autonomista se

de 1985-1988 era pautado, sobretudo, pelas diferenças culturais, sociais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás, construídas ao longo dos séculos XIX e XX. Acontece que esse processo de diferenciação, ao mesmo tempo em que soma forças no discurso de promoção da emancipação política do estado, também incorpora sintomas de uma hierarquia social que, mesmo diante desse processo, não se rompe.

A luta pela criação do estado mais novo da Federação percorreu extensa trajetória. Seus antecedentes envolveram interesses políticos, econômicos e traços estratégicos de povoamento do território, que passaram, ao longo de dois séculos, por várias propostas até a efetiva emancipação certificada pela Constituição.

A decadência do processo de mineração no território, no final do século XVIII, é considerada por muitos estudiosos como a primeira cisão que levou ao movimento separatista, pois produziu uma diferenciação da unidade territorial colonial e a consequente criação de duas comarcas políticas, como já abordado anteriormente. Esse momento político de primeira cisão decorre da presença da Corte Real portuguesa no Brasil, que possibilitou um reordenamento territorial com vistas a modificar toda a teia social e administrativa para reconquistar a unidade do Império português na América. Assim, o Norte Goiano acaba se beneficiando nesse processo, pois, em março de 1809, efetiva-se a criação da Comarca de São João das Duas Barras, dividindo o território em: Comarca do Sul, com sede em Villa Boa de Goyaz (correspondente à atual cidade chamada Goiás[5]), e Comarca do Norte, com sede ainda a ser definida, entre o rio Tocantins e Itacaiúnas.

A intenção de contemplar a sede da Comarca do Norte em uma região banhada pelos principais rios da localidade é descrita por Cunha Mattos[6], em 1836 – já após a independência política do Império do Brasil –, como uma pretensão do governo de

---

intensifica e recebe apoio da sociedade do Norte Goiano, que viu uma oportunidade para efetivação da separação com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. Com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o estado do Tocantins foi então criado (PINHO, 2009).

[5] Culturalmente conhecida como Goiás Velho, foi fundada em 1729, durante o auge da mineração de ouro no Brasil. A cidade foi capital do estado até 1937, quando foi, então, fundada a nova sede administrativa do estado de Goiás, Goiânia.

[6] Desbravador da região e considerado como o maior organizador de uma das mais importantes peças da cartografia goiana, sendo esta a obra *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, Cunha Mattos chegou a Goyaz em julho de 1823, para tomar posse como governador de Armas. Sua missão era resguardar as fronteiras do Norte Goiano e evitar a invasão das tropas portuguesas estabelecidas no Pará, no Piauí e no Maranhão, que ainda eram favoráveis a Portugal.

incentivar a navegação pela região, que é banhada pelo rio Tocantins, pelo rio Araguaia e pelo próprio rio Itacaiúnas, que corta o Pará em uma extensa dimensão territorial de 555 km. O propósito era resguardar a região de possíveis invasões, desde as Guianas francesas e holandesas.

A cidade de Natividade foi designada como sede provisória da nova comarca. Meses depois, em julho de 1809, D. João VI nomeou como ouvidor dessa comarca uma figura política importante para o primeiro movimento de luta pela emancipação do Norte Goiano, o então desembargador Joaquim Teotônio Segurado. Com o aval da Corte, mais adiante, em 1815, Segurado fundou a vila de São João da Palma. Posteriormente, a vila viria a ter caráter de província, aumentando o clima de insatisfação dos nortenses pecuaristas, que se julgavam desprestigiados pelas autoridades de Villa Boa. Estas, por sua vez, continuavam cobrando rigidamente impostos, sem dar assistência merecida para a Comarca do Norte (NASCIMENTO, 2009).

O ato de instalação da Província de Palma, realizado por Teotônio Segurado em 1821, coincidiu com a primeira intenção de separar a região Norte da Comarca de Goiás, que alegava abandono administrativo e falta de representação política. O movimento perdeu força quando, dois anos depois, Segurado deixou a presidência da junta provisória, retornando para Lisboa. A notícia inesperada da Independência Brasileira e o clima de revoltas separatistas que eclodiam em todo o território, nessa época, fizeram com que as forças imperiais buscassem acalmar as manifestações, a fim de evitar maior fragmentação política (CAVALCANTE, 2005).

Assim, o período da administração imperial de D. Pedro II foi marcado por uma sociedade insatisfeita com o regime centralizador, com a escassez econômica e com revoltas que lutavam contra a sujeição ao Rio de Janeiro. A questão territorial se tornou palco de constante disputa para os que viam nas províncias de fronteiras – nesse caso, inclui-se o Norte Goiano – brechas que possibilitavam articulações sociopolíticas que não eram muito bem-vistas pelo Império.

Mesmo com as propostas de efetiva separação do Norte Goiano – seja para a fundação da província de Boa Vista do Tocantins, com capital na cidade de Tocantinópolis, seja para a criação de uma nova província ao norte, anexando a região

com o sudeste-sul do Maranhão e do Pará –, o que se verifica, a partir desses debates[7], envolve possibilidades de crítica dos critérios de redivisão do território brasileiro e de como eles precisariam ser rediscutidos sistematicamente.

O primeiro movimento de cisão sobreviveu por um curto período, de 1821 a 1823. Foi descrito pela historiadora Maria do Espírito Santo Cavalcante (1999), em sua obra clássica *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988*. A autora dividiu o movimento em quatro etapas, sendo a primeira coordenada por dois grupos distintos: a) um lado era liderado por Teotônio Segurado e por correligionários que defendiam um governo independente, para afastar o capitão-geral e o governador de Goiás, mas que ainda responderiam administrativamente ao reino português, e b) do outro lado, o grupo era liderado pelo capitão Felipe Antônio Cardoso, pelo Padre Bartolomeu Marques e por vários residentes nativos que defendiam total independência, não limitada somente à criação da Província do Norte, além de uma ruptura do Brasil em relação a Portugal.

A segunda etapa, correspondente a janeiro de 1822, ocorreu três meses após a criação da Província de Palma, ao norte da Comarca. Foi marcada pela destituição política de Segurado e por seu retorno a Lisboa, o que fortaleceu o capitão Cardoso. Consequentemente, desagradou a Coroa Real. Na terceira etapa, com a saída eminente de Segurado, o movimento se fragilizou, tendo dois governadores atuando simultaneamente. De um lado, estava o coronel Pio Pinto de Cerqueira, que se transferiu para a cidade de Natividade e governou em conjunto com os militares, os capitães Felipe Cardoso e Lúcio Luiz Lisboa e os tenentes Bernadino de Souza Ferreira e Joaquim José da Silva. Do outro lado, na cidade de Cavalcante, Febrônio José Vieira Sodré assumiu como sucessor de Teotônio Segurado. Como reação a essa dupla disputa, a província de Palma não aceitou as ordens do Ouvidor de Natividade.

---

[7] Estudos como os de Augusto Fausto de Souza (1988) – este, originalmente publicado em 1877 –, de Cunha Mattos (1979) e de Tiballi (1991) discutem componentes fundamentais pertinentes à região do Norte Goiano e que foram precisamente considerados nas propostas que tentaram ser aprovadas para a região, durante todo o século XIX. Esses componentes foram os seguintes: a falta de representatividade política e de alocação de recursos e princípios catalizadores dos movimentos em prol da divisão do território; a extensa dimensão espacial, como contributo para as distorções de ocupação e entraves administrativos, e a irregular distribuição populacional com desigualdades econômicas e sociais entre as regiões norte e sul que sempre levaram ao questionamento propostas de flexibilizar tais fronteiras.

A quarta etapa, que ocorre ao final de 1822, é marcada pela notícia da Independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I, que percebe o clima de revoltas internas no interior do Brasil e recomenda reunificação imediata da região. Os rebeldes, liderados por Felipe Cardoso, não acataram o decreto imperial de junho de 1823, que incentivava o processo de reunificação. Então, com a finalidade de dirigir a região do conflito e conter o clima de revolta, o Príncipe Regente nomeou o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury para chefiar a missão. Com a promoção de várias prisões – a primeira delas sendo a do tenente Cardoso – e com a dissolução do governo instaurado em Natividade, padre Fleury recebeu o título de "pacificador do Norte". Posteriormente, ocupou o cargo de presidente da Província de Goiás, entre os anos de 1837 e 1839 (CAVALCANTE, 1999).

A preocupação quanto às fronteiras provinciais, entre elas a do Norte de Goiás, foi retomada, como projeto político, em 1877, quando o coronel Augusto Fausto de Souza (1988) publicou *Estudo sobre a divisão territorial no Brasil*. Essa obra foi analisada e submetida como proposta em 1889, subdividindo o Brasil em 40 novas províncias, das 20 preexistentes – constando Tocantins, no texto oficial, para a região do Norte Goiano.

O quadro abaixo foi organizado pelo professor e geógrafo Jean Rodrigues (2008), que se dedicou a estudar a relação entre política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. Essa pesquisa ajuda a compreender cada etapa empreendida no processo de consolidação da emancipação política do estado do Tocantins, recontada a partir da historiografia oficial. Adaptamos alguns processos que já foram descritos anteriormente, dando destaque especial ao Período Republicano, quando o movimento autonomista se intensificou, com um forte apelo social e com uma resposta jurídica, a partir dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987.

Quadro 1 – Principais ações que resultaram na criação do estado do Tocantins ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX

PERÍODO	DATA	ACONTECIMENTO
SÉCULO XVIII	1730-1740	Décadas em que ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais, no território onde hoje se situa o estado do Tocantins: Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real21 (1738). Nos anos de 1740, surgiram Conceição, Carmo e Taboca.

	1736	Ano da primeira cisão entre o Norte e o Sul de Goiás, em decorrência das cobranças de impostos sobre as explorações das minas auríferas do Norte de Goiás.
SÉCULO XIX	18 de março de 1809	Publicação do alvará que dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte.
	25 de janeiro de 1814	Publicação do alvará que autorizou a construção da sede da Comarca do Norte na confluência dos rios Palma e Paranã, a Vila de Palma, atual cidade de Paranã (TO).
	1889	Ano em que foi apresentado o projeto de Fausto de Souza para a redivisão do Império em 40 províncias, constando a do Tocantins na região que compreendia o Norte Goiano.
SÉCULO XX	1920	O ministro da Viação e Obras José Pires do Rio preconizou a criação do estado do Tocantins.
	1950	O juiz de Direito Feliciano Machado Braga, juntamente com Osvaldo Ayres da Silva, Fabrício César Freire e João D'Abreu, entre outros, iniciaram cerrada campanha pró-Tocantins em Porto Nacional (TO).
	10 de outubro de 1960	O professor Ruy Rodrigues da Silva, de Porto Nacional, criou a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), com sede em Goiânia e com filiais em Pedro Afonso, Dianópolis, Miracema, Porto Nacional, no estado de Goiás, atualmente Tocantins, e no Rio de Janeiro, no estado homônimo. Presidida, em 1961, por Vicente de Paula Leitão e depois por José Cardeal dos Santos, a Cenog passou a publicar o jornal *Paralelo 13*, focalizando a criação do estado do Tocantins.
	1981	Criação da Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano (Conorte), com o objetivo de lutar pelo desenvolvimento da região norte do estado de Goiás e pela criação do estado do Tocantins.
	1° de fevereiro de 1987	Instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que se estendeu por um período de 18 meses de trabalho, envolvendo 559 constituintes, dos quais 487 deputados e 72 senadores.
	07 de abril de 1987	Instalação da Subcomissão dos Estados. Nomeação de Siqueira Campos para relator da Subcomissão dos Estados pelo presidente da Subcomissão, senador Chagas Rodrigues.
	01 de junho de 1988	Aprovação, em primeiro turno, na Assembleia Nacional Constituinte, do artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que tratava da criação do estado do Tocantins.
	02 de setembro de 1988	Votação e aprovação, em segundo turno, de emenda do deputado federal Siqueira Campos, que previa o desmembramento de Goiás e a criação de um novo estado, sem a necessidade de um plebiscito, além de incluir proposta de eleições diretas na nova unidade federativa.
	05 de outubro de 1988	Promulgação da oitava Constituição da República Federativa do Brasil. Foi criado o estado do Tocantins por meio do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição.
	08 de dezembro de 1988	O Presidente José Sarney escolheu Miracema do Norte (Miracema do Tocantins) como capital provisória do estado do Tocantins.
	1° de Janeiro de 1989	Instalação do estado do Tocantins. Posse do governador Siqueira Campos e de suas secretarias em Miracema do Norte.

Fonte: Rodrigues (2008, p. 107-108, adaptado).

Nesse quadro, é possível observar como se configuraram as etapas políticas. A primeira República se estendeu de 1889 a 1930. Por mais que não tenha tido destaque significativo, a título de encaminhamento de proposta efetiva de separação das regiões Norte e Sul de Goiás, esse foi um período de acirramento das questões sociais coercitivas que arregimentaram força na terceira etapa de cisão, que constituiu o processo emancipacionista tocantinense.

O centro-sul de Goiás persistiu com uma concentração demográfica significativa. Enquanto isso, o norte e o nordeste goianos abrigavam um imenso espaço vazio (CAVALCANTE, 1999), com exceção da margem direita do Tocantins, de Porto Nacional, ao extremo norte, além da região do Bico do Papagaio e de todo o Vale do Araguaia. Tal fato, somado à desproporção de investimento econômico praticado pelas oligarquias[8] vigentes durante o período,

> reflete o enorme distanciamento entre o discurso e a situação real para que fosse promovida a ligação do Norte ao centro-sul de Goiás, deixando uma dívida ao norte, posto que o único projeto com a intenção de incrementar a navegação fluvial dos rios Araguaia e Tocantins jamais seria concretizado. Em 1930, tal postura não foi considerada contrária aos interesses econômicos da nova oligarquia no poder, principalmente por estar comprometida no sentido de criar mecanismos que possibilitassem maior expansão capitalista em Goiás. Assim, pode ser entendido o porquê da ênfase na realização de projetos que representassem tais intenções, naquele momento, quais sejam: a mudança da capital para o centro econômico do estado e o apoio do governo federal ao programa de marcha para o oeste, medidas que expressam a nova face do estado que se instala em Goiás pós-1930. (CAVALCANTE, 1999, p. 86-87).

Durante todo o Período Republicano, a proposta para o desmembramento do estado se sustentou na situação do desamparo administrativo em que se encontrava uma rica e vasta extensão territorial. Em razão das disputas políticas regionais, o discurso dos candidatos de resolver os problemas da região era visível apenas no período eleitoral, ficando a cargo das manifestações sociais a movimentação pró-criação do Tocantins.

---

[8] Cavalcante (1999) considera que os efeitos da quebra do regime monárquico, para Goiás, trouxeram à tona três frentes políticas que se restringiam entre os grupos familiares, tais como Bulhões, Fleury e Caiado. Esses grupos atuavam no centro-sul do estado. Em relação ao Norte Goiano, não houve representatividade alguma. Os últimos 20 anos de República Velha evidenciaram um novo arranjo político oligárquico, denominado “democrático”. Acredita-se que a base de sustentação política provinha do tripé Goiás, Morrinhos e Porto Nacional (CAMPOS, 1983 *apud* CAVALCANTE, 1999, p. 83).

Nesse contexto, a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) é considerada uma das principais reivindicações sociais que marcaram a segunda metade do Período Republicano brasileiro. Conforme Rodrigues (2008) dispõe no quadro histórico apresentado anteriormente, o movimento teve sua data original marcada para a década de 1960. É enfatizado por duas fases: antes e depois do Golpe Civil Militar de 1964. O movimento se considerava apartidário e era composto, em sua maioria, por uma entidade estudantil caracterizada por ser uma escola de formação política para os estudantes e para os movimentos sociais da região.

A então difusa ideia separatista transformou-se em um verdadeiro movimento social. No ano de 1956, foi realizado o VII Congresso dos Estudantes de Goiás. No encontro, defendeu-se enfaticamente a tese separatista e foi reivindicado maior empenho do Legislativo para a causa. Como símbolo do movimento, foi instituído, em julho de 1956, a bandeira do estado do Tocantins.

Imagem 1 – Proposta de bandeira do Tocantins, idealizada por Feliciano Machado Braga[9]

Fonte: Registo fotográfico feito na cidade de Porto Nacional (1956), doado pela viúva do Juiz Feliciano Braga, a senhora Hermione Machado Braga. *In:* Revista *A verdadeira história da criação do estado do Tocantins*, Conorte, dezembro de 1989, p. 29.

[9] Feliciano Machado Braga foi juiz de Porto Nacional, uma das cidades expoentes do movimento separatista. Ainda na década de 1950, integrou o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, dedicando parte de suas pesquisas e estudos à viabilidade da separação geopolítica do território tocantinense. A primeira bandeira idealizada por ele contava com 13 listras, nas cores verde e branco, representando o divisor geográfico, o Paralelo 13. Ao centro, a palavra VELO simbolizava a luta divisionista.

A historiadora Jocyléia Santana dos Santos (2007) entrevistou vários protagonistas do movimento, em seu estudo *O sonho de uma geração: o movimento estudantil Goiás e Tocantins*. De acordo com a autora, o movimento cenoguiano não foi avaliado por nenhum de seus representantes como tendo um caráter político-partidário. Para eles, a Cenog se preocupava basicamente com a defesa dos interesses do progresso do Norte de Goiás, lutando sempre por melhorias na qualidade de vida do povo da região, conforme enfatiza a historiadora:

> O movimento estudantil separatista do antigo norte de Goiás preocupava-se em estruturar novas condições de vida, desprezando preocupações político-partidárias menores. Segundo eles, nas reuniões da Cenog, não se tratava de assuntos políticos e os partidos políticos existiam à margem do movimento estudantil. [...] Era um movimento, sobretudo regionalista, qualquer tipo de acepção com relação àqueles que desejassem participar da movimentação. A condição essencial era que fossem defensores dos interesses regionais do Norte Goiano. (SANTOS, 2007, p. 90-91).

O poder público foi simbolizado pela figura do deputado João de Abreu, representante goiano no Congresso Nacional. Na contramão das movimentações de campanha da Cenog, chegou até a elaborar um manifesto ao povo do Norte Goiano para, naquele momento, tornar pública sua posição contrária à criação do novo estado. O deputado salientou sua opinião de que queriam lançar o povo do Norte Goiano em uma aventura de consequências imprevisíveis, podendo ocasionar um malogro de todos os anos de trabalho intensivo em proveito da grande ideia. Também enfatizou que haveria, no caso, dois movimentos contraditórios que sacudiam as terras goianas: um eminentemente unionista, propugnado pela mudança da capital federal para o plano central, e outro caracteristicamente separatista, do Norte contra o Sul do estado (CAVALCANTE, 1999).

Por mais que o movimento preconizasse não ter, em seu âmago, uma movimentação partidária, muitos acadêmicos que atuavam na liderança da campanha pró-criação do estado do Tocantins viam a importância de divulgação da campanha em vários fóruns públicos que ocorreram durante a década de 1960. Segundo os acadêmicos, ocorria uma integração popular no movimento, juntamente com deputados,

prefeitos e estudantes em todo o estado, a fim de promover um diálogo sobre as vantagens da criação do Tocantins como componente da Federação.

No discurso cenoguiano, de acordo com Santos (2007), quatro elementos justificavam economicamente a emancipação do norte do estado: 1) a industrialização do babaçu, natural do Bico do Papagaio; 2) a possibilidade de navegação do Tocantins; 3) o incentivo à agricultura e à pecuária, e 4) o transporte através de pontes sobre o rio Tocantins.

Mesmo com tamanha articulação, o movimento perdeu força devido ao centralismo político reforçado pela ideologia de segurança nacional, preconizada pelo Golpe Civil Militar de 1964, diminuindo consideravelmente o espaço para manifestações de caráter autonomista. Essas manifestações corriam o risco de serem consideradas plena ameaça à ordem e à segurança do país. Como descreve Cavalcante (1999), no IV Congresso da Cenog, realizado em meados de 1965, em nenhum momento foi levantada a tese separatista do Norte e do Centro-Sul de Goiás.

A retomada do movimento separatista de Goiás, já caminhando para sua terceira etapa de cisão, aconteceu em 1981. Na capital federal, criou-se a Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte), de caráter jurídico, que buscou demonstrar a viabilidade econômica da região do Tocantins, tendo em vista assegurar a aprovação da criação do novo estado. O desenvolvimento do Tocantins, segundo a comissão, estaria diretamente vinculado à criação do estado e ao incentivo da industrialização da matéria-prima da região. Os objetivos podem ser sintetizados do seguinte modo:

> Conscientizar a população norte goiana sobre suas necessidades e potencial político-econômico, além de congregar os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região. Para tanto as problemáticas debatidas nos congressos promovidos pela comissão se referiam: à necessidade de divisão do estado para melhor administração e integração ao desenvolvimento nacional; às suas potencialidades agropecuárias; ao problema fundiário e à atuação do IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) e do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária); e aos meios de comunicação e ao mercado de trabalho, com atenção para as alianças de classes em escalas regional, nacional e internacional, cujos interesses operassem na área. (CAVALCANTE, 1999, p. 131-132).

Somente em 1985, foi publicado o primeiro documento que sistematizava os problemas econômicos vivenciados pelo Norte Goiano, tendo como autoria o economista

Célio Costa, membro integrante da Conorte. Além de sintetizar as fragilidades econômicas, o documento buscava articular uma política econômica integrada, objetivando demonstrar um projeto de desenvolvimento para a região, bem como capacidade de se autogerir. Para isso, propunha soluções econômicas, incluindo previsões de verbas orçamentárias necessárias para os primeiros dez anos de gestão administrativa do conjecturado estado do Tocantins.

Estudos como o de Rosy de Oliveira (1998) e Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (1999) implicam que os desdobramentos desse diagnóstico não levavam em conta os conflitos sociais ocorridos no Norte da região, denominada como Bico do Papagaio. Essa era a área de maior conflito agrário do Norte Goiano[10]. Também eram desconsiderados, conforme as autoras, os impactos ou a ausência de investimentos do governo federal para o local.

Sendo assim, os pontos centrais de discussão estabelecidos por esse diagnóstico são, resumidamente, enumerados por Oliveira (1998) da seguinte forma: 1) a disparidade de níveis de renda existente entre o Norte e o Sul de Goiás constitui o mais grave problema a ser enfrentado na etapa presente do desenvolvimento regional; 2) o ritmo de crescimento da economia tocantinense vem sendo superior aos índices apresentados no quinquênio de 1975-80; 3) a ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para o insucesso da defesa autonomista local; 4) a acumulação local é restrita, não obstante o grande volume de recursos que convergem para o Norte Goiano, sejam privados, na imobilização em terras ou na atividade produtiva, sejam públicos, através de subsídios à produção ou na implantação da infraestrutura; 5) as relações econômicas do Tocantins com o Sul de Goiás caracterizam-se por um verdadeiro mercado triangular, ou seja, a região fornece as matérias-primas para serem industrializadas em centros desenvolvidos de onde são reexportadas em forma de bens acabados; e 6) o problema do Tocantins está na

[10] Cavalcante (1999) aponta que a criação do estado do Tocantins justificava-se, para alguns, como necessidade de segurança nacional, haja vista que, em 1986, o governo havia desencadeado uma operação de desarmamento da região, alegando que os conflitos por posse de terra deixavam a população intranquila. Ademais, o assassinato do Pe. Josimo, que atuava na região, repercutiu na imprensa nacional e exigia a tomada de medidas concretas e urgentes. Os acontecimentos ajudavam a influir para que o governo federal aprovasse a criação do novo estado, vetando, nesse decurso, a possibilidade de dar prosseguimento ao processo de emancipação política do território.

ineficiente diversificação interna da própria produção, ou seja, o seu atraso só poderá ser superado mediante uma política de industrialização.

A autora ressalta que, a partir da análise contida no diagnóstico da Conorte, o documento se delineava não só como um instrumento técnico, mas também como um instrumento político. Isso porque, no final de 1986, os núcleos urbanos referidos pela comissão como os mais expressivos politicamente – Gurupi, Porto Nacional e Araguaína – intensificaram suas articulações para obter o privilégio de se tornarem a capital do futuro estado.

A etapa constituinte, datada para o começo de 1987, é considerada o marco histórico que deu início à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e que se estende pelo período de 18 meses de trabalho, envolvendo 559 constituintes. Nessa etapa, colocou-se em prática uma série de debates e articulações que mobilizariam a população e os políticos goianos. O intento era somar forças e apelar à soberania do Congresso Nacional para a aprovação do projeto de criação do Tocantins.

Como pretendido pela comissão, a partir do diagnóstico estabelecido, a campanha pela criação do estado alcançou apelo popular significativo. A Conorte e a Assembleia Legislativa Estadual realizaram longos debates no plenário e no interior do Norte de Goiás, a fim de mobilizar a população nortense. Nessas plenárias, eram utilizadas frases como “O estado do Tocantins: uma ideia que se agiganta”, “Tocantins: luta libertária do povo nortense” e “Mais espaço para o povo: estado do Tocantins”.

Colocar o povo no centro desse debate tinha como objetivo esclarecer questões levantadas no processo. Além disso, assinaturas eram coletadas, para expressar o consenso dos nortenses de que o Tocantins era plenamente viável. Assim, a grande oportunidade de sua criação – talvez a melhor e a que tinha maiores possibilidades de êxito em toda a história do movimento – era a da Assembleia Nacional Constituinte, via emenda popular para a qual se destinava a campanha de coleta de assinaturas (Jornal O Popular, 1987 *apud* CAVALCANTE, 2003, p. 144).

Imagem 2 – "Estou goiano, mas sou tocantinense"[11]

Fonte: Registo fotográfico feito na cidade de Porto Nacional (1956). *In:* revista *A verdadeira história da criação do estado do Tocantins*, Conorte, dezembro de 1989, p. 29.

Levar a reivindicação autonomista ao povo constituía-se como estratégia significativa para a articulação política entre as lideranças regionais e os constituintes. Entendia-se, dessa forma, que a adesão popular legitimava politicamente uma reivindicação que não se reduzia a artifício político-eleitoreiro. Expressava conquistas democráticas em um momento em que o país exercitava, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, a maturidade de alguns princípios: a participação popular, o pluripartidarismo e a retomada das eleições diretas (CAVALCANTE, 2003).

O primeiro passo para a consolidação da etapa emancipatória veio a partir dos trabalhos contínuos da Constituinte, em junho de 1988. Ocorreu a emenda Constitucional de número 20.793-8, de autoria do então deputado Siqueira Campos, com aprovação expressiva – dos 379 votantes, 367 foram favoráveis, 11 se abstiveram e somente um votou contra. A consagração do estado do Tocantins foi, assim, reconhecida com a promulgação final da Constituição, em 5 de outubro de 1988, no artigo 13 do capítulo referente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

[11] Esse foi o *slogan* da festa de confraternização da Conorte, realizada no final de 1986. Dispondo a frase como título dessa foto, buscamos representar os ideais comprometidos dos líderes e da população, que comungavam com a campanha pró-criação do estado.

> Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.
> § 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.
> § 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.
> § 3º O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral. [...]
> § 4º Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.
> § 5º A Assembleia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.
> § 6º Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.
> § 7º Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos. (BRASIL, Constituição Federal, 1988, s/p).

Ao longo de todo esse processo de emancipação do novo estado da Federação, é notável que, para além de suas relações político-econômicas praticadas com o Centro-Sul de Goiás, o Norte Goiano já havia estreitado laços significativos com o Pará, com o Maranhão e com a Bahia. Isso ocorreu por intermédio da principal via fluvial ativa desde meados do século XVIII: o Rio Tocantins.

Kátia Maia Flores (2006) argumenta que pensar a relação homem-rio é constatar a construção de uma sociedade cujo modo de vida tinha e continua a ter no rio um dos seus elementos centrais. Isso porque ele foi constitutivo de suas bases materiais de sustentação, seja fornecendo alimentos ou materiais para construção de abrigos, seja como caminho a um longo e perseguido processo de comunicação Centro-Norte do Brasil. Além disso, para a autora, o rio Tocantins, assim como os demais rios do Brasil,

foi alvo de políticas integracionistas propostas pelo segundo reinado. Isso resultou, em se tratando do rio Tocantins, em motivo de estudos de viabilidade e possíveis correções, com a intenção de efetivar sua navegação (FLORES, 2006).

Após essa explanação introdutória sobre a formação do espaço socioeconômico tocantinense, o próximo percurso da pesquisa dedica-se a compreender as etapas sócio-históricas do processo de transição colonial. Esse processo fomentou a implementação de dinâmicas exploratórias nas entranhas do território do Tocantins. Também procuramos debater sobre como, a partir daí, as comunidades quilombolas remanescentes foram gradualmente se instalando nessa região correspondente ao antigo Norte Goiano.

2.1 INTERFACES DA COLONIZAÇÃO: O RIO TOCANTINS E A MARCHA PARA O OESTE DURANTE OS SÉCULOS XVIII-XX

Quando tratamos de processos coloniais, o sequestro, a mineração, as nossas "memórias da plantação"[12], frequentemente, são narradas pelo Atlântico. Isto é, o trauma ultramarino se constitui como imagem violenta e aguda para a população preta e indígena das Américas. Indubitavelmente, as profundezas atlânticas são a maior metáfora do abismo que o projeto colonial empreendeu. O trauma colonial que se constituiu no sistema racial é inegavelmente atlântico. E a travessia não acabou no litoral. Para muitos, o litoral foi o início de outra jornada. O programa colonial de avanço é um projeto ainda em vigor.

A navegação continuou do Atlântico aos rios. As grandes bacias hidrográficas brasileiras serviram como sequência das grandes navegações e do sistema mercantilista de expropriação e de atravessamento do território e da vida dos povos. Dentre tantos, há o rio Tocantins, cuja extensão vai do centro do país até o extremo norte do território. É o segundo maior rio brasileiro - com 2.416 km de extensão, no estado de Goiás, até a sua foz, na Baía do Marajó, próximo da capital paraense. E se encontra como personagem central nessa travessia além-mar.

[12] Em referência à Grada Kilomba (2019).

Desse ímpeto de acoplar paisagens em sobreposição, a expansão para o oeste/centro fomentou a implementação de dinâmicas exploratórias nas entranhas do território. Essa narrativa é constante. Desde as primeiras documentações, cartas de navegação[13] indicavam a extensão e a capacidade fluvial, expressando o desejo pelo El Dourado. Havia teorias de que, ao centro das terras, as fontes de ouro seriam abundantes. Hoje, a mineração, a fronteira agrícola e pecuária, além das hidrelétricas, figuram como elementos de sobreposição do programa colonial que margeiam o rio.

Trabalhos como os de Maria de Fátima Oliveira (1997), Rosy de Oliveira (1998), Cavalcante (1999), Glória Kok (2009), Loiola (2010) e Furtado (2016) contribuem sobremaneira para esta etapa da pesquisa. Em diálogo com esses estudos, buscamos destacar o potencial hidrofluvial que perpassa todo o território Norte Goiano, reconhecido historicamente por sua capacidade de atravessamento e penetração para o Brasil profundo. Para as autoridades políticas no Brasil, o rio sempre se fez resistente aos avanços coloniais[14] devido a suas populações remanescentes tradicionais, as quais foram extremamente combativas às entradas.

Em fins do século XVI, o trânsito e o intercurso pelo rio Tocantins foram revelados por franceses instalados ao sul do território – correspondente, hoje, ao estado do Maranhão. Sob o comando de Charles Des Vaux, encontraram sua foz junto à Bacia do Amazonas. Levantaram feitorias e batizaram o rio em referência às comunidades indígenas que ali habitavam. Historicamente denominada como Caminho Velho, assim era reconhecida a primeira rota a ligar o mar e o sertão, saindo de São Paulo.

Após a chegada francesa, por volta de 1590, o português Domingos Grou comandou uma expedição desde a nascente do Rio Tocantins, localizada no planalto central, no Centro-Oeste do Brasil. Então, seguidas expedições de sertanistas, vindos de São Paulo, de São Vicente e pelo rio São Francisco, exploraram o Tocantins rio abaixo. Por volta de 1670, já haviam atingido a foz do Araguaia (FURTADO, 2016).

---

[13] *Cf. Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins*, 1700-1799. *In:* Biblioteca Nacional Francesa. Disponível em: <galica.bnf.fr>.

[14] A rota até Belém do Pará via rio Tocantins era considerada deveras dificultosa, apesar dos intentos em navegá-la. Além das águas caudalosas, as margens do Tocantins eram habitadas pelos naturais da terra, cujos ataques eram frequentes, conforme consta no Documento 12 do Roteiro do Arquivo Histórico Ultramarino (LOIOLA, 2010).

Tais percursos, promovidos pelos viajantes desse período, demonstram um total interesse por uma história natural que, a partir dessas expedições científicas, transformam a leitura que se tinha a partir das imagens das grandes navegações. Segundo Mary Louise Pratt:

> A história natural mapeia não a estreita faixa de uma determinada rota, não as linhas onde terra e água se encontram, mas os "conteúdos" internos daquelas massas de terra e água cuja extensão constitui a superfície do planeta. Estes vastos conteúdos seriam conhecidos não por meio de linhas finas sobre um papel em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grades rotuladas nas quais as entidades são inseridas. A totalidade finita destas representações ou categorias constitui um "mapeamento" não só de linhas costeiras ou rios, mas de cada polegada quadrada, ou mesmo cúbica, da superfície terrestre. (PRATT, 1999, p. 64).

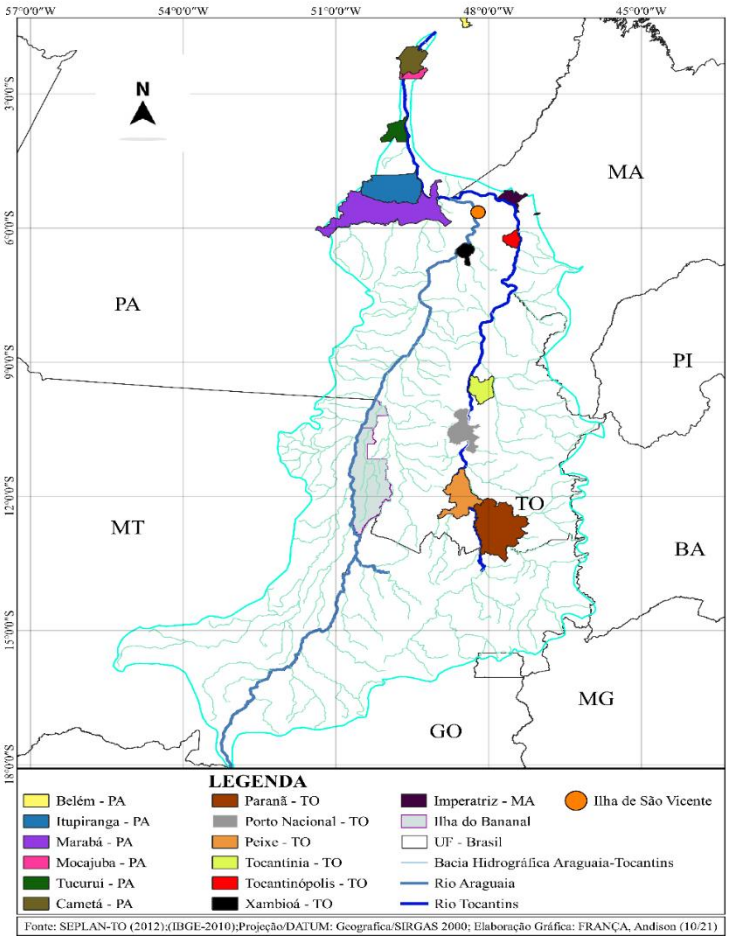
Essa história natural, descrita por Mary Louise Pratt (1999), é resultante de constructos narrativos que buscaram desconstruir uma série de representações sobre o interior do Brasil. Serve como base de estudos para uma dinâmica que a autora atribui a essa zona de contato, sendo compreendida também como uma fronteira cultural, provida pela interação dos encontros coloniais. Esses contatos são constituídos pelas relações entre colonizados e colonizadores, entre visitados e visitantes, em termos de trocas e possibilidades de encontros assimétricos de poder.

Os desdobramentos dessas expedições implicam em um processo de promoção de novos caminhos e de um interfluxo de comunicação no sentido Norte-Sul do Brasil, tendo como meio a navegação por duas vias fluviais principais, o rio Tocantins e o rio Araguaia. Tal configuração geográfica suscitou as seguintes indagações levantadas por Cavalcante (1999): Quais foram as vias de comunicação utilizadas na Capitania ao longo do século XVIII, em função da mineração? Com a decadência das minas, surgiram novos caminhos de comunicação? Qual o peso das vias fluviais representadas pelos rios Tocantins e Araguaia na comunicação regional e inter-regional?

Para além desses questionamentos, pensando os intermédios que tais literaturas provocam para esta tese, vou além, buscando compreender também qual a estrutura atual das vias de comunicação, internas e externas. Além disso, podemos refletir sobre a consolidação da conquista e da luta por território das comunidades remanescentes quilombolas no espaço que então compreendia o Norte Goiano.

Antes de nos debruçarmos nesses questionamentos e desdobramentos, podemos analisar a seguinte representação cartográfica da hidrovia do rio Tocantins, partindo da perspectiva do povoamento ribeirinho e do primeiro eixo de desenvolvimento econômico para a região:

Mapa 2 – Hidrovia do rio Tocantins



Fonte: Oliveira (1998, p. 75, com adaptações gráficas organizadas pela pesquisadora).

A partir da leitura desse mapa, evidencia-se que as desigualdades que compõem o território tocantinense eram questionadas a nível regional, e não em uma perspectiva centro-periferia. Pelo mapa hidrofluvial, percebe-se que as principais províncias ao norte, que promoviam denúncia de esquecimento e ingerência político-administrativa praticada pelo centro-sul goiano, estavam praticamente margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins.

A Bacia Araguaia-Tocantins percorre, em toda sua extensão, a região central do Brasil, no sentido sul-norte. É originada na confluência dos rios Paranã e Maranhão, tratando-se da maior bacia hidrográfica situada inteiramente no Brasil, com aproximadamente 767.164 km² de extensão e correspondendo a 9% do total do território. Alguns desses trechos são de fácil navegação, outros são mais perigosos e de difícil acesso. Essa região é formada pela Floresta Amazônica, ao norte e ao noroeste, e pelo Cerrado, nas demais áreas que abrangem ecótonos, transição entre Floresta-Cerrado, na Ilha do Bananal

Seu trecho se subdivide em três partes: o Alto Tocantins, que vai das nascentes até a cachoeira do Lageado, medindo 1.050 km; o Médio Tocantins, que vai da cachoeira do Lageado à cachoeira do Itaboca, com 980 km; e o Baixo Foz, com 370 km. (OLIVEIRA, 2017. p. 5).

As vias de comunicação da Capitania, ao norte, são descritas como longevas, em relatos de viajantes (PALACIN, 1976, p. 179), podendo oscilar bastante, conforme o tempo de seca ou de cheia dos rios. Durante todo o século XVIII, essas vias foram possibilitadas em função da mineração e para que a produção aurífera pudesse ser escoada aos portos de exportação. Além disso, o mesmo rio que propicia o escoamento da produção de ouro é o que margeia inúmeros quilombos, o que evidencia uma rota de fuga para a liberdade das populações negras que foram escravizadas nas minas.

No século XVIII, praticamente inexistia a ligação fluvial – via Araguaia e Tocantins –, visto que a Coroa Portuguesa, por intermédio do alvará de 1733, proibiu qualquer transposição feita entre as capitanias do Norte de Goyaz por caminhos que não fossem reconhecidos oficialmente, mesmo sendo a via mais fácil, por ser navegável (FURTADO, 2016). Essa proibição se manteve durante quase todo o século XVIII. Foi revogada somente por ocasião do declínio aurífero.

Com a produção aurífera em baixa e com a revogação do alvará emitido pela Coroa, expedições foram retomadas, partindo da Comarca Goiana até Grão-Pará, com a finalidade de estudar possibilidades de comunicação e de navegação pelo rio Tocantins. Deve ser considerado, também, que a exploração das vias fluviais fazia parte da política de incentivo do governo imperial, favorável ao desenvolvimento da agricultura e do comércio da Capitania. Como efeito imediato, as povoações do Norte começaram a se

relacionar com o Pará, por intermédio do rio Tocantins, “[...], porém, seja por falta de recursos seja por falta de produtos exportáveis, tais relações se mantiveram inexpressivas até o final da década de 80 do século XIX” (DOLES, 1973 *apud* CAVALCANTE, 1999, p. 39).

Embora pouco expressivas economicamente, elas foram muito expressivas para as populações ribeirinhas. Buscar reconhecer as comunicações providas por meio da história do rio leva em consideração atentar-se para os povos que ali adentravam e que sobreviviam pelo rio. Sendo assim, evidências materiais da empreitada colonial são também indicativas de uma memória de resistência, de proteção do rio e da floresta, de produção de subjetividade e de continuidade de vida.

O trajeto do rio também é rota de navegação da nossa história. Inúmeros quilombos se ergueram às margens do Tocantins – dos povos Kalungas, na bacia do rio, na Chapada dos Veadeiros, ao quilombo do Mola, próximo a Cametá, já no golfão marajoara, no Pará. A luta pelo reconhecimento de terras quilombolas continua por todo o curso do rio. Muitas vezes, a resistência negra se aproxima da luta indígena, dos saberes advindos da floresta.

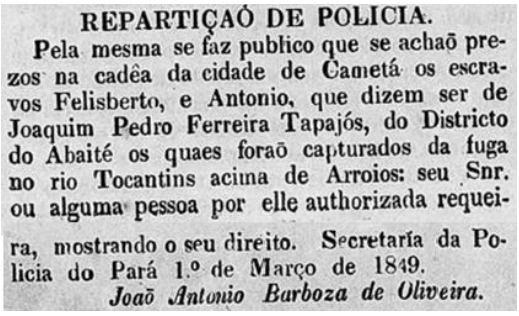
No Tocantins colonial,

> Contatos interétnicos entre índios e negros tiveram motivações diversas. Em muitas áreas produtivas, também nas feitorias e construções de fortificações, escravos, negros e índios trabalhavam juntos. Em vários engenhos e engenhocas de capitanias, isso também aconteceu até os primeiros anos do século XIX. Ali, no final do Setecentos, numa grande extensão territorial, com uma população relativamente dispersa, em qualquer lugar – guardadas as especificidades sociodemográficas de algumas áreas – tinha sempre um pouco de índio e um pouco de africano e seus descendentes. Houve permanentemente fugas, formação de mocambos, conflitos e alianças. Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos entre índios e negros. O fator miscigenação também deve, portanto, ser considerado. (GOMES; QUEIROZ, 2003, p. 149).

Muitas histórias se intercruzam nas margens desse rio que vai de Goiás ao Pará. De onde a água vem e para onde vai faz parte de um ciclo constante. A intenção de navegar o rio é perceber em que medida a travessia continua e como essa paisagem resiste e se modifica. No século XIX, as viagens de Belém para Cametá já eram feitas. Até hoje, a viagem tem trajeto similar, pelo rio Tocantins, que banha a cidade. Porém, os trajetos eram para além de comerciais. O rio Tocantins também serviu como

deslocamento para aqueles que fugiam dos lugares onde estavam confinados como escravizados. Há diversos relatos sobre esse processo de fuga. Dentre eles, o seguinte, apontado no jornal *Treze de Maio*[15]:

Imagem 3 – Repartição de polícia, jornal *Treze de Maio*



REPARTIÇAÓ DE POLICIA.

Pela mesma se faz publico que se achaõ prezos na cadêa da cidade de Cametá os escravos Felisberto, e Antonio, que dizem ser de Joaquim Pedro Ferreira Tapajós, do Districto do Abaité os quaes foraõ capturados da fuga no rio Tocantins acima de Arroios: seu Snr. ou alguma pessoa por elle authorizada requeira, mostrando o seu direito. Secretaría da Policia do Pará 1.º de Março de 1849.

Joaõ Antonio Barboza de Oliveira.

Fonte: Jornal *Treze de Maio*, 1849, p. 6. Ed. 00880.

Em relação ao título do periódico impresso *Treze de Maio*[16]:

> Nem um titulo nos parece mais adequado de que o de = TREZE DE MAIO = desse dia memoravel nos faustos da historia em que a Legalidade conseguiu triunfar dos desastrozos feitos e negos planos da rebeldia, a apoderando-se da capital da província (Treze de Maio, nº 1, 13 de maio de 1840). Seja nos só licito levantar huma voz de regozijo neste feliz anniversario de nossa salvação, consagrando-lhe os nossos costumados applausos, aos quaes nunca poderemos faltar, sem fazer notável violência aos sentimentos de nosso coração. O' TREZE DE MAIO, possas nunca passar desapercebido entre nós. Possa o teu ano despontar volver mil vezes feliz; despertando a grata recordação dos benefícios, que trouxèste com triumpho da Lei contra o furor da anarchia. (TREZE DE MAIO, n. 330,1854, s/p).

Os pesquisadores Santos Filho e Pacheco (2018) explicam que o título do jornal impresso *Treze de Maio* faz referência a 13 de maio de 1836, dia em que as forças imperiais chegaram a Belém. Foram lideradas por Soares de Andreá, com a finalidade de suprimir o movimento cabano[17] na capital, o que é visto com grande louvor por seus

---

[15] Edições desse periódico estão disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 out. 2021.

[16] O jornal *Treze de Maio* foi substituído pelo *Jornal do Pará* (1862-1878).

[17] Levante popular, que possibilita a experiência e a atuação de diferentes agentes históricos que lutaram em prol da independência do poder colonial português na região. Reconhecida na historiografia como uma das revoltas emancipacionistas ocorridas durante o Segundo Reinado Brasileiro, a Cabanagem, como era denominada, foi a única que alcançou o poder em 1835.

proprietários, pois se tratava de um jornal pró-Império, como se observa nos anos de 1840 e 1854.

O periódico impresso em tipografia, chamado *Santos & Menor e Santos & Irmãos,* teve uma publicação bissemanal, às quartas e aos sábados, e, depois, trissemanal. Em 1855, passou a ser de publicação diária. Foi fundado por Honório José dos Santos e substituiu o jornal *Folha Comercial do Pará*, saindo de circulação em 31 de outubro de 1862. Esse periódico encontra-se disponível, dos anos de 1840 a 1861 – período abarcado na pesquisa –, no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Artur Vianna, da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém. Já ao término desta tese, soube-se estar disponível também no site da hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (SANTOS FILHO; PACHECO, 2018).

Como demonstrado anteriormente, na terceira imagem, as temáticas de fugas de escravos eram apontadas e categorizadas no jornal como repartições de polícia, posto que o periódico se posicionava de forma favorável ao Império. Os escravos eram descritos, em várias publicações, como propriedade privada. Ações de fuga e de luta por sobrevivência desses homens e dessas mulheres escravizadas eram consideradas como prejuízo, com valor de um bem material como qualquer outro.

Em 1840, o impresso publicou:

> [...] fugiraõ-lhe dous escravos, o primeiro mulato tapuiado de nome Thomé em 1849, tendo quando fugio 19 a 20 annos de idade, com os signaes seguintes: estatura baixa, reforçado, olhos pequenos e alguma cousa vesgos; quando se enraivésse, ou embriaga volta a cada instante o preto dos olhos pra cima, e só deixa ver o branco: cabello preto e pouco crespo, sem barba quando fugio, fala rouca, pernas grossas, pé regular, muito sadio: constava existir nos districtos da Vigia; mas ha pouco tempo foi visto nas Ilhas a fazer seringa, para o que he perito; tornou-se ultimamente ver junto das fabricas dos Snr. Gomes Antonio Correa & C.ª, que para lá negociava. Em 1851, tendo os signaes seguintes: alto, magro, com cicatrizes nas costas de surras, nariz muito chato, bons dentes, fala muito grossa, masca tabaco, pernas juntas no joelho, faz bem seringa, redes de pescar, lavra de enchó, he muito mentiroso, chama-se Alexandre, mas costuma dar o nome de Pedro. Alexandrino; tem sido visto na boca dos rios Acará e Mourjú. Protesta-se com todo rigôr da lei contra quem lhes der conto, e gratifica-se com 50$000 réis a quem os apresentar a seu Snr. nesta Cidade, ou em seu sitio Santa Maria, districto Boa Vista de onde fugirão; tambem se venderá em fuga fazendo conta. (TREZE DE MAIO, n. 340, 6 jun. 1854, s/p).

Nesse trecho, percebe-se a riqueza de detalhes conferidos aos escravos fugidos, a fim de que fossem localizados e identificados o quanto antes. Os boatos que

contribuíssem para rastrear as fugas poderiam representar ricas informações para as autoridades. Estas, além do rastreamento, também faziam o reconhecimento do local de possível aquilombamento dos procurados.

Eram constantes os anúncios de fugas no jornal, bem como descrições de casas e propriedades, o que atesta a existência de quilombos às margens dos rios cujas rotas eram estratégicas:

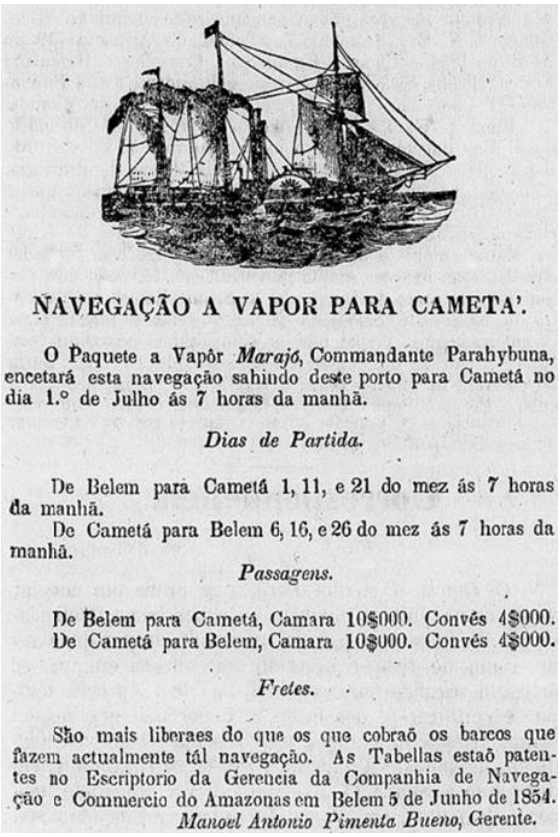
> Anuncio huma uma situaçaõ com mais de meia legua de frente no rio Macacos – distrito da vila de Melgaço – em —um dos melhores locaes d'aquelle rio, com muitas capoeiras e muitas arvores fructiferas. O local ainda possui uma casa de moradia e um conhecido engenho (que este não denomina), como descreve com a —madeirama em pé que estão entregues aos —auzentes. A compra é realizada em Belém a quem se interessar. (TREZE DE MAIO, n. 322, 28 jun. 1843, s/p).

Os anúncios de propriedade descreviam ao leitor a riqueza da fauna e da flora. Citavam a abundância de peixes, como pescadas e camurins, e a presença de árvores frutíferas. Também davam destaque à construção naval e a obras de marcenaria, de modo a atrair interessados. Ao mesmo tempo, indiretamente, também anunciavam às autoridades trechos que poderiam ser apoio em potencial para a fuga de pessoas negras – sendo elas libertas ou não.

Como efeito imediato à política de incentivo do governo imperial, que era favorável ao desenvolvimento da agricultura e do comércio da Capitania, as povoações do Norte Goiano se relacionavam muito bem com o Pará, através do Rio Tocantins. Mesmo que por falta de capital ou por falta de produtos exportáveis, coube ao Rio Tocantins possibilitar aos julgados do Norte um comércio ativo com o Pará, bem como a manutenção da balança de comércio favorável para a região (DOLES, 1973).

Nesse sentido, embarcações partiam e vinham de Cametá, possibilitando a promoção de comunicação e de troca comercial. Esse trânsito foi bastante significativo para a economia regional, como se pode depreender a partir do anúncio publicado na edição de seis de junho de 1854, no jornal *Treze de Maio*:

Imagem 4 – Navegação a vapor para Cametá



NAVEGAÇÃO A VAPOR PARA CAMETA'.

O Paquete a Vapôr *Marajó*, Commandante Parahybuna, encetará esta navegação sahindo deste porto para Cametá no dia 1.° de Julho ás 7 horas da manhã.

Dias de Partida.

De Belem para Cametá 1, 11, e 21 do mez ás 7 horas da manhã.

De Cametá para Belem 6, 16, e 26 do mez ás 7 horas da manhã.

Passagens.

De Belem para Cametá, Camara 10$000. Convés 4$000.
De Cametá para Belem, Camara 10$000. Convés 4$000.

Fretes.

São mais liberaes do que os que cobraõ os barcos que fazem actualmente tál navegação. As Tabellas estaõ patentes no Escriptorio da Gerencia da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas em Belem 5 de Junho de 1854.

Manoel Antonio Pimenta Bueno, Gerente.

Fonte: Jornal *Treze de Maio*, 1854, p. 4, edição n. 340.

Para além das propostas comerciais que a via fluvial do Rio Tocantins oferecia, muitos escravos e negros alforriados fugiam da cidade de Cametá, rumo à região do quilombo do Mola, próximo à cidade de Cametá. O quilombo existe até hoje e fez parte de uma confederação, conhecida como confederação do Itapocu. Conta com um complexo de vários quilombos que existiram naquela área, liderados por uma mulher chamada Felipa Aranha. Como apresentado anteriormente, no mapa 2, que demonstra a hidrovia fluvial do território que hoje corresponde ao Tocantins, as cidades em destaque não se desenvolveram sem causa aparente, e sim pelo incentivo à navegabilidade e pela promoção econômica dos rios mencionados.

Como descrito por Maria de Fátima de Oliveira (1997), o grande entrave de navegação dos rios Araguaia e Tocantins era caracterizado pela própria formação física, com cachoeiras, tropeções e corredeiras, além da falta de profundidade em determinados

trechos. Adentrar em suas águas não era tarefa fácil, sendo realizada somente por homens conhecedores de suas armadilhas e que comparavam o perigo de seu trajeto às viagens providas em alto-mar.

Debruçar-se nos estudos que tratam do extenso território da Comarca do Norte Goiano, abordando as rotas fluviais possibilitadas pelo rio Tocantins, é compreender que estamos lidando com uma região de fronteiras. Nesse sentido, estão inclusos impactos socioeconômicos e interesses coloniais, por vezes conflitantes, marcados pela presença de representantes administrativos do Império e pela presença de população indígena e escrava, incluindo negros fugidos.

Reveste-se daí a importância de refletir sobre como se formaram esses complexos de aquilombamentos às margens de um rio expressivo e que corta ao meio todo o território do atual Tocantins. É relevante observar como tais grupos interagiram com a natureza, utilizando-a como força de refúgio e como ferramenta de comunicação com outros grupos sociais. Com eles, partilharam memórias de lutas empreendidas por seus antepassados, para preservar sua identidade étnica e cultural.

Durante todo o século XIX, o poder público, tanto provincial quanto imperial, preocupou-se em buscar soluções racionais. Seu objetivo era explorar a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins, com fins comerciais que interligassem melhor a comunicação do Sul com a província do Pará e do Maranhão. Conforme se nota a seguir, houve tentativas:

> No plano concreto e também com alguns projetos, no sentido de superar tais obstáculos – dentre os quais a fundação legal de São João das Duas Barras, no Extremo Norte e, ainda, o estabelecimento da linha de correio da Corte (Rio de Janeiro) para o Pará que, passando por Goiás, faria um trajeto de 280 léguas por terra e 250 pelo rio Tocantins, no início do século XIX. Essa linha atravessava os julgados ao norte de Flores, Carmo, Natividade, Conceição e Arraias. No final do mesmo século, uma outra tentativa do capital americano, por intermédio da *Pará Transportation Traders Company*, deveria – além de explorar comercialmente a navegação do Baixo Tocantins – construir a ferrovia do Tocantins. (CAVALCANTE, 1999, p. 40-41).

Percebe-se que as vias naturais de comunicação por vias fluviais na Comarca do Norte foram, muitas vezes, empreendidas por projetos particulares que buscavam interligar Sul e Norte da província goiana através dos rios Araguaia e Tocantins. Empreender a continuidade de navegação, mesmo sem obter o avanço

desenvolvimentista esperado, forneceu meio de sobrevivência para as principais cidades ribeirinhas do Alto Tocantins, como Palma (Paranã), Peixe e Porto Nacional (antigo Porto Real), que lutavam pela conquista de posição comercial estratégica para a região.

A atividade de navegação permitiu a continuidade, por mais ou menos um século, para Porto Nacional e região, de um *modus vivendi*, criando um mundo, de certa forma, diferente, com costumes próprios. Isso estava interligado a um meio maior, do qual fazia parte, mesmo sem estar completamente integrado, mas não permitindo ser de todo esquecido (OLIVEIRA, 1997, p. 72). Mais tarde, essa ligação só efetivamente ocorreria via ferrovia/rodovia, contribuindo para um notório isolamento e retardando a integração inter-regional entre as comarcas.

A abertura da Belém-Brasília, em meados do século XX, com o plano desenvolvimentista proposto pelo governo federal de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) em parceria com governos regionais, representa tão somente a expressiva prioridade política das rodovias em detrimento do potencial econômico provido pelas ferrovias e/ou hidrovias. Ao fazer essa opção,

> JK abre, ou melhor, escancara as portas do país às indústrias internacionais ligadas ao setor, embarcando o Brasil rumo à modernidade, porém sem atenuar seus laços de dependência, apesar do contraditório discurso nacionalista. [...] A expressão “opção radical” vem aqui no sentido de que a política viária não teve a prudência de realizar estudos de maneira a explorar os três setores de transportes (rodoviário, ferroviário e fluvial), de acordo com potencialidades, necessidades etc., de maneira equilibrada. Dito de outra forma, mais uma vez a política brasileira não revelou independência nacional. (AQUINO, 2004, p. 326).

Cabe considerar que o processo de urbanização do Norte de Goiás foi possibilitado pelo advento da expansão rodoviária. Enquanto isso, a vida urbana ao Norte do Paralelo 13 limitava-se quase que exclusivamente ao vale do rio Tocantins. Avaliando tanto esses fatores quanto a proporção do território como um todo, com a construção da rodovia, houve apenas uma transposição das margens do rio para as margens da estrada (AQUINO, 2004). O rio, por sua vez, perdeu protagonismo a partir dessa nova malha urbana, a qual surgiu em prol do desenvolvimento propiciado pelas cidades servidas pela nova rodovia que passa. Assim, as demais regiões foram relegadas a certo isolamento, por vezes caracterizado por fluxos migratórios internos pouco significativos e quase inertes, do ponto de vista econômico.

Nesses processos, há momentos em que a identidade social é questionada. Em relação a isso, Sérgio Paulo Moreyra afirma que, submersa pelo dilúvio das ondas migratórias vindas de todas as partes, por transformações produzidas pelas estradas, pelas micro-ondas e pelas máquinas, a identidade dos tocantinenses vai desaparecendo como desapareceu a dos goianos (MOREYRA, 1989 *apud* AQUINO, 2004).

Para além das perspectivas econômicas, como bem destaca Arbués (2004), a Belém-Brasília acentuou a expansão da zona de fronteira que compreende todo o território tocantinense. Dessa maneira, redirecionou e incentivou, ao mesmo tempo, a movimentação do excedente de mão de obra nordestina no sentido da fronteira amazônica. Isso impôs um novo ritmo ao movimento populacional. Nesse sentido, pode-se considerar os seguintes resultados de tal processo:

> Foram a implantação e o crescimento de núcleos urbanos, alterando assim a composição das relações sociais e de produção. Inovações diversas foram introduzidas, substituindo os antigos sistemas, desmantelados pela dinâmica capitalista. O norte de Goiás, a partir dos anos 1960, passa a ser então o centro das atenções governamentais, recebendo estímulos ligados à infraestrutura e financiamento direto ao produtor, através dos programas especiais. Isso provocou uma mudança no panorama de ampliação de frente pioneira e de expansão. (AQUINO, 2004, p. 403).

Foi necessário, para o desenvolvimento desta tese, compreender os efeitos dessas dinâmicas para a manutenção ou para a alteração significativa nas hierarquias sociais, que foram providas no processo transitório de consolidação do território tocantinense. O local de representação espacial e social às vezes se modifica, seja pela condição de ser margeado pelos rios, seja pelo incentivo da rodovia Belém-Brasília.

Desse modo, mais do que tratar dos efeitos que a autonomia política corresponderia para as diversas transformações para o antigo Norte Goiano, tanto em relação ao espaço, quanto em relação à esfera social, cabe destacar, sobremaneira, que transformações vertiginosas trazem consigo conteúdos socioculturais que ressignificam uma nova identidade regional.

2.2 MARGENS, FRONTEIRAS E TERRITÓRIO: HIERARQUIAS SOCIAIS E ETNICIDADE NO TOCANTINS

Até aqui, focamos o estudo nas dicotomias complexas que levaram à constituição do estado do Tocantins. Observamos que esse território se configura como uma zona ampla de fronteiras margeadas pelo trato de grupos sociais. Uns buscavam destaque e dominância política, outros grupos étnicos travavam estratégias de resistência e de sobrevivência devido a uma ordem social escravista imposta a eles.

Para entender a rota do Tráfico Atlântico praticado entre Goiás e África, Maria Lemke Loiola (2010) argumenta que o combo cor-procedência e condição enquanto atribuição colonial são elementos de (des)qualificações, conferidas aos africanos e seus descendentes, indicando a esses indivíduos o papel de atuação no mundo colonial. Alterada a condição – de escravizado a liberto –, a cor e a procedência continuavam a ressaltar o passado escravo. Cor e nação (procedência), ambas relacionadas, indicavam a inscrição social do indivíduo e faziam parte do complexo sistema de hierarquias sociais do antigo Norte Goiano.

Como já discutido anteriormente, com a intensificação da exploração aurífera nas minas durante todo o século XVIII, Goiás recebeu significativo fluxo de africanos escravizados. Isso abriu caminho para um trecho transatlântico em pleno sertão e para uma configuração colonial que se diferenciaria de todo o restante do Brasil. Autores como Pinto (1979), Mamigonian (2000), Apolinário (2004) e Loiola (2009; 2010) apresentam, em suas pesquisas, uma África encoberta, que se estende por todo sertão de Goiás. Também discorrem sobre como ocorria a dinâmica do tráfico para a região Norte de Goiás.

Entre os anos de 1764 e 1792, Goiás recebeu dois grandes grupos linguísticos africanos – os sudaneses e os bantos. Os sudaneses eram trazidos pelo porto da Bahia, seguiam em comboios para o Recôncavo Baiano, para onde partiam para o Norte da Capitania de Goiás. Já os bantos desembarcavam, geralmente, no Porto do Rio de Janeiro (PINTO, 1979; SALLES, 1992).

Os sudaneses, frequentemente denominados como “minas”, trabalhavam na mineração, porque detinham conhecimento específico para tal ofício. Na África, desde a

Idade Média, eram reconhecidos pela extração do ouro aluvial que coletavam na curva do Rio Niger, nas áreas de Bainbuk e Buré. Provenientes dos portos ao longo da Costa do Daomé, os sudaneses migraram depois para a região da Mina (Gana) – daí se dava a referência, por serem negros da Mina. O grupo dos bantos vinha da África Central, que se estendia do Golfo da Guiné à África Meridional. Deles, destacam-se os angolas, congos, muxicongos, benguelas, monjolos, rebolos, cabindas, entre outros.

Analisando estudos e manuscritos dedicados a compreender a transição do tráfico atlântico para o tráfico interno de escravizados na porção Norte de Goiás percebe-se que, com o sucessivo declínio da mineração e os excessivos impostos, acabou-se por importar menos africanos e preservar os escravizados que aqui foram gradualmente naturalizados. Com o cotidiano escravagista praticado no antigo Norte Goiano, estrategicamente essas pessoas negras, além de redescobrirem uma perspectiva africana no Brasil, movimentavam-se por entre as hierarquias dominantes aqui presentes. Criavam, assim, tímidos espaços de liberdade naquelas terras margeadas de rios torrenciais.

Ao final dos setecentos, a economia praticada pela Comarca do Norte gradualmente se modificou:

> Além das atividades nas minas, nas grandes fazendas e no criatório, os escravizados negros eram os trabalhadores domésticos das casas senhoriais, ferreiros, mensageiros, carpinteiros, oficiais de sapateiro, dentre outros. Pode parecer que os homens e mulheres negras ao desenvolverem as atividades em todo o norte goiano eram sujeitos passíveis no complexo social. Todavia, antes de serem escravos, eles eram seres humanos e mesmo na labuta diária interagiam dinamicamente naquela sociedade escravagista. (APOLINÁRIO, 2004, p. 153).

Nessa dinâmica de interação, a população dos arraiais, que se formou ao Norte Goiano, foi constituída por diferentes grupos. O enorme afluxo de migrações dentro do território e de suas fronteiras fez com que a composição social se tornasse bastante heterogênea. A ausência de documentação dificultou o registro da quantidade de escravizados e de como funcionava a interação deles com os nativos da terra.

Muitos estudos que tratam do quadro social do Norte de Goiás dedicam etapas de suas pesquisas à descrição do negro e do indígena de forma isolada, o que realmente não acontecia durante esse dinamismo. Nos estudos relativos à formação dos arraiais,

não só do Norte Goiano, mas em toda Capitania de Goiás, relacionar a perspectivaiu econômica à força de trabalho escravo complementa toda a análise do processo. Temis Gomes Parente (2007) defende que toda a economia goiana, durante o período colonial, fundamentou-se nessa perspectiva de trabalho, desde o desbravamento da área, no início do povoamento, com as descobertas das primeiras minas, até o cultivo do solo.

Para pensar na interação étnica entre indígenas e africanos, sejam nativos ou emigrados, é preciso buscar compreender em qual momento essa interação ocorreu. É necessário considerar conflitos, resistências e dinâmicas de fronteira desses sujeitos, articulando com outras órbitas dominantes do período. Os detalhes que apresentam as relações entre os nativos da terra e a sociedade circundante não indígena estão diretamente ligados à terceira fase de aldeamentos goianos, ocorrida já no século XIX, ao longo dos rios Tocantins e Araguaia. Esses aspectos são abordados, por exemplo, na obra de Odair Giraldin (2004), um dos clássicos teóricos que descrevem o âmago das relações interétnicas no Tocantins.

Acerca da terceira fase, Giraldin (2004) aponta que os aldeamentos já estavam diretamente relacionados à tentativa de reativar o comércio fluvial com o Pará. Ao mesmo tempo, ocorria a invasão mais acentuada daquela região mesopotâmica pelas fazendas criatórias de gado bovino.

Além da política de fomentação do comércio justafluvial e visando facilitar a navegação na região interfluvial através da Bacia Araguaia-Tocantins, os governos de Goiás – capitania até 1822 e província após essa data – implementaram a política de criar presídios militares. Esse procedimento era muito comum em outras regiões do país, ao longo de margens de rios. Em resposta, muitas comunidades se coalizavam e combatiam tais políticas interventivas. Giraldin (2004) indica que os Karajá reagiram já em 1812, quando se tentou fundar o Presídio de Santa Maria. Uma coalizão dos povos Karajá, Xavante e Xerente atacou o presídio e o destruiu. Somente em 1845, as prisões e conflitos diretos foram diminuindo, com a mudança da política indigenista e com a presença intensiva de missionários capuchinhos e dominicanos no Norte Goiano.

Como se pode notar, até a primeira metade do século XIX, o indígena figurava, em diversos documentos oficiais, como obstáculo ao acesso dos mineiros às jazidas recém-descobertas. Essa imagem continuou, posteriormente, no processo de expansão

e de ocupação do sertão goiano para cultivo da terra e da agropecuária. O negro escravo, por sua vez, não era visto como obstáculo se estivesse categorizado na condição de mercadoria. Entretanto, sua reivindicação por liberdade e sua resistência ao sistema escravista os colocavam em relação de conflito na mesma proporção que os indígenas.

As fugas foram consideradas, desse modo, como sinônimo de resistência escrava. Conforme a autora Mary C. Karasch (1996) detalha, o desenvolvimento de comunidades negras autônomas era historicamente reconhecido como quilombo. Em seu texto *Quilombos do ouro na Capitania de Goiás*, a autora descreve:

> Os africanos fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás - que hoje correspondem ao norte, sul e sudeste do estado do Tocantins, e as áreas mais conhecidas são: a região do Jalapão, de Arraias e de Natividade. Depois que chegavam e se instalavam na região, trabalhavam na exploração da riqueza mineral local, descobrindo vários locais novos para explorar ao longo dos rios e também viviam da caça, da pesca e do cultivo de roças, além de cuidar de gado e produzir carne seca. (KARASCH, 1996, p. 241).

A partir das análises, percebemos que os refúgios estavam diretamente ligados a uma perspectiva de deslocamento e de exploração de recursos naturais. É o que Karasch (2021) chamou, dez[18] anos depois, de fronteira em conexão, em sua obra *Before Brasília: frontier life in Central Brasil*. Para a autora, o Norte Goiano não experimentava de isolamento, nem político, tampouco econômico. Configurava-se, isto sim, como uma fronteira em movimento e interação, envolvendo portugueses, africanos, luso-brasileiros e comunidades indígenas.

Como debatemos anteriormente, essa relação interétnica não acontecia de forma correlata. Estava sob uma perspectiva social específica da zona norte goiana. Apolinário (2004) informa a presença de uma pequena elite de mineiros, comerciantes e criadores de gado, em contraste com a grande maioria de pessoas marginalizadas, como escravos, foros, indígenas e faiscadores. Portanto, compreender que a economia colonial goiana se estabelecia em uma dinâmica socioeconômica de exploração nos leva a questionar

[18] A obra de Mary Karasch *Before Brasília: frontier life in Central Brazil* foi apresentada em 2016, dez anos depois da primeira obra, *Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás.* No entanto, a primeira publicação só ocorreu durante a pandemia, em 2021.

também como ocorria a dinâmica social das hierarquias dominantes e como a disputa de poder político local se preestabelecia.

Quanto à estrutura de dominação e de exploração que se estabeleceu na América, em geral, e no Brasil, em particular, Aníbal Quijano (2005) denominou de colonialismo. O autor definiu esse colonialismo como o controle da autoridade política e dos recursos de produção. Nesse sistema, o trabalho de uma determinada população dominava outra, de diferente identidade, e cujas sedes centrais estavam localizadas em outra jurisdição territorial. De acordo com Quijano (2005), essa forma de dominação e de exploração – escravidão – só foi possível mediante a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados baseada na ideia de raça, isto é,

> [...] uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. (QUIJANO, 2005, p. 117).

Assim foram se configurando e produzindo identidades sociais historicamente novas: “indígenas”, “negros” – e citamos também os “quilombolas”. Esses sujeitos foram hierarquizados, relacionados a lugares e papéis sociais correspondentes como constitutivos deles. Ou seja, “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Dessa forma, a perspectiva de exploração e de dominação em Goiás, especificamente no Norte Goiano, após o período de escassez do ouro, foi voltada inteiramente para a expressão de valor atribuído à terra. E também considerava o modo como a renda capitalizada no escravo viria a se tornar renda territorial capitalizada.

Quanto ao período compreendido entre 1822 e 1850, Maria Aparecida Daniel da Silva (2000) dedicou parte de seu estudo a compreender como, a partir do poder senhorial e do prestígio social, começaram novas perspectivas de enriquecimento por meio da especulação e da produção de novas mercadorias, partindo da posse expressiva das terras em Goiás. Ser senhor de terras era um título a que muitos aspiravam. Para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava na capacidade de exercer o

domínio sobre as terras e sobre os homens dali – escravos, moradores e arrendatários. Para a autora:

> A terra tinha mais valor do que normalmente se pensa. O tipo de agricultura (monocultora/exportadora em grande escala), a pecuária extensiva, a avidez dos posseiros no cercamento de terras para especulação, outros para produzir para sua subsistência foram formando o perfil fundiário de Goiás. [...] Antes da Lei nº 601, os fazendeiros obtinham êxito "pela força", depois da lei eles passaram a ganhar na justiça. Pela Lei de Terras, todas as ocupações por posseiros estariam proibidas, a partir da sua aprovação, em 1854, mas a proibição do apossamento, prevista nessa legislação, refere-se à ocupação do posseiro pobre, do migrante, "não impede a ação do pecuarista, que expande o seu domínio na caminhada do gado por novos pastos..." Com a conivência de autoridades (políticos, delegados, promotores, juízes) os grileiros, habituados a se apropriarem de terras de camponeses ou devolutas, continuam agindo até hoje. "Os aparelhos de Estado fecham, as mais das vezes, os olhos diante do trabalho dos grileiros". (SILVA, 2000, p. 140).

Ocupar tais terras partia do princípio inicial de uma política centralizadora de colonização portuguesa. Essa política, já no final do século XVIII e início do XIX, concentrou-se em expandir, ocupar e explorar economicamente o território colonial goiano.

Desse modo, o objetivo era delimitar e conhecer o percurso dos rios, desbravar os caminhos terrestres por regiões incultas e promover aldeamentos que abalizassem as comunidades nativas do território. Tais ações garantiam uma maior estratégia de consolidação de um processo de hierarquização e, posteriormente, de urbanização de uma unidade espacial colonial que precisava assumir uma malha específica de controle.

Os arraiais instalados que foram consolidados ao norte da província assumiam caráter de rede de confluência com outras zonas comerciais ao sul do Pará e do Maranhão. Durante toda a fase de exploração mineradora, vincularam mão de obra indígena e negra africana, passando para uma fase agrícola destinada particularmente ao abastecimento. Isso redesenhou relações de poder específicas sobre o espaço territorial de Goiás como um todo.

Essa busca de compreensão do princípio de etnicidade praticado no Norte Goiano está diretamente entrelaçada ao processo de formações urbanas do território. Este era pautado em raízes coloniais, quando Portugal incentivava um programa de elevação dos arraiais e aldeamentos à categoria de cidades. As práticas urbanísticas específicas, que

se estenderam até o período pombalino, foram reproduzidas inicialmente pelo trilhar dos bandeirantes. Depois evoluíram pela figura oficial dos governadores Luiz de Mascarenhas, José de Almeida e Cunha Menezes.

A segunda parte do livro de Karasch (2021) é dedicada a compreender essas dinâmicas sociais e culturais praticadas pela sociedade colonial na Capitania de Goiás. No quinto capítulo, nomeado “Boa ordem: estruturas do Império”, a autora parte do princípio das hierarquias sociais, para discorrer sobre como Portugal buscaria impor sua hegemonia colonial. Também aborda como o caso teve destaque adverso no Brasil Central, onde nações indígenas e pessoas de cor, livres, escaparam à “boa ordem” imposta e praticada por Lisboa. Nem mesmo as elites brancas locais se curvaram aos oficiais portugueses. Por essa razão, a região era considerada uma fronteira indisciplinada até o final do período colonial, em 1822 (KARASCH, 2021).

Outra teoria que a autora busca desmistificar é a do completo isolamento e da decadência que o território goiano teria, supostamente, enfrentado após o declínio da mineração:

> Embora muitos portugueses tenham deixado a capitania no início do século XIX, a economia interna não entrou em colapso por completo. Ouro, tabaco, couro, gado, algodão, café e geleias de marmelo eram transportados pelas antigas rotas de comércio para as capitanias vizinhas, enquanto os goianos continuavam a importar sal e produtos de luxo europeus. Durante o século dezenove, a economia agropastoril viria a dominar a província de Goiás, quando imigrantes das províncias vizinhas contribuíram para o desenvolvimento econômico de uma das regiões agrícolas mais importantes do Brasil Contemporâneo. (KARASCH, 2021, p. 242).

A autora nomeia os brancos das elites fundiárias da Capitania de Goiás como “bons homens” de “resistência passiva”. Com suas propriedades, esses homens diversificaram suas atividades econômicas e fizeram bons casamentos com mulheres brancas de famílias locais. Eles também desafiaram os governadores portugueses, evitando impostos e se envolvendo no comércio de contrabando. A tal passividade relatada pela autora está atrelada ao fato de essa elite goiana recusar-se a obedecer às instruções dos governadores portugueses, que se queixavam da sua “preguiça” e da falta de obediência leal. Orgulhosos de suas famílias extensas, de herança bandeirante, os brancos locais resistiram tenazmente, especialmente a partir de 1804, e construíram

novas vidas com base nas atividades agropastoris e no contrabando de gado no século XIX.

Esse foco na linhagem e na cor levou ao casamento dentro das famílias. A consanguinidade gerou problemas de saúde geneticamente ligados e que se tornaram mais evidentes após o século XVIII. Embora o exame minucioso de uma genealogia familiar possa revelar uma mulher africana ou indígena como ancestral, as elites locais foram identificadas como brancas e tratadas como membros brancos de famílias locais ilustres (KARASCH, 2021).

Em relação aos julgados do Norte, por outro lado, ainda menos brancos foram registrados, principalmente na proporção dos negros:

> Apenas 679 brancos mantinham o controle social sobre 3.176 negros em Traíras, enquanto São Félix registrava apenas 387 brancos e Carmo tinha o menor número de brancos, com 84. No geral, a proporção de brancos que viviam na comarca norte era de apenas 13,3%, ao contrário para 18,8% na comarca do sul. Em termos de números, os brancos eram um grupo vulnerável, uma vez que eram muito superados em números pelos escravos e livres de cor. (KARASCH, 2021, p. 258).

A autora avalia que, mesmo que as estatísticas possam ter sido mal coletadas e analisadas, elas fornecem uma noção de quão poucas pessoas estavam disponíveis na Capitania para se engajar no controle de escravos ou para lutar contra as populações indígenas, especialmente depois que os portugueses deixaram a Capitania. A partir disso, entende-se que a maioria das pessoas que viviam na Capitania era de ascendência africana ou indígena. Esses dois grupos formavam pelo menos quatro quintos da população. Os brancos, portanto, eram apenas um quinto ou menos da população. Destes, menos ainda pertenciam aos ricos privilegiados da região.

Na sessão “Mestres da dança: escravizados africanos e crioulos”, Karasch (2021) argumenta que a busca pelos quilombolas livres da Capitania de Goiás começou com uma lista inicial compilada por Palacin e Salles. Os autores identificaram os locais onde existiam muitos quilombolas no século XVIII: Três Barras, com sessenta negros, que “insultaram” e causaram as mortes de viajantes, Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás e Paracatú, na estrada para Vila Rica, em Minas Gerais. Buscar compreender as rotas percorridas pelos quilombolas, ao longo dos julgados do Norte, e ainda assim entender suas movimentações e resistências em território tocantinense se mostra necessário para

conferir o título de fronteiras complexas, conforme Mary C. Karasch atribui ao espaço compreendido como Brasil Central.

As perguntas suscitadas pela autora para investigar as redes propiciadas pelas *Nations of Color* nos permitem dar continuidade à compreensão do lugar sócio-histórico dos remanescentes escravizados no Tocantins. Se entendermos a concepção de nação, em seu sentido arcaico, como “um povo estrangeiro”, então, por que essa população remanescente de escravos, hoje presente no Tocantins, se sente conectada à cultura de seus pais e avós para resistirem à força de uma hierarquia elitista, voltada inteiramente ao agronegócio que oprime e corrompe seu território?

2.3 DIREITO ÉTNICO E LUGAR SÓCIO-HISTÓRICO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO

Pensar o lugar sócio-histórico dos remanescentes escravizados é redesenhar a trajetória cronológica de luta por reconhecimento e certificação dessas comunidades. Por um lado, porque se trata de uma região que, a todo momento, reivindica um poder simbólico cultural. Por outro lado, ao mesmo tempo, tensiona um pressuposto de escalada social. Esse quadro provoca diferentes maneiras de retratar o espaço de representação tocantinense.

Além disso, tratar do lugar sócio-histórico dos remanescentes escravizados é trazer à tona questões específicas, como: Qual o significado de ser “quilombola”? Existe diferença entre os termos “quilombola” e “remanescente quilombola”? No Tocantins, essa discussão passou a ter mais relevância a partir de qual momento? Qual a relação entre identidade negra, pertencimento local e memória para esses povos?

Tais reflexões são desenvolvidas nessa primeira parte. Buscamos entender como, para esses povos, o marco oficial da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), definiu quem são as “comunidades remanescentes de quilombo”. A partir disso, procuramos também examinar o que o autor Roberto Cardoso de Oliveira (2006) chama de fenômeno de territorialidade, em conexão com o fenômeno da identidade étnica.

A cientista política Maria de Lourdes Bandeira (1990), em *Terras negras: invisibilidade expropriadora,* adverte que não busca meramente compreender a terminologia do significado de “quilombola”. A autora fomenta um diálogo no âmbito da territorialidade negra histórica, a partir da ordem jurídica no que diz respeito às terras de comunidades negras remanescentes – o que permeia o objetivo central de discussão nesta etapa da pesquisa.

Portanto, tecer considerações sobre o legado da escravidão, a partir de reflexões sobre identidade étnica e territorialidade[19] negra histórica, envolve a noção étnica de cada grupo que as constitui. Para a autora, a posse da terra, independentemente de suas origens patrimoniais, é efetivada pelas comunidades negras como “sujeito coletivo”, configurado enquanto grupo étnico.

> O controle sobre a terra se faz grupalmente exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais e principalmente das circunstâncias específica de solidariedade e reciprocidades desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos. [...] A apropriação coletiva é feita por negros organizados etnicamente como sujeito social. Não se trata, portanto, de posse de negros enquanto pessoas físicas. (BANDEIRA, 1990, p. 8).

A autora baseia seu estudo em um período em que a invisibilidade da ordem jurídica ainda prevalecia sob a territorialidade negra histórica. Esta, dotada de um sentido social e de bem público, passou por um modo de produção de sua própria historicidade, assumindo caráter de resistência. Esse caráter de resistência vem sendo associado à história dos aquilombamentos brasileiros, traduzidos em caráter de refúgio, compreensão de luta coletiva e repulsa à servidão e aos moldes impostos ao povo negro escravizado.

Dessa forma, apresentar a noção de quilombo enquanto demanda histórica restrita somente à noção de resistência descredibiliza pensar a questão partindo da identidade como elemento central da condição de ser e viver em um lugar. No caso do quilombo, viver e pertencer a um território.

---

[19] Tal conceito parte da noção atribuída por Bandeira (1990), que relaciona uma entidade historicamente associada por negros, indígenas e brancos a uma identidade étnica, com um foco de análise de base geográfica.

Por isso, é importante entender a territorialidade provida pelo princípio de identidade coletiva, sendo ela não estática. Essa identidade coletiva está sujeita a modificações constantes, partindo do espaço como referência. Ou seja, não somente a historicidade da resistência antecipa a ocupação do território por esses povos, há também outras formas. Por exemplo, há aquelas oriundas de doações ou de compras de terras pelos próprios negros alforriados, desde o desarranjo do sistema escravocrata pela prestação de serviços diversos.

No Tocantins, a discussão parte do princípio da territorialidade e passa a ter maior relevância justamente no momento de emancipação política do estado. O negro, no âmbito rural, viu-se confrontado quanto a sua forma mais imediata de transformação de sua relação com a terra. A antropóloga Neusa Maria Mendes de Gusmão (1990) discute a respeito da "questão política das chamadas terras de preto", entendendo tais grupos da seguinte maneira:

> Vinculados a uma localidade constroem alí, um espaço social marcado pela terra e pelo parentesco. A racionalidade com que se organizou a família, o trabalho, a religião, etc. [...] deu-se longe do domínio e das leis brancas, mas não de sua influência criando-se assim sua tradição. A tradição é então, produto da experiência comum compartilhada e implicada a ser refeita em solo brasileiro – partindo dos elementos de uma cultura africana. No "patamar da escravidão" transformados, adaptam-se e são adaptados, organizam a vida e a interpretação sobre ela. (GUSMÃO, 1990, p. 27-28).

O termo "terras de preto", ao qual a autora recorre em seu estudo, é referido na Constituição Federal de 1988 como o reconhecimento relativo à dominialidade das terras de comunidades remanescentes de quilombo como de propriedade definitiva dos quilombolas. São consideradas, juridicamente, terras tradicionalmente ocupadas. Resultante do cumprimento formal de novos dispositivos jurídicos fornecidos pela nova Constituição, o movimento negro, especificamente as diversas movimentações quilombolas, mobiliza-se em forças sociais diversas. E buscam reivindicar, frente ao governo brasileiro, o reconhecimento e as garantias específicas de direito.

Com a promulgação da Constituição, em 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, somado aos artigos 215 e 216[20] da Carta Magna, funcionou

[20] Os referidos artigos versam sobre questões importantes no âmbito cultural. Tratam da validação do pleno exercício de direitos culturais, de incentivos institucionais, da valorização das manifestações culturais e do

como um recurso constitucional para designar temas para serem discutidos e para buscar por soluções-problemas a curto e médio prazo. O artigo 68, do referido ADCT, dispõe: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, s/p). Assim, interpela-se um novo precedente para a questão fundiária quilombola no Brasil. Esse ponto traz à tona questões pertinentes a respeito de como identificar e efetivar tais direcionamentos constitucionais.

Para além do texto constitucional, o conjunto normativo que orienta os procedimentos de identificação dos destinatários do Direito Constitucional, constante no art. 68 do ADCT, é estabelecido com o Decreto Executivo 4.887/03 e com a instrução normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), IN/Incra n. 57/09. Tais legislações foram planeadas com os certames da convenção sobre os povos indígenas e tribais, a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[21]. E são articuladas como matriz legislativa em voga no Brasil, a título de proteção e validação dos territórios das comunidades quilombolas.

Ao designar os sujeitos interpelados a partir das considerações presentes no Art. 68 do ADCT, oficializado na Constituição Federal de 1988 e somado às especificidades descritas no texto da Convenção 169 da OIT, os agentes sociais passaram a se organizar como sujeitos de ação política, com movimentações coletivas pelas quais se definem e buscam representação institucionalizada. Essa situação foi consolidada com o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas e com a Marcha Zumbi dos Palmares: Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Ambos os eventos foram realizados em novembro de 1995, em Brasília-DF, quando as comunidades negras rurais organizaram as demandas regionais em prol de uma pauta unificada – a luta pela certificação de suas terras.

---

patrimônio cultural brasileiro. O Art. 216, especificamente, destaca o patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, e os portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira – dentre eles, os afrodescendentes.

[21] A Convenção 169, sobre povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entrou em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. Essa convenção acabou por pressionar o reconhecimento como critério fundamental dos elementos de autoidentificação desses grupos, reforçando, de certo modo, a lógica dos movimentos sociais.

Após amplo diálogo, que buscou avaliar as demandas propostas no primeiro encontro nacional de quilombos, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) foi criada em maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa-BA. Isso ocorreu depois de uma reunião diagnóstica do evento, contando com representantes de diversos quilombos brasileiros e com entidades parceiras do movimento[22].

Conforme descreve Ivan Rodrigues Costa[23] (2017), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas surgiu não só para reivindicar soluções para os problemas nacionais. Também se constituía como movimento político, organizado para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro no meio rural. O autor reitera ainda:

> A CONAQ tem como objetivos lutar pela garantia de propriedade de terra, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, em vários estados brasileiros, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente, que são referências de vida. (COSTA, 2017, p. 5).

Desde sua efetiva criação, a coordenação assumiu o papel de núcleo de movimentação social de representação nacional por luta e consolidação dos direitos das comunidades negras rurais quilombolas. E continua sendo, até hoje, um expoente do movimento social negro no Brasil. Após 26 anos de existência, a Conaq realizou cinco encontros nacionais. Neles, ocorreram sucessivos encontros de formação política da coordenação nacional e das coordenações estaduais, além de seminários nacionais, regionais, assembleias, fóruns, debates, participações de quilombolas em diversos

---

[22] A referida reunião contou com representantes dos quilombos de Frechal-MA, da Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA), além de Rio das Rãs, Lages dos Negros e Rio de Contas-BA, Conceição das Crioulas e Castainho-PE, Mimbó-PI, Mocambu-SE, Campinho da Independência-RJ, Ivaporunduva-SP, Furnas do Dioniso e Furnas da Boa Sorte-MS e Kalungas-GO. Também participaram as entidades CCN-MA, SMDH, Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ-MS), Comissão Pastoral da Terra (CPT-BA), Grupo Cultural Niger Okám-Organização Negra da Bahia, dos Agentes Pastorais Negros (APN's-GO), Grupo Cultural Afro Coisa de Nego-PI, Movimento Negro Unificado (MNU), dos estados: BA, GO, PE, RJ e DF (COSTA, 2017, p. 2).

[23] Pesquisador do Centro de Cultura Negra do Maranhão e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, memorialista e ativista dos direitos negros e quilombolas, Ivan Costa esteve no primeiro Encontro de Comunidades Negras do Ceará, ocorrido em Quixeramobim, no ano de 1998, apoiando e lutando pela consolidação do Movimento Quilombola Autônomo.

espaços de construção de políticas locais, regionais e nacional. Nessas ocasiões, foram feitas muitas construções e travados muitos enfrentamentos do racismo institucional, em suas diversas faces, em defesa dos quilombolas e dos territórios quilombolas[24].

A Conaq funciona como uma organização sem fins lucrativos, que busca representar a maioria das comunidades quilombolas dos 23 estados da Federação. Entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro de 2000, em Salvador, foi realizado o II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Após esse encontro, foi deliberado o funcionamento da Secretaria de Informações da Conaq, tendo como sede o Centro de Cultura Negra do Maranhão, em São Luís, o que ocorreu pelo período de junho de 1997 a fevereiro de 2002. Posteriormente, a Secretaria de Informação da Conaq ficou funcionando na sede da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), sob a responsabilidade das próprias lideranças quilombolas maranhenses (COSTA, 2017).

Para além da efetiva articulação entre as comunidades quilombolas, reconhecidas em todo o território nacional desde sua organização inicial, a Conaq esteve presente diretamente na sanção do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Esse dispositivo legal regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em todo o país.

O decreto também possibilitou o ordenamento jurídico legal, em prol da defesa pelo espaço que os remanescentes quilombolas historicamente ocuparam. E legitimou a participação direta deles no processo de reconhecimento, como expresso no sexto artigo do decreto: “Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados” (BRASIL, 2003, s/p).

Assim, ficou reservada à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas, bem como sua inscrição em cadastro geral para expedir certidão respectiva na forma do regulamento. A fundação não certifica

---

[24] Os encontros ocorreram em: 17 a 20 de novembro de 1995, em Brasília-DF; 29 de novembro a 2 de dezembro de 2000, em Salvador-BA; 3 a 7 de dezembro de 2003, em Recife-PE; 3 a 6 de agosto de 2011, no Rio de Janeiro-RJ, e 22 a 26 de maio de 2017, em Belém-PA. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 11 maio 2022.

essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição, preconizado pela Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram, conforme consta no Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2022a).

A Fundação Palmares foi fundada em 22 de agosto de 1988, resultante da articulação e da luta do movimento negro. Portanto, há mais de trinta anos, vem trabalhando por seu objetivo original: a promoção e a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos, decorrentes da influência negra na formação atual da sociedade brasileira.

A emissão de certidões às comunidades remanescentes de quilombo mostra-se como o primeiro passo no processo de titulação dessas terras. Isso garante o território para essas populações. Hoje, são 3.495 comunidades certificadas, distribuídas pelas cinco macrorregiões do país, conforme descrito no quadro geral a seguir:

Quadro 2 – Número de certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), com publicação no DOU de 20/01/2022

QUADRO GERAL POR REGIÃO			
Nº	UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunida
1	NORTE	300	369
2	NORDESTE	1736	2206
3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	461	558
5	SUL	191	193
TOTAL POR ANO:		2839	3.495

Fonte: Brasil, Fundação Cultural Palmares, maio de 2022.

A partir de dados atualizados, disponibilizados pela fundação, estima-se que ainda existam cerca de 2,5 mil comunidades que precisam ser certificadas e que ainda estão com processos em aberto. Dessas, há dez comunidades em análise técnica (duas em

análise técnica de cancelamento) e aproximadamente 51 comunidades aguardando visitação técnica. As demais aguardam complementação de documentos.

O ano de 2019 ficou marcado por drásticas mudanças. Na semana em que se "comemorou" o Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, Sérgio Nascimento de Camargo foi nomeado como novo presidente da Fundação Cultural Palmares. Com orientação política de extrema direita, expressou inexistir racismo em nossa sociedade, rechaçando o Dia da Consciência Negra e contestando a necessidade de reparação histórica aos negros no Brasil, em decorrência da escravidão.

O advogado Carlos Alves de Moura, criador e primeiro presidente da Fundação Palmares, manifestou seu sentimento: "Um misto de tristeza e revolta. Tristeza porque não foi brincadeira criar a Fundação Palmares. Revolta em ver que o racismo continua implacável." (MOURA *apud* FRANCO, 2019, s/p). Nessa mesma entrevista ao jornal *O Globo*, Moura questionou: "Dizer que o racismo não existe é uma afronta à dignidade das pessoas. Onde está a comunidade negra no Brasil? Está no estamento superior das Forças Armadas, das Igrejas? Está na tripulação dos aviões ou varrendo os aeroportos?".

Concomitantemente à polêmica nomeação, em novembro do mesmo ano, a Fundação foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, deixando a Secretaria de Cultura, à qual estava vinculada. Essa alteração deflagra um cenário de crise. A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, a pedido da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), solicitou esclarecimentos sobre a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Especial de Cultura, ambas vinculadas à pasta[25]. Com a proeminência dessa crise no órgão responsável pela titulação das terras quilombolas no país, o que se confirmou, nos anos em que Sérgio Camargo presidiu a Fundação, até 2022, foram a ausência de propostas, a absoluta negligência quanto ao papel institucional e a ausência de retorno social transparente das demandas do órgão.

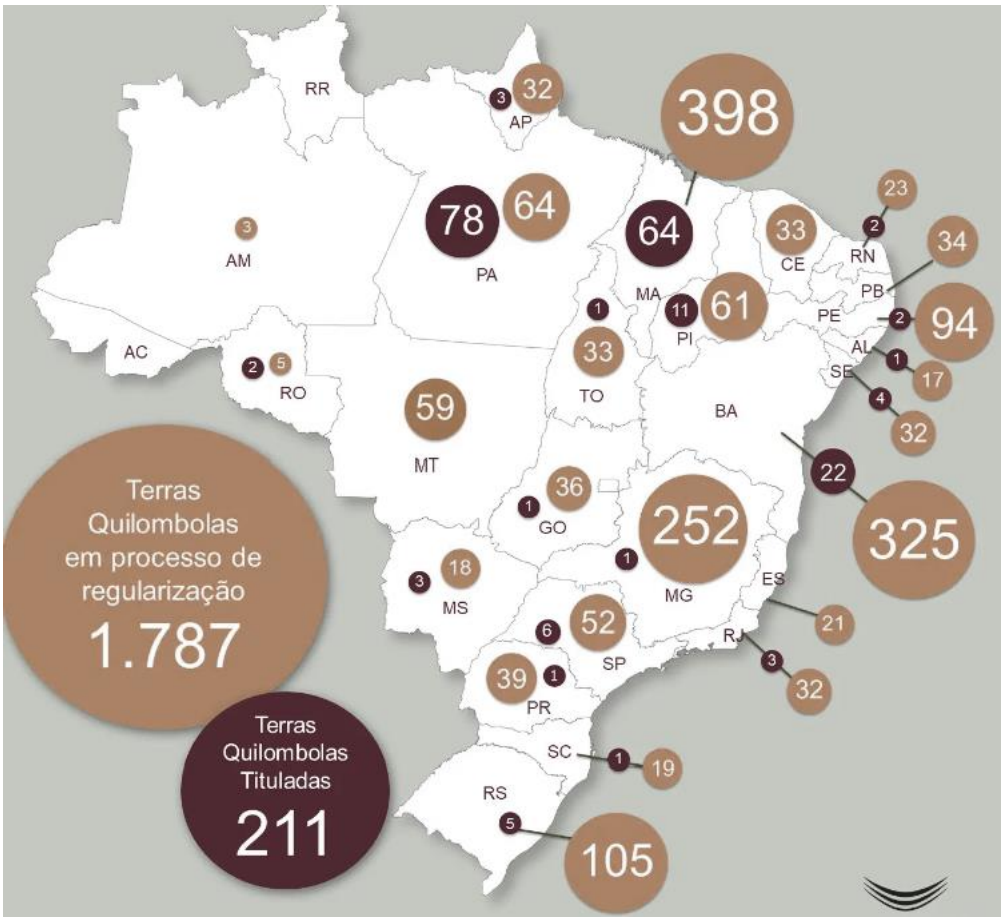
A titulação da terra aos remanescentes de quilombo, a que se confere notoriedade prescrita no Decreto n. 4.887/2003, em seu Artigo 17, além da certificação, prevê que a ação tornará a terra inalienável, indisponível, imprescritível e impenhorável, como também indivisível, tendo em vista o caráter coletivo dos remanescentes. Não obstante,

---

[25] Divulgação da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em julho de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/780657-comissao-quer-explicacoes-do-ministro-do-turismo>. Acesso em: 11 maio 2022.

no que se refere ao processo de titulação das terras quilombolas, o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos[26] apontou que, mesmo após a promulgação do referido decreto, somente 149 títulos de terras foram expedidos pelo Incra. Desse total, 62 foram parcialmente tituladas, ainda restando 1.787 processos em análise, conforme pode ser verificado no mapa disponibilizado pelo Observatório Terras Quilombolas[27]:

Mapa 3 – Terras quilombolas: tituladas e em processo no Incra



Fonte: Observatório Terras Quilombolas, Comissão Pró-Índio de São Paulo (atualização em 12 de julho de 2023).

[26] Situação dos direitos humanos no Brasil: aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

[27] O Observatório Terras Quilombolas, desde 2004, monitora a implementação da política de regularização fundiária de terras quilombolas no Brasil. Os dados são atualizados no mapa interativo, no site da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <https://cpisp.org.br/comissao-pro-indio-de-sao-paulo2/>. Acesso em: 11 maio 2023.

Foi o Decreto n. 4887/2003 que possibilitou o passo inicial a ser dado para a titulação e a demarcação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Isso ocorreu a partir de procedimentos e funções competentes ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra.

Somando-se ao decreto, a Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009, do Incra, direcionou os passos para todo esse processo de regularização fundiária. Primeiramente, houve a autodenominação da comunidade juntamente à Fundação Cultural Palmares, seguida pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Por conseguinte, ocorreu a Análise da Situação Fundiária das Áreas Pleiteadas. Por fim, foi realizada a demarcação, geralmente coordenada por um antropólogo com experiência na temática.

O processo de regularização fundiária de uma comunidade quilombola avança com a publicação, no Diário Oficial da União (DOU), de portaria que declara os limites do território tradicional. Logo em seguida, há o Decreto Presidencial, que autoriza a desapropriação do território, oficializando a posse pela comunidade, em seu território tradicional de origem, com a titulação.

Analisando toda a movimentação direta para a luta dos (e pelos) direitos étnico-quilombolas no Brasil, é premente destacar a articulação contrária ao Decreto n. 4.887/03, que ocorreu em 2004, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn[28]) n. 3239, ajuizada pelo PFL, posteriormente rebatizado como Democratas (DEM). Esse partido é, reconhecidamente, um dos maiores representantes da bancada ruralista no Congresso Nacional. Notou-se, então, uma movimentação muito explícita dentro do ordenamento jurídico, em que se escancararam interesses diretos dos representantes postulantes de tal ação.

A ADIn n. 3239/04, descrita no campo sociológico e jurídico pelos autores Rodrigues, Nunes e Rezende (2016), põe em questão:

> Uma irrupção mais explicita do próprio campo, que leva a disputa para um fórum específico enquanto estratégia de dominância, já que os atores que se movimentam localmente visualizam que os direcionamentos locais não mais

[28] A ADIn representa uma das ferramentas de controle e de vigilância, que busca verificar a compatibilidade das leis e dos mandamentos jurídicos legais, podendo questionar todos e quaisquer atos normativos que tenham ação direta na Constituição.

> respondem às pretensões. Os acionamentos de recursos estratégicos podem abalar os fundamentos de toda a estrutura, buscando desmoronar o elemento normativo que sustenta o direito étnico-quilombola no Brasil. (RODRIGUES; NUNES; REZENDE, 2016, p. 135).

Os autores também apontam para o fato de que a área antropológica, na figura de seus agentes, está convencida da superficialidade dos argumentos jurídicos – lidando principalmente com o objeto do caso da ADIn n. 3239/04 – e da incapacidade de compreensão desse campo para lidar com as questões culturais e dos grupos étnicos. Não obstante, também se creem instrumentalizados irracionalmente nos procedimentos jurídicos enquanto peritos objetivos, em que são demandadas sentenças absolutas e determinantes sobre a existência dos grupos e a delimitação objetiva dos seus territórios (RODRIGUES; NUNES; REZENDE, 2016).

Certa disso, a referida ação baseou-se essencialmente em quatro fundamentos[29]:

> (a) a impossibilidade de edição de regulamento autônomo para tratar da questão, haja vista o princípio constitucional da legalidade;
> (b) a inconstitucionalidade do uso da desapropriação, prevista no art. 13 do Decreto 4.887/03, bem como do pagamento de qualquer indenização aos detentores de títulos incidentes sobre as áreas quilombolas, tendo em vista o fato de que o próprio constituinte já teria operado a transferência da propriedade das terras dos seus antigos titulares para os remanescentes dos quilombos;
> (c) a inconstitucionalidade do emprego do critério de auto-atribuição, estabelecido no art. 2º, caput e § 1º do citado Decreto, para identificação dos remanescentes de quilombos;
> (d) a invalidade da caracterização das terras quilombolas como aquelas utilizadas para "reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico" (art. 2º, § 2º do Decreto 4.887/03) – conceito considerado excessivamente amplo - bem como a impossibilidade do emprego de "critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades de quilombos" para medição e demarcação destas terras (art. 2º, § 3º), pois isto sujeitaria o procedimento administrativo aos indicativos fornecidos pelos próprios interessados. (SARMENTO, 2008, p. 1-2).

O parecerista elucida, partindo desses quatros fundamentos centrais, que a referida ADIn parte do argumento de que o Decreto n. 4.887/03 seria uma suposta violação ao princípio de legalidade jurídica e de caráter de regulamento autônomo. No entanto, esse respaldo legal se encontra presente e ancorado ao principal objetivo do artigo 68 do ADCT, sendo ele o de tornar possível a promoção de soluções-problemas

---

[29] Os fundamentos elencados aqui são do parecer da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, elaborado por solicitação da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

para um grupo étnico ligado à opressão e resistente a um passado escravocrata. Estando eles privados de seu território, que constitui elemento integrante de sua própria identidade coletiva, estariam, ao mesmo tempo, perdendo grande parte do acordo legal prescrito na Constituição, no que tange à preservação e à garantia de seus costumes e de suas tradições.

Privar o acesso e a continuidade das terras para essas comunidades tradicionais representa um ataque direto à preservação de valores culturais e um modo ímpar de perpetuação e união de grupo com princípios coletivos de uma comunidade étnica. Tal atitude leva esse mesmo grupo à dispersão, ao abandono e à violação do direito à moradia dos seus membros, ferindo diretamente preceitos constitucionais.

Conforme o parecer, a referida ADIn atenta contra a própria identidade étnica dessas pessoas quanto ao direito à terra dos remanescentes de quilombo. Além disso, é um direito fundamental cultural, conforme o Art. 215, da Constituição Federal de 1988. Isso porque a garantia da terra para o quilombola é pressuposto necessário para a garantia da sua própria identidade.

O julgamento do caso teve início em abril de 2012, sendo interrompido por um pedido de vista por dois períodos consecutivos, retornando à pauta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 18 de outubro de 2017. Em 8 de fevereiro de 2018, o STF finalmente rejeitou a ADIn 3239/04, com avaliação favorável da maioria dos ministros nos votos proferidos, considerando a concessão de direitos fundamentais e a garantia da tutela constitucional a essas comunidades. O ato acabou por se tornar uma referência histórica pela luta dos direitos quilombolas.

2.4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS NO TOCANTINS E AS COMUNIDADES CONTEMPLADAS PELO RECORTE DA PESQUISA

As primeiras sessões desta tese se dedicam a uma análise historiográfica, sob a ótica da resistência, partindo dos ciclos econômicos do Ouro e do Gado, aos quais estavam submetidos os escravizados. Estes foram agentes sociais importantes no processo de constituição do território tocantinense.

Ainda hoje, dificilmente se sustenta a ingênua suposição de que o Tocantins, antigo Norte Goiano, praticava um isolamento social e geográfico como fator crucial para a manutenção da diversidade cultural. Compreender a formação territorial, bem como os conflitos engendrados pelas comunidades remanescentes de quilombo no estado, reforça o pressuposto do caráter das fronteiras étnicas nas quais esses agentes sociais viviam. Isso porque, apesar das diversas mudanças sofridas ao longo do tempo por cada um desses indivíduos, as relações sociais se mantiveram persistentes, não apenas atravessando essas fronteiras, como também constituindo um grupo de comunicação e interação.

Na sessão anterior, percebemos que o Decreto n. 4.887/2003, que regulamenta o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, levou ao campo jurídico mecanismos de consolidação da certificação e posterior titulação dos territórios das comunidades quilombolas. Isso permitiu garantir os meios de preservação cultural, social e econômica, considerando a promoção de suas trajetórias históricas.

Independentemente da trajetória singular na formação de cada comunidade, procurou-se, nesta pesquisa, destacar quais elementos poderiam ser comuns no processo formador das comunidades no Tocantins. Assim, dentre o total de 45 comunidades certificadas em todo o estado, este estudo se restringe a lançar lente histórica nas que estão margeadas pela Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, perfazendo 10 comunidades. Além disso, pretendemos buscar, a partir de memórias sobre as migrações vividas às margens desse processo, compreender a continuidade desses grupos no tempo.

A seguir, apresentamos um quadro com dados disponibilizados pelo site oficial da Fundação Cultural Palmares, constando: número de ordem, município correspondente à comunidade, região correspondente no território tocantinense, abertura do processo na Fundação e a data de certificação da comunidade no Diário Oficial da União, totalizando as 45 comunidades remanescentes de quilombo certificadas até o presente momento.

Logo depois, providenciamos outro quadro, com o andamento do processo de titulação das comunidades quilombolas no Tocantins, constando: município, comunidade, número do processo, área total por habitantes, número de famílias e etapa

em que o processo se encontra. Todos esses dados foram atualizados e disponibilizados pelo Incra.

Quadro 3 – Comunidades quilombolas certificadas até 2022 no Tocantins

ANO	N. de Ordem	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	REGIÃO	Data de abertura do Processo na FCP	Data de Certificação no DOU
2004	01	Arraias	Lagoa da Pedra	Sul	24.06.2004	10.12.2004
2005	01	Arraias e Paranã	Kalunga do Mimoso	Sul	08.06.2005	12.09.2005
2006	01	Lagoa do Tocantins/ Novo Acordo/ Santa Tereza do Tocantins	Barra da Aroeira	Sudeste	20.12.2005	20.01.2006
	02	Aragominas	Baviera	Norte	30.09.2005	20.01.2006
	03	Santa Fé do Araguaia	Cocalinho	Norte	30.09.2005	20.01.2006
	04	Porto Alegre do Tocantins	Laginha	Sul	30.09.2005	20.01.2006
	05	Mateiros	Mumbuca	Sudeste	30.09.2005	20.01.2006
	06	Natividade	Redenção	Sudeste	30.09.2005	20.01.2006
	07	São Félix do Tocantins	Povoado do Prata	Norte	30.09.2005	20.01.2006
	08	Porto Alegre do Tocantins	São Joaquim	Sul	30.09.2005	20.01.2006
	09	Chapada de Natividade	São José	Sul	30.09.2005	20.01.2006
	10	Chapada de Natividade	Chapada de Natividade	Sul	30.09.2005	20.01.2006
	11	Santa Rosa do Tocantins	Morro de São João	Sudeste		20.01.2006
	12	Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo	Centro	30.09.2005	20.01.2006
	13	Brejinho de Nazaré	Malhadinha	Sudeste	30.09.2005	20.01.2006
2008	01	Filadélfia	Grotão Vale da Gameleira	Norte	10.10.2008	09.12.2008
2009	01	Monte do Carmo	Mata Grande	Centro	24.11.2008	05.05.2009
	02	Dois Irmãos do Tocantins	Santa Maria das Mangueiras	Centro	24.11.2008	19.11.2009
	03	Mateiros	Carrapato	Sudeste	05.08.2009	19.11.2009
	04	Mateiros	Formiga	Sudeste	05.08.2009	19.11.2009

	05	Mateiros	Ambrósio	Sudeste	05.08.2009	19.11.2009
2010	01	Muricilândia	Dona Juscelina	Norte	10.09.2009	24.03.2010
	02	Jaú do Tocantins	Rio das Almas	Sul	11.09.2009	24.03.2010
	03	Brejinho de Nazaré	Curralinho do Pontal	Centro	11.09.2009	24.03.2010
	04	Dianópolis	Lajeado	Sul	03.09.2008	28.04.2010
	05	Brejinho de Nazaré	Manoel João	Centro	24.11.2008	06.07.2010
	06	Almas	Baião	Sul	30.09.2010	04.11.2010
	07	Araguatins	Ilha de São Vicente	Norte	12.11.2010	27.12.2010
	08	Aragominas	Pé do Morro	Norte	03.11.2010	27.12.2010
2014	01	Paranã	Claro	Sul	23.09.2013	18.03.2014
	02	Paranã	Ouro Fino	Sul	23.09.2013	18.03.2014
	03	Paranã	Prata	Sul	23.09.2013	18.03.2014
	04	Arraias	Fazenda Káagados	Sul	20.01.2014	03.07.2014
	05	Arraias	Fazenda Lagoa Dos Patos	Sul	20.01.2014	03.07.2014
	06	Mateiros	Margens do Rio Novo	Sudeste	25.04.2014	31.07.2014
	07	Mateiros	Riachão	Sudeste	25.04.2014	31.07.2014
	08	Mateiros	Rio Preto	Sudeste	25.04.2014	31.07.2014
2015	01	Mateiros	Boa Esperança	Sudeste	10.06.2014	02.02.2015
	02	Conceição do Tocantins	Água Branca	Sudeste	19.12.2014	03.12.2015
	03	Conceição do Tocantins	Matões	Sudeste	19.12.2014	03.12.2014
	04	Esperantina	Carrapiché	Norte	03.12.2014	03.12.2015
	05	Esperantina	Ciriaco	Norte	03.12.2014	03.12.2015
	06	Esperantina	Prachata	Norte	03.12.2014	03.12.2015
2016	01	Ponte Alta do Tocantins	Lagoa Azul	Sudeste	22.03.2016	20.05.2016
2017	01	Almas	Poço D'Antas	Sudeste	30.08.2017	02.10.2017
		TOTAL	**45 comunidades**			

Fonte: Brasil, Fundação Cultural Palmares, 2022.

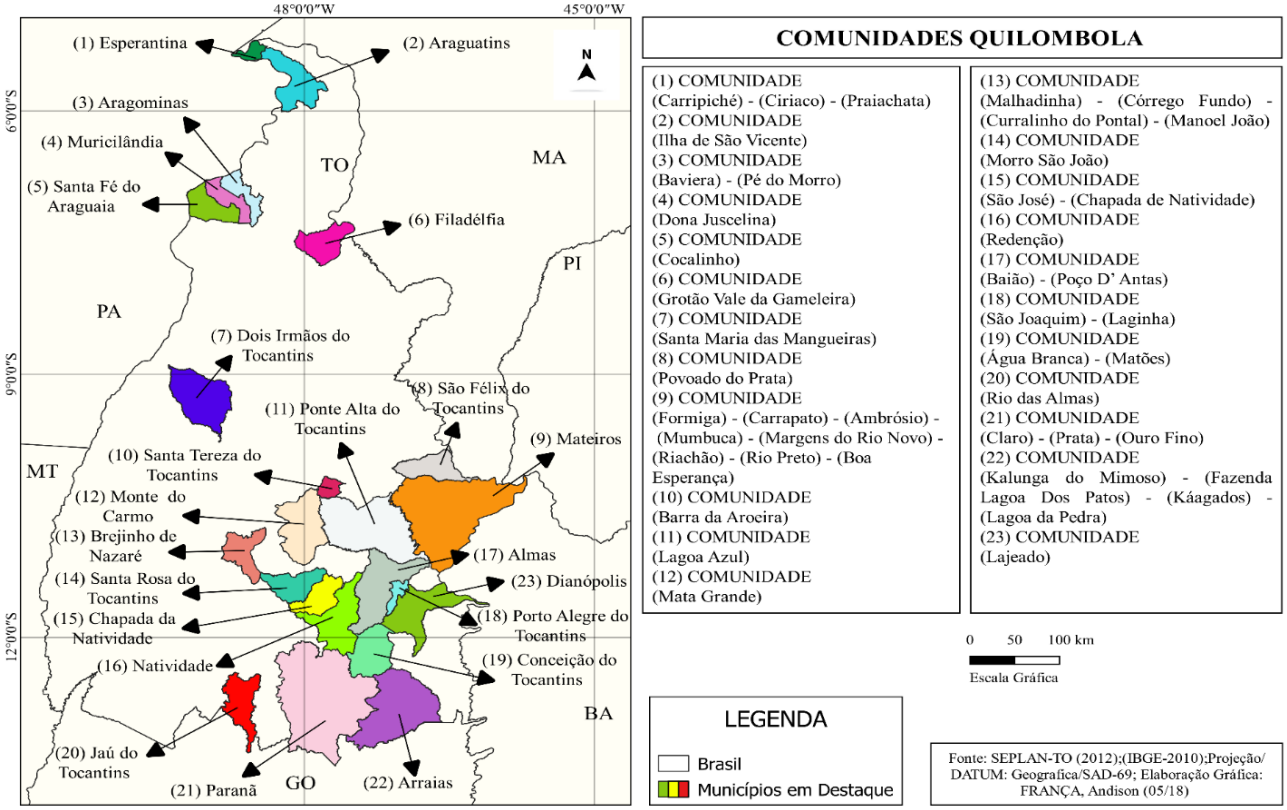
Quadro 4 – Andamento dos processos de titulação quilombola no Tocantins

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	N. PROCESSO	ÁREA/ha	N. de FAMÍLIAS	ETAPA DO PROCESSO
Arraias e Paranã	Kalunga do Mimoso	54400.001221/2005-34	57.465,1870	250	Decreto no DOU 16/12/2010
Filadélfia	Grotão	54400.003291/2007-99	2.096, 9455	20	Decreto no DOU 06/12/2013
Lagoa do Tocantins/ Novo Acordo/ Santa Tereza do Tocantins	Barra da Aroeira	54400.000797/2004-01	62.315,3819	174	Edital RTID* ou DOU 23 e 24/11/11
Araguatins	Ilha de São Vicente	54400.001430/2011-26	2.502, 0437	48	Portaria no DOU 22/06/2020
Santa Fé do Araguaia	Cocalinho	54400.001298/2006-95	1.592, 5084	129	Edital RTID ou DOU 18 e 21/12/15
Dianópolis	Lajeado	54400.001267/2005-53	2.355, 4831	14	Edital RTID ou DOU 17 e 18/11/16
TOTAL	**6 comunidades**				

Fonte: BRASIL - INCRA (atualizado em julho de 2022).
Nota: *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território.

A seguir, apresentamos um mapa organizado pela pesquisadora Izarete Silva de Oliveira (2018), em sua dissertação. Esse mapa fornece a localização espacial das comunidades quilombolas certificadas, até então, em todo o estado.

Mapa 4 – Comunidades quilombolas certificadas no Tocantins



Fonte: Oliveira (2018, p. 21).

A título de revisão bibliográfica, a respeito da formação inicial dos quilombos no Tocantins, possuímos hoje dissertações e teses em campos científicos abrangentes, como antropologia, geografia e sociologia, e que não retratam as comunidades enquanto uma totalidade, mas como estudos memorialistas e de comunidades específicas. A dissertação de mestrado da socióloga Cláudia Borges dos Santos (2019), por exemplo, discorre sobre as estratégias políticas adotadas pelos movimentos quilombolas no Tocantins. A autora defende a hipótese de que tais movimentos podem ser entendidos em três fases distintas, o que acreditamos ser um destaque importante para este momento da tese. Para a socióloga, o movimento se distingue em três fases: 1) a movimentação e formação inicial dos quilombos no território; 2) a luta nuclear e o enfrentamento articulado; e 3) a contribuição da Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins (COEQTO) para o acompanhamento e o desenvolvimento das comunidades no estado até a atualidade.

Para analisar a formação inicial dos quilombos no Tocantins, partiremos das concepções sociológicas de Rosy de Oliveira (2007) e Gerson Alves de Oliveira (2015a), bem como da abordagem historiográfica de Juciene Ricarte Apolinário (2004). As comunidades quilombolas localizadas no sul e no sudeste do território tocantinense, consideradas regiões posteriores ao Ciclo do Ouro, apresentam relatos que não estão necessariamente ligados à mineração. São atribuídos ao fluxo intenso de migrações advindas de diferentes estados. Já na região norte, especialmente na microrregião do Bico do Papagaio, várias comunidades derivam de migrações vindas do Pará e do Maranhão, principalmente na primeira metade do século XX.

Sobre o fluxo migratório de quilombolas no Tocantins:

> Podemos entender que elas foram um dos principais modos de formação das comunidades quilombolas existentes tanto na região do Jalapão, no leste do estado, quanto na região norte, especialmente na microrregião do Bico do Papagaio. No primeiro caso, muitas das comunidades tiveram sua composição principalmente a partir de migrações vindas dos Estados da Bahia e Piauí, aparentemente em momentos diferentes: algumas na primeira metade do século XX e outras há cerca de 150 anos ou mais. Já na região norte, várias comunidades derivam de migrações vindas do Pará e Maranhão, principalmente na primeira metade do século XX. (SANTOS, 2019, p. 32).

A análise dos diferentes contextos geográficos, políticos e econômicos em que estiveram inseridas as atuais comunidades quilombolas no Tocantins, de acordo com Gerson Alves de Oliveira (2015a), justificam-se pela busca de diferentes histórias de formação e desenvolvimento. Essa necessidade dificulta as tentativas de reconstrução da trajetória dessas populações, resultando na escassez de documentos e dados historiográficos. Grande parte da história é proveniente da memória coletiva de diferentes comunidades quilombolas, espalhadas em todo o território nacional (OLIVEIRA, 2015a).

A Comunidade Kalunga do Mimoso, localizada nos municípios de Arraias e de Paranã, ao sul do Tocantins, está diretamente associada ao desmembramento dos Kalunga de Goiás. Rosy de Oliveira (2007), em sua tese *O barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses,* entende que a questão da identidade ligada à territorialidade e à distribuição socioespacial das famílias se fundamenta tanto na história das contingências, marcadas pelas cheias dos rios, como na vivência da opressão, produzida por conflitos agrários vivenciados por indivíduos do grupo (OLIVEIRA, 2007).

Para a autora, a comunidade remanescente do Kalunga do Mimoso é:

> Oriunda desse processo de formação histórica das comunidades de fugitivos no Norte de Goiás. Tanto no período pós-abolição como na contemporaneidade enfrentaram no seu espaço territorial problemas com a invasão das suas terras, ordenadas pela expansão capitalista e advindas desde a Lei de Terras de 1850 até os dias atuais com a prática da grilagem no território. (OLIVEIRA, 2007, p. 33).

Os kalungueiros de Goiás se depararam com a questão da grilagem no início dos anos de 1980 e também no final dessa década, com o reconhecimento oficial de seus moradores como pertencentes às comunidades de remanescentes dos quilombos do Brasil. Essa dinâmica de “aldeamentos” residenciais, praticada pelos kalungueiros de Goiás, parece ter influenciado os moradores de Mimoso e demais localidades a também reclamarem o direito de seu reconhecimento como “remanescentes de quilombolas”. No início dos anos de 1990, os Kalunga de Goiás já tinham sido reconhecidos. Muitos desses indivíduos, embora reconhecidos como remanescentes de quilombolas de Goiás, vivem hoje em áreas do atual estado do Tocantins (OLIVEIRA, 2007).

O rio é um delimitador de fronteiras que traduz muito a respeito das práticas de sociabilidades partilhadas em suas travessias, curvas e relações socioculturais e de subsistência, como bem discorre a autora:

> Expressões como os de “cá” e os de “lá” sugerem o lugar de moradia das famílias no território Kalunga e a territorialidade dos indivíduos inseridos ou não na delimitação política da área do Sitio Histórico e Patrimônio Cultural de Goiás, ou seja, o território definido como quilombo. Nelas subjazem costumes implícitos no significado por eles atribuídos à palavra “navegar”, que diz muito sobre as regras de solidariedades e práticas de sociabilidades historicamente construídas por suas parentelas nas travessias e curvas dos rios. O rio é que delimita as fronteiras definidas pelo grupo como os de cá e os de lá do lado do rio. Deste modo, em função das relações sociocultural e de subsistência (formação de pequenas culturas de fumo, cana, milho) desenvolvidas nas margens dos rios o uso da expressão navegar, eu de cá você de lá é frequente no interior dos agrupamentos. (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

A compreensão dos desdobramentos do processo de reconhecimento das populações quilombolas do Tocantins se dá pela dinâmica dos limites margeados pelos encontros e desencontros dos rios no território. A partir deles, permeiam-se as fronteiras. Esses fatores impulsionaram o início da realização desta pesquisa. Desse ponto de vista,

a promoção da investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo, e não necessariamente o conteúdo cultural por ela delimitado. De acordo com Fredrik Barth (2000), as fronteiras sobre as quais devemos centrar atenção são evidentemente as fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Para o autor, a fronteira étnica canaliza a vida social e implica em uma organização complexa do comportamento e das relações sociais.

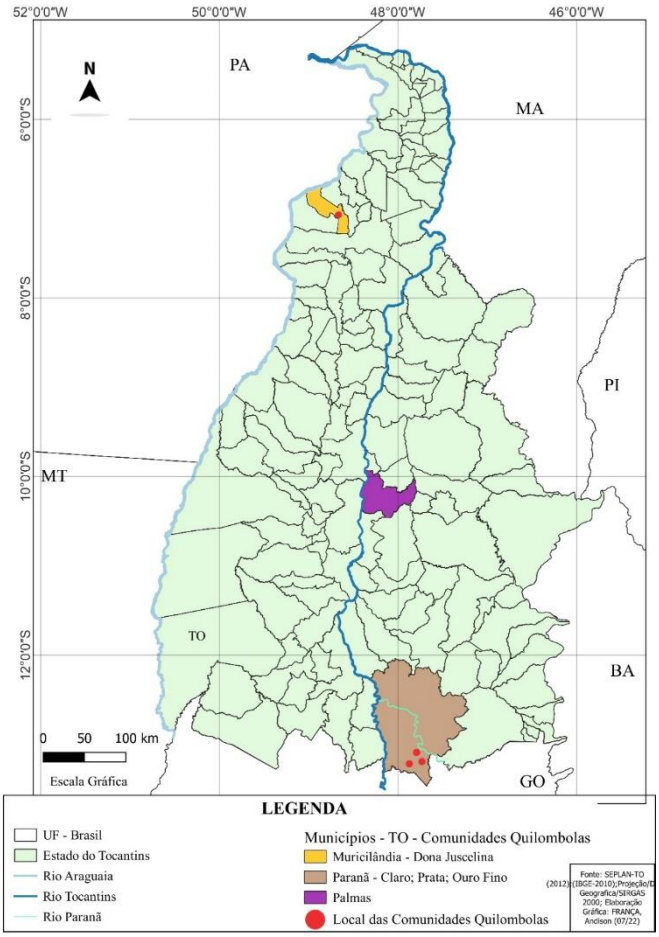
O reconhecimento das histórias que percorrem e margeiam os rios Tocantins e Araguaia é a intentona desta pesquisa. Essas histórias delimitam e trazem marca de territorialidades e de movimento, a partir do ciclo constante de suas águas. Assim se aproximam da história de seu povo: a partir de suas margens, em busca do elo de encontros entre o rio e os povos que vivem pelo rio. São, portanto, evidências materiais da empreitada colonial e, ao mesmo tempo, de uma memória de resistência.

Das comunidades estabelecidas e certificadas, destacam-se as que estão margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins. São 10 das 45 compreendidas em todo o estado. Os municípios e as comunidades contempladas pelo estudo são: 1) Paranã: Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino; 2) Brejinho de Nazaré: Comunidade Malhadinha; 3) Muricilândia: Comunidade Dona Juscelina; 4) Araguatins: Comunidade Ilha de São Vicente; 5) Esperantina: Comunidades Carrapiché, Ciriaco e Praiachata e 6) Filadélfia: Comunidade do Grotão – Vale da Gameleira. Inicialmente, o percurso metodológico contemplou esse recorte, com o propósito de perceber em que medida a travessia continua e como essa paisagem resiste e se modifica.

Durante o planejamento estratégico para seguir o fluxo de histórias entrecruzadas e margeadas por territórios quilombolas ribeirinhos, o recorte geográfico foi pensado a partir de comunidades que fariam parte desse processo de reconhecimento territorial e de seus sujeitos históricos que contribuiriam para esse estudo social. No entanto, devido à pandemia de Covid-19, dessas dez comunidades, só foi possível desenvolver o estudo com quatro delas, estando distribuídas em dois municípios. São elas, seguindo da região sudeste para o extremo norte do estado: 1) Paranã: Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino e 2) Muricilândia: Comunidade Dona Juscelina.

O trajeto do rio é rota de navegação da nossa história. Não foi acidental o fato de diversos quilombos terem se erguido às margens do Tocantins. No mapa a seguir, é possível identificar as comunidades que compõem os interlocutores desta pesquisa:

Mapa 5 – Comunidades quilombolas contempladas pela pesquisa



Fonte: Dados organizados pela autora, 2022.

Como se observa no mapa, no extremo sudeste, encontra-se o município de Paranã, posicionado a 350 km da cidade de Palmas, capital do estado, na região sul do Tocantins e fazendo divisa com o estado de Goiás. Dessa região, as comunidades quilombolas contempladas pela pesquisa foram do Claro, Prata e Ouro Fino. Essas comunidades integram um só território, que margeia rios afluentes (o rio Prata e o rio Claro) dos rios Paranã e Palma, os quais deságuam posteriormente no rio Tocantins.

Nesse primeiro momento do trabalho de campo da pesquisa[30], pude ter contato inicial com o território. Foram doze dias, os quais passei interagindo com as três comunidades.

Fotografias 1 e 2 – Rio da Prata, que margeia a direita do território das comunidades

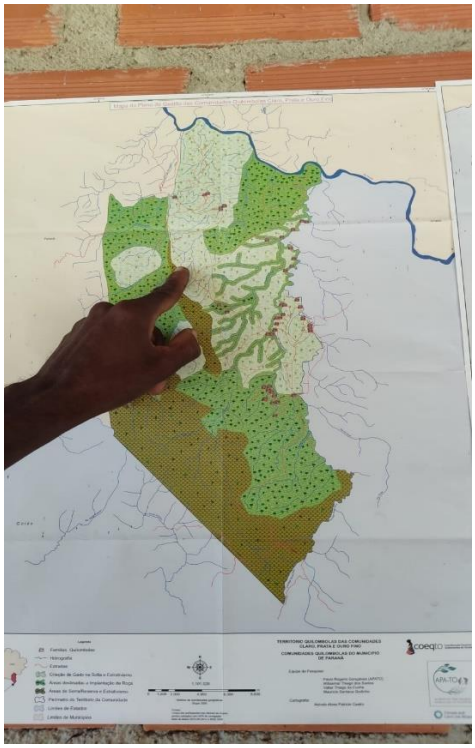
Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

De acordo com Mary Karasch (2001), os quilombolas presentes nessa zona de fronteira ao norte de Goiás viviam em pequenos grupos, espalhados na floresta, nas montanhas e no cerrado inexplorado. Tal localização se tornava elemento favorável para o fortalecimento da presença negra, proporcionando-lhes refúgio no território.

A autora ainda discorre sobre uma “bandeira”, que teria sido organizada pelo governador Manoel Passos de Mello, em 1760, com a intenção de perseguir e capturar os quilombolas localizados às margens do rio Paranã. Contudo, devido às zonas montanhosas das principais vilas mineradoras – Natividade, Arraias, Cavalcante e Paranã –, os quilombos ressurgiam, pois o rio Paranã, que cruza toda a região, desempenhava também uma rota de fuga de escravos.

[30] A primeira etapa do trabalho de campo teve início em abril de 2022. Após tomar a terceira dose de reforço da vacina contra o vírus Covid-19, pude iniciar as viagens ao encontro das comunidades, sem risco de expor à doença os interlocutores da pesquisa ou a mim mesma.

Fotografia 3 – Senhor Gustavo[31] apontando no mapa a rota das comunidades para o povoado de Campo Alegre



Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

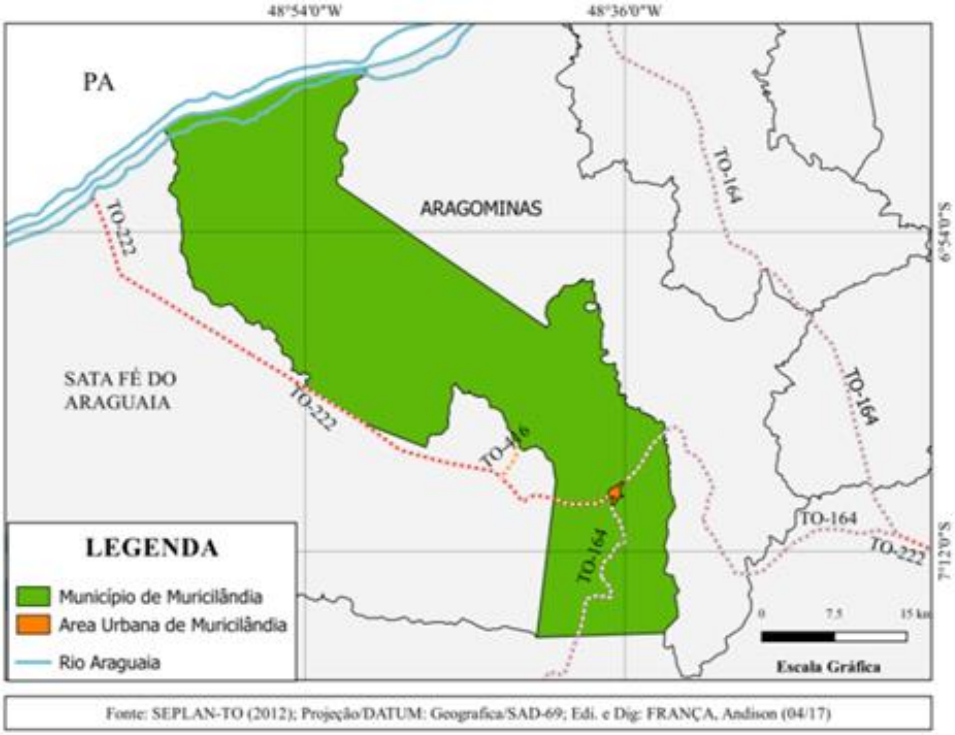
No mapa apresentado na foto, com o Senhor Gustavo apontando a rota, é possível verificar as zonas montanhosas, em verde mais escuro. Ao redor, as florestas protegem e, ao mesmo tempo, isolam geograficamente as comunidades dispostas ao longo da margem direita do rio da Prata, desaguando acima, na faixa azul, que corresponde ao rio Paranã. Com essa leitura visual, é possível perceber que aquilo que, no século XVIII, possibilitou refúgio a esses grupos remanescentes instalados no território, atualmente configura aparente isolamento e escassez de recursos. Esse tema será retomado, posteriormente, em diálogo com os interlocutores da pesquisa.

Seguindo a rota das comunidades contempladas pela pesquisa, apresentadas no mapa 5, está Dona Juscelina. Ao norte do estado do Tocantins, essa comunidade quilombola situa-se na zona urbana de Muricilândia. O município é reconhecido como portal da Amazônia Legal, na região Norte do Brasil, e fica a uma distância aproximada

[31] Senhor Gustavo foi um dos interlocutores da pesquisa que concedeu entrevista, em abril de 2022.

de 449 km de Palmas. Junto com Dona Juscelina, as Comunidades Quilombolas Pé do Morro, Projeto da Baviera e Cocalinho estão localizadas na microrregião de Araguaína. Essa microrregião possui a segunda maior população do Tocantins, com aproximadamente 183.381 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2022.

Mapa 6 – Localização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina



Fonte: Oliveira (2018, p. 59).

Como bem destaca Cláudia Borges dos Santos (2019, p. 49), a região foi marcada pelo movimento migratório promovido por romeiros negros. Eles deram início às referidas comunidades e tomaram seus destinos nas mãos, guiados por Padre Cícero. Abriram trilhas “no machado” – também reconhecida pelos membros das comunidades como Bandeiras Verdes –, deixando para trás as secas profetizadas, a miséria, a exploração e o “cercamento de terra”, conforme relatado anteriormente. Integraram um movimento migratório por liberdade e por “sossego”. Tinham, nessa mesma liberdade, a matriz de seu enraizamento territorial às margens do rio Araguaia e suas confluências – no caso da Comunidade Dona Juscelina, às margens do rio Muricizal.

Fotografias 4 e 5 – Rio Muricizal, popularmente conhecido como rio Murici

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

O que se percebe, com o reconhecimento inicial das comunidades protagonistas deste estudo, é que o marco das fronteiras temporais, mobilizado por esses grupos remanescentes, tem resistido a uma mobilidade tanto espacial quanto temporal. Estabelecem fronteiras complexas: tanto a sudeste, com o município de Paranã, cujos traços de seus grupos remanescentes possuem raízes históricas entrelaçadas com os Kalunga de Goiás; quanto ao norte do estado, com relatos sobre os romeiros negros e suas migrações vindos de outras localidades.

Há minúcias em cada comunidade contemplada neste estudo, como formação e consolidação do território, bem como detalhes dos relatos providos pelos interlocutores da pesquisa. Essas particularidades serão melhor abordadas na segunda parte desta tese, na sessão intitulada “Territorialidades em movimento no Tocantins contemporâneo: memória, navegabilidade e resistência”, que parte do reconhecimento e da promoção de histórias que percorrem e margeiam os rios Tocantins e Araguaia.

Tais histórias delimitam e trazem marca de territorialidades e de movimento a partir do ciclo constante de suas águas. Dessa forma, aproximam-se da história de seu povo por meio de suas margens, em busca do elo de encontros entre o rio e os povos que vivem pelo rio. São, assim, evidências materiais da empreitada colonial e, ao mesmo tempo, evidências materiais de uma memória de resistência.

Nessa primeira parte da tese, fez-se necessário reconhecer o cenário inicial no qual se situa o território tocantinense, assim como investigar como se dispõem as hierarquias sociais dominantes na região. Procuramos analisar o processo de ocupação, a formação territorial, os conflitos territoriais estabelecidos e existentes e as organizações das comunidades remanescentes de quilombo por todo o estado, especificamente as que estão margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins.

Dessa maneira, navegar por essas águas nos auxiliou, até aqui, a compreender as múltiplas movimentações promovidas por esses povos. E também nos conduziu a elementos que demonstram a diversidade das trajetórias de lutas, saberes e vivências dessas comunidades atualmente.

3. PARTE II – RESISTIR PARA CONSTRUIR: MOVIMENTAÇÕES QUILOMBOLAS NO TOCANTINS CONTEMPORÂNEO

O que inspira a consecução desta etapa da tese vem do desdobramento da minha dissertação, em meados de 2014. Quando estudei "Políticas de promoção e acesso ao ensino superior público federal no estado", consegui acompanhar o processo de luta e de aprovação das cotas para remanescentes quilombolas na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no final de 2013.

Nessa ocasião, foi possível perceber como a articulação aconteceu naquele processo, no campus de Palmas, para assegurar 5% das vagas totais aos remanescentes quilombolas[32]. Essa experiência abriu, para mim, possibilidades de questionar o poder de articulação dessas comunidades tradicionais para além da questão de cotas no estado do Tocantins.

Discorrer acerca de uma narrativa sobre as comunidades quilombolas no Tocantins contemporâneo, neste momento da tese, é imprescindível para uma elucidação sobre os registros históricos e documentais. Estes foram dispostos, a partir do processo de posse e de uma organização política e social dessas comunidades, com a finalidade de evidenciar relatos orais, histórias de vida e consciência histórica do grupo em destaque. São frutos de uma memória social e cultural coletiva, que estabelecem conexão entre passado e presente.

Para avançar nessa reflexão, a organização teórica desta segunda parte está dividida em quatro sessões. Primeiramente, abordamos a formação territorial, os conflitos e as estratégias de resistência das comunidades remanescentes de quilombo no Tocantins a partir da instrumentalização institucional da Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins (COEQTO). Para isso, consideramos o processo de formação dessas comunidades e a institucionalização do movimento articulado adotado por elas.

---

[32] Houve um constante processo de reivindicação, por parte das comunidades quilombolas, para a aprovação das cotas na UFT. Após essa luta, em novembro de 2013, ocorreu uma reunião com o Conselho Universitário (Consuni). Nela, foi aprovada, de forma unânime, a criação de uma cota específica para moradores e descendestes de comunidades quilombolas, garantindo 5% das vagas disponíveis nos cursos de graduação, para ingresso a partir do segundo semestre de 2014. A implantação do regime de cotas para quilombolas não alterou a proporção de vagas oferecidas a partir da implantação da Lei n. 12.711/12, que prevê 50% das vagas totais dos cursos de graduação para pretos, pardos, indígenas e oriundos de escolas públicas (SOUSA, 2015, p. 111).

O propósito é estabelecer um diálogo com elementos culturais e de luta articulada, traduzidos como fonte histórica que subentenda os elementos significantes atribuídos à tradição quilombola presente no estado contemporaneamente.

Na segunda sessão, procuramos partir das angústias que o desenvolvimento deste objeto de tese proporcionou, em função da pandemia de Covid-19. Também consideramos os efeitos diretos causados por ela e que ainda se mostram presentes para os sujeitos indicados na pesquisa. Assim, decidimos demarcar historicamente o período de consecução e dedicar uma sessão aos protagonistas que se foram durante essa grave crise social, engendrada pela Covid-19. Com o título “Pandemia e necropolítica: abandono, racismo e enfrentamento à pandemia de Covid-19 nos quilombos do Tocantins”, propomos uma reflexão cujo tema consideramos imprescindível. Sob o viés teórico de Achille Mbembe (2018), que analisa práticas de exceção providas pelo Estado, avaliamos questões como a negação da saúde pública de prevenção à pandemia para as comunidades remanescentes de quilombo.

O terceiro eixo de discussão intitula-se “Territorialidades em movimento no Tocantins contemporâneo: memória, navegabilidade e resistência”. Nele, partimos da premissa de que as dinâmicas para a compreensão dos limites de territorialidade, identidade e movimento estão atravessadas por questões culturais, históricas e sociais dos grupos que ali residem. Após o período de vacinação contra a Covid-19, foi possível estabelecer encontros com essas comunidades que vivem às margens da Bacia Araguaia-Tocantins – 4 das 45 compreendidas em todo o estado. Analisamos os processos coloniais advindos com a navegabilidade e com a promoção de uma memória coletiva de resistência. Observamos que dois municípios abarcam as quatro comunidades que foram objetos desta pesquisa, sendo o trajeto do rio uma rota de navegação, o que possibilitou o surgimento de quilombos às margens do rio Tocantins.

A última sessão desta segunda parte da pesquisa foi intitulada “‘Infeliz do povo que não sabe de onde vem’: temporalidades e correnteza enquanto fluxo de histórias contadas”. Uma música inicia esse debate, pois expressa o quão importante é identificar as origens e a tradição de um povo. Nesse eixo, abordamos uma diversidade de categorias, dentre elas a noção de comunidades negras e rurais remanescentes de quilombo. Também tratamos da forma como foram reconhecidas ao longo do tempo,

compreendendo a identificação quilombola como parte de um movimento de reconstrução e de valorização da trajetória negra em um território marcado pela tradição.

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO TOCANTINS: CONSOLIDAÇÃO DA COEQTO

Nesta sessão, analisaremos as estratégias de resistência desenvolvidas de forma nuclear pelas comunidades, em uma luta dos quilombolas de maneira articulada entre si. Para isso, é importante situar a contribuição da Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins (COEQTO) para a proteção e a movimentação articulada de promoção e resistência dessas comunidades. Temos como viés a relação entre identidade negra, pertencimento local e memória para esses povos.

A institucionalização dos movimentos sociais foi uma das alternativas adotadas pelas comunidades no decorrer de suas trajetórias. Para além de assumir a identidade quilombola, lutar pelo direito de viver com dignidade e em paz em seus territórios, por gerações, retrata uma movimentação articulada.

Abranger tal estratégia de resistência envolve uma relação entre identidade negra, pertencimento local e memória para esses povos. Isso espelha o que a antropóloga e professora Rita Lopes (2019, p. 212) compreende acerca de cada uma dessas comunidades remanescentes de quilombo. No Brasil, essas comunidades são identificadas por suas características próprias e por suas ligações com o lugar, com a terra, com o rio, com o cerrado, com a floresta, com as veredas, com as serras. Isto é, um aspecto de seu modo de vida está conectado ao meio ambiente e ao bioma em que vivem.

Daí advêm a sabedoria em usar plantas medicinais e em saber o tempo de plantar e de colher, bem como o período das festas, das danças, das orações, entre outros saberes. São mais de 3 mil comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares e distribuídas no país. Tudo isso demonstra sua importância e a forma como foram se apropriando dos lugares ao longo do tempo, além do modo

como foram construindo a sua forma de estar e ver o mundo, e de serem vistas. São aspectos como esses que pretendemos debater neste momento da tese.

Compreender essa conexão estabelecida com o lugar, com a terra e principalmente com o rio, como bem descreve Lopes (2019), foi o que motivou a reconhecer os interlocutores deste estudo. A princípio, a nossa intenção era entrar em contato com os Griôs e os representantes das associações quilombolas que estão margeadas diretamente pela Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, para entender a dinâmica e o *modus operandi* dessas comunidades, que ainda se encontram diretamente ligadas ao bioma ribeirinho no qual vivem.

No entanto, o período pandêmico fragilizou e impediu o encontro com todas as dez comunidades que contemplam esse recorte. Assim, somente foi possível estabelecer uma escuta sensível com representantes quilombolas do extremo sul e norte do estado. Desse modo, procuramos investigar o que os aproxima e distancia nessa dinâmica de luta pela preservação de seu território, estando na condição de comunidades tradicionais ribeirinhas.

Para além do encontro com as comunidades, cabe apontar que a instrumentalização institucional promovida a partir da criação da Coordenação Estadual dos Quilombolas do Tocantins foi necessária para fechar o ciclo de escuta e para entender os apontamentos e os debates promovidos por grande parte dos entrevistados. Em abril de 2023, entramos em contato com Maria Aparecida Ribeiro Sousa, representante e coordenadora-geral da COEQTO, que se apresenta também como representante da Associação do Quilombo Povoado do Prata – município de São Félix, na região do Jalapão, em Tocantins.

Perguntamos quais passos marcaram sua trajetória histórico-cultural até vir a se tornar gestora da Coordenação Estadual. Maria Aparecida – popularmente conhecida como “Cida da COEQTO” – não negou seu envolvimento desde muito cedo com a associação do seu povoado:

> Na verdade a minha comunidade tem uma Associação de vinte anos, então minha mãe foi a segunda presidente da Associação. Minha avó foi a primeira, e aí minha avó vem a falecer. No intervalo – com minha família católica, no intervalo de sete dias as lideranças da comunidade – as mulheres, nem esperou a mamãe passar por esse luto pelo fato de entender que a mamãe era uma pessoa

> importante para estar na Associação, então a minha mãe sim, assume a presidência dessa Associação. A mamãe é a Maria do Carmo Ribeiro de Souza.

E prosseguiu:

> Eu ainda era de menor, claro. Mas mesmo sendo de menor, eu fazia esse trabalho de ajudar a minha mãe – que o foco da nossa Associação é o artesanato de Capim Dourado, e aí eu ajudava ela nesse processo. Mesmo não estando associada eu sempre tive muito envolvida de uma forma natural nas coisas da comunidade. Aí eu comecei me envolvendo. Eu estava sempre me envolvendo, organizando peças e indo para feiras. Tinha as feiras e eu sempre tava ali. E é quando a nossa comunidade foi certificada. A gente começou de fato as discussões sobre a questão quilombola, né? Não desconsiderou a questão do artesanato, mas a nossa Associação, ela encabeçou essa discussão. (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

Quando Cida comentou sobre “encabeçar essa discussão”, isso se deve não somente à questão identitária de se reconhecerem como comunidade remanescente de quilombo. Também envolve uma discussão política, gerada em torno da transformação da microrregião do Jalapão enquanto Unidade Patrimonial de Conservação – fato que ocorre antes da certificação de suas terras.

Regulamentados a partir da Lei Federal n. 9.985/2000, as Unidades de Conservação estão distribuídas tanto a nível federal[33] – administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – quanto a nível estadual – no caso do Tocantins, estão administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins); dentre uma lista[34], há o Parque Estadual do Jalapão.

O Parque Estadual do Jalapão foi criado pela Lei Estadual n. 1.203, de 12 de janeiro de 2001, pertencente à categoria de conservação de proteção integral do estado do Tocantins. Justifica-se pela estratégia de agregar importância ao elevado valor natural

---

[33] No Tocantins, existem dez Unidades de Conservação Federais, distribuídas entre as estações APA Meandros do Rio Araguaia, APA Serra da Tabatinga, RESEX do Extremo Norte do Tocantins, PARNA do Araguaia, PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba e a estação ecológica Serra Geral do Tocantins, que contempla a região do entorno da EESGT, pelos municípios de Almas, Dianópolis, Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins e Rio da Conceição. Disponível em: <www.gov.com/ibama>. Acesso em: 10 abr. 2023.

[34] As Unidades de Conservação Estaduais no Tocantins, hoje, são: APA das Nascentes do Araguaína, APA Foz do Rio Santa Tereza, APA Ilha do Bananal/Cantão, APA Jalapão, APA Lago de Palmas, APA Lago de Peixe/Angical, APA Serra do Lajeado, Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins, Parque Estadual do Cantão, Parque Estadual do Lajeado e Parque Estadual do Jalapão. Disponível em: <https://servicos.to.gov.br/busca=unidadedeconservacaorgao/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

e por possuir relevante posição geográfica em relação às várias outras Unidades de Conservação estabelecidas na região do Jalapão. Também está incluído na categoria de parque estadual, pelos recortes paisagísticos e pelos consagrados atrativos turísticos de cunho ecológico. Está assim descrito na lei, no primeiro artigo: “o Parque é criado no intuito de proteger a fauna, a flora e os recursos naturais, de forma a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico”.

Contudo, mesmo com o trato legal de criação das Unidades de Conservação Patrimonial Ambiental, o que pouco se evidencia são os quilombolas que já se fazem presentes no território. A gradual invisibilidade da trajetória sócio-histórica dessas comunidades pode ser observada na fala de Cida:

> O Parque Estadual do Jalapão ele se cria em 2001, sobre os nossos territórios, desrespeitando nós que ainda estamos lá, nós estamos na região do Jalapão há mais de 200 anos. Então, assim, quem chegou primeiro? Foi as comunidades quilombolas, não foi o Parque. Foi um dos maiores desafios que a gente teve enquanto a gente não tinha coordenação ainda, mas nós já tinha as nossas associações organizada porque o foco era o Capim Dourado e aí houve essa articulação das associações da região do Jalapão para se organizar para barrar o Parque. A gente não conseguiu barrar, mas a gente fez com que todas as nossas colocações, elas fossem respeitada.

Perguntada sobre quais colocações seriam essas, ela prosseguiu:

> A partir da criação do Parque seria levado em consideração um protocolo de uso das terras e nós não queríamos ser barrados. Que a ideia era crescer o parque sob nossas áreas e nós não poderia mais fazer uma roça de toco, que a gente faz. Então assim, nós tentamos e foram longos anos de discussões de troca de conversa (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

De acordo com dados da Fundação Palmares, o Quilombo do Povoado do Prata teve a sua certificação conferida somente em janeiro de 2006, vários anos depois da criação do Parque Estadual. Quando comenta sobre as colocações que eles, enquanto associação, buscaram defender, Cida diz respeito aos manejos de trato com o solo e à sua forma de produção. É a referida “roça de toco”, praticada pelas comunidades tradicionais por gerações, recusando-se ao uso do pacote quimicamente dependente de produção.

A roça de toco consiste na escolha da área para o plantio, em que se realiza o corte rasteiro da vegetação e de árvores que são definidas por eles, levando em

consideração o manejo sustentável da biodiversidade. Em seguida, fazem uso do fogo, de forma controlada e racional, para queimar o restante da vegetação. Os tocos que não foram aproveitados durante o corte e as cinzas resultantes da queima contribuem para a fertilização do solo. Nele, posteriormente, será plantada uma variedade de plantas, em sua maioria nativas, crioulas, e da cultura alimentar das comunidades.

Após alguns anos de uso, essa área é deixada em repouso, para descansar e recuperar a vegetação para, assim, regenerar-se com o tempo. Normalmente, quem define o tempo da roça, em determinado local, são os próprios agricultores locais, tendo em vista a observação permanente do solo, a possível fertilidade e o equilíbrio ecológico do sistema. Ou seja, a roça muda de local, repetindo o ciclo de manejo[35].

É perceptível, no depoimento, a resistência como um suplício de prática cotidiana de agentes históricos subalternizados na disputa e na manutenção de poder. As lutas do passado desses povos podem ser compreendidas a partir de seus deslocamentos e reagrupamentos territoriais, além de eventuais estratégias e táticas possibilitadas com essa movimentação.

Para Michel de Certeau (1998), em *A invenção do cotidiano*, esse movimento estratégico não busca se fechar em um único território, e sim resistir, acionar e acessar territórios múltiplos, na intenção de recorrer à resistência como recurso de multiterritorialidade. No que se refere à questão dos remanescentes de quilombo no Tocantins, embora a terra seja crucial para a sobrevivência de todas as comunidades, esse elemento não abarca especificamente a formação histórica e cultural da coletividade institucional enquanto elemento de luta e resistência desses grupos.

O processo de estruturação do Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no estado do Tocantins, realizado em Palmas a partir do ano de 2009, foi estruturado com a missão de monitorar os processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Além disso, também se organiza para intermediar a

[35] Passo a passo descrito pela autora Fran Paula (2021). A roça de toco é considerada uma das maiores engenhosidades dos sistemas agrícolas tradicionais existentes no mundo. O manejo dos agroecossistemas, pelos agricultores, faz da roça um espaço de manutenção de práticas importantes para a conservação dos biomas brasileiros. Disponível em: <https://www.ancestralidades.com/post/roça-de-toco>. Acesso em: 10 abr. 2023.

realização dos serviços públicos essenciais às comunidades do Tocantins (GONÇALVES; SILVA & SOUSA 2016).

O Fórum Permanente de Acompanhamento Quilombola é um espaço articulador para discussão e alinhamento de pautas definidas e defendidas por seus representantes. Seus interlocutores dispõem quais suas conquistas e quais as dificuldades enfrentadas em cada comunidade. Perguntada sobre a influência direta que o Fórum promove na promoção institucional da COEQTO, Cida comentou:

> Na verdade, a COEQTO - institucionalmente, ela se funda em 2012. Em 2009, começa esse processo de organização no Estado. Todas as Comunidades já tinha suas Associações. No entanto, algumas o foco forte era pro Capim Dourado, outras para agricultura, para produção. Não tinha um foco de debate, uma incidência política na questão Quilombola. Porque era algo muito novo para o Estado. Algumas comunidades foram certificadas em 2006, e aí você leva um tempo para você entender o que que é o Território, tudo isso. Então, em 2009 cria esse Fórum que é um espaço que a gente tem dentro do Ministério Público Federal, acompanha a Defensoria Pública do Estado, INCRA e CDHP. Eram vários órgãos que a gente entende que é o que defende a política pública.

Continuou:

> Então a gente começou a se reunir sem ter essa instituição. No entanto, a gente avaliou e que viu que precisou, e isso foi uma avaliação de todas as Comunidades. A gente teve um suporte muito grande, que foi da Malungu, que é a Coordenação Estadual do Pará. Então a gente teve esse suporte. Aí, nós avaliamos que no Tocantins a gente precisava ter uma coordenação que dialogasse com todas as comunidades, que tivesse esse diálogo para conseguir transitar tanto na Defensoria como no MPF. Aí a gente cria, entende, avalia, discute e busca de Estatutos para entender o que que é uma coordenação e estudamos estatutos. Tivemos convite de pessoas de outros Estados, pra dizer pra gente porque e como a gente tinha que fazer isso, as pessoas Quilombola da CONAQ. (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

De acordo com o próprio site[36], a Malungu é uma Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, representando as mais de 500 comunidades quilombolas paraenses, nos planos estadual e nacional. A formação da entidade teve início em novembro de 1999, durante um encontro realizado no município de Santarém, na região do Baixo Amazonas. Naquele momento, a coordenação foi instalada em caráter provisório, com o propósito de articular e fortalecer a atuação das associações quilombolas em nível estadual.

---

[36] Disponível em: <https://malungu.org/malungu/>. Acesso em: 11 maio 2023.

Em março de 2004, a Malungu foi oficialmente institucionalizada. O nome escolhido para a coordenação tem origem africana e significa “companheiro”. Assim, a coordenação se apresenta como propósito de luta pela garantia e pelo reconhecimento social dos direitos quilombolas paraenses. Percebe-se que esse companheirismo atravessou fronteiras, contribuindo e dando suporte para que a COEQTO também pudesse se fortalecer.

Cida ainda mencionou como a participação ativa no Fórum Permanente de Acompanhamento Quilombola contribuiu significativamente para a consolidação institucional da COEQTO:

> E já em 2012, eu vinha participando indiretamente do processo de reuniões aqui em Palmas do Fórum – que é o Fórum Quilombola, ele se dá a partir do final de 2009. Aí eu começo a participar, participei de um processo que pra mim como formação, o Raça Livre. Foi um processo de formações que teve com o estado do Tocantins, Maranhão e Pará. Pegava jovens e vinha algumas pessoas para participar desse Fórum que fazia essa formação sobre Identidade, Identidade Quilombola, Identidade Negra. Foram seis módulos. [...] E aí eu vim pra Coordenação da COEQTO. Assim, numa reunião “*Ah, a Cida tem que vir, porque Cida já tem uma experiência dentro da Associação*”. Eu nem tornei coordenadora da Coeqto em 2012, quando a gente funda de fato. A minha coordenação temática foi de “Comercialização, e Produção”, então me tornei coordenadora lá. (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

Com a criação da COEQTO, em outubro de 2012, a coordenação se organizou em alguns eixos temáticos, distribuídos em: educação; saúde; mulher; comercialização e produção; território e territorialidade. Esses temas foram divididos em coordenação executiva, administrativa e de finanças. Atualmente, a sede administrativa está em Palmas. Mas, a cada eleição, ocorrida dois em dois anos, são delegados representantes quilombolas de cada comunidade, para a promoção e diálogo entre eles e a coordenação executiva.

Cida também comentou sobre a dificuldade de remunerar esses coordenadores, além do deslocamento para atender as demandas das comunidades:

> A única coordenadora que fica em Palmas, que é disponível para estar em reuniões sou eu. Os demais têm os seus trabalhos, porque a gente ainda não tem uma estrutura de remunerar. Nosso objetivo passou a buscar e ter projetos, ter recurso pra gente remunerar todos os coordenadores e ficar livre. Para que de fato, a gente consiga andar nas 44 comunidades. Ainda a gente não tem essa estrutura, estamos trabalhando para isso. Mas já passou vários coordenadores que a gente conseguiu liberar por um ano/um ano e meio por projeto. A gente

> não tem recurso. Surge edital com temáticas que discute questão racial, outras questões e a gente escreve, se submete em projetos e que são aprovados. (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

Sendo assim, a relação entre formação territorial, conflitos e estratégias de resistência da comunidade, estabelecida em parceria com a COEQTO, ocorre de maneira hierarquizada, a título de dialogar e buscar representatividade com todas as comunidades certificadas e tituladas do estado. Cida explicou que, agora, após muito esforço, a coordenação conseguiu ter uma assessoria jurídica, que busca acompanhá-la no cumprimento de cada demanda. Também apontou a importância da promoção do diálogo com órgãos de competência jurídica, para articular soluções para seu povo:

> Primeiro tem associação, depois a coordenação (Estadual) e a coordenação Nacional. Vou usar exemplo a minha – Povoado do Prata. O Povoado do Prata, ele está com uma demanda que enquanto associação eles não conseguiram resolver. Agora mesmo, nós estamos com uma demanda de desmatamento e de invasão do nosso território, então eles não conseguiram resolver ali. Que que eles fazem? Eles procuram a COEQTO, aí a gente se senta e discute. Esse ponto: a questão da invasão. A gente procura os órgãos de competência, a gente tem uma parceria que eu considero uma parceria extremamente importante que é com o MPF e a Defensoria Pública (do estado). Quem é a maior parte que vai na comunidade? Acaba sendo eu, porque pelo fato, eu sou remunerada para estar em Palmas e fazer toda essa articulação. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Fazer esse acompanhamento de perto, por intermédio da COEQTO, é essencial para alinhamento, diálogo e engajamento político com as comunidades. Em abril de 2022, em uma das entrevistas concedidas por alguns dos Griôs da Comunidade Quilombola do Claro, foi possível verificar tal alinhamento. O Griô Prudêncio Cezário da Conceição e sua esposa Geraldina Cezário de Torres descreveram, em detalhes, como foi a consulta pública[37] que ocorreu entre a Associação das Comunidades Quilombolas da região de Paranã, em Tocantins, e os representantes estaduais que tinham por intenção transformar a região também em um Parque Estadual:

---

[37] Essa consulta pública ocorreu em cinco de dezembro de 2013, para discutir a proposta de criação do Parque Estadual Águas do Paranã (PEAP). O encontro se deu na feira coberta municipal, localizada na Praça das Mangueiras, no centro da cidade Paranã, contando com a participação dos setores representativos da sociedade, com membros da Secretaria de Estado e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades) e com comunidades locais – dentre elas, representantes Quilombolas. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2013/12/05/consulta-publica-discute-criacao-do-parque-estadual-guas-de-parana-liderancas-sao-contra>. Acesso em: 10 maio 2023.

> Aí quando foi na hora da palestra lá do Parque, um falava, outro falava, e falava [...] ele falou e saiu. Aí dos deles que foram daqui pra lá não tinha peito de discutir com o pessoal do Parque. Igual o Zé Bizerra, e muitos deles falou “A gente não precisa de Parque, que nós já tem a nossa reserva”. E aí vai vai vai, e eu fiquei agendado/inscrivito pra entrar na palestra lá. Aí como que é o nome da mulher lá? Que ela botou meu nome lá? (CONCEIÇÃO, P. C. da. Abril, 2022).

Dona Geraldina complementou: “Aquela que sempre vinha aqui? A Cida?”. E Prudêncio continuou:

> A Cida! A Cida colocou meu nome lá, pra mode deu falar também, aí eu peguei o mecrofone, e pulei pra lá e meti o pau. Aí eu voltei e perguntei pro cara do Parque “Você é o chefe não é?” É. Nós tava no feirão do Paranã, que você conhece, lá tava durinho de gente. Aí eu preguntei a ele “Você é o chefe do Parque?” “Sou!” “Se eu te entregar essa casa aqui, cheinha de dinheiro empiado, empiado! E você não é pra cortar uma vara, nem fazer nada dos outros, tudo que você quer tem que comer desse dinheiro. Será que dá procê comer, seu pai, sua mãe, seus fi até vocês morrer? Mas não é pra botar juros não, tocar comércio não. O dinheiro é pra ir panhando ele, panhando ele, e ir gastando, sem botar em movimento em nada. Se ocê garantir isso, cê pode fazer o Parque, agora se você não garantir isso seis pode sair fora que lá o Parque não entra não. O Parque lá nós não quer não. Vocês arriba a mão quem vai da conta de fazer isso, de comer a vida inteira sem trabalhar”.

Prudêncio continuou descrevendo como foi a reação dos representantes e como a maioria dos quilombolas que estavam ali presentes entendia que a instauração do Parque Estadual impossibilitava que continuassem com a manutenção do seu território e com sua sobrevivência nele:

> Aí o cara falou “É aqui não tem ninguém que dá conta! Aqui não tem ninguém, tem que trabalhar”, então eu falei: “Pois é, então por que vocês quer proibir? Seis quer botá nós no afunda, nós vai viver de quê?” Aí depois que eu saí de lá um cara falou “Você é terrível em rapaz! Você tem coragem de falar pros cara chefe do Parque” e eu respondi: “Vocês tem que entender isso, que nós não precisa de Parque, nós tem nossa própria reserva”. (CONCEIÇÃO, P. C. da. Abril, 2022).

Podemos depreender que o povo da região sofre bastante. Ao mesmo tempo que essas comunidades enfrentam problemas de aspectos legais para organizar suas atividades de autossustentação e para definir a demarcação do seu território, também precisam discutir e impedir o avanço das relações do capitalismo agrícola e dos conflitos territoriais e socioambientais em seu território.

A proposta de criação do Parque Estadual Águas do Paranã faz parte de um projeto maior, que busca a conservação de um dos biomas mais ameaçados do planeta,

o Cerrado Brasileiro. O projeto Iniciativa Cerrado Sustentável (ICS), financiado diretamente pelo Banco Mundial e pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente, prevê a criação de mais de 250 mil hectares de Unidades de Conservação.

A discussão ocorre desde 2004, com estudos que apontam[38] três áreas prioritárias para a conservação. São elas: Serra da Cangalha, com 64 mil hectares, Vale do Rio Palmeiras, de 159 mil hectares, e Interflúvio Tocantins-Paranã, com 384 mil hectares. Após recorrentes impactos ambientais que essas áreas sofreram, e devido ao acompanhamento e às consultas públicas realizadas com as comunidades tradicionais das referidas regiões, estudos complementares recomendaram dimensões bem menores, para a criação dessas unidades.

Algumas das comunidades, como aquelas que estão presentes no município de Paranã, estão localizadas com difícil acesso às cidades mais expressivas do estado do Tocantins. Por essa razão, possuem pouca visibilidade e pouca inclusão nas políticas públicas que deveriam lhes ser destinadas pelo Estado.

Além disso, essas comunidades vivem em um ambiente socioeconômico e territorial em acordo com suas práticas tradicionais. É preciso considerar que a promoção de uma área de preservação ambiental, criada por lei estadual ou nacional, sem levar em conta a presença e a referência histórica dessas comunidades em seu interior, acaba por deixa-las reféns dos marcos regulatórios do parque. Este, por sua vez, proíbe qualquer espécie de atividade tradicional, como bem descreveu Cida em sua fala.

Assim, a prática de plantação em roças de toco, a caça e a coleta de frutos ficam comprometidas, deixando as comunidades em profunda insegurança alimentar. Essas questões, relacionadas à subsistência em seus territórios, são fatores que incluem o Tocantins, atualmente, como um estado com alto índice de conflitos no campo, por disputa de hectares de terras.

Quase uma década se passou após a consulta pública descrita por Prudêncio e Geraldina. Nela, membros das comunidades levantaram a bandeira de resistência à degradação do Cerrado, praticada contra os quilombolas da região, levando em

---

[38] Mais informações em: Iniciativa Cerrado Sustentável, Relatório Final da Iniciativa Cerrado Sustentável e Relatório de efetividade de gestão das Unidades de Conservação, Tracking Tools. Ministério do Meio Ambiente (MMA), jun. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/relatorio-de-avancos-do-programa_.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

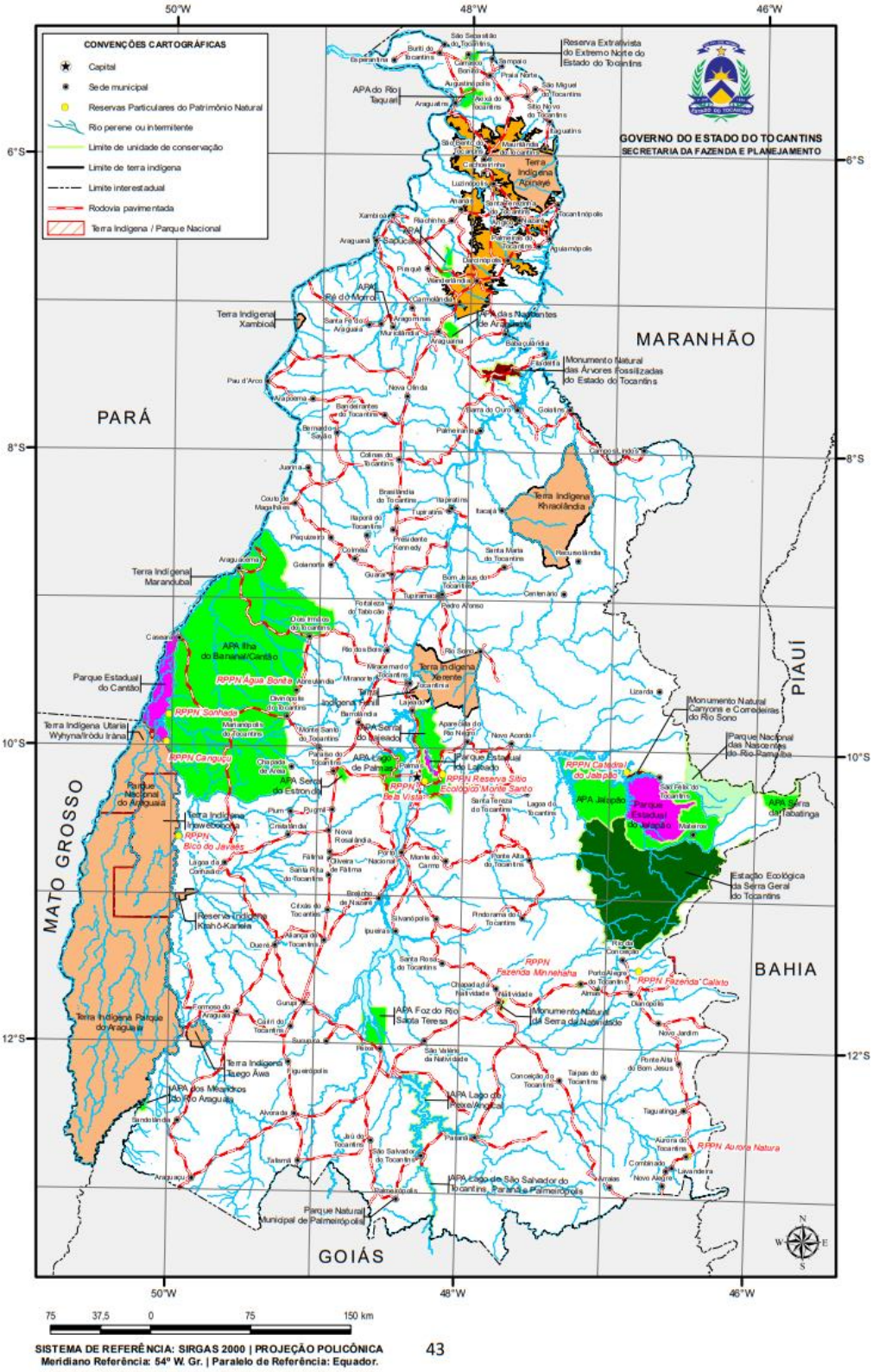
consideração a preservação das heranças materiais e culturais frente às técnicas econômicas capitalistas. Esse tipo de economia predadora fragiliza ambientes e ecossistemas, tornando um desafio para as comunidades tradicionais quilombolas a promoção da conservação da diversidade existente no bioma em questão.

Neste ano de 2023, na página do Ministério do Meio Ambiente[39], quando acionada a busca pelo Programa Cerrado Sustentável, é possível verificar como objetivo principal "a promoção da conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado". Quanto aos objetivos específicos, dentre os listados, há um que diretamente menciona: "Fortalecer os meios de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares do Cerrado, garantindo acesso à terra, aos recursos naturais e aos meios de produção necessários à sua permanência na região".

A seguir, apresentamos um mapa disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) do Tocantins, que dispõe as áreas potenciais para conservação ambiental. No extremo sul do estado, é possível verificar o corredor Paranã-Pirineus, desenvolvido pelo Ibama, e a APA Lago de São Salvador do Tocantins, que atravessa o município de Paranã e Palmeirópolis, no extremo sudeste do estado.

[39] Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado/programa-cerrado-sustentavel.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

Mapa 7 – Áreas de uso legal restrito, potenciais para conservação ambiental



Fonte: TOCANTINS. SEFAZ, 2019.

Na região do Interflúvio Tocantins-Paranã, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente tem por objetivo financiar e incentivar a criação de novas Unidades de Conservação nas áreas para a promoção do bioma. Entretanto, nas últimas décadas, a lentidão usual da burocracia – mesmo com o amparo de diversos estudos que apontam os benefícios do programa – agravou-se ainda mais, com aliados políticos dos governos municipal e estadual em oposição à instalação.

Na região, encontram-se os últimos remanescentes da Floresta Estacional Decidual do país, conhecida também, pelos interlocutores da pesquisa, como Matas Secas. Nesse tipo de vegetação, as árvores podem atingir uma atura superior a 25 metros, o que contribui para a formação de matas ciliares, que protegem diretamente o curso dos principais rios da região. Além disso, abrigam vários pássaros, dentre eles o ameaçado periquito tiriba-do-Paranã[40], devido ao intensivo desmatamento da região.

No município de Paranã, a formação rochosa também se destaca na paisagem, estendendo-se por mais de mil metros de altitude. É reconhecida como Cerrado Rupestre, uma região considerada imprópria para a instalação do agronegócio. Todavia, tal formação rochosa, rica em manganês, desperta o interesse do capital para outras frentes, visando essa matéria-prima, que teria escoamento direto para a Bahia.

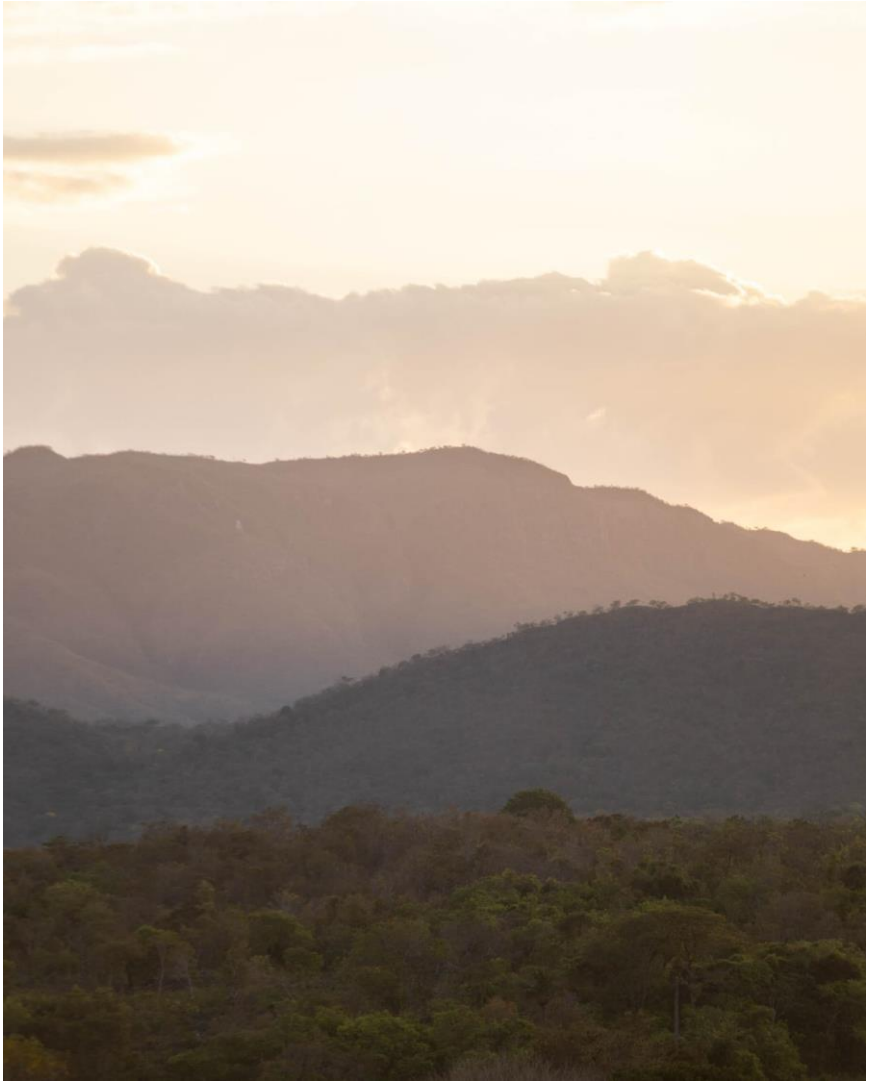
Fiscais da Naturatins, recorrentemente, apreendem retroescavadeiras extraindo manganês de maneira ilegal e irregular na Serra do Mocambo[41], causando enormes impactos para o meio ambiente. A seguir, um registro fotográfico da Serra do Mocambo retrata a vista a partir do povoado de Campo Alegre, em Paranã, Tocantins.

---

[40] Há mais informações na pesquisa apresentada pelo professor Túlio Dornas (2022), PNPD/CAPES, PPG em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Tocantins (UFT).

[41] Mais informações em: <https://conexaoto.com.br/2011/09/06/policia-ambiental-multa-dono-de-fazenda-por-extracao-ilegal-de-minerio>. Acesso em: 10 maio 2023.

Fotografia 6 – Vista da Serra do Mocambo a partir do povoado de Campo Alegre, Paranã-TO



Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

Membros das comunidades, tanto de Paranã quanto de Muricilândia, que foram ouvidos durante a pesquisa descreveram, em suas falas, a importância da sobrevivência no meio ambiente. Para eles, é fundamental a proteção para a produção de suas roças, onde colhem feijão, inhame, mandioca, arroz, buriti, batata, capim-dourado, entre outras práticas que possibilitam a manutenção de sua subsistência, a proteção geracional sobre seu território e a busca por titulação coletiva e definitiva de suas terras.

Fotografias 7 e 8 – Colheita manual de produção de arroz na Comunidade do Claro, em Paranã-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

Fotografia 9 – Confecção artesanal de rede de pesca na Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio 2022.

No momento em que a consulta pública não respeita ou não expõe normas específicas para que as Unidades de Conservação possam aceitar práticas e costumes tradicionais das comunidades quilombolas sobre seu território, a primeira reação é a de resistir, como descreveu Cida sobre o caso ocorrido no município de Paranã:

> Mas na região do Paranã – Claro, Prata e Ouro Fino, que você citou o Seu Prudêncio, que nós conhecemos também e fizemos um trabalho com ele, e lá foi mais desafiador. Lá foi uma Conquista do Movimento Quilombola! Foi um movimento que conseguiu barrar a implementação do Parque sobre esses territórios. Porque o Parque que eles quer criar de uma forma que desconsidera toda existência nossa, de existir! Não tem comunidade, como fizeram no Jalapão que quiseram implantar um Safari no Jalapão como se nós nunca estivemos ali. No Claro, Prata e Ouro Fino a proposta era essa, mas o movimento conseguiu com muita luta – que não é nada fácil, conseguiu barrar o processo (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

Para isso, é necessário compreender as estratégias de resistência das diversas comunidades remanescentes de quilombo no Tocantins como proponentes de políticas ativas de consolidação do território negro. Isso se estabelece com o encorajamento da sua luta histórica e da ação política que clama por justiça ao campesinato como ator histórico. Reivindicar por essa identidade negra configura uma técnica de “formas cotidianas de resistência”. Essa expressão foi cunhada por James Scott (1985; 2002; 2004) para discutir a resistência cotidiana e os desafios abertos de grupos rurais. Aqui, atribuímos ao recorte dos grupos quilombolas tocantinenses.

Questionada sobre essas formas cotidianas de resistência, Cida apontou:

> Eu acho que um dos maiores desafios para a COEQTO hoje – (é tão cotidiano) é fazer com que de fato as nossas comunidades estejam todas organizadas no sentido de saber “o que que é o meu direito?” e que os direitos cheguem. E que os nossos territórios - essa é a principal ponte que a COEQTO apoia, é que de fato a gente consiga regularizar os territórios Quilombolas do Tocantins, todos! (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

O primeiro passo para a promoção de novos diálogos entre poder público e comunidades quilombolas, objetivando a concessão de Unidades de Conservação, certamente, é o reconhecimento da forma coletiva com que elas se organizam. É preciso levar em consideração que a ocupação precede a lógica do capital. Além disso, a plena sobrevivência deles está diretamente ligada à manutenção da monocultura, baseada no uso dos recursos naturais existentes.

Considerando isso, vale destacar o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)[42], que conta com coordenação geral dos pesquisadores Alfredo Wagner e Rosa Acevedo. O PNCSA parte do princípio de ser uma “nova cartografia social”, distinguindo-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia”, sem se circunscrever a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais, com vistas à defesa ou à apropriação de um determinado território.

Para os coordenadores do projeto, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas e uma descrição aberta, conectável com todas as suas dimensões. Além disso, pretende voltar-se para múltiplas “experimentações”, fundadas, sobretudo, em um conhecimento mais detido de realidades localizadas (ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2013, p. 157).

Desse modo, discutir territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras[43] permite um diálogo com Baudrillard (1981 *apud* ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2013), que nos convida a refletir que o mapa precede o território e que através dele é que o território seria construído. Indagar essa interpretação leva os autores do projeto aos seguintes questionamentos: O mapa sucederia à consciência das fronteiras? No processo de cartografar é que a percepção do território se consolidaria? Quando Almeida e Faria Júnior (2013, p. 159) utilizam tais indagações para a promoção de uma nova cartografia social, seria para levantar a polêmica de que essa construção política busca a eficácia das mobilizações que habita cada forma organizativa das suas respectivas respostas.

Sobre essa percepção do próprio território, conversamos com Seu Dadá, que faz parte há doze anos do Conselho de Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Ele descreveu em detalhes como foi seu encontro com alguns “engenheiros”, como ele os chama. Eles pediram-lhe que mostrasse onde estaria o marco zero do território. “Aí veio um engenheiro aqui, procurando, com alguns professor pra mim mostrar o primeiro

---

[42] O projeto tem como objetivo dar ensejo à autocartografia dos povos e das comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

[43] Ver mais em: Almeida e Farias Júnior (2013). Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/A-Nova-Cartografia-Social1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

poste de patrimônio". Então, perguntei a ele sobre o que seria esse "poste", ao que respondeu:

> Poste, é o marco. Hoje chama marco. Eu digo "eu sei", ele já sabia que eu sabia há muito tempo, nas histórias antigas. Aí ele disse "Nós tem dois motorzinho[44] aí a disposição para nós, pra mostrar pro engenheiro lá e o agremessor. As pessoas não falou pra nós quem eles eram. E nós dirigiu os dois motores subindo, inclusive foi dois professor, um na minha canoa e outro na canoa com outro professor. Aí chegando lá, tinha um cidadão aí que ele é novato no quilombola e ensinou errado lá o lugar.

E deu prosseguimento:

> Eu digo "Ó cidadão, tudo bem, trabalhar na demarcação do patrimônio, eu sei lá onde o agrimessor enfiou o marco lá eu sei onde é!". Bom aí, fomos conversando, conversando quando chega lá no lugar certo, aí eu digo "é, é bem aqui nessa mangueira. A veia já morreu, os filhos dela não existe mais aqui, se existe tá em outro lugar", aí puxaram o mapa e o rapaz disse "não, o lugar é lá na Barra do Grotão do Laurentino" eu digo "não filho, não é na Barra do Grotão. A Barra do Grotão não pertence a nós, daí já é de outro fazendeiro. Aqui é de outra fazenda, mas é o marco por causa que a veia plantou essas mangueira aqui e quando fez o levantamento do patrimônio essas mangueira tava lá. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

A mangueira referida por Conceição Viana da Silva, o Seu Dadá, seria relativa a um marco de espacialidade temporal, feito pelos romeiros que acompanhavam Dona Antônia de Barros Sousa – a "veia" que ele menciona em sua fala. Com a transição do morro do Santo Cruzeiro, atualmente município de Aragominas, para as margens do rio Muricizal, plantaram as árvores como forma de demarcação do território naquele momento. Seu Dadá continuou o relato sobre o marco patrimonial do seu território:

> Aí nós não sabia que ele tinha levado os mapa, né? O engenheiro pegou e tinha também o aparelho, não sei mais o que foi, aí ele olhou, nós olhamos "vamos vê se isso é mesmo o marco que não achamos", mas como eles eram muito estudado para aquilo. Aí pegou apontou no mapa, o curso do Rio Murici, todos os códigos, fazenda que hoje tá os fazendeiro os charqueiro, e ele disse "O senhor Dadá tá falando a verdade". Eu digo: "olha, eu não minto não, que eu trabalhei na marcação aqui do patrimônio, trabalhei. Se hoje o fazendeiro tomou, o charqueiro, é porque naquele tempo o povo não olhava pra isso. Mas é bem aqui, o lugar é bem aqui, pode caçar que tá no mapa.

---

[44] "Motorzinho" se refere a pequenas embarcações a motor, para melhor trânsito pelo rio Muricizal.

Um dos estudiosos, ainda não acreditando na totalidade dos relatos do Griô, perguntou sobre a “Morada de Luzia Mineira”, que seria uma das romeiras responsáveis por ter plantado as mangueiras:

> Eu digo “a morada Luzia Mineira existiu aqui nessas mangueiras. Foi ela que plantou, ela era romeira e ela fazia penitência aqui. Era nosso existimento das reza, e nós saia do Murici e ia pra lá – daqui lá é dois quilômetros.
> [*perguntei se eram dois quilômetros de barco*]
> De barco. Aí ele pegou em minha mão e disse “é seu Dadá, o senhor é uma das pessoas que nós precisa de ouvir suas histórias. Agora eu acreditei que o senhor não mente”. [...] Aí ele pegou e chamou o filho lá e disse “bem aqui onde seu Dadá falou, está constando o mapa do patrimônio aqui de vocês. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

A desconfiança dos estudiosos a respeito do relato de Seu Dadá só demonstra como a nova cartografia social permite consentir um protagonismo de informações e uma retomada histórica de um processo de reconhecimento do território, partindo dos próprios agentes sociais. Esses são capazes de favorecer a tomada de consciência desses indivíduos por meio de afinidade de produção cartográfica, em que eles mesmo destrincham cada detalhe. Para os coordenadores do projeto:

> Essa “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. (ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2013, p. 157).

O que o autor chama de “consciência de suas fronteiras” está correlacionado à unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestada de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. A respeito de tais reivindicações, Cida listou, como um dos objetivos que a coordenação almeja para todas as comunidades quilombolas do estado, a promoção da cartografia social de cada uma delas:

> [...] O nosso objetivo hoje, a gente tem um ponto que eu não sei pra você que está na academia, mas pra gente isso é uma coisa muito importante, que todas as comunidades Quilombola do Tocantins, a gente consiga com a COEQTO fazer a nossa Cartografia Social. Acho que você deve ter visto a da Dona Juscelina né? (SOUSA, M.A.R. Abril, 2023).

Cida perguntou se tivemos acesso ao caderno produzido pela Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em parceria com a COEQTO e a Organização Não-Governamental Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)[45]. Foi desenvolvido e posteriormente apresentado ao público no 49º Festejo de Abolição, que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de maio de 2022, com o tema "Força matriarcal quilombola: ancestralidade e memória". O referido evento foi o primeiro que aconteceu após o falecimento da matriarca do quilombo, Lucelina Gomes dos Santos, em julho de 2021. Sobre apresentar à comunidade o resultado do material produzido, como forma de efetivamente apresentar suas experiências, articulações e estratégias de mobilização, Cida complementou:

> Ao todo, nós já produzimos mais de dezesseis cartografias. Isso que eu fui fazer um banco de material de produção nosso e nós já produzimos vinte e dois materiais. Então a gente quer chegar em todas as comunidades, produzindo cartografias, isso a curto, médio e longo prazo. (SOUSA, M. A. R., 2023).

Sobre as cartografias e os materiais bibliográficos mencionados por Cida, atribuímos destaque para as publicações que já foram lançadas pelas comunidades quilombolas contempladas por este estudo. O fascículo que tem como título "Relatos das Lutas e esperanças da Comunidade Quilombola Prata, Claro e Ouro Fino" é uma publicação que documenta a trajetória histórica e as lutas protagonizadas pelas principais lideranças das comunidades em destaque, situadas no município de Paranã, no Tocantins.

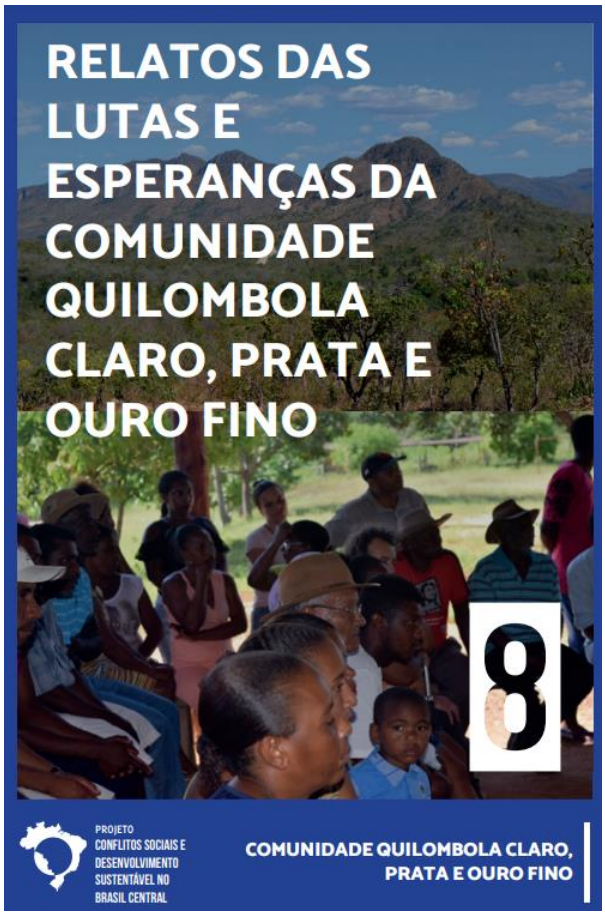
O material faz parte do projeto "Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central", que também está contemplado no PNCSA. Durante os anos de 2017 e 2018, foram realizadas oficinas de mapas e reuniões, o que possibilitou a publicação no ano de 2019[46]. A seguir, uma imagem da capa do exemplar:

---

[45] Em sua página *on-line*, a APA-TO se apresenta como uma ONG, criada em 1992. Reúne representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra, surgindo pela demanda dos agricultores e das agricultoras familiares por assessoria técnica para a construção participativa de sistemas produtivos de uso e ocupação do solo e que fossem sustentáveis e agroecológicos. Disponível em: <https://www.apato.org.br/historia/>. Acesso em: 10 maio 2023.

[46] Nesse mesmo ano de 2019, os coordenadores do projeto, Alfredo Wagner Berno de Almeida e Helciane Araújo, sintetizaram uma série de artigos na publicação *Nova cartografia social dos conflitos por territórios no Brasil Central*. O objetivo consistiu em mapear e analisar os efeitos das políticas governamentais e das agroestratégias, de acordo com as regiões designadas como cerrado e caatinga – definidas para efeitos

Imagem 5 – Capa do fascículo publicado pelo PNCSA pertencente ao projeto "Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central"



Fonte: Gonçalves *et al.* (2019).

Na sequência, apresentamos uma foto do material produzido pelo PNCSA, em parceria com COEQTO e APA-TO, com o título "Comunidade Quilombola Dona Juscelina: Conquista dos Bandeiras Verdes: 'Peça licença, mas nunca deixe de entrar'" (GONÇALVES & SOUSA, 2022).

---

de investigação científica como "Brasil Central", abrangendo os estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí, da Bahia, de Mato Grosso e de Pernambuco, bem como o norte de Minas Gerais e o sul do Pará).

Fotografia 10 – Projeto Nova Cartografia Social do Tocantins, Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio, 2023[47].

Logo em seguida, há imagens do momento em que os Griôs, da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, dão as boas-vindas aos que estão presentes no 49º Festejo de Abolição e apresentam o material resultante do Projeto Nova Cartografia Social do Tocantins.

[47] O registro foi feito por ocasião do 49º Festejo de Abolição, em maio de 2022, com o tema "Força Matriarcal Quilombola: Ancestralidade e Memória". Vários convidados e representantes do Quilombo Dona Juscelina foram presenteados com o material.

Fotografia 11 – Público do 49º Festejo de Abolição da Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio, 2022.

Fotografia 12 – Griô Rosa Mirtes Pereira, ao microfone, acompanhada dos demais Griôs do Conselho da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ)

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio, 2022.

O boletim informativo, como descrito em sua apresentação, foi desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022, a partir de diálogos, reuniões, entrevistas e uma série de atividades, que construíram como resultado esse material, em que se destaca que todos os depoimentos são de quilombolas da própria comunidade. A publicação, além de apresentar os depoimentos dos principais representantes da comunidade sobre a saudosa matriarca Dona Juscelina, também está dividida em quatro partes: Apresentação da Matriarca da Comunidade; Conselho de Griôs; História do Quilombo e Conflitos territoriais vividos pela comunidade.

No interior do material, é possível abrir e visualizar o mapa de todo o território da comunidade[48]:

Fotografia 13 - Território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio, 2023.

[48] Com uma riqueza de detalhes, consta nos anexos os mapas das Comunidades Quilombolas do Claro, Prata e Ouro Fino e da Comunidade Dona Juscelina, ambas contempladas nesta pesquisa e que fazem parte do projeto PNCSA, em parceria com a COEQTO e a APA-TO.

Oficializar esses materiais, bem como dar-lhes publicidade, por meio da organização e da elaboração de mapas e descrições sociais a partir de um boletim informativo das comunidades – como bem apresenta o PNCSA, com “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central[49]” –, eleva tais documentos a uma categoria de ordem oficial e de registro bibliográfico. Isso porque partem de relatos de quilombolas que vêm (re)existindo como núcleo social organizado, com relações econômicas e abrangentes, no que se refere às dinâmicas de fronteiras complexas, fugindo da referência desses territórios como espaços de refúgio. Pelo contrário, eleva-os a uma categoria de espaços geográficos, como bem assinala Maria Beatriz Nascimento (2018, p. 76): “organizados em sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo”.

Para explicar a mudança social percebida nos quilombos contemporâneos, Nascimento (2018) traduz como “paz quilombola” o processo de expansão e consolidação do espaço geográfico partilhado por essas comunidades. Considerando uma construção de um tempo histórico de longa duração, se fossem descritos por eles mesmos, essa noção estaria correlacionada à tentativa de constituir uma interpretação maior. Essa concepção “ultrapassa a visão do quilombo como história de ataques da repressão oficial contra uma outra organização, que talvez na ‘paz’ ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra” (NASCIMENTO, 2018, p. 76).

Portanto, a busca por instituições representativas na promoção social de espaços de expressão política para esses sujeitos parte da compreensão da legitimação da história construída por eles. Essas comunidades compreendem as incessantes tentativas de se apagar as histórias negras, o que é notável nas falas de Dona Geraldina e Prudêncio[50], quando eles comentam sua percepção sobre os representantes que buscavam implementar o Parque Estadual em Paranã:

> [*Prudêncio*] O Parque era problema do meio ambiente. Era como se fosse uma reserva ambiental, bem aqui nessa região.
> [*Geraldina complementa*]: É! Eles queria pô a gente como não tinha direito a nada, só um montinho de gente num canto e pronto, e não pode fazer nada.

---

[49] Subtítulo do projeto, voltado para as comunidades contempladas pelo Projeto PNCSA.

[50] Algumas das entrevistas realizadas em Paranã ocorreram como uma conversa aberta com os casais, que se sentiram mais confortáveis para dialogarem dessa maneira. Foi dessa mesma forma que aconteceu com Dona Isabel e Endino, bem como com Geraldina e Prudêncio. Devido a isso, alguns trechos serão citados com o bordado das falas deles.

> [*Prudêncio retoma citando a intervenção de Cida (COEQTO) durante a consulta pública*]: Aí a Cida voltou e falou “Na região deles, não quer Parque também não. Que vocês fizeram isso lá na região do Jalapão? Tá todo mundo lá passando necessidade! Que vocês tiram uma tora da terra do Jalapão e tá todo mundo nessa taca”.
> [*Geraldina retoma*]: Esse negócio de Parque é pra isso mesmo. No final ele vai mexendo, vai mexendo e só o povo da região que sofre. (TORRES, G. C. de & CONCEIÇÃO. P. C. da. Abril, 2022).

Após essa conversa com o casal, perguntei a Cida os efeitos perceptíveis à comunidade com a implementação do Parque Estadual do Jalapão. Também indaguei sobre a aprovação e a sanção legislativa que autorizava a concessão da região à iniciativa privada[51]:

> A gente não conseguiu barrar o Parque, nós estávamos falando de um processo que o governador do Estado queria a todo custo – que na época era o Siqueira Campos. A gente não conseguiu, mas nós conseguimos fazer com que mesmo com o Parque nós continuamos fazendo as nossas roças de toco. [...] Sobre a questão da privatização do Jalapão era pior, ele seria privatizado por trinta anos. E qual era a estratégia, Marina? “*Nós nunca estivemos aqui*” [grifo nosso], se nós ia deixar de existir. Com o Parque nós ainda existimos, a gente consegue dialogar. Já com esse processo de privatização a gente ia ser desconsiderado e não estaria considerando comunidades que fez o seu estudo antropológico realizado e aprovado. Comunidades todas certificadas. Então você não é uma comunidade que se certificou ontem, é uma comunidade que tem uma história e a gente estava sendo totalmente desconsiderada. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

As comunidades quilombolas do Jalapão se organizaram em suas respectivas associações e entidades de apoio subscritas e elaboraram uma carta aberta à sociedade tocantinense (Anexo nº. 7.3). Por meio dessa carta, expressaram sua reprovação quanto à ausência de consulta e de diálogo com as comunidades tradicionais durante o processo de aprovação e sanção da lei que abria concessão de várias Unidades de Conservação à iniciativa privada.

Por pressão dos movimentos sociais e das lideranças quilombolas e por estratégia coletiva promovida na figura institucional da COEQTO, na época, o governador em

---

[51] Em agosto de 2021, o ex-governador Mauro Carlesse (PSL) – que foi afastado, desde outubro do mesmo ano, e que posteriormente renunciou ao cargo, pois estava pressionado pelo processo de impeachment que sofria pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo acusado de participação em um esquema de recebimento de propinas – sancionou lei que autorizava a concessão de parcerias público-privadas das UC do estado. Fez isso sem consultar nenhuma das sete comunidades quilombolas pertencentes à região do Parque Estadual do Jalapão. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/27/privatizacao-do-jalapao-e-aprovada-e-causa-revolta-em-comunidades-quilombolas> e em <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/03/11/governador-afastado-do-tocantins-mauro-carlesse-renuncia-ao-cargo.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2023.

exercício, Wanderley Barbosa (Republicanos), hoje atual governador eleito, desistiu de levar adiante a referida sanção legislativa. Um dos instrumentos utilizados para pressionar a decisão foi a audiência pública realizada a pedido da Deputada Federal do período, Vivi Reis (PSOL-PA), na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, ocorrida em novembro de 2021.

Na página do partido, em que se noticiou o ocorrido[52], a ex-deputada Viviane Reis afirmou que:

> Neste momento em que vivemos um desmonte da política ambiental brasileira, a suspensão da privatização do Parque Estadual do Jalapão se apresenta como uma importante vitória, ainda mais quando se sabe que o Ministério do Meio Ambiente lançou em fevereiro deste ano o Programa *Adote um Parque* [grifo nosso], com a proposta de transferir para a iniciativa privada a proteção de unidades de conservação e, infelizmente, já conseguiu privatizar oito unidades de conservação de um total previsto de cento e trinta e duas. (REIS, V. 2021).

Em nome da instituição e como gestora executiva da COEQTO e representante das lideranças quilombolas mencionados na audiência, Cida comentou como foi receber a notícia do indeferimento da sanção de concessão que tinha como intenção a privatização do Parque Estadual do Jalapão:

> Foi desafiador! No dia que saiu o resultado eu não consegui comemorar, eu não consegui sabe. Que eu tinha tirado um peso das minhas costas, porque assim toda a minha história, toda a minha história de envolvimento, de associação, toda a história da minha voz, de toda a luta, de toda a luta que a gente teve, assim se vê naquele jeito - não tinha! Mas para nós, entre tantas outras conquistas que a gente teve, que o movimento quilombola teve em 2022 foi certamente barrar a privatização do Jalapão. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Lutar por demandas que respeitem os territórios quilombolas e, por consequência, a promoção de uma identidade coletiva consolida-se como uma estratégia de resistência de uma das maiores coordenações representativas em atuação no Tocantins hoje. Reivindicar esses espaços de expressão política faz com que a COEQTO priorize parcerias institucionais, que auxiliem na busca por respeito a esses direitos:

> A gente procura os órgãos de competência, a gente tem uma parceria que eu considero uma parceria extremamente importante que é com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado. A gente consegue ter WhatsApp do defensor, a gente consegue ter WhatsApp de um procurador. Então tem uma

[52] Disponível em: <https://psolnacamara.org.br/pressao-dos-movimentos-faz-governo-do-tocantins-recuar-na-privatizacao-do-jalapao/>. Acesso em: 11 maio 2023.

> demanda? A gente busca resolver pelo *ZAP* e “A gente está com um problema aqui, o que que a gente faz? Vamos denunciar?”. Então, surge demandas, a gente é demandado e a gente tenta resolver. Vamos na comunidade! (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Assim, essa articulação e essa busca por amplo diálogo ressignificam práticas discursivas. Para a professora e pesquisadora de estudos de fronteiras Eurípedes da Cunha Dias (2001), esses movimentos populares tradicionais compreendem que, somente rompendo com essas relações de poder bloqueadoras de liberdades expressas, será possível subverter essa ação indutora do esquecimento ou do obscurecimento da pertinência histórica e política sobre esses sujeitos. Tais reivindicações possibilitam identificar estruturas, ainda que submersas, de experiências libertárias que devem ser resgatadas (DIAS, 2001, p. 6).

A autora se ampara em Rosa Acevedo e Edna Castro (1998), na obra *Negros do Trombetas, guardiães de matas e rios*, para entender a organização social alternativa do quilombo nascendo de uma visibilidade negativa, por representar limites e afrontas ao regime escravista. Assim, gradativamente, compreende-se esse espaço geográfico também como um domínio social e político de subversão.

Essa subversão representa práticas reprimidas de participação social desses sujeitos no processo histórico que, hoje, reivindicam ações e espaços de expressões políticas. Na figura institucional da COEQTO e com a escuta pontual dos entrevistados, assimilamos que, apesar das particularidades no processo de formação de cada comunidade, reconhecer o processo de ocupação de seus territórios instrumentaliza um fortalecimento dos movimentos sociais que lá existem.

Por falar em promoção de direitos a esses povos tradicionais, o questionamento que fica é: E o direito à vida? A pandemia mundial, enfrentada especialmente durante os anos de 2020 a 2022, e que atravessa o percurso desta pesquisa, impulsionou um alerta sobre a urgência em se discutir a precariedade do acesso à saúde pública de qualidade aos quilombolas. O problema da subnotificação de casos levou a um efeito de vulnerabilidade e invisibilidade da população negra rural e periférica. Isso fez com que, por iniciativas das próprias comunidades, em parcerias com universidades e/ou organizações da sociedade civil, o mapeamento do cenário de Covid-19 demonstrasse a situação de precariedade, assunto que decidimos abordar na próxima sessão.

3.2 PANDEMIA E NECROPOLÍTICA: ABANDONO, RACISMO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 NOS QUILOMBOS DO TOCANTINS

Durante a pandemia de Covid-19 – uma infecção respiratória aguda de elevada transmissibilidade e de distribuição global –, o governo brasileiro do período demonstrou falhas graves de gestão e democracia, provocando consequências irreparáveis. Nos momentos de crise, as desigualdades estruturais e históricas se acentuaram ainda mais, afetando especialmente determinados segmentos sociais e, sobretudo, étnico-raciais. Por isso, acreditamos que lançar um olhar sobre a condição da população negra e a invisibilidade dos efeitos da doença em territórios quilombolas revela uma realidade de falta de políticas assertivas para controle e erradicação da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela pandemia de Covid-19.

O Brasil é um dos países onde traços coloniais são marcadores sociais de diferenças étnico-raciais e onde projetos político-sociais são amparados pelo racismo estrutural. Esses fatores segmentam e subnotificam uma população negra e periférica. Por esse motivo, esta pesquisa leva em consideração a perspectiva do comportamento da pandemia em relação aos quilombos, especificamente no Tocantins.

Essa discussão permite um diálogo a partir da lógica conceitual de necropolítica. O conceito é explorado pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe (2018). Com esse aporte teórico decolonial, pretendemos analisar a escusa do Estado em promover amparo e saúde de qualidade para essas populações, o que demonstra que, por meio da manutenção das tramas coloniais, o biopoder se estabelece, vulnerabilizando ainda mais essas comunidades.

Assim, neste momento, propomos examinar o panorama nacional e regional da pandemia, com enfoque nos aspectos pertinentes às comunidades quilombolas. Procuramos abordar como a COEQTO e a Conaq, com iniciativas das próprias comunidades, em parceria com estudos de universidades e/ou organizações da sociedade civil, mobilizaram-se para o mapeamento do cenário de Covid-19, resultando no Observatório da COVID-19 nos Quilombos[53] durante esse período. Por isso, também trataremos do desmantelamento social nas comunidades, bem como do impacto de

[53] Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 11 maio 2023.

perder suas principais lideranças políticas, refletindo sobre as experiências de adoecimento, isolamento e incertezas vividas pelo povo quilombola.

Desde 2020, quando começamos a enfrentar a crise provocada pelo coronavírus e sua alta transmissibilidade, manchetes de jornais noticiavam o caráter “democrático” do vírus, que afetava todas as faixas sociais, sem discriminação. No entanto, logo no primeiro ano de pandemia, ficou evidente que as populações mais carentes tinham precário acesso à saúde, com consequente subnotificação[54] dos casos, além da resistência governamental de inserir informações de raça e cor nas atualizações do Ministério da Saúde. Esse quadro levantou preocupação acerca de como as comunidades tradicionais estariam enfrentando essa situação de vulnerabilidade em relação ao avanço da pandemia.

Nesse primeiro ano, às informações precárias que comprometiam o real entendimento e o impacto do novo coronavírus para os brasileiros, somou-se um governo negacionista, que ironizava as práticas de autocuidado e incentivava o não cumprimento da quarentena. Essa situação dificultou a promoção de abrandamento de medidas de isolamento social e também comprometeu o estímulo de recursos hospitalares necessários para o enfrentamento da pandemia, ocorrendo total desarticulação entre gestores estaduais e municipais.

Nos territórios quilombolas, as próprias associações tomaram uma iniciativa, junto a parcerias com centros de estudos universitários e com a organização da sociedade civil. O resultado foi a criação do Observatório da COVID-19 nos Quilombos, tido como uma resposta institucional da Conaq, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), para reunir dados e gerar uma plataforma virtual, com contagem e monitoramento dos casos e óbitos quilombolas relativos às comunidades, conforme a coordenação conseguisse obter informações.

A plataforma do Observatório da COVID-19 nos Quilombos foi lançada em maio de 2020, através de uma *live* promovida pelo ISA, contando com a presença de Sandra

---

[54] Uma pesquisa da UFPel, do Centro de Pesquisas Epidemiológicas Epicovid19-BR, em parceria com o Ministério da Saúde, registrou que, para cada caso confirmado de Covid-19 pelas estatísticas oficiais, existiam sete casos reais na população dos principais centros urbanos brasileiros. Esse levantamento foi feito em 90 municípios. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Os-quilombos-sob-a-covid-19-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-e-necropol%C3%ADtica>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Maria (Conaq), Jurema Werneck (Anistia Internacional Brasil) e Milene Maia Oberlaender (ISA). Essas lideranças clamaram por mais visibilidade e informação acerca das comunidades quilombolas frente à pandemia do novo coronavírus.

Na época, a plataforma registrava 185 casos confirmados e 45 óbitos por Covid-19 nos quilombos. Os dados, atualizados em janeiro de 2022, estavam em 5666 casos confirmados e 301 óbitos. No momento de lançamento da plataforma, a principal mensagem era a de chamar atenção tanto para as secretarias quanto para o Ministério da Saúde em relação às informações subnotificadas das comunidades quilombolas.

Constantes denúncias[55] foram feitas por diversas organizações do movimento negro, frente ao silenciamento de dados sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 na população negra. Somente após isso, em fevereiro de 2021, mais precisamente a partir da nona semana epidemiológica (SE), o Ministério da Saúde passou a considerar casos notificados e confirmados de membros de povos quilombolas no Brasil, monitorados a partir dos dados registrados pelo e-SUS[56]. O resultado foi o “Boletim Epidemiológico Covid-19: comunidades tradicionais e povos quilombolas”, que teve a sua primeira versão divulgada em setembro de 2022.

O boletim teve como recorte de análise o período entre a 9ª semana epidemiológica (SE) de 2021 (28/2/2021) e a 26ª SE de 2022 (2/7/2022). Foram registradas 62.809.828 notificações de casos suspeitos de Covid-19 no Brasil, sendo 19.438.496 confirmados (30,9%). Dentre eles, identificou-se que 263.664 (0,4%) dos indivíduos notificados se autodeclaram membros de comunidades tradicionais. Na categoria de povos quilombolas, foram 11.504 notificações e 3.603 casos confirmados, correspondendo a 5,8% do total (BRASIL, 2022b, p. 3).

A comparação dos números estimados pelas pesquisas, considerando o Observatório da COVID-19 nos Quilombos e o Boletim Epidemiológico, demonstra que o

---

[55] A Coalizão Negra por Direitos, formada por um grupo de 150 entidades representativas do movimento negro e de periferias do Brasil, emitiu nota exigindo ação imediata de medidas de proteção à população negra e a outras afetadas ou em vulnerabilidade devido ao coronavírus. Também solicitaram informações a respeito dos dados sobre etnia, raça, gênero e território de pessoas infectadas e de pessoas mortas em decorrência da Covid-19. O documento, na íntegra, está disponível em: <https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/03/nota-coalizc3a3o-covid19-final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

[56] O e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS) é um sistema que busca instrumentalizar a coleta de dados na APS, para envio à base nacional, reunindo informações para garantir continuidade do cuidado inicial prestado ao paciente.

efeito da subnotificação reforça o estigma do abandono e de mecanismos necropolíticos. Estes, conforme Mbembe (2018, p. 41), configuram-se “enquanto formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte”.

O conceito apresentado pelo filósofo nos leva a refletir sobre o que está subjacente em relação aos dados sobre adoecidos(as) pelo coronavírus em todo o Brasil e, especificamente, nas comunidades quilombolas. De acordo com Mbembe (2018), o necropoder é compreendido pela lógica de como o poder de morte opera, sendo que o Estado atua enquanto soberania para definir quem importa e quem não importa viver, quem é descartável e quem não é.

Nessa perspectiva, percebe-se o exercício da necropolítica no Brasil quando, ainda no início da pandemia, o então presidente da república, ao ser questionado sobre o número de mortes causadas pelo coronavírus, respondeu: “E daí? Não sou coveiro, tá?”[57]. Considerando que um presidente é representante, em sua autoridade máxima, do poder Executivo de um Estado soberano e democrático de direito, a referida postura demonstra absoluto descaso do Estado na garantia do direito à vida de sua população.

Tal atitude corrobora o que Mbembe entende por “expressão máxima da soberania”, que consiste:

> em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE, 2018, p.123).

Quando constatamos que negros e negras são maioria no quadro de vulnerabilidade socioeconômica do país, o caráter “democrático” do vírus é confrontado. As condições epidemiológicas tiveram incidência direta determinada por renda, idade, gênero e raça. Pedro Martins (2020) aponta que, dentre os diversos segmentos da sociedade que estiveram mais expostos e identificados como grupos de risco, a população negra, em sua diversidade, também assim foi considerada. Obviamente, houve gradações internas, variando conforme as comorbidades que atingiram negras e negros em maior número, como a hipertensão, o diabetes e, principalmente, a anemia

---

[57] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

falciforme. Além disso, também é preciso considerar a letalidade social, motivada por questões históricas, políticas e sociais estruturantes de nossa sociedade.

Nilma Lino Gomes (2020) levanta o alerta quanto à discussão sobre o contexto da pandemia em uma perspectiva antirracista e democrática:

> Quando refletimos sobre a junção entre pobreza, trabalho precário, desemprego, trabalho informal, trabalho doméstico, encarceramento em massa – frutos da articulação nefasta entre desigualdade socioeconômica e racial – compreendemos a dificuldade (e a impossibilidade) dos pobres e das pessoas negras e pobres em atender as orientações da OMS. (GOMES, 2020, p. 5).

A leitura do contexto da pandemia pelo viés antirracista nos remete ao “devir-negro do mundo”, conceituação abordada por Mbembe (2022), em sua obra *Crítica da razão negra*. Em defesa do pensamento foucaltiano a respeito das análises das sociedades de matriz colonial, o autor denuncia o caráter racista e mortífero do projeto colonialista da sociedade ocidental. Também aponta como o espaço político-jurídico da *plantation* perpetua essa lógica racista na contemporaneidade.

Os rastros de morte e adoecimento da Covid-19 nas populações negras acusam as demarcações coloniais de base racial que provocam desigualdades raciais, perceptíveis ao longo do processo pandêmico, limitando oportunidades para as comunidades quilombolas. Os últimos anos foram alarmantes, não somente pelo planejamento desta pesquisa, como também pelo medo da morte das principais lideranças ancestrais nesses territórios. O “deixar morrer” metafísico, conceituado por Mbembe, cedeu lugar a uma percepção simbólica e material na figura de um Estado que não prestou auxílio nem garantiu saúde hospitalar digna aos 301 óbitos quilombolas, estimados pelo Observatório da COVID-19 nos Quilombos, em sua plataforma.

Diante desse cenário, é indispensável discutir o amparo e a proteção legal que as comunidades quilombolas dispõem, no âmbito das legislações vigentes, como o Decreto n. 4.887/03, que estabelece a garantia do direito à qualidade de vida, dispondo de acesso a serviços de saúde, saneamento e educação. Esse posicionamento e amparo legal representam uma estratégia de defesa ao direito à vida dos quilombolas.

Muitas comunidades, ainda hoje, encontram-se com serviços de atendimento à saúde precários e em situação de vulnerabilidade no enfrentamento da Covid-19. Esse quadro leva a Conaq a acionar o Judiciário, em busca de medidas emergenciais que

garantam proteção e dignidade a essa população, reforçando o pedido de inclusão dos quilombolas, com prioridade, no processo de vacinação.

Em setembro de 2020, a Conaq, em conjunto com cinco partidos políticos[58], protocolaram, junto ao STF, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 742/2020) – conhecida também como ADPF Quilombola. Esse documento buscou reconhecer o direito de implementação de medidas emergenciais e específicas para o combate à pandemia de Covid-19, tendo como principal objetivo barrar as violações aos preceitos constitucionais de caráter fundamental. Tais preceitos correspondem a garantias à reprodução social, cultural, territorial das comunidades quilombolas ante à violação de seus direitos fundamentais, incluindo ainda as negligências e omissões por parte do governo federal em promover políticas específicas para combate e controle da pandemia (CONAQ, 2020).

Em relação a ADPF Quilombola, o coordenador da Conaq Denildo Rodrigues afirma que:

> A ADPF veio por conta da lentidão do Estado brasileiro de ter um plano de contenção do coronavírus em territórios quilombolas. O índice de mortalidade nesses territórios é exorbitante. Nós queremos que o Estado cumpra com a obrigação de levar saúde e proteção para todos e todas. (CONAQ, 2020).

Em fevereiro de 2021, o Tribunal acatou, por unanimidade, converter o julgamento da medida cautelar da ADPF Quilombola em caráter definitivo de mérito, cabendo à União que:

> (i) formule, no prazo de 30 dias, plano nacional de enfrentamento da pandemia covid-19 no que concerne à população quilombola, versando providências e protocolos sanitários voltados a assegurar a eficácia da vacinação na fase prioritária, com a participação de representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.
> (ii) constitua, em até 72 horas, grupo de trabalho interdisciplinar e paritário, com a finalidade de debater, aprovar e monitorar a execução do Plano, dele participando integrantes, pelo menos, do Ministério da Saúde, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Fundação Cultural Palmares, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Associação Brasileira de Saúde Coletiva e representantes das comunidades quilombolas a serem indicadas pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas;

[58] Os partidos foram PSB, PSOL, PCdoB, REDE e PT. O pedido foi protocolado pela advogada quilombola Vercilene Francisco Dias.

> (iii) providencie, no máximo em 72 horas, a inclusão, no registro dos casos de covid-19, do quesito raça/cor/etnia, asseguradas a notificação compulsória dos confirmados e ampla e periódica publicidade;
> (iv) restabeleça, no prazo de 72 horas, o conteúdo das plataformas públicas de acesso à informação http://monitoramento.seppir.gov.br/ e https://www.gov.br/mdh/pt-br/comunidadestradicionais/programa-brasil-quilombola, abstendo-se de proceder à exclusão de dados públicos relativos à população. (BRASIL. STF, 2021).

Por mais que o Supremo tenha estipulado prazo de 30 dias para que o Plano Nacional de enfrentamento da pandemia fosse cumprido, no que concerne à população quilombola, as ações só foram inseridas a partir da segunda fase de vacinação[59]. Contudo, o problema da subnotificação e a ausência de dados atualizados dos quilombolas fizeram com que, na avaliação da Conaq, o Plano Nacional de Operacionalização para vacinação nas comunidades fosse insuficiente.

A estimativa do plano contabilizava 1.133.106 quilombolas distribuídos em 1.278 municípios e 25 estados e Distrito Federal. Porém, pelas estimativas da Conaq, os quilombolas somam mais de 16 milhões de indivíduos. Essa é uma demonstração clara da insuficiência das doses para atender inicialmente toda a população.

Givânia Silva, coordenadora da Conaq, alertou para o fato de quem nem todos os quilombolas, atualmente, residem em seu território de origem:

> Existe uma invisibilização das comunidades quilombolas pela ausência de dados atualizados que contemplem toda essa população. Mesmo com a atualização solicitada pelo Ministério da Saúde, o número de quilombolas a serem vacinados ficará subdimensionado, uma vez que nem todos residem nos territórios, pois precisam trabalhar e estudar fora. Como sabemos, os agentes de saúde só cadastram em suas fichas quilombolas residentes no território, inclusive filhos que estão estudando ou trabalhando fora do território não são cadastrados. (ZANON, 2021, s/p).

---

[59] O Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19 contou com quatro etapas iniciais. Em cada uma delas, foram atendidos determinados públicos, escolhidos a partir do risco da evolução para quadros graves diante da infecção, da exposição ao vírus e de aspectos epidemiológicos da manifestação da pandemia no país. A primeira fase teve início em janeiro de 2021. Como a ADPF 742/20 só teve seu julgamento deferido em fevereiro, os quilombolas só foram inseridos na fase subsequente. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/covid-19-plano-nacional-de-vacinacao-tera-quatro-fases>. Acesso em: 10 jan. 2023.

A respeito do Tocantins, Cida confirmou o que a coordenadora da Conaq expôs na fala anterior e também lamentou o fato de ter contraído Covid-19 por três vezes, no mesmo ano (2021), antes de conseguir se vacinar:

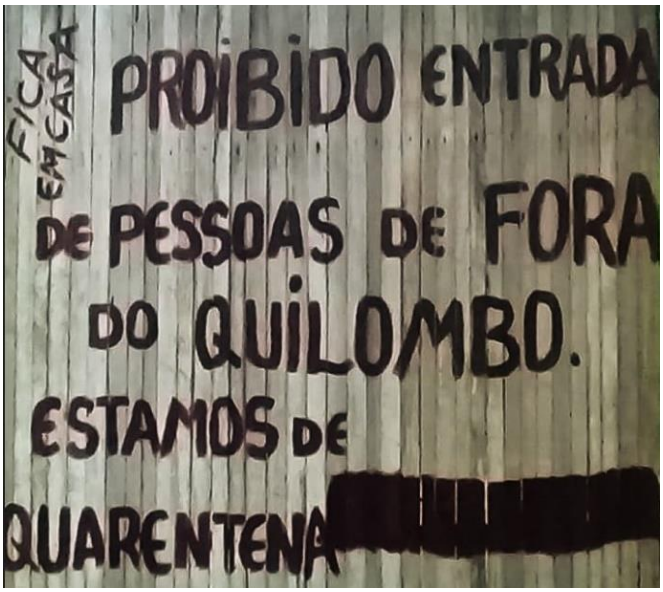
> Eu, por exemplo, eu não consegui vacinar no meu território. Eu vacinei quando chegou a minha idade em Palmas. Eu peguei Covid três vezes. Sobrevivi, mas teve muitos que não sobreviveu. [...] Quando começou o desespero da Covid, eu entrei em desespero e todo mundo começou a me dizer que eu ia morrer porque eu estava num quadro de obesidade, era acima do peso. Então entrei em colapso, fiquei em Palmas. Mas aí eu falei "Ó gente. Eu vou pro meu Quilombo. Eu também, neste momento, preciso de ser acolhida pela minha família". Fui e fiquei três meses. Mas esses três meses todo dia eu estava onde que tinha acesso à internet para mandar mensagem pras lideranças, para saber o que estava acontecendo (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

A demanda da Coordenação Estadual fez com que Cida ficasse poucos meses em seu território. A dificuldade do acesso à internet também comprometia a comunicação com outras lideranças e frentes de organização. Essa situação levou-a de volta a Palmas, quando acabou se contaminando, e consequentemente o impedimento de poder se vacinar como grupo prioritário. Cida comentou que, nesse período, as coordenações não puderam parar:

> Porque trabalhar de casa não era férias, a gente tinha horário. Porque além de compor, a Coordenação Estadual eu acompanho a Coordenação Nacional. Estou executiva pela CONAQ, eu estou coordenadora Executiva pela Região Norte. Então assim, não é só no Tocantins que eu tenho que dialogar. Eu tenho que dialogar com oito Estados e a gente tem que saber o que está acontecendo em vinte quatro Estados que tem território Quilombola. Então a gente não parou. A COEQTO não parou. A CONAQ não parou. Os movimentos Quilombolas não parou e não só as coordenações estaduais, as associações também não tiveram o privilégio de parar. (SOUSA, M. A. R. 2023).

O planejamento estratégico para entrar em contato com as comunidades contempladas pela pesquisa previa começar em março de 2021, para então colher relatos e histórias que margeiam a Bacia Araguaia-Tocantins, com traços de territorialidades e de movimento, a partir do ciclo constante de suas águas. No entanto, a pandemia não conseguiu parar o fluxo das águas, mas paralisou seus navegantes.

Imagem 6 – Alerta na entrada do Quilombo Pitimandeua, Inhangapi-PA



Fonte: Malungu (2020).

O reconhecimento das histórias que percorrem e margeiam os rios Tocantins e Araguaia sempre foi a intenção deste trabalho. Tais narrativas delimitam e trazem marcas de territorialidades e de movimentos no ciclo constante de suas águas. E, então, aproximam-se da história de seu povo, por suas margens, em busca dos elos entre o rio e os povos que vivem pelo rio. Desse modo, formam evidências materiais da empreitada colonial e, ao mesmo tempo, evidências materiais de uma memória de resistência.

Durante a etapa de organização do cronograma estratégico e metodológico da pesquisa, planejamos que, das 45 comunidades certificadas, 10 delas – contempladas pela Bacia Araguaia-Tocantins – fariam parte desse processo de reconhecimento territorial e de seus sujeitos históricos, fazendo parte deste estudo social. Devido à pandemia de Covid-19, entretanto, dessas dez comunidades distribuídas em seis municípios do estado do Tocantins, só foi possível desenvolver o estudo com quatro delas. Essas quatro estão distribuídas em dois municípios, da região sudeste para o extremo norte do estado: 1) em Paranã, Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino, e 2) em Muricilândia, Comunidade Dona Juscelina.

Esse processo foi bastante doloroso, não somente por comprometer a consecução do cronograma previsto, mas pela angústia solitária de, mês após mês, sermos acometidos pela notícia do falecimento de alguém, por vezes de algum conhecido ou

ente mais íntimo, e sofrer a perda de um familiar, de um amigo. Durante esse período, foi, na mesma medida, também muito doloroso saber de alguma liderança quilombola cuja vida era ceifada pela Covid-19.

Sobre o acompanhamento desse processo, Cida comentou:

> Foi muita perca. Falar da pandemia pra mim é sempre muito doído. Assim, porque foi muito difícil, mesmo emocionalmente, para todo mundo a gente fingia né. Porque pra nós que estamos na frente a gente colocava uma armadura de que estava tudo certo. Mas tinha dias que a gente desabava no telefone. Eu ligando pra outros coordenadores, e teve uns que se isolou mesmo.
> Teve uma grande liderança no território de Malhadinha que morreu por Covid. Teve Fátima Barros, que morreu de Covid, teve o tio dela, então a gente perdeu muito. No caso dela foi ela e o irmão na mesma semana. Teve um descaso muito grande. Porque "pensar em política pública para conter o Covid", mas pra quando? E assim, o maior desafio era ficar monitorando e a COEQTO fez esse trabalho. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

A fim de iniciar o trabalho de campo junto com as comunidades que incialmente estavam no plano estratégico, as passagens haviam sido compradas para final de fevereiro de 2021. Esse plano foi discutido e traçado virtualmente, pelo *whatsapp,* com Maria de Fátima Batista Barros, que seria uma das primeiras entrevistadas – e que Cida menciona na fala anterior.

Minha chegada à capital tocantinense, Palmas, estava marcada para a primeira semana de março. Eu partiria rumo a Araguatins, com possível agenda para entrevistar a liderança quilombola Fátima Barros. A pedagoga sempre atuou em defesa da Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente, às margens do rio Araguaia. Tive o enorme prazer de conhecê-la e de articular com ela diversas comissões científicas de projetos e eventos, no norte do estado, durante minha trajetória como professora da UFT. Com ela, foi possível estabelecer trocas e anseios sobre esta pesquisa, antes mesmo de ela sair do papel.

Um pouco antes da data da viagem, muitos casos de Covid já vinham sendo noticiados nos telejornais, junto à certeza alarmante de que uma nova onda viria. Em troca de mensagens virtuais, Fátima disse que não conseguiria me encontrar. Com o

aumento de casos na comunidade, o alerta estava redobrado, voltado para a preservação da saúde dos mais idosos. Por isso, decidi por adiar nosso encontro[60].

Pouco tempo depois, soube-se que ela tinha contraído o vírus. Ao final do mês, Fátima foi hospitalizada e, após 4 semanas internada na UTI, no começo do mês de abril, veio a óbito. Uma semana antes do acontecido, ela havia perdido seu irmão mais velho, Raimundo Batista Barros, também vítima de Covid-19.

Fotografias 14 e 15 – Raimundo Barros e Fátima, lideranças quilombolas da Comunidade Ilha de São Vicente, Araguatins-TO

Fonte: Letícia Queiroz de Freitas – Acervo Pessoal do Quilombo Ilha de São Vicente, 2018.

[60] Os encontros e as entrevistas só aconteceram a partir de abril de 2022, quando, após tomada a segunda dose da vacina, pude sentir mais segurança de não representar perigo para as comunidades contempladas neste estudo.

Após ser diagnosticada, no dia 18 de março, Fátima concedeu uma entrevista ao G1 Tocantins[61]. Alertou sobre a importância da promoção de saúde digna aos quilombolas: “A gente clama por uma saúde pública que seja mais digna. Que os números de vagas sejam ampliados e que a gente possa enfrentar isso com dignidade. Que a saúde seja um direito de todos”.

Fátima, com 48 anos, nascida no Tocantins, foi a nona filha de uma família de dez irmãos, com os pais chamados Cantídio Barros e Vicência Barros. Costumava dizer sempre, em suas falas, que era nascida de uma terra marcada pela violência do latifúndio e pela força de seu povo. Dizia ser da terra da Guerrilha do Araguaia, da terra de Dona Raimunda quebradeira de coco, da terra de Padre Josimo. Foi a primeira da família a “frequentar os estudos” e conseguir cursar Pedagogia em uma universidade pública federal.

Além de Fátima, mais de trezentos quilombolas tiveram a vida interrompida durante o enfrentamento dessa pandemia. Isso é reflexo e denúncia do abandono e da falta de assistência médica e de políticas de saúde para a preservação da existência dessas populações. E pode ser traduzido pelo conceito de “necropoder”, apresentado por Mbembe (2018, p. 71), pois “embaralha as fronteiras entre resistência e morte, sacrifício e redenção, mártir e liberdade”.

Redirecionar a rota metodológica desta pesquisa, sem dedicar um espaço para discutir o enfrentamento à pandemia de Covid-19 nos quilombos, e em específico no Tocantins, não seria ético. Trazer sentido histórico para as dificuldades enfrentadas durante esse percurso nos mobilizou a refletir sobre o real impacto dessa crise sanitária para nós, pesquisadores, frente à sensibilidade de se aproximar e de reconhecer os sujeitos deste estudo, durante e após esse processo.

Passamos de uma década desde o processo de implementação e uso da Lei de Acesso à Informação Pública brasileira, a LAI Lei n. 12.527/2011. Com desafios e avanços quanto à promoção da referida lei, juntamente com parceiros da sociedade civil e com instituições públicas de pesquisa, foi possível perceber a importância fundamental

---

[61] Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/04/06/lider-quilombola-do-tocantins-morre-apos-ficar-mais-de-20-dias-internada-com-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2022.

de como a LAI auxilia na formação de um Estado verdadeiramente democrático no Brasil, através da melhoria no direito fundamental de acesso à informação.

Para acompanhar os dados e variâncias da Covid-19, tivemos o “Vacinômetro da Covid-19”, do Ministério da Saúde, através da Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), o Boletim Epidemiológico, lançado em ciclos pelo Ministério da Saúde e os boletins informativos promovidos pelo *blog* “Brasil.IO”. Esses mecanismos foram essenciais para levantar os dados referentes à vacinação contra o novo coronavírus na população quilombola do Brasil, e especificamente do Tocantins.

Para acompanhar esse processo, a amostra de dados disponibilizada pelos boletins informativos disponíveis auxiliou sobremaneira a compreender a cobertura vacinal da primeira dose e da segunda dose, tanto o primeiro quanto o segundo reforço da vacina, de fevereiro de 2021 até setembro de 2022. Isso resultou na interpretação de tabelas, figuras e mapas, de distribuição espacial, que eram disponibilizados por regiões.

O quadro a seguir é referente ao Boletim Epidemiológico Covid-19, relativo às comunidades tradicionais e aos povos quilombolas. Foi disponibilizado pelo Ministério da Saúde em setembro de 2022. Nele, há notificações e casos confirmados de Covid nos povos quilombolas, na região norte, do período de março de 2021 a julho de 2022.

Tabela 1 – Notificações e casos confirmados de Covid-19 dos povos quilombolas da região norte, entre março de 2021 e julho de 2022

	POVOS QUILOMBOLAS				
	Notificações	**%**	**Casos confirmados**	**%**	**% Covid-19**
REGIÃO NORTE	1.166	10,1%	493	13,6%	42,3%
PARÁ (PA)	550	4,8%	274	7,6%	49,8%
AMAPÁ (AP)	261	2,3%	85	2,3%	32,6%
TOCANTINS (TO)	324	2,8%	115	3,2%	35,5%
AMAZONAS (AM)	11	0,1%	8	0,2%	72,7%
RONDÔNIA (RO)	20	0,2%	11	0,3%	55%
RORAIMA (RR)	--	0,0%	--	0,0%	0,0%
ACRE (AC)	--	0,0%	--	0,0%	0,0%
TOTAL					**217.182**

Fonte: Brasil, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Covid-19: comunidades tradicionais e povos quilombolas. 2022b, p. 5.

Entre os indivíduos que se autodeclaram como pertencentes aos povos quilombolas na Região Norte, há proporções mais altas de casos confirmados em alguns estados, como Amazonas (72,7%) e Rondônia (55%). A hipótese é a de que houve um número reduzido de registros nesses estados. No Amazonas, foram apenas 11 casos notificados para 8 casos confirmados. Em Rondônia, foram 20 notificações para 11 casos de Covid-19.

Os dados do quadro a seguir apresentam o total de doses de vacinas contra a Covid-19 aplicadas na população quilombola, relativos à região Norte. É possível verificar que os estados do Pará, do Amapá, do Tocantins e do Amazonas foram os que mais aplicaram doses de vacina. Já os estados de Rondônia, de Roraima e do Acre não tiveram ampla vacinação, comparados aos demais.

Tabela 2 – Total de doses de vacina contra a Covid-19 aplicadas na população quilombola na região norte até setembro de 2022

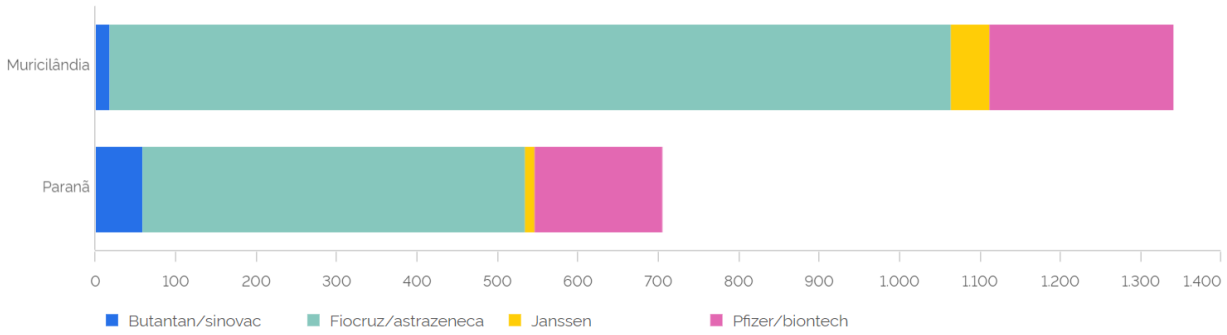
ESTADOS	Butantan/ Sinovac	Fiocruz/ Astrazeneca	Janssen	Pfizer/ Biontech	Total de doses aplicadas*
PARÁ (PA)	24.291	115.039	5.973	30.420	175.723
AMAPÁ (AP)	818	13.367	501	4.948	19.634
TOCANTINS (TO)	293	10.571	213	2.869	13.946
AMAZONAS (AM)	109	4.517	199	1.249	6.074
RONDÔNIA (RO)	21	1.217	85	399	1.722
RORAIMA (RR)	12	10	15	21	58
ACRE (AC)	6	9	2	8	25
TOTAL					**217.182**

*D1 – Primeira dose; D2 – Segunda dose; R1 – Primeiro reforço e R2 – Segundo reforço.

Fonte: Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), Brasil, 2022c.

Quanto aos municípios contemplados pela pesquisa, Muricilândia e Paranã, os dados apresentados pela RNDS informam que o número da população quilombola vacinada corresponde a 1.049 pessoas, em um total de 2.131 doses aplicadas – sendo elas a primeira, a segunda e a dose de reforço. O gráfico a seguir apresenta as doses aplicadas:

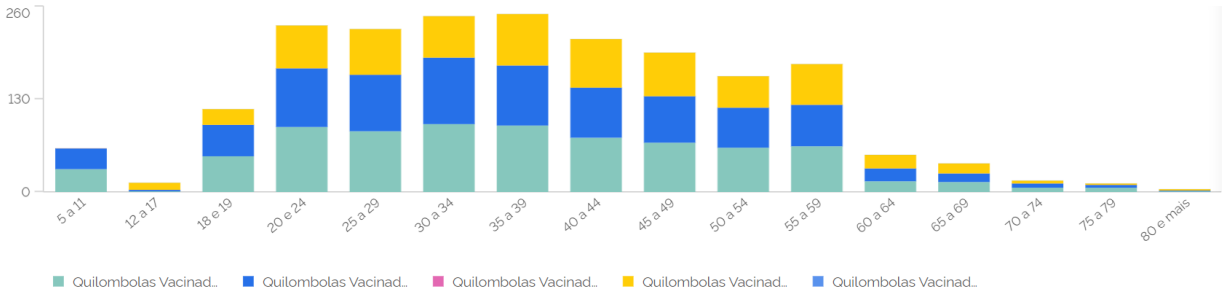
Gráfico 1 – Doses aplicadas em quilombolas nos municípios (TO) contemplados pelo estudo



Fonte: Fonte: Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), Brasil, 2022c.

Em relação às doses aplicadas de acordo com a faixa etária, a distribuição entre os dois municípios está listada da seguinte forma:

Gráfico 2 – Doses aplicadas de acordo com a faixa etária



Fonte: Fonte: Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), Brasil, 2022c.

Avaliando esses dados, notamos que a faixa etária dos trinta aos quarenta anos de idade foi a que teve maior adesão ao ciclo de vacinação. Já os mais idosos, a partir de sessenta anos, figuram como grupos que correspondem a uma menor adesão.

Lílian Rezende e demais autores (2019) apresentam uma pesquisa em que buscam analisar a prática do enfermeiro em comunidades quilombolas, a partir da interface cultural e política. Esse estudo explica que a relação de confiança é a base para a criação de vínculo, quando está envolta em um laço afetivo. Isso torna possível a continuidade de ações de saúde, em um processo de construção coletiva entre

profissional, usuário e equipe. Nesse meio, são compartilhadas as responsabilidades morais, políticas e sociais de cada um, reduzindo, assim, as formas de opressão.

Na realidade das comunidades quilombolas em Paranã, elas só contam com um posto de saúde no povoado de Campo Alegre[62], para atendimento de primeiros socorros e exames rotineiros. Na maioria dos casos, os moradores do povoado e os quilombolas da região precisam ir até o município de Paranã, localizado a cerca de 90 km, e às vezes até Palmas, que fica a uma distância média de 350 km, para tratamento médico que requer maior complexidade. Devido a isso, essa relação de confiança, descrita na pesquisa dos autores mencionados, pode se ver comprometida e fragilizada.

Alguns dos Griôs foram consultados nas comunidades quilombolas da região do município de Paranã, dentre eles José Cezário de Torres, popularmente conhecido como Seu Zé Torres. Eles relataram precariedade no sistema de saúde e desconfiança na equipe médica, a qual só vai uma vez por semana atender no povoado de Campo Alegre:

> A saúde aqui não é boa, a nossa saúde aqui é precária. Porque nem Paranã não é boa a saúde lá, pessoal tudo corre pra Palmas. Os médico de lá tá que nem eu. E eu apanho aquela folha, ponho aquela dali pra vê se uma delas trata do que o paciente tá sofrendo. É desse jeito. Médico daí não tem médico especialista. E já é da vontade que da época de Fabrício tinha médico mais especialista que vinha aqui, esse que veio aí. Só se for, como diz, “ele é médico de curar bicheira quando tem pouco bicho”. O médico que vem aí em Campo Alegre, quase toda quinta feira. Eu mesmo nunca fui consultado com ele. (TORRES, J. C. 2022).

Em seu relato, Zé Torres atribui a eficácia nos tratos devido mais às ervas medicinais do que a uma relação efêmera estabelecida com uma equipe médica que não busca criar conexão afetiva com a comunidade atendida. Sobre os sintomas e a testagem para provável diagnóstico de Covid, Zé Torres comentou: “Ás vezes era febre, porque teve vezes, que ninguém podia acreditar. Diziam que o doutor daqui fazia testes, mas ninguém podia dizer que era. Porque o doutor daqui não presta. Muita gente com medo de fazer testes. E Deus ajuda a gente que vivemos mais”.

Segundo Rezende e demais autores (2019), o posicionamento político da equipe médica contribui para a efetivação do vínculo com a população, na busca constante pela

---

[62] Povoado que fica próximo às Comunidades do Prata, Claro e Ouro Fino – com distância média de 20km. Campo Alegre possui escola municipal e estadual e um posto de saúde que contempla os moradores do entorno.

eliminação das formas de opressão, de poder manipulador de grupos hierarquizados e para promoção de um vínculo de confiança. Para os autores, a prática da equipe médica deve se adaptar às realidades da sociedade. O cuidado se concretiza junto à população mediante ações e responsabilidades morais, políticas e sociais compartilhadas, com uma lente para a integralidade e a equidade (REZENDE *et al.*, 2019, p. 7).

A título institucional, foi questionado ao representante da Associação Quilombola das Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino (Asquiccapo), Juvenil Martins Godinho, como foi a articulação com o governo municipal e o governo estadual para poder promover medidas estratégicas para proteger as comunidades da pandemia de Covid-19. Ele respondeu o seguinte:

> A princípio foi articulado junto ao governo o pedido pelas vacinas que acabou chegando um pouco atrasado, chegando só em Maio de 2021. Mas a estratégia foi só essa mesmo. Não tivemos nenhum caso registrado naquela primeira leva que teve. Agora no final do ano de 2021, mesmo com toda a população já vacinada tivemos muitos casos. Eu não sei te contabilizar o total de casos, até porque muito não quiseram fazer o teste por medo de abalar o psicológico e acabar ocasionando o pior. (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

Muitos tinham medo de fazer a testagem e preferiam se isolar socialmente. Dessa forma, a associação preferiu promover o trabalho de conscientizar sobre a adesão à vacina e preservar os mais idosos da comunidade, respeitando os limites da quarentena social. Juvenil também comentou que, nem nas comunidades, nem no povoado de Campo Alegre, não houve registros de óbito decorrente do novo coronavírus:

> Óbito em decorrência do Covid não tivemos. Ficamos bem mais isolados né? Os idosos deixamos eles bem protegidos. Eu mesmo trabalho na escola do povoado e eu cheguei a ficar 70 dias sem sair da comunidade pra evitar, porque acaba que tem muito contato com as crianças. A escola literalmente paralisou, os encontros eram esporádicos só pra repassar as atividades, com um representante da escola e o aluno e o responsável. Quando, por exemplo, eu tinha que fazer alguma viagem pra Paranã ou Natividade eu tinha que me isolar e ficar sem encontrar os alunos pra não correr o risco de pegar. (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

A relação de confiança e o fortalecimento de ações de saúde para as populações quilombolas precisam estar sempre amparados em políticas públicas inclusivas, principalmente com medidas voltadas para grupos vulneráveis socialmente, como o caso dos anciãos. O olhar sensível e atento dos representantes das associações é

fundamental para a promoção de um bem-estar social que sempre busque respeitar as culturas e o modo de vida dessas populações.

Em Muricilândia, no quilombo Dona Juscelina, por ser uma comunidade que está urbana e que tem como base de suas tradições a dinâmica de rezas e festejos, práticas oriundas dos romeiros, o isolamento social foi tido como um grande desafio a ser enfrentado. No começo da crise sanitária, a desinformação fez com que vários casos de Covid surgissem na comunidade. Consequentemente, os encontros habituais e rotineiros com a família foram comprometidos, como é possível perceber na fala de Seu Dadá, que comentou, quando sua filha mais velha contraiu o vírus:

> Então eu estranhei que todo dia ela vinha aqui, porque é o dever do filho para com os pais, né? Eu achei aquilo estranho, passar dois dias sem vir aqui e falei "Maria, o que tá acontecendo? O problema lá na casa da Bete?" eu não sabia, ela disse: "Ela tá com Covid, e não vai lá". Estranhei aquela palavra e dela não vim aqui, aí eu fui lá.

E continuou o relato:

> É, aí eu fui. Quando eu cheguei lá, ela estava bem na areazinha dela lá que tem um alpendre. E ela disse "Para bem aí, não venha pra cá não, entra aqui não. Fica aí mesmo". Aí brigamos, e ela "Eu tô com um problema aqui que você não pode vir aqui. Nem o senhor e nem a mãe que vocês estão de idade". E me disse que tava em supeita, ela já tava aprovada, mas falou assim que era pra mim não assusta. Mas ela já estava. Tinha ido no posto, tinha feito o exame e aprovou. Só que não deu muito forte, graças a Deus né? Aí ficou, até ela cumprir aquela dieta que o médico passou, de não vir aqui pra não pegar na gente. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

Assim como em Paranã, os tratos com as ervas medicinais foram a primeira alternativa encontrada para combater o vírus e buscar prevenir o desconhecido. Como Seu Dadá apontou em seu relato, cotidianamente ele e sua esposa tomavam chá de alho, limão e boldo, para melhorar a imunidade e não serem acometidos da mesma forma como vizinhos e familiares estavam sendo:

> E eu e a nossa velha aqui a nossa medicação era o chá do alho, limão e boldo. E aquela gengibre, a senhora conhece, né? Aí vai fazer o chá de alho na boca da noite, de dia e de hora em hora. De manhã, o chá do boldo. [...] É prevenindo, né? Porque a gente tem que se prevenir antes. Porque depois que o ladrão rouba, não adianta fechar a casa mais, né? E eu sempre bebendo o chá do boldo, do alho e do gengibre. E eu mastigava tanto no correr do dia que minha garganta

> tava retardando e chega pelando. Mas nunca tossindo, graças a Deus. Fiz os exames tudo, nunca deu. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

Sobre o impacto inicial da pandemia e o alto número de contaminados na Comunidade Dona Juscelina, Ludmila Carvalho dos Santos, representante da sua associação e protagonista da Juventude Quilombola, comentou o acontecido:

> Então, nós tivemos enquanto comunidade um baque muito grande, né? Com a pandemia, assim como o país inteiro, o mundo inteiro foi abalado por esse acontecimento. E em específico aqui, como nós somos em trezentos e quinze/trezentos e dezesseis famílias e contabilizando essas famílias vai dar mais de mil pessoas, né? Então nós somos uma grande maioria. E essa grande maioria teve um número muito alto de infecção, né? Então nosso povo adoeceu realmente. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Segundo dados obtidos pelos boletins epidemiológicos disponíveis nas plataformas virtuais das prefeituras, é possível verificar a quantidade de casos confirmados e recuperados, assim como os óbitos por Covid-19.

Tabela 3 – Casos confirmados, recuperados e óbitos por Covid-19 nos municípios de Muricilândia e Paranã, no Tocantins, entre março de 2021 e maio de 2023

	Casos confirmados	***Casos recuperados***	***Óbitos***
Muricilândia	893	891	02
Paranã	1145	1132	13

Fonte: Boletim Epidemiológico disponibilizado nas plataformas virtuais dos municípios mencionados[63].

A princípio, os números de casos confirmados se assemelham entre si. Porém, as Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino são comunidades rurais que enfrentam extrema dificuldade de acesso e deslocamento para o município de Paranã, que concentrou mais casos notificados e óbitos registrados. Já a Comunidade Dona Juscelina, que hoje encontra-se urbana, contou com alto número de casos notificados e confirmados, e os dois óbitos registrados foram de quilombolas.

[63] Disponível em: <https://parana.to.gov.br/coronavirus/> e <https://central.to.gov.br/download/328597>. Acesso em: 11 maio 2023.

A percepção coletiva do isolamento social, para os quilombolas em Muricilândia, representou um dos principais desafios a ser enfrentado, como aponta Monaliza de Almeida Borges. Como psicóloga residente no atendimento ao público muricilandense e uma das representantes da Juventude Quilombola, ela comentou sobre as *lives* de conscientização:

> Siá, assim, uma das dificuldades do impacto, é justamente por a gente ser uma comunidade de pessoas que vivem muito próximas. Era assim, tudo muito junto né? Então acaba que é uma comunidade em si que tem esse senso de coletividade né? E essa coletividade de estar perto mesmo, sabe, de presencialmente estar junto. E aí a pandemia foi algo que impediu isso, né? E acho que essa uma das grandes dificuldades, né? A gente tentou se manter forte através das Live, fazia Live de uma coisa ou de outra. Mas não era a mesma coisa, né? De você pega na mão; abraçar; sorrir junto. A gente sabe, é outra coisa, assim, é outro nível, né? Então acho que, nesse sentido impactou bastante, né? (BORGES, M. A. Maio, 2023).

Em todas as comunidades contempladas e consultadas pelo estudo, os festejos religiosos são traços marcantes de tradição. A pandemia se mostrou como um fator de impedimento dessas manifestações culturais. Em Paranã, nos quilombos e no povoado de Campo Alegre, as comunidades se viram em completo isolamento, seja pela dificuldade de acesso à internet, seja pelas enchentes que ocorrem periodicamente no período chuvoso, sendo forçados a pausar os festejos e cortejos de reza.

Em Muricilândia, com apoio da Juventude Quilombola e pela conectividade estabelecida entre os membros, os mais velhos, com apoio dos mais jovens, conseguiram promover *lives* de conscientização coletiva. Nelas, a dificuldade e a angústia pelo enfrentamento da pandemia competiam espaço com uma nova dinâmica a partir da promoção de encontros virtuais.

Em maio de 2020, com a data do Festejo de Abolição[64] se aproximando e a comunidade já alarmada com os casos de Covid-19 em todo município, o Conselho de Griô, com o apoio da Juventude Quilombola, decidiu promover o evento de maneira

[64] O Festejo da Abolição é realizado anualmente na data de 13 de maio na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. É um evento construído pela comunidade e para ela. Por ser uma comunidade localizada no perímetro urbano, o evento movimenta toda a cidade, desde o seu início, em 1968. A organização da festa tem como protagonista a matriarca Lucelina Gomes dos Santos, cujo nome social é Juscelina, que designa a comunidade quilombola.

remota, contando com apoio e parceria do curso de História da UFT, campus universitário de Araguaína. A seguir, o *flyer* digital de divulgação do evento:

Imagem 7 – Divulgação de *live* com a matriarca da Comunidade Dona Juscelina em parceria com o curso de História da UFT, mediada por Ludmila Carvalho dos Santos, representante da Juventude Quilombola

Fonte: Acervo pessoal da Comunidade Dona Juscelina, 2020.

Com o aumento dos casos confirmados de Covid no município e após o falecimento de duas Griôs do conselho – Dona Vitória e Dona Cícera, não sendo óbitos ocasionados em decorrência de Covid-19 –, em 2021, com o 48º Festejo de Abolição se aproximando, a comunidade buscou sensibilizar e conscientizar a comunidade para o autocuidado e o respeito às normas sanitárias de prevenção ao novo coronavírus, promovendo uma *live* com a Juventude Quilombola. A seguir, um registro do evento, que

contou com homenagem póstuma à Fátima Barros e às Griôs do Conselho da Comunidade Dona Juscelina:

Imagem 8 – Divulgação e *print* da *live* com participação da Juventude Quilombola com o tema "Juventude herdeira da memória ancestral"

Fonte: Acervo pessoal da Comunidade Dona Juscelina, 2021.

Para Manoel Filho Borges, atual presidente e representante da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ), os encontros virtuais foram uma alternativa encontrada para buscar conscientizar a comunidade para os cuidados de prevenção, principalmente depois de perder Griôs importantes durante a pandemia. Manoel Filho relatou:

> Foi através de muita conscientização. Trabalhou-se muito a conscientização e a comunidade Dona Juscelina não cruzou os braços durante a pandemia. Ela continuava fazendo reuniões. Fazia reuniões dos grupos, dos departamentos da associação, dos grupos menores, da diretoria, do conselho fiscal, tudo online. Mas fazia assembleias que tinha duzentos e vinte/duzentos e trinta quilombolas presentes entre idosos e novos, né?
> Então era uma forma de conversar e de fazer sempre essa alerta "olha todo mundo, cuidado! É o álcool, a máscara e evitar as aglomerações". Embora tivesse sempre um grupo pequeno de resistência ao uso da máscara e a eficácia da vacina. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

Com ampla mobilização da Associação e com o apoio da comunidade, o processo de imunização começou, e as celebrações timidamente voltaram a acontecer, como bem pontuou Manoel Filho:

> Porque nós estamos hoje comemorando o 49º Festejo? Porque o 48º e 47º foi online, mas não deixou de existir, não! Então nós consideramos também nesse período como parte do festejo. E a última, do ano passado, a Dona Juscelina ainda fez até a Alvorada[65].
> Todo mundo de máscara. Tem vídeo de todo mundo na rua, ela no carro de som, em cima, cantando, dando bronca em nós. Porque se Dona Juscelina não desse bronca em nós ela não tava sadia naquele dia não. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

A seguir, apresentamos um registro do momento descrito pelo presidente da associação ACQDJ, quando a comunidade optou por reduzir o número de participantes e respeitar o distanciamento social durante o cortejo da Alvorada, único evento presencial que ocorreu durante o 48º Festejo da Abolição do Quilombo Dona Juscelina, em maio de 2021.

---

[65] Momento que dá início à festividade, por volta de cinco horas da manhã – no alvorecer do dia. O cortejo da alvorada conta com um grupo de quilombolas, principalmente composto por mulheres acompanhadas de percussão. O grupo sai pelas ruas da cidade, em um percurso específico, anunciando a abolição da escravatura.

Fotografias 16 e 17 – Alvorada da Abolição do 48º Festejo de Abolição da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Acervo pessoal do Quilombo Dona Juscelina, 2021.

Fotografia 18 – Registro de Dona Juscelina, proferindo um dos cânticos do cortejo da Alvorada de Abolição

Fonte: Acervo pessoal do Quilombo Dona Juscelina, 2021.

Conscientizar a comunidade dos riscos da aglomeração, promovendo o respeito às normas sanitárias, principalmente entre seus Griôs, que representavam grupo de alto risco, surtiu o efeito esperado. No início da pandemia, Seu Dadá não sabia nem o significado do termo “Covid”. Depois de se informar sobre os riscos, o uso de proteção da máscara se tornou um hábito rotineiro, que se estendeu até o momento do nosso encontro:

> E toda vida eu usava máscara, até hoje eu ando com a máscara no bolso aqui, que qualquer multidão de gente, que fica assim meio recheado de gente e fica mais junto, eu já coloco. Eu sentava meio longe, afastado um pouco do povo que a multidão quando passava aquelas pessoas que eu não conhecia. Que a gente tem que se prevenir né? (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

Ele também comentou sobre a resistência de alguns moradores. Esses, mesmo com ampla conscientização promovida pela associação quilombola e em parceria com a prefeitura do município, persistiam em não dar validade aos riscos da Covid-19:

> É, e muita gente que Deus chamou. Mas até hoje tem muita gente que fica duvidando. Sente a dor de cabeça, não vai no posto. Sente uma gripe forte, é aquela dor na garganta que começa pela garganta, dor de cabeça, aquela gripe forte. Aí fica a falta de ir. Fica duvidando. Aí, quando o negócio arrocha que vai para lá está passado. Bem, assim que acontece. A morte de muitas senhoras, de muitos cidadãos. Covid não é brincadeira e uma doença perigosa. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

O trabalho de fortalecimento de ações de saúde para membros da comunidade, inicialmente, foi o de estabelecer parcerias com o posto de saúde local e com o secretário de saúde do município, como bem esclarece Manoel Filho:

> Outra maneira que a comunidade encontrou de tentar agilizar a chegada da vacina aqui foi o contato com posto de saúde, com o secretário e com a – a chefe dos enfermeiros, não sei, a Elza Mara, eu sei que ela tem um cargo de chefe. Ela não é quilombola, mas ela dialoga muito bem com a gente, sabe? (BORGES, M. F. Maio, 2022).

É compreendida a diferença na relação de confiança entre profissional de saúde e usuário das comunidades quilombolas, dos dois municípios consultados. Retomando o estudo de Rezende e demais autores (2019), é perceptível, de modo que a relação

fornece pistas, que a equipe médica busca vivenciar o cotidiano dessas populações. Para os autores,

> Buscar a promoção de ações em prol de efetivar um plano de cuidado coerente com as necessidades de cada indivíduo/família/coletividade, faz com que o cotidiano de enfermeiros e médicos nas unidades de saúde, principalmente na Estratégia Saúde da Família (ESF), seja permeado pelas relações sociais que os diversos sujeitos mantém entre si, e deve estar baseado no diálogo, na escuta e na troca de saberes, promovendo assim relação de confiança e de responsabilidade social. (REZENDE *et al.*, 2019, p. 7).

O amplo diálogo com a COEQTO e a Conaq possibilitou que as associações soubessem cobrar das autoridades locais posicionamento, prioridade e agilidade na aquisição das vacinas para imunizar os grupos quilombolas. Sobre isso, Manoel Filho assinalou:

> A questão é que a gente sabia que a CONAQ já tinha mobilizado, né? O jurídico da CONAQ já tinha mobilizado o supremo e o já tinha autorizado que colocasse os quilombolas e indígenas na condição daquele público que deveria ser vacinado. Só que nada chegava aqui, entendeu? Nada chegava aqui. Mas devido à pressão da comunidade, dessa conversa, dizia “olha, já tem o documento, vocês não estão acompanhando o que está sendo noticiado? O supremo já deu, colocou os quilombolas no grupo prioritário” entendeu? “E nós até agora nada!”. Aí depois desse esforço, foi ligeiro, foi ligeiro. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

Como já relatado anteriormente, um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades, após o processo de aquisição das vacinas, foi a dificuldade de imunizar quilombolas que não estivessem em seu território. Com relação a esse entrave, Cida, como representante da COEQTO, denunciou o desamparo e a resistência por parte das prefeituras. Ela descreveu como não conseguiu se vacinar, estando fora da sua comunidade:

> Uma assistência zero do Estado, na maioria das vezes, as prefeituras também. Tivemos um caso que tinha que mandar documento da Defensoria para o MPF, para as prefeituras vacinar! Sendo que a vacina já tinha ido! No meu caso - não vou citar outros, eu vou citar meu caso, a prefeitura, o meu município só ia me vacinar se eu levasse uma decisão do juiz para vacinar no meu território. Isso pra mim foi muito doído porque eu ajudei a construir, eu ajudei a lutar, buscar pela política pública para chegar. Mas eu não fui beneficiada no meu território, porque quando eu fui eu vacinar eu estava contaminada de Covid. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Em tom de denúncia, Cida ainda apontou a dificuldade enfrentada pelas comunidades da região do Jalapão. Em meio a protestos, tiveram que assistir à permissão do poder estatal em conceder visita turística em seus territórios durante a pandemia: “As comunidades do Jalapão só ficaram três meses, ou foi quatro meses sem ir turista pra lá. Mesmo com Covid, o estado liberou. Então qual era o respaldo que a gente tinha? Não tinha”.

Sobre essa dificuldade, em Muricilândia, Manoel Filho também desabafou:

> Mas aí vem outra briga, e quem está fora? Como é que vacina? Esse foi um grande problema. Os questionamentos das prefeituras era “Como é que tá fora? Porque se pertence aí, como é que está fora?”. Aí a comunidade fazia declaração e entrava em contato com os posto lá e virava assim uma livuzia sabe? Mas vacinaram. Mas sempre fica um percentual que não conseguiu se vacinar. Mas o quilombo Dona Juscelina devido ser uma população grande, ela avançou bastante nas vacinas. Tanto que depois que vacinou, praticamente acabou os casos de contaminação. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

Em relação aos atendimentos de demandas da COEQTO com as comunidades, durante esse período delicado da pandemia, questionei se os representantes da COEQTO atendiam presencialmente.

> O que que a gente fez? Nem todo mundo ia, mas todas as pessoas que ia para as comunidades, a gente não ia entrar no território sem testar. Porque eu sempre disse, “se nós somos os mentores de cobrar, a gente não pode ser mentores de levar”. Que sentido fazia? (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

E quando essas demandas presenciais aconteciam, perguntei para Cida se a COEQTO recebeu suporte e apoio das prefeituras e do governo na testagem da sua equipe executiva:

> Não tinha apoio pelo sistema público, tudo a gente fez no particular. Tudo no particular. Porque não eram todos os coordenadores. Por exemplo, se era uma demanda que tinha que ter assessoria jurídica, então era Eu, Christian e o Paulo, os três fazia teste. Sempre. Teve até mesmo que a gente tinha uma agenda que era gritante. Era uma demanda gritante. Fomos fazer o teste, estávamos contaminado com Covid, sem sentir sintomas. Não fomos pra comunidade. Imagine se a gente não tivesse feito o teste. Então, assim, para mim, Cida, coordenadora da COEQTO, seria muito doloroso saber que eu estava com possível contaminação e tivesse ido pra algum território contaminar alguém. Eu não ia me perdoar por isso. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Diante da pandemia, as comunidades quilombolas precisaram criar estratégias de prevenção e cuidado de suas populações. Pensando para além das dificuldades sanitárias enfrentadas por essas populações, um estudo promovido pela Superintendência de Inclusão de Políticas Afirmativas e Diversidade (Sipad) listou as principais demandas que essas comunidades enfrentaram durante esse período: fornecimento de cestas básicas; acesso a renda básica emergencial; implementação de ações emergenciais de acesso à saúde; assistência social; itens de higienização; informações sobre a prevenção; providências a serem adotadas em caso de contaminação; distribuição de kits de alimentação para os estudantes que têm, no momento, as aulas suspensas; promoção do acesso seguro de quilombolas às agências bancárias para o saque do Bolsa Família, por vezes localizadas a quilômetros de distância dos seus territórios; vacinação contra a gripe de forma eficiente e sem que haja exposição a aglomerações em filas e transporte público (SILVA *et al.*, 2021).

Com essas demandas listadas, Maria Aparecida confirmou que, durante a pandemia, várias dessas demandas se agravaram e precisaram ser atendidas pela COEQTO. Ela comentou o caso de Paranã, que não teve muitos casos confirmados de quilombolas, mas que, com as enchentes ocasionadas durante o período, precisaram ser socorridos:

> Paranã não teve o impacto direto no sentido do adoecimento por Covid, mas teve um impacto muito grande na questão de assistência pública. De políticas públicas, né? Por exemplo, pra Paranã a gente conseguiu, cestas básicas[66] para as famílias que estavam precisando. Teve a época da chuva no intervalo da pandemia, que muitas famílias ficaram ilhadas ali. Então assim, não é o fato de você ter sido contaminado, né? Teve outras demandas né? Mas é claro que quem está nas margens da cidade, quem está mais perto, não conseguiu se isolar. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

As fortes chuvas que acontecem no início do ano na região fizeram com que as estradas que ligam as comunidades quilombolas e o povoado de Campo Alegre ao

[66] Em nota pública, o governo do Tocantins afirmou que, com o apoio de organizações sociais e com a cooperação do município, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), foi possível desenvolver a ação e atender às comunidades quilombolas da região. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-atende-familias-quilombolas-da-regiao-de-parana-com-7-toneladas-de-alimentos/5vynl0i0tkdv>. Acesso em: 11 fev. 2023.

município de Paranã fossem inviabilizadas. Sobre essa situação, Dona Geraldina Cezário de Torres (2022) comentou:

> Em janeiro, que nós fiquemo aqui isolado pela chuva? Aí um dia eu falei pro velho, “nós tem que ir pro Campo Alegre, pra ir pro Paranã, porque as coisas tão acabando! Como que nós vamos ficar aqui sem comer?” Aí saímos daqui a pé. Nós três, pra Campo Alegre. E chuva, e chuva. Quando foi no outro dia, aí o ônibus foi, quando foi de volta antes de chegar no Campo Alegre o ônibus atolou e quase tombou. O ônibus ficou cinco dias lá, sem sair de lá. Aí foi que eles tinham levado um caminhão pra tampar um atoleiro, pra poder tirar.

Dona Geraldina e Prudêncio vivem na Comunidade do Claro, que fica a uma distância de 10 km do povoado de Campo Alegre. Normalmente, esse trajeto é percorrido a pé ou com motocicletas, em estradas de chão de difícil acesso. Somente no povoado é que conseguem condução para ir a Paranã, por meio de um ônibus cedido pela Prefeitura e que faz esse percurso três vezes por semana.

Sobre esse cenário, Dona Geraldina relatou:

> Tinha 43 pessoas no ônibus nesse dia. Cheio, cheio. Ainda bem que ele tombou do lado do motorista, que ele virou. Aí foi que nós descemo, pulou todo mundo pro lado. Passei cinco dias aqui pra nada, porque eu tenho problema de coluna, as perna não vale nada. Aí foi um sobe desce, de carro, de caminhão véio. Quando chegou no Campo Alegre eu falei “Pela amor de Deus, solta todo mundo aqui e cada um procura seu rumo, já chega de tanto pular no buraco!” (Seu Prudêncio sorri!) (TORRES, G. C. de. Abril, 2022).

As dificuldades se somatizaram e se sobressaíram durante a pandemia. Tanto em Paranã, cujos quilombolas estão situados na zona rural, quanto em Muricilândia, em que parte da população quilombola atinge o perímetro urbano, as roças são elemento fundamental para a subsistência dessas comunidades. Durante o período, foi preciso pausar as produções, o que afetou diretamente essas famílias. A respeito dessa situação, Monaliza comentou que, mesmo com o auxílio emergencial, muitas famílias quilombolas ainda sofreram bastante:

> Mas a gente aqui, não tem como, a gente está no meio da cidade né? Acaba que a gente sofreu. Não ter muito auxílio, uma ajuda do governo né? Porque teve o auxílio emergencial, mas imagina, seiscentos reais pra uma família que as vezes tem muitas crianças, que tiveram que ficar em casa e não conseguiram tocar a sua roça? E tiveram que ficar em casa. Foi um momento muito complicado. Momento de distanciamento, muito difícil. (ALMEIDA, M. B. de. Maio, 2022).

Os quilombolas, em Muricilândia, dispõem do povoado de Cocalândia, que fica a cerca de 10 km de distância da cidade. Lá, a prefeitura concedeu parte dessas terras para que a população pudesse produzir para sua própria subsistência. Quando Seu Dadá soube do adoecimento por Covid da sua filha mais velha, ele comentou que, a princípio, se isolar no povoado foi uma solução:

> A doutora disse a ela “pode se tratar, você está atingida” e ela “mas o que que é isso, doutora?” “Está aqui” e mostrou pra ela. “Aí você afasta dos seus pais” - que a doutora conhece, “afaste da casa de seu pai”, disse. “Você fica meio por longe e quando eles quiser ir lá, você aconselha não ficar. Que eles já deram?” “não, porque eles não vieram aqui”. Só que eu tenho uma chácara na Cocalândia, tenho bicho e roça lá. Eu tenho uma casinha lá.

Quando perguntado sobre os detalhes do povoado de Cocalândia, ele respondeu:

> É outro município, é um povoadinho que tem, daqui lá dá dez quilômetro, e lá é terra da comunidade. O prefeito mandou gradear aquela terra e não cobra nada não, sequer o litro de óleo do maquinário não cobra, pras pessoa colocar uma rocinha, pra quem gostar de roça e as mulher fazer horta, planta aqueles canteiro. Pra produzir, né? Então, abaixo de Deus, ele dá essa ajuda pro povo. E eu tenho essa casinha lá, tem muita fruta.

Só que, como já destacado, os casos de Covid-19 em Muricilândia tiveram alta notificação entre os moradores. E o rastro do vírus chegou também no povoado, prejudicando quem queria produzir durante o período. Seu Dadá descreveu, quando soube que um vizinho do povoado havia contraído o vírus, decidindo por não continuar tocando a roça:

> Aí um dia, meu vizinho lá, tossindo ao redor lá da casa, lá na Cocalândia. Mas eu achei estranho aquela tosse, e ele falando que tava doendo a cabeça, e falei para ele de longe, eu digo “Seu Rufino, você vai no posto de saúde, faz um exame” e ele “rapaz, eu preciso mesmo. Eu não estava querendo ir não, mas minha esposa também falou pra eu ir”. Bom, isso nós conversando lá no quintal, pela cerca extremando com quintal dele, é uma cerca só. Que eu mexo com criação de galinha e agora, com essa Covid que eu peguei a criação de galinha e vendi tudo. Que é pra não precisar tá indo toda hora pra lá e pra cá, nesses carro. Que é perigoso também, né? Pegar dentro dos carro. Aí falei para ele ter vindo no posto e ele disse que vinha. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

Após sugerir que seu vizinho fizesse o exame de Covid, para verificar sua condição de saúde, e passados alguns dias do acontecido, o Griô continuou seu relato dizendo:

> Aí quando eu saio de lá, eu deixo o meu bujão de gás lá na casa dele e o fogão, no caso dos mão ligeira. Mão ligeira que nós chamamo de ladrão, né? Aí a mulher dele desceu e disse “o que senhor está querendo?” eu digo “não, estou querendo deixar meus trem aí. O Bujão de gás e o fogão”. Aí ela me disse “não, fogão você esconda lá num lugar que você possa esconder. Agora o bujão você traga para cá e bota bem aí no pé da cerca que daí eu pego e guardo aqui dentro”. Está até hoje lá o bujão. Eu pensei “Jesus, o que que está acontecendo?” e ela disse “não, Rufino tá na suspeita. O povo de lá me ligaram que ele está na suspeita”. E ele tava, no posto de saúde, ele já estava atingido.

Ele percebeu, então, que não havia refúgio, que a única maneira era o isolamento social e seguir as normas sanitárias indicadas e orientadas pela Associação e pela prefeitura:

> Quando ela mandou eu ficar afastado, colocar o bujão na cerca do portão que ela pegava, eu já fiquei desconfiado. Eu nunca mais fui lá pegar nada e quando for pegar o eu me banho todinho de álcool. Só que ele sarou, ele passou 15 dias internado, passou mal. Foi quase, quase. Ele passou muito mal. Contou para mim, depois que nós somos vizinhos lá de profundo no quintal. Disse “Seu Dadá, vou dizer que eu passei. Ali, não é lugar de gente não. Ninguém é digna daquele lugar. Dava pra ouvir, sair caixão toda hora de lá com essa doença”. Me contando e tem gente por aí que teima não acreditando. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

A consulta nas comunidades demonstrou que, apesar da demora no acesso às vacinas, o trabalho de informar os quilombolas sobre o risco das aglomerações, além da promoção do autocuidado no uso de máscaras e álcool em gel, são fatores que contribuem para um movimento favorável à vacinação. Ludimila Carvalho dos Santos, representante da Associação e da Juventude Quilombola da Comunidade Dona Juscelina, comentou sobre a importância das lideranças promoverem um discurso de esperança e respeito à ciência:

> Completamente pró-vacina. Nós não tivemos assim, das nossas lideranças, principalmente matriarcais eram completamente favoráveis à vacina. Sabiam que havia esperança. Confiavam plenamente na ciência, principalmente por serem elas também, doutora, né? E utilizarem das ervas pra se proteger e utilizarem da sabedoria ancestral para se cuidar, mas também adotarem os novos métodos, né? O uso das máscaras, do álcool em gel. Então tinha todo esse cuidado, né? Então isso auxiliou bastante. Partiram, mas deixaram conosco esse legado de falar “precisam respeitar a ciência, exatamente porque nós somos sabedoras de que ela existe há muito tempo, né? Uma coisa ancestral precisa que seja respeitado, as nossas práticas tradicionais, né? Que nos livrou de muito e vai nos livrar ainda mais”. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Em Muricilândia, os únicos dois óbitos registrados pela doença foram de quilombolas. A respeito dessa estatística, Ludimila lamentou:

> Então, nós passamos por um perrengue muito grande durante essa pandemia. E resultou que a minha avó não conseguiu alcançar a vacina, né? No Brasil, já tinha chegado, porém aqui ainda não. Minha avó não conseguiu se vacinar.

E continuou seu relato:

> E o pior, os dois óbitos que nós tivemos aqui em Muricilândia, foram de dois quilombolas. Uma foi minha avó, né? Que faleceu de covid, a mãe do meu pai. Ela foi internada, pegou covid no hospital e com os problemas de saúde que ela já tinha – respiratórios e cardíacos, foi agravado pelo covid e veio a falecer, veio a óbito, né? E outro foi também uma grande representação, uma grande personalidade, que foi o seu Luizinho, pai do nosso amigo e companheiro de luta também, Luís Carlos. Então dois quilombolas faleceram, os únicos óbitos de Muricilândia. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Os dois casos mencionados por Ludimila foram óbitos diretamente causados pelo coronavírus. Além deles, o Conselho de Griô contou com perdas significativas – como já mencionado anteriormente, as Griôs Cícera e Dona Vitória. Em julho de 2021, Dona Juscelina veio a óbito devido a complicações de saúde que se agravaram. No começo de 2022, Seu Carlindo, esposo de Dona Vitória, também faleceu. Esses casos, na percepção de Ludmila, denunciam mais uma vez o descaso do Estado para com a saúde pública em relação aos que se viram em situação de maior vulnerabilidade durante essa pandemia:

> E a gente sentiu bastante. E além de tudo isso, o descaso com a saúde, com a saúde pública principalmente. E também a fragilidade do nosso povo, né? E frente a isso, fez também duas vítimas, né? Que essa pandemia levou, durante ela, foi a tia Cícera que ainda foi internada no hospital, passou alguns dias internada em Araguaína e veio a falecer. E também, nossa matriarca, Dona Juscelina, né? Que durante a pandemia também faleceu. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Ludmila continuou descrevendo como essas perdas tão significativas abalaram e modificaram o cotidiano da Comunidade Dona Juscelina:

> Então, assim, essa pandemia nos trouxe muita dor, muito sofrimento, né? E modificou completamente o nosso cotidiano. Uma comunidade que estava sempre aberta a recepcionar, receber, festejar, teve que conviver com o silêncio

> dos nossos batuques, teve que conviver com o silêncio da voz grande e forte de Dona Juscelina e da nossa comunidade, das nossas festividades, né? Teve que fechas as portas e rezar o terço baixinho só pra poucas pessoas durante as nossas penitências. Foi muito desafiador, né? Para a comunidade. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Em fevereiro de 2021, o Colegiado de História e o Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território (PPGCult), do campus de Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins (hoje federalizada como Universidade Federal do Norte do Tocantins), levaram ao Conselho Universitário (Consuni) a proposta de concessão do título de Doutora *Honoris Causa*[67] à Lucelina Gomes dos Santos. A proposta foi apreciada e votada por unanimidade.

Na ocasião, Maria Santana Milhomem, pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, foi relatora do processo e ressaltou que a concessão do título, a partir das ações da extensão universitária, significa que a UFT está fazendo uma ponte entre universidade, saber científico e saber tradicional das comunidades. Ela enfatizou: “Para mim, como mulher negra, Dona Juscelina me representa, representa toda minha ancestralidade e representa todas as mulheres negras do passado e do presente, que fazem história neste país, como mulheres guerreiras que representam a liberdade” (MACEDO, 2021, s/p).

Lucelina Gomes dos Santos, a Dona Juscelina, nascida em 24 de outubro de 1930, na cidade de Nova Iorque, no Maranhão, foi neta de uma cativa. Devota e romeira de Padre Cícero, do Divino Espírito Santo, foi benzedeira, lavradora, quebradeira de coco, parteira e Griô. Presidiu o Conselho de Griôs da comunidade desde sua fundação até o seu falecimento, em 4 de julho de 2021.

Pelos relevantes serviços prestados à cidade de Muricilândia, recebeu o título de Cidadã Muricilandense pela Câmara Municipal, no ano de 2012, em resposta e agradecimento à promoção da identidade negra quilombola. Ela sempre buscou resgatar e incentivar a cultura e os direitos dessa comunidade. Em 2016, recebeu o Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos (categoria VIII – Igualdade Racial), concedido pela Secretaria de Cidadania e Justiça (Seciju), do estado do Tocantins, pelo reconhecimento

---

[67] Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28927-honoris-causa-dona-juscelina>. Acesso em: 10 abr. 2023.

por sua importância na luta em defesa dos direitos da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Fotografia 19 – Dona Juscelina, *in memorian* (24/10/1930–04/07/2021)

Fonte: Ludimila Carvalho dos Santos, acervo pessoal da Comunidade Dona Juscelina, 2018.

O título de Doutora *Honoris Causa* concedido à matriarca da Comunidade Dona Juscelina só foi entregue aos familiares, em homenagem póstuma, no dia 20 de novembro de 2021, com programação em referência ao Dia da Consciência Negra e com homenagem feita pelos Griôs da comunidade. A cerimônia contou com membros da comissão organizadora do título e com ampla acolhida da comunidade quilombola, da associação e do conselho de Griôs.

Fotografia 20 – Representantes do Conselho de Griô, Seu Geraldo, Dos Santos e Seu Dadá, recebendo o título de Doutora *Honoris Causa* concedido à matriarca Dona Juscelina

Fonte: Acervo pessoal da Comunidade Dona Juscelina, 2021.

Após reivindicação e luta articulada pelo movimento quilombola no Tocantins, o processo de vacinação ocorreu gradualmente nas comunidades. Com dados providos pelo “Observatório da COVID-19 nos Quilombos”, o registro divulgado pela Conaq atribuiu o total de cinco óbitos nos quilombos tocantinenses – 1 na região do Jalapão, 1 em Brejinho de Nazaré, 1 em Araguatins e 2 em Muricilândia.

Proceder com a pesquisa, indo até as comunidades, após todo esse processo, evidencia que, em meio a dor, a resiliência dá sinais de que a luta pela sobrevivência e pela permanência em seus territórios ainda continua. Em relação a isso, Ludmila reforçou:

> Então, mesmo com muita dor a gente conseguiu ressurgir, né? Disso tudo aí o resultado é esse festejo, né? Que foi em homenagem a três Griôs – Dona Juscelina, Dona Cícera e Dona Vitória. [...] Mas é um festejo para lembrar que Quilombo Dona Juscelina continua a existir, né? Mesmo depois de tanta luta, tanto sofrimento que nos causou esses dois anos, nós somos uma comunidade ainda de pé, né? Mesmo que com nossas fragilidades, mas continuamos aí na luta e principalmente porque somos herdeiros de toda essa história aqui trazida por Juscelina, né? Principalmente porque ela nos ensinou bem ensinado, que a história tem que continuar. Não pode parar. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Tanto em Muricilândia como em Paranã, as festividades foram aos poucos sendo restabelecidas. No Quilombo Dona Juscelina, o 49º Festejo de Abolição foi celebrado presencialmente em evento que aconteceu entre os dias 12, 13 e 14 de maio de 2022. O tema foi “Força Matriarcal Quilombola”, prestando homenagens às Griôs e aos quilombolas que faleceram durante a pandemia, como Ludmila evidenciou em sua fala.

Em Paranã, as Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino só conseguiram se reunir presencialmente no segundo semestre de 2022. Foi quando, entre os dias 06 e 15 de agosto, celebraram presencialmente, no povoado de Campo Alegre, os festejos de São Sebastião e Nossa Senhora de Abadia. O Festejo de São Sebastião e a Missa dos Vaqueiros, evento religioso tradicional em Campo Alegre, não aconteceu por dois anos, sendo retomado somente em agosto de 2022.

Fotografias 21 e 22 – Procissão Noturna do Reisado, em homenagem a São Sebastião, povoado de Campo Alegre, Paranã-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

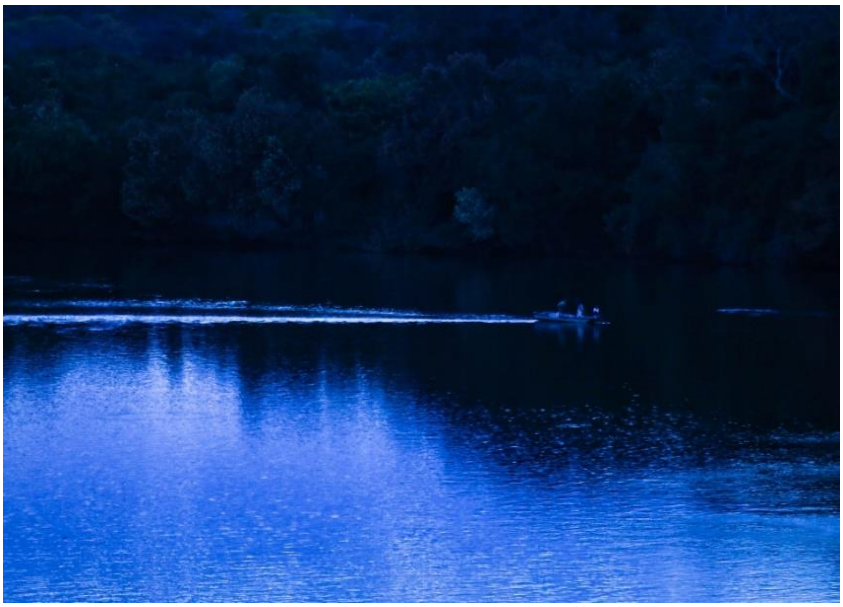
É um povo movido pela fé e pela força de sua memória ancestral. Por isso, Cida criticou em seu depoimento a forma romântica com que, muitas vezes, as comunidades são retratadas nas dissertações e teses acadêmicas que tratam do povo quilombola no Tocantins:

> Uma coisa que eu não faço é romantizar a nossa História. Ela não é romântica, ela é resistente. Por um tempo, eu pensei que era sofrida. Eu pensava que tudo que minha mãe passava não tinha necessidade. Eu pensava que se um dia fosse pra cidade grande, tudo ia passar. Mas não, a minha mãe foi uma resistência para que eu fosse quem eu sou hoje. Porque não adianta estar na cidade, porque eu vou continuar sofrendo racismo, eu vou continuar sendo invisibilizada, em todos os espaços. A gente briga por acesso, por permanência, pelos nossos territórios e para estarmos vivos. (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

Nas próximas sessões, buscamos enfatizar sobre as territorialidades em movimento. Navegando em memórias, compreendemos traços de navegabilidade e resistência quilombola nesses territórios. Por meio do fluxo da história contada, compreendemos a importância de protagonizar essa identificação quilombola enquanto parte de um movimento de reconstrução e de valorização da trajetória negra, em um território marcado pela tradição e pela luta. Percorrer essas comunidades margeadas pelas correntezas da Bacia Araguaia-Tocantins nos possibilitou subentender como o conflito territorial vivido por esses povos também os elevou a discutir elementos de ancestralidade e traços sócio-históricos de pertencimento.

3.3 TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO NO TOCANTINS CONTEMPORÂNEO: MEMÓRIA, NAVEGABILIDADE E RESISTÊNCIA

Fotografia 23 – Rio Paranã ao entardecer



Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

> “O movimento de vaivém nas águas-lembranças dos meus marejados olhos transborda-me a vida, salgando-me o rosto e o gosto. Sou eternamente náufraga, mas os fundos oceanos não me amedrontam e nem me imobilizam. Uma paixão profunda é a boia que me emerge. Sei que o mistério subsiste além das águas.”
>
> (Conceição Evaristo, 2008, p. 9)

O contexto no qual se configurou o percurso metodológico desta pesquisa, frente aos efeitos e impactos vivenciados pela Covid-19, conforme abordado na sessão anterior, evidenciou vulnerabilidades sociais. Mesmo em uma era de fluidez tecnológica, nos

vimos submersos no isolamento. Isso dificultou, de início, o contato e as trocas com as comunidades quilombolas.

Conforme já situamos, o recorte planejado na escolha das comunidades contempladas neste estudo, acompanhando a Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, a qual divide ao meio o território tocantinense, sofreu uma mudança de fluxo. A pandemia adiou parte desse (re)encontro, impossibilitou diversas trocas e evidenciou situações críticas vividas, sobretudo, pelas comunidades quilombolas – as que tivemos contato, após gradativa interlocução social, e as demais como um todo.

Frente a isso, para envolver concepções sobre territorialidades em movimento no Tocantins contemporâneo, esta pesquisa procurou demonstrar a importância da promoção do reconhecimento étnico para compreensão de dinâmicas singulares na formação de um território partilhado de fronteiras complexas. De acordo com Rogério Haesbaert (2004, p. 95-96), essas fronteiras determinaram modelos de análise de “tempo-espaço vivido” por grupos que historicamente estiveram imergidos em relações de dominação sociedade-espaço, ou, de forma mais subjetiva, por apropriação cultural-simbólica.

O referido autor, para ampliar o debate sobre a temática de “território-rede” e alcançar o sentido de multiterritorialidade, leva em consideração a diversidade do espaço geográfico de nosso tempo:

> Elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uni territorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede. (HAESBAERT, 2004, p. 7).

Tendo em vista essa reflexão, consegui perceber tais aspectos dessa territorialidade em rede ao chegar no município de Paranã, em abril de 2022. Essa região faz fronteira direta com o estado de Goiás, mais precisamente na Comunidade Quilombola do Prata, localizada no extremo sudoeste do Tocantins. Na ocasião, perguntei a Juvenil sobre aspectos geográficos da sua comunidade, considerando que o paredão da Serra do Mocambo, somado ao encontro dos rios que banham a região, promoveu elementos para o desenvolvimento social das famílias que ali se encontram:

> O nosso povo é descendente dos Kalunga (Goiás). As primeiras pessoas se isolaram na região do Vão do Moleque por causa da escravidão onde muitos fugitivos se refugiaram ali. E aí foram descendo a margem do Rio Paranã e descendo o bloco de Serra pra assim ficarem protegidos dos fazendeiros naquela época, dando origem assim ao nosso território. E até hoje esse nosso espaço se torna bastante protegido, mesmo tendo muito fazendeiro tentando invadir. (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

As comunidades tradicionais hoje denominadas Kalungas[68] – ou, como os próprios quilombolas se chamam, kalungueiros – estão espalhadas em territórios que compreendem o estado de Goiás, nos municípios de Terezina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcanti, e o estado do Tocantins, nos municípios de Arraias e Paranã, com estimativa de treze núcleos residenciais.

Para Maria Aparecida de Oliveira Lopes (2009), com a criação do Tocantins, as famílias Kalungas de Goiás, concomitantemente, reconheceram-se como comunidades negras rurais a partir da aprovação do artigo 68 do ADCT, da CF/1988. No Tocantins, esse processo não ocorreu de imediato, provocando uma divisão da identidade territorial entre as famílias Kalungas do Mimoso e as Comunidades do Prata, Claro e Ouro Fino, contempladas por este estudo.

Esses territórios-rede se constituem pela localização estratégica da cidade de Paranã, antiga sede da Comarca do Norte, denominada São João da Palma. Paranã é um município brasileiro do estado do Tocantins, situado na confluência dos rios Palma e Paranã, dois importantes afluentes do Rio Tocantins, e distante 350 km de Palmas.

O rio Paranã nasce no Planalto Central, em Goiás, próximo ao Distrito Federal, na região suburbana do município de Formosa. Seu maior afluente em Goiás é o rio Corrente, sendo o rio Itiquira o mais conhecido, em virtude da presença de atrativos turísticos. Sua bacia hidrográfica, com 5.940.382 ha, forma o Vale do Paranã, uma depressão entre os relevos do Planalto Divisor São Francisco, em Tocantins, e o Planalto Central goiano, desenvolvendo-se na porção centro-sul da região nordeste do estado de Goiás para a porção nordeste. É margeado pelas escarpas da Serra Geral e da Chapada

---

[68] Conforme Maria Aparecida de Oliveira Lopes (2009, p. 116), “Kalunga” é uma planta de raiz amarga e profunda, semelhante a uma batata, e pode ser usada para curar o vermigão. Na cosmogonia bantu, Kalunga significa também a água que separa o mundo (negro) dos vivos do mundo (branco) dos mortos ou espíritos.

dos Veadeiros, que forma o escudo cristalino brasileiro. Ao chegar no estado do Tocantins, suas águas se unem às do rio Maranhão, recebendo o nome de rio Tocantins (FERREIRA; TOKARSKI, 2007, p. 22),

Fotografia 24 – Confluência dos rios Palma e Paranã, em vista aérea da cidade-sede do município

Fonte: *Website* Prefeitura Paranã.
Disponível em: <https://parana.to.gov.br/sobre-a-cidade/>. Acesso em: 11 maio 2023.

A historiadora e pesquisadora Maria de Fátima Oliveira (2015b, p. 67) compreende a região como uma cidade fronteira nos caminhos fluviais do Cerrado brasileiro. Suas origens remontam ao século XVIII. A autora atribui como fator de desenvolvimento a estreita relação com os rios. Para além do abastecimento, isso promoveu uma rede de transporte fluvial em comércio com Belém do Pará.

Na perspectiva da autora, o desenvolvimento da região sempre esteve intimamente ligado aos rios que a cercam. A comunicação ferroviária não existia, e a rodoviária só se tornou acessível depois da metade do século XX. Já os rios sempre tiveram papel fundamental como meio de locomoção e comunicação. A partir da confluência dos dois rios, em que Paranã está localizada, o rio Palma deságua no rio Paranã, que segue rota até se encontrar com o rio Maranhão, formando o rio Tocantins. Desse modo, compreender as sociedades ribeirinhas que o margeiam é entender que o rio Tocantins tem por natureza uma fronteira para além da geográfica:

> Mas é também fronteira econômica, cultural e simbólica. É visto como barreira, mas também como via de contato, integrador de regiões e pessoas, espaço das relações sociais e de identidades culturais. Do mesmo modo que o rio, também a cidade de Paranã pode ser vista como uma fronteira numa perspectiva humanizadora, que a vê como elemento constitutivo da sociedade, pois "a fronteira não é um espaço independente nem estranho à sociedade e ao espaço nacional – ela é deles parte integrante e influi fortemente na sua construção [...] é mito e realidade; sonho e frustração; crescimento e sofrimento". (OLIVEIRA, 2015b, p. 68-69).

A historiadora propõe um bordado teórico muito sensível, partindo de Euclides da Cunha, Afonso Arinos, Guimarães Rosa, do cronista goiano Gilberto Mendonça Teles e do dominicano francês José Maria Audrin, que viveu por décadas em Paranã, em convivência direta com os ribeirinhos. Em diálogo com essas vozes, discute o conceito de sertão, aplicado aos caminhos fluviais do Cerrado. Também discorre sobre qual seria o perfil do sertanejo ribeirinho presente nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Xingu, além de seus numerosos afluentes.

Para ela, a cidade de Paranã, município-sede que nos faz imergir rumo às comunidades quilombolas, possui especificidades pertinentes. A cidade não "pertence completamente ao sertão, nem tampouco ao litoral, ela é na verdade a ligação entre ambos. E essa ligação é feita por meio de um caminho aquoso que é o rio Tocantins" (OLIVEIRA, 2015b, p. 70).

Em meio à discussão geral que envolve o termo sertão, a autora subentende que, após séculos de colonização, a imagem do sertão é vista do ponto de vista do observador "de fora", do litoral, com efetiva ocupação do Cerrado brasileiro – sertão adentro. Assim, passa para um contexto que deixa de ser um lugar longínquo para se tornar posição estratégica na beira de rios navegáveis.

Para a região onde se situa a cidade de Paranã, a autora utiliza-se do conceito de sertão, atribuído ao dominicano francês José Maria Audrin, para o sertão do vale do rio Tocantins, na primeira metade do século XX. De acordo com frei Audrin, é preciso esclarecer que os sertanejos do antigo norte de Goiás não são como os nordestinos descritos, por exemplo, por Euclides da Cunha. Audrin nos apresenta um tipo diferente de sertanejo, o sertanejo ribeirinho, descrevendo em detalhes os costumes desses moradores, a quem ele denominou de "os Sertanejos que eu conheci" (OLIVEIRA, 2015b, p. 71).

Segue a descrição sobre os sertanejos dos quais ele está falando e, por extensão, o significado de sertão:

> Os sertanejos a que nos referimos e que chamamos 'nossos' não são os sertanejos em geral, e sim aqueles que vivem nas zonas centrais, tão mal conhecidas, banhadas pelos Rios Tocantins, Araguaia, Xingu e seus numerosos afluentes. [...] Se não podemos dizer nada de certo de muitos sertanejos do Brasil, estamos em condição de afirmar que os sertanejos que chamamos 'nossos', não vegetam em recantos desolados, onde crescem apenas mandacarus, rasga-gibões e xique-xiques. Não são vítimas de secas periódicas que aniquilam criações, inutilizam lavouras e obrigam-nos a expatriar-se à procura do 'Inferno Verde'. São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos. [...] Admiremo-los como os pioneiros silenciosos, mas teimosos da verdadeira 'marcha para o oeste' (AUDRIN, 1963, p. 8-9 *apud* OLIVEIRA, 2015b, p. 71-72).

No relato de Frei Audrin, ele afirma que são sertanejos ribeirinhos livres, que encontraram nessa oportunidade uma perspectiva de persistência e teimosia para desbravar um território e se sentirem pertencentes a ele. A minha estratégia para chegar a Paranã e, por conseguinte, às comunidades que ficam para além do povoado de Campo Alegre se construiu a partir de uma rede de afroafeto[69], construída ao longo dos meus oito anos de morada no Tocantins.

A liberdade dos kalungueiros do Tocantins se viu (e vem sendo) ameaçada pela grilagem e pela negação do seu território desde a sua chegada, que perpassa mais de dois séculos. Suas demandas não são facilmente dialogadas, o que fica claro na fala de Cida, quando disse a ela como foi meu contato com os interlocutores das comunidades quilombolas em Paranã:

> Você foi privilegiada, só pra te dizer. É porque assim, é real e não é errado assim, sabe, Marina. A gente não querer falar das nossas demandas pra academia. Porque assim, qual a intencionalidade que a academia quer? Das perguntas, das pesquisas. Como é que essa pesquisa vai poder contribuir com a comunidade? A gente não pode ser ingênuo de não perceber isso. Então é uma coisa que também a COEQTO apoia e está conversando com as comunidades sobre isso.
> Até que ponto, eu dou uma entrevista, a pessoa faz uma pesquisa na minha comunidade e como é que essa pesquisa pode contribuir, enquanto pessoa?

[69] Um agradecimento especial à Celenita Gualberto Pereira Bernieri, quilombola de Lajeado, de Dianópolis (TO), com quem trilhei caminhada de diálogo e de construção estadual para a Marcha Nacional das Mulheres Negras, em 2015, e que foi muito gentil em me apresentar a Jackson Curcino Magalhães, o meu maior interlocutor nas comunidades quilombolas em Paranã (TO).

> Como é que a Marina pode contribuir com as comunidades que ela pesquisou? Porque chega um momento que a gente precisa desses parceiros. Dos parceiros que estão na academia e dos parceiros que não estão na academia. Como é que essa pessoa pode fazer uma contribuição enquanto profissional? Hoje, por exemplo, você está como uma professora efetiva na UFT, na UFNT. Como é que você pode contribuir de forma institucional com essas comunidades? (SOUSA, M. A. R. Abril, 2023).

O questionamento levantado por Cida é tão pertinente que não poderia ficar de fora deste debate, neste momento em que buscamos apresentar as comunidades quilombolas de Paranã. E aqui se faz mais que necessário reforçar quais as intencionalidades desta pesquisa, bem como o quanto acredito ser sensível e único o uso metodológico da História Oral, para permitir a promoção da interlocução e lançar lente histórica sobre os sujeitos-protagonistas deste estudo que estamos juntos escrevendo. Hoje, estou professora universitária na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e sei o peso que isso carrega institucionalmente quando chegamos e pedimos licença para pisar em um solo ancestral e sagrado como o dos povos tradicionais e nas terras de quilombo.

Os contatos e parcerias foram fundamentais para poder chegar, apresentar-me, promover uma escuta sensível, tomar um café e partilhar das dores que a pandemia causou a todos que pude entrevistar. Se grande parte do que buscamos retratar, redigir e problematizar, a partir deste estudo, não obtiver valia e significância para esses povos, realmente pouco vale o esforço da academia em dizer que é parceira na promoção de atividades de pesquisa e extensão com as comunidades.

Frente a tudo isso, essa relação de confiança só pôde ter início e começar a ser estabelecida quando cheguei em Paranã, em abril de 2022. Recém-vacinada da segunda dose contra Covid-19, ainda estava receosa e à espera de Jackson Curcino Magalhães, que me apresentou e passou as coordenadas de como chegar a Campo Alegre. Estava hospedada próximo à rodoviária de Paranã, aguardando minha partida, quando um grande amigo e historiador, Eonilson Antônio de Lima, nascido e criado em Campo Alegre pela Dona Iraci Antônio Carlos de Lima, que ainda reside no povoado, soube que eu estava iniciando meu trabalho de campo com a pesquisa[70]. Ele prontamente me auxiliou

[70] São redes tecnológicas, que se fazem possíveis, no nosso tempo fluido de hoje. Um breve relato justificativo: Fui professora substituta durante oito meses no IFTO, campus de Palmas, lecionei para Pedro, filho de Eonilson – que costuma ser bem desligado das redes sociais. Quando postei um *story* que estava

no passo a passo de como chegar ao povoado, e pude ser acolhida e muito bem recepcionada ao longo de uma semana.

Há duas maneiras de se chegar ao povoado de Campo Alegre, que dá acesso direto às comunidades quilombolas do município de Paranã. A primeira é a partir de Cavalcante, em Goiás, com percurso, em parte, pela rodovia GO-241 e, em parte, por estrada de chão, totalizando cerca de 110 km, passando pela Serra das Traíras e pelo Vão Moleque. A segunda maneira, escolhida pelo percurso metodológico da pesquisa, é partindo do município de Paranã, por coletivo intermunicipal, que faz esse percurso três vezes por semana, por estrada de chão, percorrendo cerca de 90 km até a chegada ao povoado.

A estrada é debilitada e precária. Em período de chuvas, o caminho tende a virar um lamaçal, que pode comprometer a viagem, como no episódio descrito por Dona Geraldina, em que o ônibus coletivo tombou com os moradores durante o trajeto entre Paranã e o povoado de Campo Alegre, em janeiro de 2022. Já os períodos de seca geram uma areia fina e fofa, que exige tráfego cuidadoso, para não haver derrapagem.

A passagem é gratuita para os moradores. Os que pretendem ir para o povoado precisam pagar o valor aproximado de 40 reais, com passagem retirada em guichê, na rodoviária municipal de Paranã. O ônibus parte de Paranã às segundas, quartas e sextas, saindo às 16h e chegando no povoado de Campo Alegre por volta de 19h30.

Esse ônibus foi cedido pela prefeitura do município devido a um pedido para atender à demanda da comunidade, por iniciativa da população. Pelo olhar sensível do meu amigo fotógrafo e parceiro de viagem Rafael Petry Trapp, ele notou que, possivelmente, o transporte pode ter sido doação do Colégio Militar de Brasília, como consta na parte traseira do veículo, já quase ilegível. Na foto a seguir, tirada no momento em que foi preciso trocar o pneu do coletivo durante o percurso, percebe-se a poeira fina da estrada, típico do período de secas da região, em agosto de 2022:

---

em Paranã, partindo rumo a Campo Alegre, Pedro viu e me perguntou: “O que está fazendo pelas minhas bandas, professora?”. Falei que ia ficar no povoado, para iniciar a pesquisa, e logo ele já avisou seu pai. Então, fui convidada a me hospedar na casa de Dona Iraci, onde fui muito bem recebida e acolhida. Essa conexão, até para mim, que dificilmente acredito em acasos, possibilitou me aproximar de cada um dos Griôs, apresentar a pesquisa, ouvir um pouco mais da história dos rios que banham seu território, conhecer um pouco mais sobre eles. E conhecer um pouco mais do que vai além dos artigos, dissertações e teses, que relatam brevemente a ocupação do seu território.

Fotografia 25 – Transporte coletivo com rota de Paranã-TO ao povoado de Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

A seguir, um recorte da foto anterior. Ampliamos a imagem da traseira do ônibus, onde é possível ler, de forma bastante desgastada pelo tempo: “Asa Sul Para Colégio Militar de Brasília – Exclusivo”:

Fotografia 26 –Traseira do ônibus (imagem recortada e ampliada da foto anterior)

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

Em conversa com os moradores, eles reclamaram muito que o veículo sempre precisa passar por reparos. Por vezes, deixa-os na mão. Mas eles entendem a dificuldade

empreendida para chegar até o povoado e agradecem a compreensão do motorista, que sempre busca atender à demanda de pedidos de toda a comunidade.

É importante contextualizar essa perspectiva de dificuldades enfrentadas pelos campo-alegrenses e pelos quilombolas da região. Para não se verem presos a uma dinâmica histórica estanque, precisam revelar circunstâncias de uma realidade que, poucas décadas atrás, era ainda mais severa.

Em entrevista, Eonilson Araújo de Lima, de 54 anos, historiador e campo-alegrense, relembrou como o povoado já teve destaque econômico regional:

> Eu sou um campo alegrense, não sou quilombola, de 54 anos. Nasci lá. Se a gente pegar o Campo Alegre de 40 anos atrás, você sabia que Campo Alegre já foi referência regional? O pessoal lá do Vão Moleque, lá do São José, 60km vinham no Campo Alegre fazer compra. Meu avô era dono de uma venda, ele comprava em Anápolis, caminhão ia lá três vezes no ano. Maio, final de julho começo de agosto – quando tinha festejo e outubro, que aí começava a chover e não ia nem voltava carro. Eu já fui várias vezes, já fui muitas vezes do Campo Alegre a Paranã a cavalo, era um dia e meio de viagem. E já fui duas vezes a pé. Campo Alegre, há 40 anos atrás ou mais, você podia contar quantas vezes ia carro lá no ano. Uma viagem de carro, pra ser rápida, era cinco horas. Atolando, não tinha estradas, não tinha pontes, né? Passava por dentro dos rios. Então você tinha um limite, um nível de dificuldade que pros jovens de hoje eles não dariam conta. Tinham essa dificuldade, mas eles tinham proteção. O rio tinha bastante peixe, terras férteis. A minha irmã mais velha morreu com 16 anos lá no Campo Alegre. Ela teve um problema de tarde, meu tio saiu de lá sem médico pra vim pra Paranã comprar um remédio a cavalo, quando voltou ela tinha morrido. Mas hoje, é preciso repensar essa contextualização das dificuldades. Porque hoje, as dificuldades são outras, hoje eles estão lá sendo ameaçados de morte pelos grileiros. (LIMA, E. A. de. Junho, 2023).

A grilagem e a ameaça feitas por fazendeiros aos territórios quilombolas revelam uma realidade de violência, que eles enfrentam desde a década de 1950 na região. Muitos tiveram suas casas incendiadas, foram ameaçados e, desde então, mantêm-se resistentes na luta por permanência e por visibilidade jurídica. A partir desse contexto, Eonilson expôs como consolidar o território dos quilombolas aumenta a possibilidade de oportunidades e perspectivas para os jovens da região:

> Campo Alegre melhorou? Melhorou. Hoje você faz com uma hora de viagem, antigamente você gastava um dia e meio. Hoje você tem água na porta, antigamente você tinha que ir buscar água no rio, no pote. Hoje você tem telefone, internet. Eu tinha 18 anos, fui morar em Goiânia e meu irmão mandou uma carta pra mim que ele tinha me arrumado um emprego. Ele me mandou a carta no dia 18 de agosto, eu fui receber a carta no dia 13 de setembro.

> Entendeu? Essa coisa da perspectiva. Qual a perspectiva do cara? Vou trabalhar, vou virar um criador de gado e tal. Mas o que realmente aconteceu com muitos jovens? Estão no subemprego, tão lá em Goiânia, tão em Paranã, estão em outros lugares. Mas que uma vez consolidado o território, eles vão ter a oportunidade de voltar, de retomar, de persistir e sobreviver. (LIMA, E. A. de. Junho, 2023).

Os moradores do povoado e das comunidades necessitam do transporte para recorrer a mantimentos, embutidos e outros derivados, gás de cozinha e combustível, vindos de Paranã. No povoado, só existem dois mercados de pequeno porte: um de esquina, em frente ao campo de futebol, e outro central, próximo à escola. Eles auxiliam a comunidade nas compras rotineiras.

Fotografia 27 – Registro de lazer no campo de futebol de areia, povoado de Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

A única pousada “não sinalizada” em Campo Alegre é da Dona Maria Audeleci. Há muita movimentação de turistas, para contemplar as belezas naturais, como o mirante do Mocambo, e também diversas cachoeiras do perímetro, como as cachoeiras do Engenho e do Catoá, além dos festejos religiosos que acontecem anualmente na região. Por conta disso, a pousada foi reorganizada pela proprietária, a fim de atender à demanda

local. Quando se diz “não sinalizada”, é pelo fato de que somente chegando ao povoado e conversando com o pessoal é que se toma conhecimento da possibilidade de poder se hospedar ou acampar no estabelecimento de Dona Audeleci.

O povoado não conta com posto de gasolina. Os moradores recorrem às “boias”, que são galões PET de dois litros, que são abastecidos em Paranã e levados, a pedido, para os moradores que compram e revendem no mesmo valor, para abastecer as motocicletas que percorrem o perímetro e que atendem às comunidades. A distância média entre cada uma das três comunidades, Claro, Prata e Ouro Fino, é de cerca de 20 km, com estradas de chão que suportam somente carros traçados e motocicletas, além de perspicaz conhecimento geográfico das matas e dos percursos que direcionam a cada uma das casas das comunidades.

Sobre esse isolamento e a dificuldade das estradas, Juvenil contou:

> Nós estamos bastante distantes e isolados do município e enfrentamos bastante dificuldade de estradas pra estabelecer essa comunicação, principalmente nesse período de chuva que alaga e ficamos praticamente isolados e sem conseguir chegar lá na cidade de Paranã. Mas aos poucos a gente vai se movimentando. O veículo que a gente mais usa pra se locomover são as motos que adquirimos pra ter mais mobilidade entre as comunidades e fica mais fácil da gente conduzir ela. (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

Sobre a prioridade no uso das motocicletas, perguntei como funcionava a mobilidade para os mais idosos das comunidades.

> Hoje aqui no nosso território, os mais idosos – aqueles com mais de 80 anos, praticamente já se foram todos e os que ainda estão vivos acabam indo morar no povoado (Campo Alegre) porque lá conseguem se locomover de carro. Agora os que ficaram aqui nas comunidades, todos se acostumaram com as motos – não tem jeito. Até minha vozinha que é mais idosa, ela no começo tinha muito medo e não subia na moto de jeito nenhum aí fui dizendo pra ela que ia devagarinho até que ela perdeu o medo. Anda só comigo, não anda com outra pessoa (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

Juvenil comentou, em sua fala, que a maioria dos idosos, de 80 anos ou mais, já não se encontra no território. Os poucos que ainda permanecem, como o caso do Griô Zé Torres, com 83 anos, residente na Comunidade Quilombola do Claro, falam sobre a dificuldade das estradas que dão acesso ao território e sobre como foi o processo de transição no uso de motocicletas no trajeto até Campo Alegre.

> Sobre estrada? Hoje está meio ruim, porque nós hoje não tem mais cavalo. Porque antigamente nós andava a pé e andava a cavalo. Hoje nós cada um tem uma mota, quase todo mundo comprou no tempo do mandato de Lula. Mas no tempo desse bandido que tá agora o nego não pode comprar uma moto nova, mas tem uma motinha velha. Então é ruim uma estrada ruim pra uma moto, um carro. Essas estrada está acabada! Você não veio ai? Esse pedaço de estrada que vai daqui pra Cavalcante, você não viu a situação que está? É uma falta de vergonha de quem? Do prefeito!

Para poder encontrar Zé Torres, passamos por um atoleiro de lama, que nem a moto foi suficiente para romper. Tivemos que descer da garupa e percorrer uma parte a pé, até chegar na roça de arroz em que o Griô se dedicava a realizar a colheita manualmente, com parte da sua família e ajudantes. Os quilombolas das comunidades de Paranã sabem da demanda que precisa ser cumprida pelo poder público, seja municipal ou estadual. Manifestam insatisfação e convivem com a dificuldade do isolamento. Com relação a essa reivindicação, Zé Torres continuou:

> E não é dinheiro dele, só bastasse ele cobrar do Estado! Essa estrada aí é o Estado que arruma. O Estado não sabe que essa estrada tá ruim não, quem sabe é nois que tá sofrendo. Igual esse ano mesmo, ficou muito dias isolado porque nem de carro podia ir de um vizinho em outro, por causa do atoleiro que eles não tiram a água da estrada, não faz esgoto pra água escoar. A senhora viu o peteco na estrada, é dessa forma que a gente está vivendo aqui. Porque nós não temos recurso, mas é coisa do Prefeito pedir pro Estado arrumar. (TORRES, J. C. de. Abril, 2022).

O casal Dona Isabel e Endino, de 67 e 92 anos de idade, respectivamente, e residentes na Comunidade do Claro, foram questionados sobre até que ponto é proteção e até que ponto é isolamento a questão de o território ser banhado pelos rios e cercado pelas serras. Ambos reforçaram que a dificuldade de acesso pelas estradas é um problema recorrente, sobre o qual eles tentam dialogar constantemente com o poder público:

> Aqui era isolado era de tudo! Porque aqui nem estrada tinha, essa casa aí, essas telha a gente puxou na cabeça. Só tinha estrada do outro lado (do Rio), essas telha comprei no Paranã o caminhão encostou aí do outro lado e a gente carregou mais de três mil telha tudo na cabeça. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

Ao relatarem sobre a dificuldade para erguer a casa em que hoje moram, na Comunidade do Claro, Dona Isabel lembrou que a dificuldade não cessou depois da obra. Não tinha estrada que dava acesso da sua casa para o povoado de Campo Alegre. Ela se recordou de como foi reivindicar essa demanda com o prefeito eleito da época:

> Eu não lembro que ano mais foi que Edson foi prefeito? Eu não lembro mais. Certo que nesse ano, que ele candidatou que ele é um prefeito que não era um prefeito bom pra ajudar no ponto da doença, mas ele é bom de farra de ter uma festa ali dar uma ajuda e dançar mais a gente. Ele era prefeito disso. Agora se você tá precisando de doença de uma ajuda ele não fazia não. Que até o hospital do Paranã acabou. Mas eu agradeço ele, eu ajoelho e agradeço ele.

E continuou:

> No ano que ele tava se candidatando eu tava reformando minha casa no Campo Alegre. Aí ele chegou lá em casa pedindo voto, e eu falei “só voto pra você se você fazer estrada daqui lá pra minha casa. Eu tô aqui com menino pra escola e não posso largar lá em casa pra vim pra cá”. E ele “Se você votar pra mim eu faço a estrada” aí nós votou pra ele. Aí teve uma reunião no Ouro Fino e ele tava, e ficava dando latinha pra todo mundo e tinha esquecido da minha estrada. Dando latinha de cerveja pra um e pra outro e eu disse “Eu não tô te pedindo cerveja, o que eu pedi pra você foi minha estrada e você nunca ligou, e eu não quero cerveja não” Eu tava zangada. “Eu sofro muito, nós vem com compra com tudo, tem que rastar tudo na carcunda que lá em casa não encosta veículo”. E ele falou “As máquina tá no Mucambo, quando as máquina descer a primeira estrada que é pra fazer é a sua!”. E ele honrou a palavra dele (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

Em meio às dificuldades, a agricultura familiar se destaca, com produção de arroz, mandioca, banana, feijão de corda verde, batata doce, abóbora e cana de açúcar. Diversas pessoas trabalham com rapadura. E toda a produção, além de servir para o abastecimento da comunidade, consegue prover o comércio direto com Paranã. Para eles, o trato com a terra e a preservação do meio ambiente são prioridades, posto que é de onde vem a maioria do sustento das famílias:

> Hoje, roça, acho que não vou tocar porque não tenho força. Eu acho ruim ficar sem, porque eu fui criado na roça, meus pais me criou foi trabalhando e não tem força, fazer oque? Deixo pra quem tem força. Meu pai quando tava com 60 anos ele não fazia mais nada, só andava montado num cavalinho velho castanho daqui pra li e eu ta por poucos dias de eu tá com 82 anos e batendo arroz aí no sol quente. (TORRES, J. C. de. Abril, 2022).

Nesse encontro com Zé Torres, toda a família estava reunida na colheita da safra de arroz, desde os mais novos. As mulheres da família ficavam na tenda de sapê, montada para cozinhar as refeições e dar suporte durante a colheita.

Fotografias 28 e 29 – Seu Zé Torres com os bisnetos durante pausa na colheita de arroz na Comunidade do Claro

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

Bem próximo à tenda de apoio, ouve-se o chiado do rio Claro, que margeia boa parte da produção de arroz de Seu Zé Torres:

Fotografia 30 – Margens do rio Claro, Paranã-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

Entre o fluxo de encontros, o artesanato de barro de Dona Isabel ganha destaque entre as escutas e conversas intermediadas pelos Griôs das comunidades quilombolas em Paranã. Perguntada sobre como deu início à produção de jarros e filtros de barro artesanais, a Griô disse que o ensinamento foi passado despretensiosamente, a partir da sua mãe adotiva. Auxiliando a produção, aos poucos foi aprendendo o passo a passo no manuseio que dá forma a cada um dos itens:

> Eu faço tudo que pedir eu faço. E tudo começou foi mesmo por minhas curiosidade. Minha mãe fazia, aí eu entendi de fazer melhor que ela mais peças que ela – que ela só fazia pote e butija. Eu faço tudo: faço vaso, galinha, cofrinho, botijão de gás, abóbora. É de barro, eu sei mexer com ele. Tudo de barro. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

Para além da curiosidade, a busca por aperfeiçoar cada um dos itens partiu de um trabalho de extensão, promovido por diversos alunos da própria comunidade ou de outras regiões. Devido ao interesse em conhecerem mais da técnica, procuram pela artesã. No entanto, Dona Isabel se sentia (e ainda se sente) desmotivada em continuar com o trabalho frente às dificuldades de conseguir levar os itens para vender ou promover em outras localidades. Lembrou quando uma das alunas universitárias[71] a procurou para realizar pesquisa de campo:

> Ela tava trabalhando com esses negócio de escola quando ela fazia faculdade, aí ela veio aqui. Que tem é muito desse povo mais novo que já estudou, que ta fazendo faculdade que tá isso e aquilo dessa turma do Quilombola eles vem aqui, que diz que é um trabalho lá do colégio. Aí vem, tira foto, filme, mexe e leva. Aí eu falei pra ela “Olha você aproveita, eu vou fazer só esse ano. Não vou fazer mais”. Porque aqui é um lugar sem ajuda, e eu não saio mais. Porque na época eu levava pra Santo Antônio pra Salinas. De cavalo, de cargueiro só leva quatro peças. Levava quatro e cinco cavalo e hoje nem cavalo tem mais e eu não do conta de pagar frete de uma camioneta pra levar mais. Já paguei uma vez, o dinheiro que eu fiz foi quase pra pagar e não vou mexer mais vou largar pra lá. Ela “Não tia, ave maria. Não larga não, na hora que eu terminar meus estudos eu vou aí ajudar a senhora”. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

---

[71] Muitos dos jovens das comunidades, por incentivo das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior (como política de cotas, desde 2013 a UFT disponibiliza 5% das vagas a cotistas quilombolas), gradualmente acabam deixando o território para poderem cursar graduação no *campus* de Arraias, da Universidade Federal do Tocantins. Esse é o *campus* mais próximo para eles, com uma distância média de 150 km, partindo de Paranã, e conta com os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática e Educação do Campo, com habilitação em Artes e Música, além do curso tecnológico em Turismo Patrimonial e Ambiental e do curso de Bacharelado em Direito.

Dona Isabel disse que, no ano anterior, a aluna honrou com a promessa e retornou até sua residência, para ajudá-la no transporte e na revenda dos artesanatos:

> Aí ela veio um dia aqui de tarde e falou “Ó tia” – ela me chama de tia, “Fulana quer 20 peças. Fulana quer 10 peças que é pra ir com uma mulher que veio de São Paulo”. Aí gamela, aí eles arrumou essas trenhera tudo e levou. E no outro dia eu ia pra Paranã, certo que esse dia o carro que eles foi não deu pra levar tudo aí ela botou no ônibus pra eu levar. Quando chegou lá que ela ligou pra menina que ela veio buscar, veio a mulher que é de São Paulo – acho que é parente dela lá. E levou tudo pra casa deles lá. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

E continuou o relato:

> E falou “Ó tia, a senhora vai lá em casa pra receber”, que eles passa o dinheiro pra ela, pra ela passar pra mim. Que eu cheguei lá, que ela passou o dinheiro pra mim eu quase caí de alegria! “Essa menina vai me ajudar mesmo!”. Coisa que eu nunca tinha feito, deu 550 reais, nossa senhora! Tinha coisa que tinha meu preço que ela tirou e botou mais porque tava barato demais. Aí depois ela encomendou mais 10 peças e quando foi agora mesmo ela encomendou mais 20 peças que era pra levar aí com uma menina numa feira. E eu falei que não ia mexer com isso não, porque não vai dá certo porque ele só mexe com tempo quente. Que você tem que botar ele pra esquentar, pra ele endurecer e poder ir emendando e trabalhando nele. E com o tempo frio eu não mexi. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

Perguntei a ela, se o trajeto nas estradas fosse mais tranquilo e tivesse uma viabilidade de interlocução com Paranã, se isso facilitaria para promover o artesanato feito por Dona Isabel. Ela lamentou o fato de hoje ser somente ela que ainda desempenha o trabalho na região, pois muitas das amigas que tentavam fazer com ela desistiram, pela dificuldade na venda. E volta e meia, o motorista que faz o percurso do povoado de Campo Alegre até Paranã tenta ajudar como pode:

> Pois é. Daqui até o Paranã, a gente leva de ônibus, é o maior trabalho! Ainda bem que o motorista é muito conhecido nosso, e quando ele vê que vai quebrar ele diz “Não, coloca a cá. Não esse trem tá coisado, vai quebrar!”. [...] Ele ajuda demais! Outra hora ela manda pra gente mandar por ele, e tem vez que ele coloca encostado nele lá que é pra vê que não quebra. Ela é uma menina muito conhecida, ela vem sempre aqui. Esqueci o nome dela, ela já me ajudou. Mas de vez em quando eu falo de largar pra lá, o trem é trabalhoso, o trem é perigoso. E só eu faço! As outras mulher, que a gente juntava tudo aqui e outra hora juntava lá, nós ia pro barro, largou tudo. Essas mulher, que me ajudava, compra de minha mão. Só tem eu fazendo, por isso eu falei eu vou largar. Eu arrumei uma dor no braço, já tô veia mesmo. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

Dona Isabel me mostrou as peças e explicou como é importante reconhecer a temperatura ideal para amassar o barro e conseguir manuseá-lo bem. Esse movimento constante, entretanto, fez aumentar a dor em seu braço, e ela quase desistiu de continuar com o trabalho. Assim como aprendeu pela curiosidade em ver a mãe manuseando o barro em brasa, a neta de Dona Isabel também disse ajudar e aprender muito com a avó. E posou orgulhosa, com sua moringa de barro nas mãos:

Fotografia 31 – Artesã Dona Isabel posa para foto junto de sua neta com suas peças de barro

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, abril de 2022.

Ela mostrou e explicou cada uma das peças, entre gamelas, filtros, cofres e adornos, com tampa e sem tampa. Dona Isabel disse que a neta também incentivou muito para que ela não parasse de desenvolver a atividade:

> Ela já faz. Eu falei que ia largar, mas ela me ajuda muito. Falei que ia largar, mas o povo não deixa não. Quando tem demanda, tem que lavar no Rio *tudim*, para lavar *traveis* que ninguém vai querer comprar feio desse jeito. Ou tenho que lavar ou tenho que tornar, levar na olaria para tornar a queimar de novo. Eu sempre

> digo em parar, mas o povo não deixa não! O povo é uma vontade de beber água de barro. (CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

O povo quilombola de Paranã não só quer beber água fresca, como entende e contempla os rios que margeiam a região como um grande proponente para a consolidação e a permanência deles nessa terra fértil e herdada de seus antepassados. Em conversa com todos os interlocutores, foi possível observar, em suas falas, o quão importante o rio se apresenta para a perpetuação das famílias que ali se abrigam em morada, há mais de dois séculos. Durante a transcrição desses relatos, poder ouvir o som brando e corrente dos rios, ao fundo de cada gravação, possibilita entender bem o significado de fluxo contínuo de calmaria.

Sobre fluxo contínuo e abundância, Dona Isabel comentou:

> As água é o tempo todo assim ó, ela não para. O tempo todo a gente tem água, acho que a metade é isso. Igual, quem mora na beira de Prata, que tem uns que escolheu igual esse daí pro lado do Ouro Fino, eles mora e tem época que eles vão buscar água longe, as água acaba. E a gente já ficou aqui no lugarzinho, e sempre a água o tempo todo. Que é um trem que a gente não fica hora nenhuma é água né? ((CONCEIÇÃO, I. F. da. Abril, 2022).

A partir do povoado de Campo Alegre, a Comunidade Quilombola Ouro Fino é a mais distante. Está mais próxima das serras e do caminho que percorre até a Chapada de Natividade. As Comunidades do Claro e Prata, margeadas pelos rios homônimos da região, não passam por essa dificuldade de abastecimento, como a própria Dona Isabel descreveu. Sobre a dificuldade no abastecimento de água no povoado de Campo Alegre, Prudêncio e Geraldina comentam e reforçam a importância do rio para o abastecimento das famílias quilombolas da região do Claro e do Prata:

> Esse córgo na vida nossa, é muito excelente, esse córgo! Pra começar é uma água muito boa.
> [Prudêncio diz: é água mineral!]
> Eu vejo gente falando “Ih meu Deus, Campo Alegre povo virou greve pra arranjar água tratada”, que já fazia era ódio quando fazia reunião nesse Campo Alegre brigando por causa de água. Eu nunca abri minha boca pra brigar por causa de água. Eu nasci, me criei na beira desse córgo, bebendo água dele, banhando, fazendo de tudo. Me sinto feliz. “Tinha que beber água tratada, tinha que beber água tratada”. Agora tá com as contas nos espinhaços, e a água não é tratada dos nada, anteontem mesmo os meninos tava aqui brigando que diz que a água chega tá a lama, sai a água e quando põe na vasilha daí a pouco tá aquela lamona embaixo. Uma água fedida.
> [Prudêncio complementa: Enferrujada!]

> Catinga de ferrugem. Não queria água tratada? Tá tratada! Ainda bem que eu não tô usando dessas águas. Bebo a minha aqui de boa, sem tratamento e não sinto nada. (TORRES, G. C. de & CONCEIÇÃO. P. C. da. Abril, 2022).

Prudêncio explicou que, para sanar os problemas no abastecimento de água no povoado de Campo Alegre, a comunidade acionou o poder público para melhorar o tratamento, o saneamento e a distribuição de água no povoado. No estado do Tocantins, a principal empresa privada que fornece esses serviços é a BRK Ambiental, do grupo Brookfield. Direcionada pelo governo municipal de Paranã, a empresa realizou consulta pública com os moradores, para estudar a região e levantar a instalação de poços artesianos para buscar solução do problema[72]. Na ocasião, o casal comentou como foi o desenrolar da reunião com os moradores de Campo Alegre:

> Teve uma reunião no Campo Alegre da BRK, aí eu fui. Eu gosto sempre de assistir, mas nesse dia eu fui e falei "eu vou desafiar esse cara".
> [Geraldina: Eles falou que era pra ir todo mundo que tinha casa no Campo Alegre tinha que participar da reunião]
> Pois é, aí eu fui. Aí um fala, outro fala, um fala outro fala [...]. Aí eu voltei e falei pra ele "Moço! Você tem certeza..." perguntei o chefe, porque eu sou daqueles que gosto de ir na cabeça do toco, eu gosto de ir em raiz, eu não gosto de galha não. Aí eu perguntei o chefe: "Moço, você tem certeza que Campo Alegre dá água, um poço aqui dá dez mil litro d'água por hora? Você tem certeza?" ele falou que tinha certeza que dá. E eu falei que ele tava mal enganado, que aqui em Campo Alegre não dá dez mil litro de água por hora não, falei "você pode furar mas você não vai achar". Foi nada não. (TORRES, G. C. de & CONCEIÇÃO. P. C. da. Abril, 2022).

Na ocasião da consulta pública, os representantes da BRK já estavam com maquinário e realizaram os primeiros testes, para verificar qual local seria o mais adequado para produzir os 10 mil litros de água/hora, como havia sido prometido para a população:

> Furou um na beirinha do córgo igual você tá escutando o córgo aqui e lá muito mais perto; deu 1,200 litros. Acho que foi 1,500 ou 2 mil litros.
> [Geraldina: No Campo Alegre não dá não. Por isso as água fica feia, porque as água fica pouca e vai jogando a lama pra cima].
> Aí furou um outro, num lugar lá que realmente eu ainda falei "Esse poço talvez que dá, mas ele vai prejudicar o outro poço, porque o outro poço é mais velho e vai prejudicar, pela fundura dele vai prejudicar". Mas eu ainda falei assim, "mas mesmo assim, não vai acompanhar um poço velho, não vai dá o que ele tá querendo." Furou e deu 2mil e pouco. Furou seis poço num mesmo dia. Mas eu nunca pude topar o cara, pra eu poder descarolar ele, e perguntar "Moço, cadê a

[72] Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2020/03/04/moradores-de-comunidade-no-sudeste-do-estado-sofrem-por-falta-de-agua-tratada-concessionaria-diz-que-esta-implantando-sistema>. Acesso em: 10 maio 2023.

> água?”. Eu quero construir casa lá, e quero ter água lá. (TORRES, G. C. de & CONCEIÇÃO. P. C. da. Abril, 2022).

O povoado de Campo Alegre, geograficamente, está localizado em um vão, cercado à direita pela Serra do Mocambo, à esquerda pela Serra das Traíras e a sudeste pela Serra das Caldas, com o rio Paranã cortando o extremo norte da região. O que os quilombolas não enfrentam de dificuldade em acesso fácil ao município de Paranã, morando no povoado, acabam sofrendo com a dificuldade de acesso e abastecimento de água potável de qualidade.

Eles precisam continuar concentrados em suas terras férteis, banhados pelos rios Claro e Prata, para a produção de agricultura familiar, e não sofrendo com a dificuldade no abastecimento de água potável para promoção de vida digna e sustentável. O rio é marca do território e parte significativa do cotidiano dos quilombolas e residentes de Paranã, como bem destacou Geraldina Conceição: “A felicidade da minha vida é esse córgo! Eu tenho água em casa, do meu córgo, eu tenho minha caixa de água aqui. Mas eu gosto de tomar banho no Rio... eu gosto de tomar banho no Rio!” (abril, 2022).

Fotografia 32 – Registro de banho nas águas da Cachoeira do Engenho, Comunidade Quilombola do Claro, Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

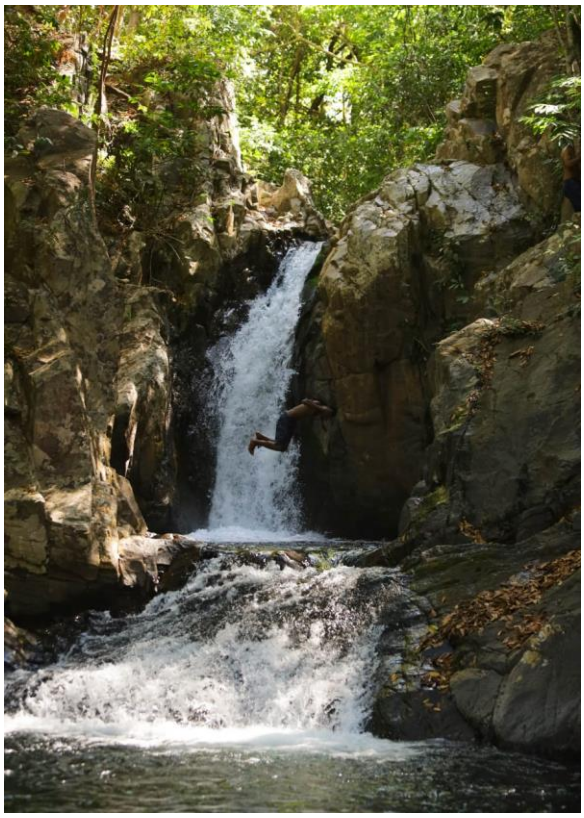
A cachoeira do Engenho, no território da Comunidade Quilombola do Claro, na região de Campo Alegre, faz parte do complexo de paisagens naturais que já vêm sendo estudadas para a criação de um corredor de ecoturismo na região, para estruturação da Rota 010[73]. Essa rota é conhecida pelos moradores locais, tendo cerca de 110 km, e tem objetiva interligar Cavalcante (GO) a Paranã (TO), com o povoado de Campo Alegre no meio.

A região que contempla o povoado de Campo Alegre está geograficamente ligada à área da Chapada dos Veadeiros – maior território quilombola do Brasil, o Kalunga. Foi tombado como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural pela Lei Estadual n. 11.409/1991. A região é tida como potencial turístico, possuindo singular diversidade natural, como o Complexo do Canjica, o Complexo do Prata, o Mirante do Mucambo, e no povoado a Cachoeira do Claro, Cachoeira do Engenho e Cachoeira do Catoá.

Os moradores, assim como os quilombolas da região, anseiam pelo desenvolvimento turístico, desde que sejam consultados, e seus territórios, respeitados. Eles reconhecem a importância da preservação ambiental para a sobrevivência do lugar ancestral de luta e de resistência, que segue guardado por um povo que, cotidianamente, reivindica o seu lugar nessas terras, marcadas pela tradição, pela cultura e pela completa harmonia com a natureza.

[73] Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/politica/deputada-claudia-lelis-e-secretario-de-turismo-de-goias-firmam-termo-de-cooperacao-para-inicio-dos-estudos-turisticos-da-rota-010/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Fotografia 33 – Registro de salto em uma das quedas da Cachoeira do Engenho, Comunidade Quilombola do Claro, Campo Alegre-TO



Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

Dona Isabel e Seu Endino foram perguntados se a marca do povo quilombola é o território. Ambos responderam:

> Isso mesmo, aqui começou de pai, de avô e de bisavô. E se você seguindo daqui você anda essa beira com tanto faz de cá como do lado de lá beirando o Rio é encontrando tapera. A tapera de meu pai mesmo é bem ali embaixo (aponta sentido Rio descendo Rio Claro).
> [Endino: O que não encontra tapera é porque já venderam pá ó (faz sinal com a mão, como comendo algo – e sorri].
> Tapera não, mas vê o lugar, o senão que já foi moradia. É coisa que não acaba, né? Igual aqui, nós pode morrer tudo e aqui ficar sem ninguém mais. E essas planta curta aqui acabar, mas o lugar ali onde foi feito casa não acaba. Fica ali toda vida, de um jeito ou de outro a gente continua. (CONCEIÇÃO, I. F. da. & SILVA, E. Q. da. Abril, 2022).

Sinais do tempo marcam presença no território, onde praticam agroecologia, com sabedorias ancestrais e técnicas de manejo, colheita e plantio, onde ouvem e entendem a terra e a natureza que os cercam. Estruturas que margeiam, que demarcam e que

reconstroem “lugar sagrado e de proteção” – denominação banto do termo Kalunga, povos dos quais são descendentes direto. O Cerrado é sua casa; os rios que banham a região, seu quintal.

Na dinâmica do rio como navegabilidade e pertencimento, continuamos com o fluxo e o curso natural de suas águas. Se não fosse o impedimento causado pela pandemia de Covid-19, teríamos tido contato com outros afluentes, conversado e ouvido outras mais comunidades presentes em suas margens. No entanto, em maio de 2022, chegamos a Muricilândia, para o primeiro Festejo de Abolição sem a presença física da matriarca da comunidade, a saudosa Dona Juscelina.

Assim como nas comunidades quilombolas em Paranã, que enfrentaram fluxos migratórios em busca de terras férteis banhadas pelas margens de rios que possibilitassem melhores condições de vida, o mesmo percebe-se nas comunidades quilombolas margeadas pelos afluentes do rio Araguaia. Impostos a migrar pela severidade da vida e escassez de alimentos, em Paranã, quando questionados sobre a origem das terras de seus antepassados, a grande maioria dos quilombolas rememora o fato de as terras terem sido adquiridas pelos seus antepassados. Em Muricilândia, a presença do povo preto quilombola decorreu de fluxos migratórios, movidos majoritariamente pela fé, liderados por romeiros, em busca da “terra prometida, das Bandeiras Verdes”.

Esse fluxo de movimentação sociorreligioso e da cultura de campesinato brasileiro é compreendido por Maria Antonieta da Costa Vieira (2001) como um movimento específico em região de fronteira. Na tese intitulada “À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimentos sociorreligiosos na Amazônia Oriental”, Vieira (2001) relacionou a mobilidade espacial, vivida pelo campesinato de fronteira, à reinterpretação do movimento de romaria e da viagem provida por eles em direção às Bandeiras Verdes, uma identificação direta com as matas, em busca de um lugar prometido pelas forças espirituais. Para a autora, a profecia das Bandeiras Verdes é resultado da combinação de dois elementos fundamentais para sua compreensão: a ocupação territorial e o aspecto religioso. E contextualiza do seguinte modo o surgimento da profecia atribuída aos romeiros que migram para novas áreas a serem ocupadas:

> As histórias sobre Bandeiras Verdes fazem parte do imaginário popular, são fragmentadas e esparsas e se encontram espalhadas no interior do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará. Muitas pessoas de mais idade dizem se lembrar de ouvir estas histórias quando eram meninos. Fazem referência a padre antigos ou a romeiros que passavam por suas casas, em direção às Bandeiras Verdes. (VIEIRA, 2001, p. 146).

Ao se dedicar ao assunto, a autora admite ser difícil avaliar a extensão da profecia e até mesmo sua origem. Dentre os vários movimentos relacionados a esse fluxo migratório, no Tocantins, na Comunidade Dona Juscelina, ele ocorre em dois momentos, com dois grupos distintos, observados e descritos a partir da oralidade quilombola da região.

O primeiro momento parte da liderança de uma beata, atendida pelo nome de Antônia Paranaguá, que percorre a região de Filadélfia (TO), na década de 1950. Ela movia missões e grupos de romeiros por meio de visões que tinha de Padre Cícero e que levariam o grupo ao Morro Santo das Bandeiras Verdes, hoje a cidade de Aragominas (TO). Sobre a figura de Dona Antônia Paranaguá, Seu Dadá comentou:

> Muricilândia foi descoberto a área em 52, sabe, com uma família de porção de sete a oito pessoas. Então a Dona Antônia, nós chamava de Antônia Paranaguá, só que ela é Antônia Barros de Souza. Aí na romaria ela era conhecida como Antônia Paranaguá, ela que descobriu o Morro. Ela teve um sonho em Filadélfia, veio pra Araguaína com aquele sonho guardado e ela tinha umas pessoa que acompanhava ela, era os romeiro era pouquinho mas acompanhava. Só que em Filadélfia ela voltou pra Araguaína, e ela teve outro sonho com Padim Ciço assinando o rumo do Morro. Nunca tinha visto o morro na vida, ninguém nunca tinha visto. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

Esse grupo de romeiros contava com aproximadamente oito famílias. Eram liderados pelo Senhor João Paulino, que aparece recorrentemente na fala do Griô. Esses romeiros haviam saído da região de Aragominas, onde hoje se localiza a Comunidade Quilombola Pé do Morro, e cortaram picada[74] em direção ao morro onde encontrariam uma cruz baixinha, que sinalizaria a eles o local de chegada. Seu Dadá rememorou essa trajetória, a partir das histórias que ouvia de Dona Antônia e dos mais velhos da comunidade:

> E ela veio, cortou a picada do morro e achou dois morro pareado. Aquela igrejinha que tem lá e ela tinha uma cruzinha baixinha. Ela contava a nós. Eu não cheguei

[74] Terminologia usada pelos Griôs para se referir aos caminhos estreitos feitos nas matas, geralmente abertos por foice ou facão, para se chegar a um destino, até então, inacessível.

> a ver não que eu era menino, que naquele tempo rapazinho novo prestava muita atenção nas coisas. Então ela fazia aquelas penitência com os romeiro, ela rezava muito e a romaria acompanhando e o povo acompanhava ela também. Então quando foi de manhã cedo ela falou pros romeiro dela que acreditasse nela: “Olhe aqui tem uma vertente que é um rio que faz sentido corrente e o nome desse rio é Rio Murici.” E aí os romeiro virou pra ela “mas porque que a senhora sabe que tem o rio e tem essa árvore por nome de Murici?” e ela disse “Que é porque me deram a visão no sonho e me deram o nome do rio”, foi ela que batizou. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

Nas margens desse rio, sinalizado por Dona Antônia Paranaguá, havia várias árvores de frutos avermelhados, batizados pela matriarca como Murici. Posteriormente, esse seria o nome dado às terras dos romeiros de Padre Cícero:

> A partir dessa picada, chegou na beira do rio, e começou a situar a beira do rio que naquele tempo aqui tinha muita caça de peixe. Podia embalar uma folhinha na mão assim (faz o movimento de amassar folha com a mão) e jogava dental com o peixe que pegava. Aí situou e eles entenderam, aí foram chamando os romeiro, chamando os romeiro, chamando os romeiro. Aí eles combinou com ela, pra morar aqui. Aí ela assinou que sim, aí ela veio morar aqui. E aí com aquilo, conquistou a romaria todinha pra cá. A igreja daqui a frente dela era virada pro lado do Rio. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

Seu Dadá perguntou se eu conhecia essa fruta e me acompanhou até a praça da igreja, localizada na frente da sua residência, onde ainda são preservadas várias árvores de murici. Ele fez questão de posar para a foto, ao lado de uma delas:

Fotografia 34 – Griô Dadá e um dos pés de murici da praça central da cidade, Muricilândia-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio de 2022.

Ludmila, quando perguntada sobre a genealogia da sua família até a chegada deles no território de Muricilândia, respondeu:

> Então assim, eles tinham uma maneira de viver em que, principalmente com o comércio, com as rotas comerciais maranhenses. E aí eles se deslocando do Maranhão, com o objetivo das bandeiras verdes, né? De encontrarem a Terra Prometida, né? “A Terra onde as cercas não limitavam a sua propriedade”, uma terra livre, né? Livre da opressão, livre da escravização que ainda cercava os interiores do país. E aí eles chegam aqui, né? E chegam aqui na década de 50, no início da história de Muricilândia, história do Quilombo Dona Juscelina.

E prosseguiu:

> E interessante que é a romaria também que estavam atrás “***da terra onde ia emanar leite e mel***”. Porém, uma romaria que se estabeleceu nas margens lá do Rio Araguaia, numa ilha e aí, depois, com a cheia do Rio Araguaia, essas pessoas tiveram que ser retiradas de lá e trazidas para cá, né? E aí, se localizaram ali onde hoje é o setor nova Muricilândia. Então minha avó vem com essa turma também de romeiros. E que, de um certo modo ou de outro, eram completamente ligados a romaria de Dona Antônia liderava. Há histórias até que que essa romaria, era o mesmo grupo que uns ficaram no Pé do Morro e outros seguiram viagem chegando até aqui no nosso território, né? (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022, grifo nosso).

A chegada dos romeiros ao rio Muricizal possibilitou que muitos de seus moradores se tornassem notáveis desbravadores. Como bem destacou Ludmila: “Nós tínhamos exímios pescadores, né? Conhecedores das águas igual nós temos o Seu Dadá, que é um Griô, referência. O nosso Griô das águas que conhece muito bem o rio, né? Desde a cabeceira até o desaguar no rio Araguaia”.

Tomando conhecimento dessa expertise de Seu Dadá, perguntei mais sobre a nascente do rio Muricizal e como se delonga seu curso:

> Olha o rio Murici, pelo meu conhecimento, ele é nascido e atravessa berando a Belém-Brasília. Aqui pra cima da cabeceira dele é um brejo. Era um brejo, não sei se ainda é. Ele é um córrego pequeno. Ele é um córrego com a nascente nascido num brejo de Buritizal. Aí de lá se tornou um brejo muito grande. E naquele tempo, aquele povo que tirava aquelas posse, tirava uma posse beirando esse brejo aí lá virou fazenda, o homem tinha condição. Então, tirou aquilo ali e ficou com uma fazenda, mas sempre conservando aquele brejo. Não deixava o povo entrar, não deixava ninguém devorar nada. Esse brejo é a nascente do rio Murici. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

Ele continuou, contando como muitos fazendeiros foram gradativamente disputando espaço com os quilombolas e tomando posse de terras às margens do rio:

> A fazenda lá, o nome do fazendeiro chamava Moisé Lima. Então essa fazenda é encostada na cabeceira do rio Murici e ele atravessa a estrada Belém-Brasília. Aí vem vindo de lá pra cá e toda as fazenda foi tomando de conta, tomando de conta. E aqui tem uma cachoeira muito grande que o peixe que tá pra cima fica lá em cima, e o que tá pra baixo fica embaixo. Ela é mais ou menos pela barra de uns cem metros de altura ou mais. Ela é da altura de um poste desse. Ela cai de riba pra baixo, aí lá tem um furão cheio de pedra – no verão tem pedra, no inverno é só aquele rebolo de água, de pulso. E daí se tornou o rio Murici. E toda vida teve esse nome por causa das árvore que tem o nome de Murici. E ele vem crescendo por causa do rio Preto que entra nele, e aí se torna um rio maior por causa do Rio Preto. Agora dessa cachoeira grande que tem pra cá eu sei contar até chegar bem no Araguaia. Então o rio Murici é um rio muito importante. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

A jovem Ludmila, assim como Seu Dadá, desde muito nova ouviu sobre os relatos da chegada dos romeiros de Padre Cícero até Muricilândia. Ela confirmou como o rio se apresenta enquanto protagonista na consolidação e na permanência da sua comunidade nesse território:

> Então, o Rio Murici foi o principal responsável por nosso povo ter chegado aqui. Porque quando a romaria liderada por dona Antônia, que trazia também os troncos dessa comunidade, chegam em cima do morro alguns dos nossos líderes observam que no amanhecer do dia havia uma nuvem, né? Muito baixa, onde simbolizava a evaporação da água, né? Então tinha uma grande faixa de água naquela região. Porque no amanhecer do dia, como é alto no morro, então eles visualizaram. Porque ali na região do morro, tem pequenos córregos, né? Então eles pensaram assim que eles precisavam encontrar água e é algo muito próprio do nosso povo, né? Em que o rio simboliza muito para nossa história, para subsistência. Então, onde tem água, tem vida, e tem também os alimentos necessários para a sobrevivência, além de que a água é vida em si, né? Então, eles partem lá, outros oito homens responsáveis pela descoberta do Rio Murici. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

A partida de Aragominas, na região do Pé do Morro, até a chegada em Muricilândia foi marcada por conflitos. Nem todos reconheciam a liderança de Dona Antônia e temiam não encontrar as margens desse rio, que até então eram visões espirituais que ela partilhava com o grupo. Ludmila descreveu o relato do momento que marcou a chegada dos romeiros até o rio:

> Eles partem do morro e chegam a Muricilândia, né? Obviamente que essa partida não é em vão e certamente houve conflitos, né? A liderança de Dona Antônia, por ser uma mulher, principalmente. Houve conflitos entre os romeiros ali e também a questão territorial, né? Então o território da romaria precisava se expandir, né? E esses oito homens, as oito famílias que são os troncos pioneiros da cidade e do Quilombo Dona Juscelina, principalmente, né? São os oito quilombolas, homens, negros, retirantes, nordestinos. Eles se deslocaram e chegam nas margens do Rio Murici, né? No dia 20/08/1952 e aí se localizam aqui nessa região. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

A chegada desse grupo de romeiros, composto por oito famílias, liderado por João Paulino e guiado por Dona Antônia Barros Paranaguá, ocorreu no ano de 1952, às margens do rio Muricizal. Esse acontecimento marca o primeiro fluxo migratório que demarcou o território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

O segundo momento foi em 1962. Dez anos depois dessa chegada de Dona Antônia na região, surgiu a figura de Dona Lucelina Gomes dos Santos. O fluxo migratório de toda sua família teve início na cidade de Nova Iorque, no Maranhão, de onde saíram no início dos anos de 1960 e partiram para a cidade de Cristalândia – na época ainda Goiás. Era uma região movimentada, de fluxo contínuo de garimpo.

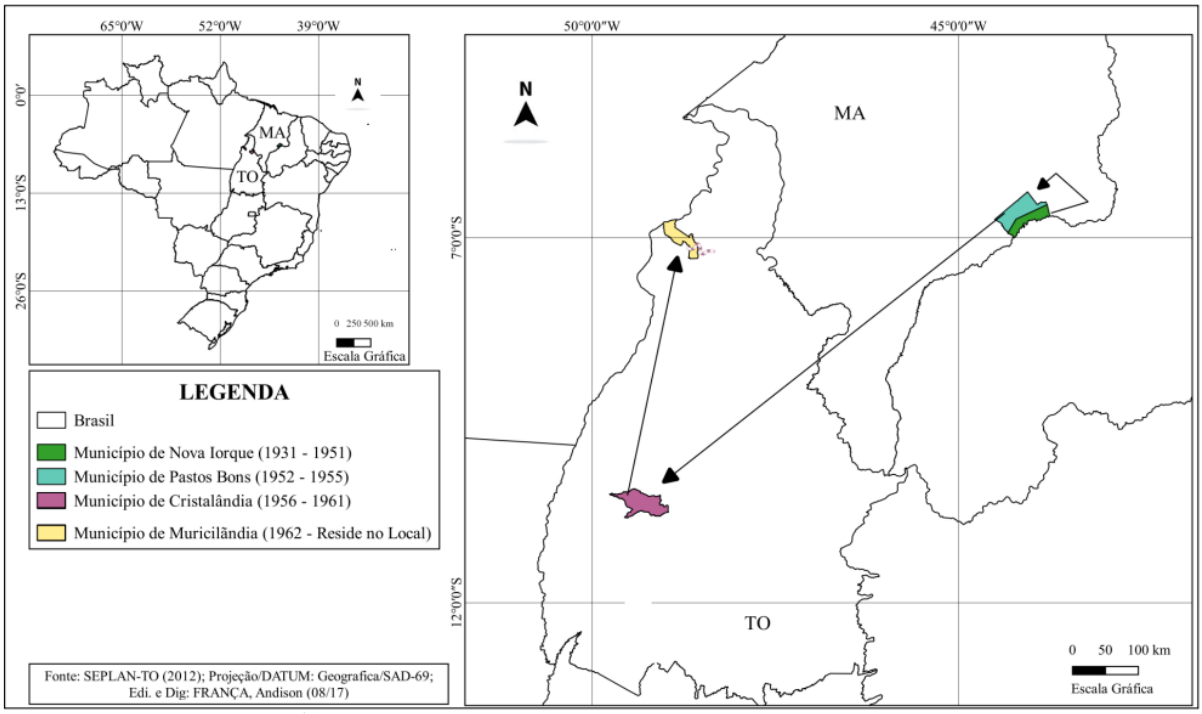
Em seguida, Lucelina teria partido em direção a Murici da Velha, atual Muricilândia-TO, em busca da sua irmã mais velha, Dona dos Anjos, que ela sabia que estava na região. Após reencontrar a irmã, conhecer as terras férteis e a calmaria das águas do rio Murici, teria se encantado e convencido a família a partir de Cristalândia, para fixar morada no local.

Ludmila, ao descrever o relato desse fluxo migratório promovido por Dona Juscelina, apontou que grande parte da relação afetiva que tinha construído com a matriarca foi herdada desse momento. Dona dos Anjos estava instalada, nessa época, na casa de seus bisavós, Dona Joaquina e seu Eliseu. Sobre a chegada da matriarca na região, Ludmila relatou:

> Que a princípio ela vem na comunidade em busca de sua irmã. Uma irmã mais velha que ela tinha que morava aqui e que por incrível que pareça, essa irmã residia na casa da minha bisavó paterna. Então, assim, essa ligação, ela vem de muito, muito longe, né? Então, a irmã de Dona Juscelina morava com minha bisavó, Dona Joaquina e Seu Eliseu. E o nome da irmã de Dona Juscelina era Dona dos Anjos, que também morava aqui. Então ela reencontra a irmã e se apaixona pelo que ela vê, né? Ela dizia que se apaixonou à primeira vista pela mataria, pelo rio e pela calmaria que era aqui. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Na dissertação desenvolvida pela professora e geógrafa Izarete Oliveira (2018), fundamentada no percurso metodológico da história oral, a autora pôde entrevistar Dona Juscelina, em janeiro de 2018. A partir disso, desenvolveu e organizou o percurso espacial e migratório percorrido pela matriarca no mapa apresentado logo a seguir:

Mapa 8 – Trajetória espacial e migratória percorrida pela matriarca Dona Juscelina



Fonte: Oliveira (2018, p. 40).

Sobre essa trajetória percorrida por Dona Juscelina, Oliveira (2018) apresenta o relato oral da matriarca, a qual narra os motivos da migração e descreve como foi o percurso da viagem:

> [...] Eu vim por interesse de meu pai, que veio vê o Goiás […] Saimos dia 01 de julho de 1956. Aí fizemos essa viagem e fumo chegar no dia 07 de setembro em Cristalândia […] às 6 horas da tarde. Apesar que nós era de a pé tudim, e viajemos dois mês e sete dia. Mas pra mim foi uma beleza, quando nós cheguemos em Cristalândia. Eu: pai já está passando de hora de ir buscar os animales! Minha fia, já cheguemos! Nós vinha por dentro pela linha do fio, aqui e acolá nós saía da linha. Toda vida de a pé! Só quem vinha muntado era a mamãe, era doente de uma perna…e os menino de três anos pra baixo. Tudo era correndo, os de cinco ano nós botava no meio da carga. Mas as carga era tudo cheia, de tanta verdura que a gente passou no sítio. Nós nunca sintimo a viagem! (exalta a voz) Nós nunca tinha feito uma viagem, mas nós num sintimo. Porque

> intestia só nas fruitas. Papai só parava no dia que ia comprar a matula! Uma vaca. Aí passava esses dois dias pra carne muchar. O certo que cheguei praqui, cheguei em Cristalândia, eu nunca pratiquei o meu trabalho! Cidade de garimpo, muita morte! Aí minha irmã morava aqui, ela me deu notícia ainda lá em Cristalândia. E eu vim. Pedir a confissão para o Frei na Catedral: pois amanhã vou viajar lá pras matas, lá é o Murici da Velha! Aqui não era Muricilândia, era Murici da Velha! [Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 25 de janeiro de 2018]. (OLIVEIRA, 2018, p. 37).

A calmaria da região de Murici da Velha era atribuída ao isolamento geográfico da região, onde se evidenciavam terras devolutas, com paisagem de florestas densas e matas de cocais babaçu, que foram progressivamente ocupadas e exploradas para o sustento alimentício. Essas terras eram de difícil acesso, o que comprometia o deslocamento para outros locais. Era possível através de picadas feitas pelos antepassados dos quilombolas ou por meio do rio Muricizal – via que dava acesso a outras comunidades, como Araguanã e Xambioá, e que era utilizada não somente como via de transporte, mas também como fonte de alimentos (OLIVEIRA, 2018, p. 156).

Entre o período de transição dos dois fluxos migratórios na região de Murici da Velha, a figura de João Paulino ganhou destaque enquanto representante local. Após se consolidarem às margens do rio Muricizal, a família de romeiros foram desenvolvendo picadas que interligavam a região com o município de Araguaína[75] e Pé do Morro (atual Aragominas). Os caminhos eram abertos com o auxílio de animais de carga, para comprar mantimentos para as famílias, que percorriam longas viagens que duravam semanas a fio.

Esse intercâmbio fez com que a notícia dos romeiros se espalhasse e muitas famílias começassem a deixar o pequeno povoado de Araguaína para se concentrarem às margens das terras férteis de Murici da Velha:

> E aí, as lideranças políticas em Araguaína contestarem a partida desse povo, eles acabam criminalizando os romeiros e o comércio entre essas pessoas passa a ser algo proibido, né? Em Araguaína, as farmácias não podiam vender remédio para os romeiros, os comércios não podiam fornecer comida aos romeiros, né? As mercearias não podiam fornecer comida nem querosene para as lamparinas (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

---

[75] Após a região, na qual hoje se encontra a cidade de Araguaína, ser administrada por pequenos municípios, em 1953, depois de lei municipal, o povoado foi elevado à categoria de distrito. Somente em 1958, conforme crescente desenvolvimento e expansão econômica do extremo norte goiano, é que o distrito se tornou município.

Nesse campo de disputa política, os romeiros foram gradativamente sendo pressionados e impedidos de realizar compras habituais em Araguaína e encontraram no rio a possibilidade de deslocamento e comunicação com outras regiões, dentre elas o município de Xambioá (TO), localizado na margem direita do rio Araguaia.

Sobre essa comunicação fluvial com Xambioá, Seu Dadá observou:

> Aquele mais inteligente, fez umas canoinhas tipo cocho, feita de um pau só. E aí pegaram descer o rio Xambioá e de lá eles compravam o sal, o querosene e a mercadoria do vestuário que era roupa, botina, o calçado e o medicamento. Aí foram alimpando o rio, alimpando o rio. Aí quando explorou o garimpo de Araguaci aí pegou a entrar o motor de Xambioá, e pegou o motorzinho até aqui pra comprar farinha. O povo aquela época comprava a de mandioca, o milho, o arroz o feijão e a fava. Aí os motor pegou a entrar aqui vendendo aquelas mercadoria pro povo, só querosene, o vestuário e o calçado.
> Então nós não ia pra Araguaína, as vez de nós ir pra Araguaína, nós já comprava aqui na mão dos barqueiro aqui dos motor. Ou então as pessoa que tinha mais coragem e condição, descia do rio e ia comprar lá que se tornava mais barato comprar lá. Mas e o sofrimento? Pra descer e subir o rio, é muito ruim.

Continuou:

> A nossa vivência aqui era quebrar o coco, vender para seu João Paulino e aí ele vendia para os barqueiros, os barqueiro de Xambioá. Quando o rio baixava que os barqueiros podia entrar sem ser pelo motor, descia com aquela canoagem, e ia vender aquele material que era a farinha, o arroz, o feijão, galinha e o porco pra nós se manter aqui. Então assim os barqueiro entrava né? (SILVA, C. V. Maio, 2022).

Até hoje, as canoas do tipo cocho são usadas por pescadores locais em Muricilândia. Independentemente do nível de água do rio, essas canoas são de fácil manejo, deslocamento e travessia pelo percurso:

Fotografia 35 – Barcos de cocho pousados às margens do rio Muricizal, Muricilândia-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio de 2022.

A pesca, até os dias atuais, é fonte de subsistência e de promoção econômica para os moradores da cidade de Muricilândia:

Fotografia 36 – Ribeirinha limpando pescado de mandi no rio Muricizal, Muricilândia-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

Em relação às fronteiras, as identidades se evidenciam no encontro das águas. Em sua tese “Cidades ribeirinhas do rio Tocantins: identidades e fronteiras”, Maria de Fátima Oliveira (2007) aborda essa confluência na noção de fronteira enquanto resultado de práticas. É um espaço, por excelência, das migrações. São fronteiras de diversos sentidos e de temporalidades diversas. Afinal, as fronteiras do início da ocupação da região não são as mesmas do final do século XX. À medida que o homem vai se transformando e interagindo com o novo espaço e com o outro, ocorrem mudanças. Com isso, a fronteira vai se tornando mais fluida, e uma nova identidade vai se construindo (OLIVEIRA, 2007, p. 31-32).

Dessa forma, essa rede fluvial de comunicação, estabelecida entre Murici Velha e a região de Xambioá, consolida um escambo comercial. Dali partem cargas de coco babaçu, como foi relatado pelo Griô Dadá: “O garimpo daqui era quebrar os coco. Fazia, colocava nos cofo, você sabe o que é o cofo né? É um paneiro de palha”. Com essa produção, eram trocados por remédios, alimentos, vestuários e sementes, que podiam ser plantadas em Muricilândia.

Com essa comunicação fluvial com Xambioá, a figura política de João Paulino destacou-se. Com o tempo, alianças políticas foram retomadas com Araguaína. A respeito dessa figura representativa, Griô Dadá relembra:

> Seu João Paulino, toda vida foi representante do lugar, o povo respeitava muito ele por ele ser o cabeça do lugar. O povo respeitava ele, tinha qualquer confusão ele corria pra ver onde tava e aconselhava aquele povo. Ele nunca maltratou ninguém, nem cidadão, nem senhora, ele não maltratava ninguém. Ele era um homem querido do povo. Ele tinha aquele conselho na cabeça dele, ele era um homem humilde e ensinava o pessoal dos mais velhos aos mais pequenos. (SILVA, C. V. Maio, 2022).

João Paulino não era uma liderança diretamente eleita pelo povo de Murici da Velha. Mas tinha o respeito da maioria, devido ao desempenho prestado pela comunicação fluvial com Xambioá. Posteriormente a isso, no ano de 1968, a estrada interligando diretamente a região de Muricilândia com Araguaína foi criada, o que mobilizou uma interface socioespacial permeada entre o rural e o urbano, no processo de territorialização desses quilombolas.

Mesmo diante dessa interface de comunicação, possibilitada pela abertura das estradas, o rio não perdeu seu protagonismo. Continuou sendo um importante elemento cultural e de promoção da identidade quilombola em Muricilândia. Remete a uma figura direta das Bandeiras Verdes, que possibilitou consolidação e permanência desses romeiros na região.

Sobre essa análise do rio como elemento de fronteira cultural, econômica e simbólica, acreditamos que:

> O Tocantins é um rio que possui uma pluralidade de sentidos: ele une e fixa, mas também separa e divide. É uma fronteira geográfica por natureza, mas é também fronteira econômica, cultural e simbólica. É visto como barreira, mas também como via de contato, integrador de regiões e pessoas, espaço das relações sociais e de identidades culturais (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

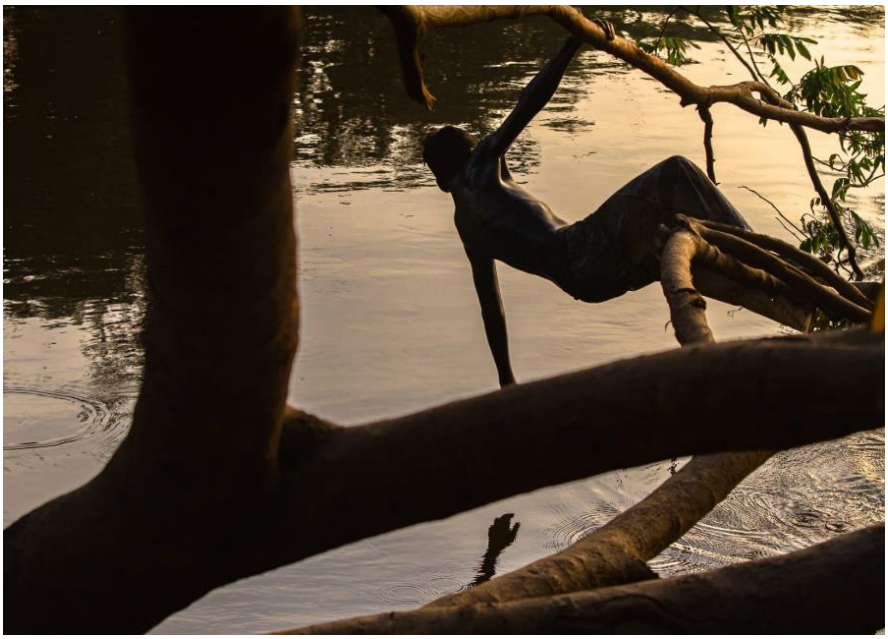
São histórias que delimitaram e trazem marcas de territorialidades e de movimento no ciclo constante de suas águas. Assim se aproximam da história de seu povo a partir de suas margens, em busca de encontros entre o rio e os povos que vivem pelo rio. Compõem o que chamamos de evidências materiais da empreitada colonial, bem como de uma memória de resistência.

Para a próxima sessão, o objetivo é compreender como a organização social dessas comunidades estudadas pode, por meio da certificação e da luta pela titulação de suas terras, contribuir para fazer com que as tradições sejam protagonizadas como elemento significativo. Isso tanto relativo ao tempo como ao espaço em que essas populações se reconhecem e valorizam a tradição que marca sua ancestralidade.

Discutir as diversas categorias em que estão incluídas a noção de comunidades negras e rurais remanescentes de quilombo e a forma como foram reconhecidas ao longo do tempo é entender que a identificação quilombola parte de um movimento de reconstrução e valorização da trajetória negra, em um território marcado pela tradição. Estar nessas comunidades, rodeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins, possibilitou subentender que o conflito territorial vivido por esses povos também os fez discutir elementos de ancestralidade e de lógicas identitárias de pertencimento.

3.4 “INFELIZ DO POVO QUE NÃO SABE DE ONDE VEM”: TEMPORALIDADES E CORRENTEZA ENQUANTO FLUXO DE HISTÓRIAS CONTADAS

Fotografia 37 – Banho no rio Murici após o Festejo de Abolição



“A Terra é o meu quilombo.
Meu espaço é meu quilombo.
Onde eu estou, eu estou.
Quando eu estou, eu sou.”

(Raquel Gerber &
Beatriz Nascimento, 1989)

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

Até aqui, buscamos compreender o movimento de organização social de promoção e resistência pela certificação e titulação das terras das comunidades quilombolas, no Tocantins contemporâneo. Isso nos levou a uma investigação sobre quais vínculos históricos das comunidades consultadas ganharam visibilidade, a partir de novos protagonistas que persistem em lutar por seus direitos sociais e culturais.

A citação “Infeliz do povo que não sabe de onde vem”, que compõe parte do título desta sessão, refere-se à composição “Milionários do sonho”, canção de Elisa Lucinda em parceria com Emicida. Essa música trouxe bastante sentido durante o processo de transcrição das entrevistas, em que revisitamos o fluxo de histórias (re)contadas. Por isso, reforçamos a importância das comunidades negras e rurais remanescentes de quilombo, bem como seu reconhecimento na história. Acreditamos que a identificação quilombola envolve um movimento de reconstrução e também de valorização da trajetória negra, o que inclui um território com suas tradições. Isso nos impulsiona a refletir sobre os conflitos territoriais, vividos por essas comunidades margeadas pela Bacia Araguaia-

Tocantins, também como elementos que discutem noções de ancestralidade e de lógicas indentitárias de pertencimento.

No momento em que essas comunidades se organizam institucionalmente como Associações, em que consultam e escutam as demandas da sua comunidade, passam a operacionalizar uma noção sistêmica do território ao qual pertencem. Valorizar a essência de um passado com traços hereditários, considerando a memória coletiva dos quilombolas, faz parte do percurso metodológico deste estudo, desde os mais velhos aos mais jovens, ancorando passado e presente na sociabilidade, nos saberes e nos fazeres desses sujeitos.

Abranger o cotidiano, os desafios enfrentados e o sentimento de pertencimento das comunidades quilombolas às margens da Bacia Araguaia-Tocantins é algo complexo e multifacetado. Acompanhar e registrar, durante alguns meses, a partir de impressão fotográfica, audiovisual e fios de memória das comunidades consultadas, possibilitou consultar e compreender a produção de multipolaridades territoriais nos limites da Comunidade Dona Juscelina, ao norte, e das Comunidades do Prata, Claro e Ouro Fino, no extremo sudeste do Tocantins contemporâneo.

Nesse sentido, o conceito de multipolaridades territoriais, trabalhado pelo professor e geógrafo João Batista Alves de Souza (2022), complementa nossa reflexão. Consideramos os deslocamentos entre o território tradicionalmente ocupado, seguidos dos deslocamentos entre as comunidades e os assentamentos adjacentes – seja pela movimentação dos romeiros guiados pelas Bandeiras Verdes, em Muricilândia, ou pela movimentação provida dos Kalungueiros de Goiás, até se consolidarem em Paranã. Esse percurso se configura como uma estratégia de sobrevivência dos núcleos familiares. É o que Souza (2022) subentende por “multipolaridade territorial quilombola”.

Amparado teoricamente em Nasuti, Eloy e Tourneau, o autor compreende a multiterritorialidade como uma articulação de “espaços descontínuos, rurais e urbanos”. Escapando do êxodo rural, esses núcleos familiares quilombolas alternaram suas atividades entre o meio rural e o urbano, em períodos regulares.

> Esses sistemas de regras e fluxos transformam os espaços multipolar em territórios multissituados. Eles governam a mobilidade de integrantes de comunidades quilombolas fora dos territórios estreitos que lhes foram confiados e buscam construir lacunas entre os territórios concedidos às populações

> tradicionais delimitadas segundo um postulado de residências únicas e fixas, e a extensão espacial de suas lógicas socioeconômicas. (NASUTI; ELOY; TOURNEAU, 2013, p. 333 *apud* SOUZA, 2022, p. 53).

Até aqui, discutir os desafios relacionados ao uso e à ocupação da terra em comunidades quilombolas inclui compreender a importância da terra para a manutenção de laços familiares. Configura a busca da promoção do sentimento de pertencimento, com destaque para a importância da cultura e do modo de vida das comunidades ribeirinhas. A finalidade é valorizar a promoção da relação entre identidade negra, pertencimento local e memória, abrangendo questões históricas e sociais do seu grupo de origem.

Para analisar a construção dessas questões históricas e sociais, a título de formação institucional, como fluxo de histórias contadas, perguntei aos sujeitos das comunidades como ocorreu o processo de certificação do quilombo. E também questionei sobre a construção coletiva na unificação das associações e sobre a organização conforme as demandas partilhadas pelo grupo.

Em Muricilândia, antes de comentar especificamente sobre a consolidação da Associação e sobre o desdobramento das festividades que ocorrem no território, Manoel Filho – hoje atual presidente e representante da ACQDJ – rememorou o momento em que a comunidade teve visibilidade, a título estadual, com uma produção audiovisual muito peculiar, produzida por seus próprios moradores:

> Eu me recordo que em 2006 veio aqui a comunidade – nós tínhamos feito em 2002 um filme aqui chamado “Django Kid – o Solitário”, ele está no Youtube[76] é um faroeste, sabe? E aí esse filme teve uma repercussão a nível de Estado, até nós fomos convidados a participar do “Chico”[77], aquele festival de cinema do Tocantins, e ganhamos lá numa categoria que eu não me recordo mais qual que era, uma estatueta de vidro, então a gente tem ela. E então isso deu assim, uma relevância no aspecto cultural pra Muricilândia. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

Manoel Filho contou que o professor Luiz Carlos Benedito, à época coordenador de Afrodescendentes da Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins, estava

---

[76] O filme está dividido em duas partes, nos seguintes links. Parte 1: <https://youtu.be/xQwmAXr9N_I>, com trinta minutos e onze segundos de duração. Parte 2: <https://youtu.be/R6X3ol52Wio>, com trinta minutos e oito segundos de duração. Acesso em: 10 maio 2023.

[77] A única página oficial do evento ainda ativa está na plataforma do Facebook, no seguinte link: <https://www.facebook.com/festivalchicodecinema?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 10 maio 2023.

realizando um trabalho de “chamamento” nas comunidades que tinham certa manifestação cultural voltada para movimentos de luta e de resistência. Então, fez um convite para que eles pudessem solicitar o seu reconhecimento. O professor Luiz tomou conhecimento da produção cultural que vinha sendo feita na região de Muricilândia e, em 2006, a convite de Manoel Filho, conheceu a matriarca Dona Juscelina:

> Eu convidei ele pra conhecer a Dona Juscelina, falei pra ele “as festas não é o Django Kid, a festa daqui é o 13 de maio. É uma festa que acontece sempre”, mas ele já sabia também, né? “Vamos lá conhecer ela”. Tivemos uma conversa com ela, ao final dessa conversa ele fez o convite, o chamamento, né? “O que a senhora acha? Aqui vocês tem todos os elementos necessários para vocês, solicitarem da Fundação Cultural Palmares o reconhecimento de vocês como comunidade remanescente de Quilombo. O que a senhora acha Dona Juscelina?” não entendia nada disso, né? Nem ela e nem eu, nem nós. Sabia o que era quilombo porque estudava na escola. Aí ele “Vamo, a senhora aceita?” “aceito!” “o que você acha?” “aceito!” “então tá bom, vamos fazer. Vamos trabalhar nesse sentido”. “E qual o nome da comunidade?” seu Luiz perguntou, aí eu falei “seu Luiz, eu acho que nada mais justo o nome ser Dona Juscelina. Porque ela que está - eu sei que as pessoas têm o costume de dar ao nome depois que a pessoa morre, mas eu acho que em vida é ela quem trouxe isso pra cá. Foi ela que enfrentou as desaprovações no tempo inicial dessa festa”. Aí ficou, “a comunidade se chamará Comunidade Quilombola Dona Juscelina”, mas isso aí foi o que nós conversamos os três, entendeu? Precisava socializar isso com a comunidade. (BORGES, M. F. Maio, 2022).

Nessa conversa entre o coordenador, Manoel Filho e Dona Juscelina, foi instruído que eles fizessem reuniões com os membros da comunidade, com a missão de levar a proposta para todos, para que fosse referendada junto à Fundação Palmares. O “chamamento”, como bem colocou o atual presidente da associação, ecoou e clamou pelos remanescentes, de modo que a grande maioria concordou em protocolar o pedido:

> Então, em 2006, durante o ano a gente faz várias reuniões e chamamentos - interessante quando fala “chamamentos”, porque esse chamamento é chamando as pessoas para vir fazer a se cadastrar na comunidade. Mas já naquele tempo tinha um cuidado de chamar aquelas pessoas, porque não é Muricilândia que é um quilombo, é em Muricilândia tem um quilombo, né? E aí nem todos queriam - a Rosa Mirtes, por exemplo, ela é uma das Griô, uma das zelosa pela tradição de Dona Juscelina. Mas no momento do convite, ela não aceitou. Quando a gente fez o convite inicial, ela não aceitou. Porque já receosos, né? De todos os sofrimentos do passado de que isso viesse acontecer de novo, ela disse “não, eu não vou. ***Eu não aceito porque isso é o Governo querendo trazer a escravidão de volta***”, né? Então já estava todo mundo ressabiado. (BORGES, M. F. Maio, 2022, grifo nosso).

A desconfiança que pairava sobre os mais velhos da comunidade remete, principalmente, a uma associação figurativa de que os territórios quilombolas sempre foram alvos de confrontos violentos com proprietários de escravos e o governo vigente, que os via como ameaça à ordem social. A escrita da história dos quilombolas no Brasil sempre esteve associada a essa marca maior. O que a Constituição Federal de 1988 representa é a possibilidade de construir uma nova releitura para esses povos, enfocando a promoção do reconhecimento das comunidades quilombolas como patrimônio cultural brasileiro na luta pela preservação de seus territórios de origem.

Manoel Filho também afirmou que a Griô Rosa Mirtes, após muita conversa com a matriarca da comunidade para acalmar e esclarecer de fato quais os interesses em levar adiante o protocolo de certificação do território, acabou aceitando estar representada nesse cadastro coletivo: “[...] mas aí depois ela aceita e se torna uma grande Griô que a comunidade tem. Muito próxima de Dona Juscelina e das rezas, né? No aspecto religioso que ela desenvolve na comunidade”.

Rosa Mirtes foi só um exemplo de destaque de como o trabalho foi conduzido para a promoção do reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo. Essa foi uma atividade que buscou cadastrar e organizar os documentos necessários para o reconhecimento da certificação da Comunidade Dona Juscelina, que teve início em 2006 e só foi protocolada em 2009:

> Sobre a autoidentificação. Porque quando falava de “nego”, nenhum negro queria ser negro, porque já estava tão estigmatizado com o preconceito, né? Que caçava todo jeito de fugir. Mas aí vai aquele trabalho e vamos – olha lá em 2006 e conseguimos só em 2009! E teve um Fórum Cultural em Palmas, aí a comunidade foi convidada para ir durante esse fórum fazer a apresentação para todos e dali já protocolar uma cópia da solicitação na Secretaria de Cidadania e Justiça, eu fui pra apresentar essa necessidade nossa pro fórum, de lá já foi Francisco que é o Chico, irmão da Elaine e de lá ele já seguiu pra Brasília levando a documentação. Isso em junho, quando é em outubro a comunidade já recebe a certificação como comunidade remanescente de quilombo, né? (BORGES, M. F. Maio, 2022).

A Associação da Comunidade Dona Juscelina é oficializada logo após o processo de certificação do território, em setembro de 2010. Foi registrada como pessoa jurídica, para possibilitar acessos e meios de reivindicação por demandas de políticas públicas, na forma de entidade, para reconhecimento legal do território. O marco jurídico possibilita

reconhecer traços históricos de tradição que percorrem e situam o povo quilombola muricilandense, desde a movimentação inicial à consolidação do território dos romeiros em busca das Bandeiras Verdes.

Em Paranã, as Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino remontam ao período histórico do Ciclo do Ouro, entre 1700 e 1800. Elas se consolidaram em terras doadas, informalmente, por senhores de engenho aos seus escravos. Posteriormente, foram incorporando outras famílias negras, que chegaram à região através de fluxos migratórios em busca de liberdade e calmaria às margens de terras férteis e abundantes, fugindo da zona conflituosa dos garimpos.

O material organizado, produzido e publicizado em 2019 pelo PNCSA busca evidenciar as lutas partilhadas por essas comunidades. Esse projeto considera que a produção de uma cartografia social, provida por esses próprios sujeitos, incorpora um importante instrumento político de reivindicação, de permanência e de autorreconhecimento enquanto pertencentes a esse território. Desse modo, tomar conhecimento desse material, assim como das narrativas e memórias descritas pelos sujeitos deste estudo, também agrega relevantes elementos da produção de existências e resistências desses povos.

Essas famílias viveram em paz, às margens dos afluentes do rio Paranã por mais de dois séculos. A partir da década de 1950, começaram a ser atacadas por grileiros na região. Esse conflito se intensifica, tendo roças e casas incendiadas, com ameaças constantes às lideranças das comunidades por pistoleiros contratados. Por mais de cinco décadas, esse povo buscou maneiras de se organizar e resistir em seu território:

> Olha esse povo não está aqui por ser muito novo não, eu não sei bem a época, mas só pela idade que minha avó morreu, ela morreu com 103 anos, meu pai morreu com 88 anos. Aí você vai pegando a base, porque eles estão aqui muito antigo, ele me disse para pegar uma base, que eles fugiram das Palmares. A família da minha mãe fugiu das Palmares, do lado do Maranhão. Do maranhão que vieram para aqui, eles foram um povo escravizado, que eles tinham medo de voltar pra escravidão. (SANTOS *apud* GONÇALVES *et al*., 2019, p. 4).

Quando o fluxo de histórias dessas famílias se intercruza, linhas genealógicas confirmam a presença no território como superior a 210 anos. Também validam que elas encontraram na região possibilidades de cultivar suas roças de toco, além de criação de gado, fazendo suas festas tradicionais e construindo um conjunto de saberes e fazeres

quilombolas conectados com uma realidade socioambiental local. No entanto, o período de paz foi interrompido. Atualmente, os quilombolas da região narram a violência histórica praticada pelos grileiros:

> Nasci aqui mesmo no sertão, aqui no Tocantins. Meus avôs moravam aí na beira do rio. Minhas roças era lá onde eu vivia, de uma fazenda para outra, e aí não dava certo, aí quando eu vim pra beira da Caraíba, tinha chácara boa, casas grandes. Já está dentro de uns cincos anos que eles vem batucando comigo. Eles foram lá com armas, com foices, desse jeito, chegaram e mandou desocupar, eu falei que não, que eu não estava desagasalhado, eu estava agasalhado. “Há você tem que sai, ajunte seus trens, que eu vou botar você lá para o cerrado”. Eu falei não, aí eu fiquei moendo, até no que resultou, queimou minhas casas tudo. Moravam perto e queimou tudo, ariou, canavial, bananal, mandiocal, que todo tempo tinha farinha, acabou tudo. Arroz que eu colhi, não provei nem nada, que estava muntuado, empilhado. eles iam enterrar nós com a mulher e com os filhos lá debaixo daquele pé de jatobá, e está lá o pé de jatobá quem quiser ver. O pessoal saiu e eles queimaram a casa, saiu, de qualquer jeito. Foi um bando, eles eram uns três. Armado e com a foice, foice com o cabo. Quero voltar para a terra, pra lá, para o mesmo lugar quero voltar é pra lá, toda vida e lá, que eu num tenho outro lugar. Eu tenho que sentar e lá, eles me rancou do local que eu estava, minha casa boa, sede boa, eles me rancou do local que eu estava. As taperas estão lá, quem quiser ver aí na beira da Caraíba, eu sempre gosto de ter minha chacarazinha no terreiro da porta, pra mim lidar, acabou tudo. (GOMES *apud* GONÇALVES *et al*., 2019, p. 5-6).

Há longas décadas estão sob ameaças e violências que desencadeiam um processo de desenraizamento estrutural. Para continuarem resistentes na luta em prol da permanência e da titulação de suas terras, os quilombolas se mobilizaram e articularam a associação conjunta das Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino, a Asquiccapo, em março de 2015. O historiador Eonilson comentou sobre a dificuldade que os mais velhos enfrentam em ter que liderar esse movimento:

> Eu acho que é um processo de desenraizamento que a população sofreu e está sofrendo. Que você precisa pegar um velho igual o Prudêncio que tem 72 anos, com uma saúde fragilizada e que está ali na linha de frente. Renil agora com problema de glaucoma e ficou cego de um olho, e está ali na linha de frente. Por quê? Porque as pessoas acham que o bom é o agronegócio, que você tem que plantar soja! E não há uma intervenção nesse sentido, mobilizar os mais jovens da comunidade. (LIMA, E. A. de. Junho, 2023).

Buscando atender a essa urgência em auxiliar os mais velhos na articulação organizacional da associação conjunta das comunidades, Juvenil e sua prima Dinalva Pereira Godinho, que estiveram à frente da presidência desde que Renil Alves dos Santos precisou deixar a vigência de seu mandato para tratar de um glaucoma severo, entendem

a importância de os jovens reivindicarem esse papel de liderança. Sobre isso, Juvenil disse:

> Os jovens praticamente estão muito desinteressados, e quando pensamos em assumir a direção da Associação foi pra justamente poder mobilizar os demais pra poder ter mais interesse sobre a preservação da comunidade e entender o que é e a importância do território quilombola. Então por isso a importância de certificar os limites do nosso território, porque a partir do momento que a gente consegue titularizar nossos limites aí conseguimos traçar planos pra até a promoção de uma educação quilombola. A criança pergunta "aonde é quilombola?" – porque sabemos que o Povoado de Campo Alegre não faz parte do nosso território quilombola, mas temos muitos dos nossos povos presentes lá. E assim, começar desde cedo reafirmando nossa identidade. (GODINHO, J. M. Abril, 2022).

Para além de reivindicar liderança política nas comunidades, Eonilson abordou a importância de romper com a consolidada historiografia dominante, para um protagonismo de luta e de visibilidade na trajetória histórica desses sujeitos:

> A Associação teve alguns avanços, mas eu vejo uma desarticulação. Um individualismo, "eu quero o meu aqui" "eu quero passar a perna no outro". Eu não via isso quando eu era criança. Mas vamos seguindo né, eu acho que essa sua pesquisa e outras que virão vai dando vida, corpo pra compreender a questão do território para os quilombolas no Paranã. Então as pessoas precisam começar a se ver, nas universidades, na historiografia. Porque chega dessa bost** de historiografia dominante! (LIMA, E. A. de. Junho, 2023).

Manifestar a ancestralidade por meio dos festejos culturais e religiosos, protagonizadas por essas comunidades, é algo que reforça um forte senso de patrimônio cultural, pois assim se organizam para preservar suas tradições, costumes e modo de vida. O respeito pela tradição das rezas e das manifestações que valorizam e evidenciam a trajetória ancestral da comunidade compõe parte essencial dessa luta em prol de reconhecimento e preservação.

De Padim Ciço a São Sebastião e de norte a sul do Tocantins contemporâneo, percebemos que essas festividades promovem uma fé que movimenta uma luta significativa por reconhecimento e respeito a essas comunidades. Em Muricilândia, a calmaria das margens do rio Muricizal, que destoava da movimentação habitual da zona de garimpo à qual Dona Juscelina estava habituada, contribuiu para que a matriarca se sentisse convencida a pôr em prática todo o arcabouço cultural que trazia com ela.

Já nas comunidades que margeiam o rio Paranã, que tiveram sua paz interrompida pela ação dos grileiros, elas se apegam às festividades de reza do Divino Espírito Santo, de São Sebastião e de São João Batista. Essa coletividade é manifestada em ritos de folias e com danças coordenadas pelo ritmo tradicional dos batuques.

Fotografia 38 – Negras mariamas dançam durante o encerramento do 49º Festejo de Abolição, Quilombo Dona Juscelina

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

Fotografia 39 – Foliões e o alfere em cortejo à bandeira, no Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora de Abadia, Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

Para Beatriz Nascimento (2018, p. 37), tais marcas históricas experienciam uma trajetória tendo o corpo como centro. Essas pessoas negras construíram, em todo o continente, culturas ricas e diversas, com elementos africanos ressignificados e reconstruídos a partir do que vivenciaram e partilharam como saberes ancestrais. Para a autora, é nesse sentido que o corpo ganha uma primazia na experiência negra, em que, no lugar de inscrição de dores, o prazer toma frente: “Não é à toa que a dança para o negro é um momento de libertação”.

Buscando fugir do estigma de que a terra de quilombo é um reduto que remete à escravidão, a autora reafirma:

> O Quilombo hoje é uma metáfora, um verbo, um imperativo, uma tradição. Uma forma de estar no mundo pautada na junção de saberes do corpo, do intelecto e da alma. O quilombo hoje habita em nós. Não como um território externo a ser alcançado, como no período da escravidão, mas como uma episteme negra, elaborada a partir do acúmulo de experimentações passadas que construíram

> um repertório de resistência, tradições, valores sociais, culturais e políticos. Dentro de cada aquilombado está o imperativo de reinterpretar a tradição e segui-la. (NASCIMENTO, 2018, p. 37-38).

Seja pelos relatos orais, seja acompanhando a semiótica do espaço dos festejos nas comunidades quilombolas consultadas, presenciamos essa episteme negra, proposta pela autora como um repertório vasto que reinterpreta a cada ano episódios festivos de tradição. Isso nos possibilitou compreender como, de maneira sensível, essas populações preservam coletivamente sua identidade e reivindicam esse espaço ancestral, o qual, durante tanto tempo, foi suprimido e invisibilizado pela colonialidade.

Em Muricilândia, esse repertório começou a ser reinterpretado e construído coletivamente a partir da migração da matriarca Dona Juscelina, que partiu de Cristalândia e chegou em Murici da Velha em 1962:

> E aí ela se apaixonou pela calmaria. Volta para Cristalândia e convence a família a se mudar para cá e chegando aqui ela começa a colocar em prática toda a sua cultura, todo o seu arcabouço cultural que ela trazia com ela, que são as festividades religiosas, né? A Folia de Reis Maranhense – que é totalmente diferente da Folia de Reis Mineira. O Festejo do Divino Espírito Santo e do Divino Pai Eterno. As penitências, mas com um novo jeito de fazer penitência, onde também envolvia o Lindô[78], onde envolvia outras práticas, né? E o Festejo da Abolição, que era herança que ela recebeu do tio lá no estado do Maranhão. Ela começa a colocar em prática. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Dona Juscelina estabeleceu morada em 1962 e, após 1968, passou a partilhar do conhecimento e da vivência que havia adquirido no Maranhão. Ela compartilhou sobre isso com Izarete da Silva de Oliveira (2018, p. 37), em seu trabalho dissertativo: “eu passei praqui, eu entrei e fazia minha festinha do 13 de maio! As vez com cem pessoas. Em 68 eu fiz a primeira festa! Preparei a princesa Isabel, foi no andor! (exalta a voz). Aí já deu trezentas pessoas, o que me deu muita força!”.

Seu Dadá indicou, em seu relato, sobre os “assuntos de quilombola”. Referenciou Dona Juscelina como romeira, parteira e doutora das ervas, que, aos poucos, foi conquistando adeptos, despertando curiosidade de uns e receio de outros:

---

[78] Lindô, no extremo norte do Tocantins, é reconhecido como uma dança tradicional do leste e do sul do Maranhão. Com as fronteiras migratórias, passou a ser praticado em solo tocantinense. Partilha semelhanças com a Suça, uma dança presente nas regiões central e sudeste do Tocantins. Os grupos que se manifestam no festejo do Divino Espírito Santo, por meio de dança, geralmente são liderados por mulheres com saias rodadas, que acompanham o som dos batuques, em performances ritmadas com o movimento do corpo.

> E ela contou essa história do dia treze de maio de escravidão. Aí aquele povo mais velho disse “ah mas Juscelina, já que a senhora sabe a história de escravidão, vamos brincar. A senhora sabe da história da escravidão do Maranhão, então vamos brincar. A senhora faz a brincadeira e nós lhe acompanha.” Quando ela formou a brincadeira, no dia 13 de maio de 68, o povo começou a chamar ela de doida, de feiticeira. “Aquela veia não sabe de nada não! Ó o que ela tá praticando! Negócio de escravidão, onde é que teve isso? No mundo onde é que teve isso?” Desacreditavam na conversa dela. (SILVA, C. V. da. Maio, 2022).

Sobre o poder da força feminina, tendo à frente uma matriarca na liderança de sua comunidade, Ludmila comentou sobre como Dona Juscelina revolucionou os costumes de reza praticados em Murici antes da sua chegada:

> Então, assim, Dona Juscelina é a precursora do sentimento de identidade, de ancestralidade do povo que aqui residia. Porque era um povo muito medroso, né? Porque vinha de um processo de opressão doloroso, que é o da escravização e de muita opressão. Então Dona Juscelina mostra que juntos eles podem fazer o que eles quiserem, principalmente se reconhecerem como eles realmente são, né? Negros, descendentes de povos africanos que foram escravizados, mas que podiam resistir, né? Podiam cantar a Liberdade. Podiam alçar novos voos e permanecer a sonhar por dias melhores. Então ela foi revolucionária nesse contexto, né? E assim nasce uma grande força matriarcal. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Segundo informações prestadas por Manoel Filho, ele confirmou o início da festividade do 13 de Maio no ano de 1968. Ele era ainda muito jovem, com apenas quatro anos de idade, mas lembra de acompanhar seus pais na organização e na culminância do evento, que começava a ser praticado por Dona Juscelina. Após quase três décadas, em 1997, a continuidade da festa foi interrompida. A própria matriarca relatou a ele dois motivos que a levaram a não dar continuidade ao festejo:

> E ela me relatou dois motivos, o primeiro que a irmã dela, Maria dos Anjos, que já estava aqui até antes da Dona Juscelina, ela foi embora, então era o braço direito dela, né? E deixou de ter. O segundo motivo é que as pessoas não tiveram mais interesse pela festa, né? E naquele momento a gente fica pensando “mas por quê?”, e depois eu pensando, acho que pode ter sido por novos eventos que foram chegando com a comunidade, não é? E talvez se tornaram mais atrativos, não é? Então por isso ela me relatou esses dois motivos.

O ano era 2001 e Manoel Filho estava à frente da Secretaria de Educação do município de Muricilândia. Quando questionou Dona Juscelina sobre os motivos que a

levaram a interromper as festividades, ele ofereceu apoio, para que o evento fosse retomado. A matriarca aceitou. Assim, os Griôs, que naquele momento ainda não estavam organizados enquanto conselho, ajudaram a rememorar e remontar às práticas do Festejo de Abolição.

O chamamento feito na comunidade para a construção coletiva do estatuto da associação deliberou também pela criação de um Conselho de Griôs. Atualmente, esse conselho conta com seis membros[79], sendo eles portadores das memórias dos ancestrais da comunidade e responsáveis por esse diálogo geracional com os mais jovens. Partem, assim, da "preservação dos saberes tradicionais, os quais são passados no cotidiano da comunidade por meio da oralidade, da música, da escrita, da arte como um todo, das romarias, do artesanato com palha do coco babaçu e do conhecimento do percurso do rio Muricizal" (OLIVEIRA, 2018, p. 160).

O termo "Griô" remete aos mais velhos da comunidade. Sobre isso, Ludmila comentou:

> O termo "griôs" ele é muito bem aceito na comunidade, né? As pessoas falam "griôs" com facilidade, e tem variações linguísticas também, que seu Dadá, por exemplo, fala "Criô", né? Então assim, tem variações que tratam do mesmo termo e com muita aceitabilidade. Coisa que em outras comunidades a gente fala "griô" e as pessoas "o que é?" Que são os nossos anciãos, que são os nossos mais velhos que contam nossas histórias. Então a criação do Conselho de Griôs auxiliou bastante nesse processo de aceitabilidade desse termo, né? E colocá-los em um espaço de liderança também fez com que essa aceitação fosse mais firme. E o encontro, né? Que é uma proposta do Conselho de Griôs, né? Um modo deles enquanto contadores de história, repassarem os seus conhecimentos para os mais jovens. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

A procura por cada um dos mais velhos, que seriam convidados para compor inicialmente o conselho, foi pensada levando em consideração a busca por representatividade das famílias mais antigas e que ainda residem no território quilombola de Muricilândia. Seu Dadá, nos seus 12 anos completos como conselheiro, entende que "nós já era Griô, a coisa só tomou nome. Nós trabalhava, mas sem saber o que nós era e o que significava o conselho". Com a criação do conselho, o termo e a aceitabilidade

[79] Após os falecimentos de Dona Vitória, Dona Cícera, Seu Carlindo e Dona Juscelina – que presidia a formação do Conselho original, no ano de 2022 duas novas Griôs foram incorporadas ao conselho. Os seis membros são: Seu Geraldo, Seu dos Santos, Seu Dadá, Dona Rosa Mirtes, Dona Lena e Dona Eurânia.

na comunidade foram gradualmente incorporados na realização do Encontro de Griôs, que sempre precede o Festejo de Abolição:

> E o encontro, né? Que é uma proposta do Conselho de Griôs, né? Um modo deles enquanto contadores de história repassarem os seus conhecimentos para os mais jovens. Ele vem acontecendo com essa finalidade principalmente de que os nossos jovens - sendo eles acadêmicos, secundaristas, do ensino fundamental da educação básica, que recebe todas as idades e também adultos, eles conheçam mais da sua história tanto contada como na prática, né? Que nesse ano, o tema foi a culinária. Nos anos anteriores nós tivemos o manejo das plantas medicinais, né? Fazer o chá, como fazer um unguento, então tudo isso para que os jovens aprendam isso, né?

Ludmila enfatizou a importância do Encontro de Griôs para a juventude quilombola de Muricilândia:

> O encontro de Griôs é para que a juventude tenha acesso e aprenda as práticas ancestrais e para que assim, quando for chegado o grande dia dos nossos mais velhos retornar ao nosso território ancestral, essa juventude conheça realmente suas raízes, saibam trabalhar com a terra, como sempre trabalhamos em nossa história. Então assim, esse encontro acontece há várias edições com esse propósito, da juventude juntamente com os griôs se engajarem nesse espaço em busca de forte preservação da memória, né? É voltado então para isso, para que seja contada a história do nosso rio, a história do nosso território, das nossas lendas e de tudo que compõem o nosso universo cultural, né? Que é tão extenso, tão vasto. E isso tem gerado muitos bons resultados à comunidade. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

O Festejo de Abolição, com o apoio de toda a comunidade e com a liderança da matriarca Dona Juscelina, foi retomado em 2001, vindo a se tornar um dos grandes marcos que rememoram, com muita alegria, o fim da escravidão. Essa festividade é comemorada ao longo de três dias, em referência a quando o tio da matriarca recebeu a notícia da assinatura da Lei Áurea:

> quando foi declarado o telegrama, é o cumeço. Então ele foi, aí chegou um homem. Claro Preto! - Hã! – Lá na estação tem um telegrama pra você! Foi lá. Então a Princesa Izabel era filha do Dom Pedro II. Aí o certo, que ela vai e fala: Claro Preto... o telegrama: Claro Preto apesar que tô lhe dando a primeira notícia da felicidade! Eu já reunir com meus oito cumpanheiros, meu pai saiu pra guerra e nós vamos trabaiar pra acabar com a escravidão no Brasil. E Claro ficou muito alegre, naquele tempo não havia fuguete, não havia nada. Era umas ronqueiras, de ferro, eu mermo ainda vi [...] é 13 de Maio! É o sufrimento, eu festejo é o sufrimento dos negros! Eu sou uma neta de uma cativa, num conheci, graças a Deus! Mas, minha vó era cativa! Foi cativa! [Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 02 de dezembro de 2016]. (OLIVEIRA, 2018, p. 149).

A notícia da abolição comemorada por seus familiares, em um momento marcado por três dias de festas, foi traduzida a partir de memórias desse seu passado, em um festejo que já atravessa quatro décadas. A estrutura do evento, que já passou por algumas pequenas adaptações, hoje segue as seguintes etapas[80], das quais nos dedicaremos brevemente a discorrer:

1) Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola;
2) Alvorada do Quilombo: anunciação da Abolição!
3) Culto Ecumênico;
4) Teatro da Abolição: instrumento de luta e identidade da Comunidade Quilombola Dona Juscelina;
5) Cortejo da Liberdade/Rebolado – a senzala em festa!

A primeira etapa do festejo, o Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola, foi incorporada nos últimos anos do evento, que, em 2022, estava na sua VIII edição. O espaço passou a ser dedicado a palestras, com participação de alunos secundaristas, professores e comunidade em geral. A partir das políticas públicas de acesso e permanência de alunos quilombolas nas universidades federais[81], foi possível que, durante esse momento do evento, trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos próprios quilombolas da comunidade, ou em parceria com universidades, pudessem ser postos em diálogo e apresentados a toda a comunidade. Nessa oitava edição, o projeto PNCSA Cartografia Social do Quilombo Dona Juscelina foi apresentado à comunidade, logo ao final das palestras:

---

[80] Essa reflexão, além da participação e da pesquisa durante a fase de campo, tornou-se possível devido ao material dissertativo de Izarete da Silva de Oliveira (2018), que resultou em uma análise da Festa do 13 de Maio no Quilombo Dona Juscelina, partindo de uma semiótica descritiva do espaço do evento.

[81] A Lei Federal n. 12.711 tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos ou indígenas, alunos oriundos de escolas públicas e de baixa renda nas instituições federais. Por isso, a classificação pode ser correspondida a: social, por aqueles que cursaram integralmente seu ensino fundamental em escola pública, ou racial, para os que se declararem pretos ou pardos, ambos de renda inferior ou superior a 1,5 salário-mínimo. Além disso, a partir de 2013, a UFT passou a destinar 5% das vagas de todos os cursos de graduação a remanescentes quilombolas. Para mais informações, conferir Sousa (2015, p. 94).

Fotografias 40 e 41 – VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola, Muricilândia/TO

Fonte: Ana Cecília Mendonça, acervo pessoal da Comunidade Dona Juscelina, 2022.

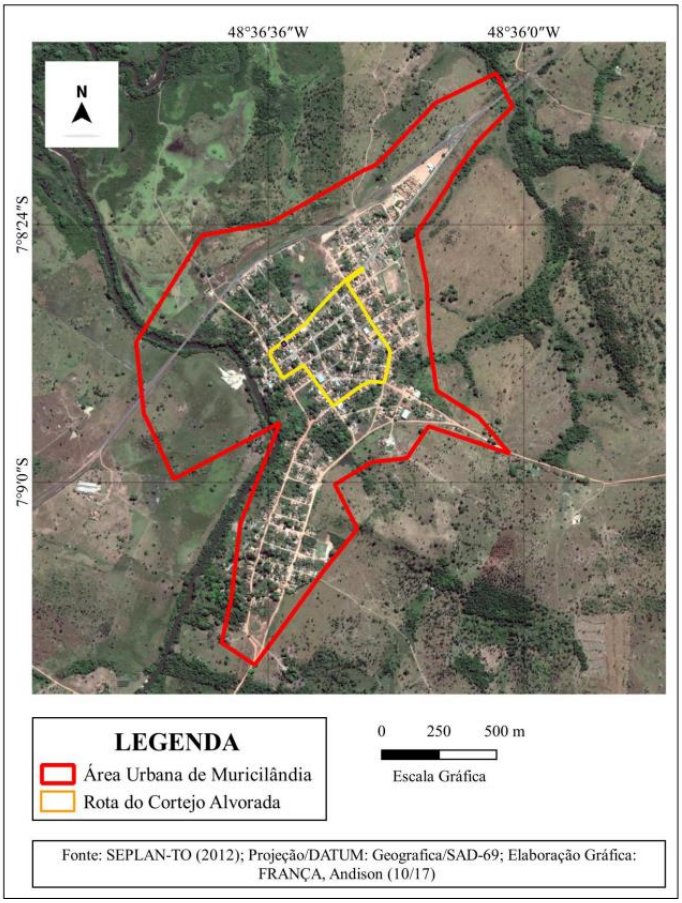
Atrações culturais e em parcerias com a prefeitura, habitualmente, ocorrem nessa primeira tarde do evento, dando início às primeiras ações do festejo. Já na madrugada do 13 de Maio, às quatro da manhã, a comunidade é acordada ao som de rojões e pelas batidas dos tambores, anunciando o início da Alvorada da Abolição no quilombo. O grupo do cortejo segue percurso, que passa por todo o território muricilandense. Janelas e portas se abrem, para acompanhar o movimento das saias, dançando ao som dos batuques que anunciam o fim da abolição. A seguir, apresentamos o cântico “Baião das Comunidades”, um dos que são reproduzidos pelo grupo do cortejo durante o trajeto da Alvorada:

[Refrão]
Somos gente nova vivendo a união,
Somos povos semente de uma nova nação, ê, ê
Somos gente nova vivendo o amor,
Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê
Vou convidar os meus irmãos
Trabalhadores, Operários, lavradores, biscateiros e outros mais,
E juntos vamos celebrar a confiança
Nessa luta de esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê
[Refrão]
Convido os negros, irmãos no sangue, na sina
Seu gingado nos ensina a dança da redenção,
De braços dados, no terreiro da irmandade
Vamos sambar de verdade enquanto chega à razão, ê, ê
[Refrão]
Vou convidar a criançada e a juventude

Tocadores, me ajudem, vamos cantar por aí
O nosso canto vai encher todo o país:
Velho vai cantar feliz, quem chorou vai ter que rir, ê, ê.
(OLIVEIRA, SILVA & COSTA., 2020, p. 203).

O percurso da alvorada se estende por todo o perímetro urbano de Muricilândia, despertando a comunidade para as próximas etapas da comemoração. Ao término da caminhada, que se encerra no Memorial Dona Juscelina, a antiga morada da matriarca, quem acompanha o cortejo é recebido com café da manhã. Assim, passam a ser celebrados os próximos passos do evento. A seguir, o mapa apresenta o percurso do cortejo da Alvorada da Abolição:

Mapa 9 – Área urbana de Muricilândia e rota do cortejo da Alvorada de Abolição



Fonte: Oliveira (2018, p. 151).

O Culto Ecumênico é a terceira etapa do festejo. Na tarde de 13 de maio, é celebrada uma missa, seguida de culto, com a presença da comunidade e do Conselho de Griô. Encerrada a celebração, o cenário para o Teatro da Abolição começa a tomar forma.

O cenário para o teatro, a céu aberto, é montado ao lado da antiga casa da matriarca. Os atores são previamente definidos, sendo eles: Princesa Isabel, membros da família real, capataz, senhor de engenho e negros escravizados – geralmente jovens e crianças da comunidade, que têm o corpo pintado de carvão e óleo de coco babaçu. Juntos, encenam essa manifestação cultural singular da comunidade.

Fotografias 42 e 43 – Pintura corporal de carvão e óleo de coco babaçu, para os participantes do Teatro da Abolição, Muricilândia-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

O ato de pintar o corpo, para o Teatro da Abolição, surgiu com os primeiros festejos praticados na comunidade. Essa missão foi passada para a matriarca pelo seu tio. O ritual foi adotado e é, até hoje, respeitado nos festejos. Para os que participam do evento, pintar o corpo negro com uma tintura caseira enegrecida, além de fazer parte da encenação, em que todos adoram participar, também busca representar o negro antes da miscigenação. Essa manifestação realça as raízes africanas, antes da exploração europeia.

Fotografia 44 – Criança com peneira de palha de coco babaçu durante Teatro da Abolição

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

Os jovens e as crianças que aderem à pintura corporal. Logo após a encenação, que culmina no cortejo do Rebolado, todos correm para o rio Murici, para terminar a brincadeira e lavar o que resta do Teatro da Abolição.

Fotografias 45 e 46 – Banho no rio Murici após o cortejo do Rebolado

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

O cenário é incorporado à trama do teatro a céu aberto. Em formato de círculo, o espaço onde ocorre a encenação da abolição fica composto por objetos feitos de palha de coco de babaçu, como: esteiras, abanos, cofos, utensílios domésticos que ainda são utilizados por eles, tais como cabaças, peneiras de palha e potes de barro.

O roteiro do teatro busca sensibilizar os espectadores presentes. Na trama, uma família escravizada enfrenta um capataz, que responde com bastante violência, chamando a atenção de Princesa Isabel, que intervém:

> Patrão: Esse nego tá me desobedecendo, não quer trabaiá! (Num tom de superioridade que mesmo diante da princesa não se porta como um súdito!)
> Princesa: O negro é gente como o Outro! (Em tom impositivo e alto responde ao capataz).
> Patrão: Eu não quero saber, vai cuidar dos seus afazeres, que desses negos quem cuida sou eu! (Neste instante o capataz impõe com mais força ainda mais chibatadas no escravo que já desfalece de tanto apanhar).
> Princesa: Chega de tanto sofrimento! O negro é gente como outro! Eu Princesa Izabel declaro extinto a escravidão no Brasil! A partir de hoje vocês estão livres!

> Princesa: Podem festejar! Liberdade a vocês. (OLIVEIRA, SILVA & COSTA., 2020, p. 214).

Anunciada a liberdade, a senzala entra em festa! O ritmo dos batuques e o cortejo do Rebolado tomam forma:

Fotografia 47 – Ludmila, como rainha do Teatro da Abolição, dançando em comemoração à liberdade anunciada, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio de 2022.

O Cortejo da Liberdade, ou, como eles chamam, o cortejo de “Rebolado” é o ápice do festejo. É quando encerram a programação e percorrem praticamente o mesmo trajeto da Alvorada da Abolição. Nesse momento, o cortejo é mais encorpado do que na madrugada de anunciação. Todos os figurantes do teatro, incluindo a banda de percussão, além do cortejo mirim e dos demais membros da comunidade, em um só coro, festejam, agora como cidadãos livres.

> Quando no dia 13 de maio
> Preto não é malacaio Preto não tem mais senhor
> Desde o dia que a princesa assinou
> A Lei Áurea seguiu a abolição
> Preto teve o direito de ser cidadão
> Hoje o preto pode ser doutor, deputado e senador
> Não há mais preconceito de cor

Parará, parará, parará, parará, parará, parará, parará, parará,
Às quatro horas da tarde a rainha assinou
Na casa do presidente
Na sala do promotor
Oh, de manhã Oh de manhã Oh de manhã,
Às quatro horas da tarde a rainha assinou
Na casa do presidente
Na sala do promotor Oh, de manhã Oh de manhã
Oh de manhã.
((OLIVEIRA, SILVA & COSTA., 2020, p. 203).

Fotografia 48 – Cortejo da Liberdade ou Rebolado, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, maio de 2022.

Nessa comunidade quilombola, a princesa é tida como redentora, do ponto de vista da matriarca Dona Juscelina. A referência se dá pelos relatos que seus ancestrais viveram do período de cativos. Conseguir a liberdade era um desejo de todos e uma luta constante. Nas narrativas da matriarca, é recorrente que a notícia da abolição da escravidão veio por meio de um telegrama, entregue ao seu tio Claro Preto do Saco, fato que festejaram por três dias, originando o Festejo da Abolição, presente até os dias atuais (OLIVEIRA, SILVA & COSTA., 2020, p. 218).

Fotografia 49 – Cortejo da Liberdade ou Rebolado, por outro ângulo, Comunidade Dona Juscelina, Muricilândia-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, maio de 2022.

O primeiro festejo sem a presença física de Dona Juscelina sensibilizou muito seus participantes. Ao longo de todo o evento, buscaram maneiras de homenageá-la, assim como o tema do 49º Festejo de Abolição, que foi “Força Matriarcal Quilombola: Ancestralidade e Memória”. Essa também representou uma maneira de honrar o legado alimentado por ela, ao longo de todas essas últimas décadas.

Sobre essa continuidade dos ritos, Ludmila comentou:

> Ela dizia que essa história dela, essa mesma história que eu estou lhe contando aqui há mais de uma hora, não pode ter fim, né? E é por isso que a gente permanece na luta e trabalha pra todos os anos fazermos melhor. Tanto o Festejo da Abolição, quanto todas as outras atividades da comunidade. As rezas que ela fazia não parou. Continuamos a fazer né? Cantando os benditos, rezando os terços, cantando o Divino Espírito Santo, louvando o Divino Santos Reis. Então, assim é, continuamos fazendo o que ela sempre nos ensinou né? E assim a gente tem esperança de dias melhores. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Seguindo o curso dessa fé do povo preto quilombola, que transborda nas águas da Bacia Araguaia-Tocantins, acompanhamos duas festividades das quais participam as Comunidades Quilombolas do Claro, Prata e Ouro Fino em Paranã, sudeste do Tocantins. Em agosto de 2022, do dia 06 ao dia 15, presenciamos o Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora Abadia, no povoado de Campo Alegre. E, em junho de 2023, do dia 15 ao dia 26, acompanhamos o festejo em honra ao padroeiro São João Batista e ao Divino Espírito Santo.

As comunidades quilombolas em Paranã, contempladas por esta tese, possuem uma historicidade e um território marcados pela forte ação da grilagem e por violência direta do capital. Para além desses conflitos, são comunidades que buscaram diálogo para contrapor o poder público, a fim de evitar a construção de um Parque Estadual e a posterior promoção turística que invisibilizasse as comunidades quilombolas que estão presentes há mais de dois séculos nesse território. As lideranças quilombolas, articuladas e organizadas como associação conjunta, conseguiram a certificação do território em 2012. A maioria desses líderes são pessoas mais velhas, desgastadas pela marca da violência simbólica que o grupo coletivo sofre desde então.

Os mais jovens, devido à falta de perspectiva social em suas comunidades, viram-se forçados a migrar de seu território, em busca de melhores condições de emprego e escolarização. Acessaram cursos de graduação, na esfera pública ou privada, oferecidos somente no município de Paranã, a cerca de 70 km, em Arraias, a 221 km, ou ainda em Palmas, a 431 km. Não foram perceptíveis ações socioculturais que trabalham especificamente a perpetuação da memória, como é possível verificar em contraponto com a promoção do conselho de Griôs em Muricilândia.

Em meio a tantas adversidades, os traços geracionais que envolvem e marcam a tradição do povo quilombola da região de Paranã são os festejos de forte apelo religioso. São traduzidos em folias e celebrações que evidenciam uma fé católica que não permite deixar que essas comunidades percam a esperança de que dias melhores virão e de que a liberdade de seus territórios é possível.

Fotografia 50 – Devoção e fé no Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

As Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino têm, como particularidade, a sua organização territorial, com núcleos familiares distribuídos a uma distância média de 15 a 20 km, por meio de pequenos núcleos comunitários, margeados pelos rios Claro e Prata que desaguam no rio Paranã. Anualmente, nas diversas festividades e folias que ocorrem, os moradores se reúnem e celebram juntos a Folia de Santo Reis, o Festejo de Santo Antônio, de São Sebastião e de Nossa Senhora da Abadia e, em específico, no município de Paranã, o festejo em honra ao padroeiro São João Batista e ao Divino Espírito Santo, fortalecendo, assim, laços de afetividade e tradição.

De acordo com o casal Geraldina e Prudêncio, os preparativos para a realização do giro das folias, nas comunidades e no povoado de Campo Alegre, são realizados e discutidos com antecedência. Isso é feito pelo encarregado, a pessoa responsável pelos preparativos para a realização do giro das folias e pela distribuição das atividades para cada festividade que ocorrerá durante aquele ano. A consulta à comunidade ocorre por meio de reuniões temáticas, que buscam verificar a disponibilidade dos foliões para realizar os giros, além de apontarem quais casas terão interesse em receber os participantes para pousos. Sobre essa disponibilidade, Geraldina comentou: “Agora mesmo, dia 26 de maio, os foliões vai pousar aqui em casa. Os pousos é tudo marcado”.

Durante esse pouso, os foliões aproveitam para se alimentar e descansar. Dormem em redes armadas no quintal do morador, embaixo de árvores. Durante essa parada, a bandeira é recebida pelo morador da casa, sendo colocada na entrada, representando respeito à presença da divindade.

Em geral, há diversas funções na folia, exercidas por cada participante durante o giro de canções e rezas. Estas são evocadas em cada casa ou local que passam, anunciando a chegada do louvor ao santo em referência do festejo. O alferes é responsável por transportar a bandeira e conduzir o grupo no cortejo. O caixeiro lidera os foliões, responsáveis pela musicalidade dos instrumentos tocados durante o giro.

Guia e Mestre-Guia, embalados pelo ritmo conduzido pelo caixeiro, entoam cantos, acompanhados por instrumentos rústicos, como violas, pandeiros e caixa acústica. Cantos sagrados homenageando os santos são entoados como agradecimento e prece. Ao chegarem em cada pouso, são recebidos com muito respeito. A bandeira fica sempre estiada na entrada principal. Sobre os grupos participantes da folia:

> O grupo de foliões é todo do gênero masculino, de forma que as mulheres só participam indiretamente como cozinheiras, acompanhantes dos foliões nos pousos e na festa. Elas ainda ajudam a rezar o terço, mas não participam nos ritos de cantoria e peregrinação do giro. (SILVA, 2006, p. 54).

O Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia, que tivemos a oportunidade de acompanhar de 06 a 15 de agosto 2022, ocorre dessa maneira descrita, com os giros percorrendo as comunidades durante nove dias. Culmina na procissão noturna, que percorre as ruas do povoado de Campo Alegre até a casa do Capitão do Mastro, onde a bandeira é hasteada, em honra aos santos protagonistas da festa:

Fotografias 51 e 52 – Procissão noturna do Festejo de São João Batista e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

No último dia do festejo, as cozinheiras preparam café e almoço para acolher a comunidade, após a missa de encerramento, na única paróquia católica do povoado:

Fotografia 53 – Sede da Igreja Católica no povoado de Campo Alegre-TO

Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa, agosto de 2022.

A comunidade é convidada a escolher, por meio de votação, cada representante que dará prosseguimento à folia no ano seguinte. Logo após a missa de encerramento, é servido o almoço. Na ocasião que participamos, o cardápio foi: galinha caipira, feijão, arroz, carne de porco e outros acompanhamentos. As mulheres desempenham esse papel de fundamental importância. São elas que dão suporte durante os pousos dos giros das folias e contribuem na organização das principais refeições nos dez dias de evento.

Fotografias 54, 55 e 56 – Almoço de encerramento do Festejo de São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia, Campo Alegre-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, agosto de 2022.

A convite da comunidade, conseguimos acompanhar, já na fase final do trabalho de campo deste estudo, o festejo em honra ao padroeiro São João Batista e ao Divino Espírito Santo, dos dias 15 a 26 de junho de 2023. Essa é uma das festividades religiosas mais tradicionais de Paranã, que mobiliza o município e todo o entorno. Foi sua 46ª edição celebrando a fé e a devoção pelas águas dos rios Palma e Paranã.

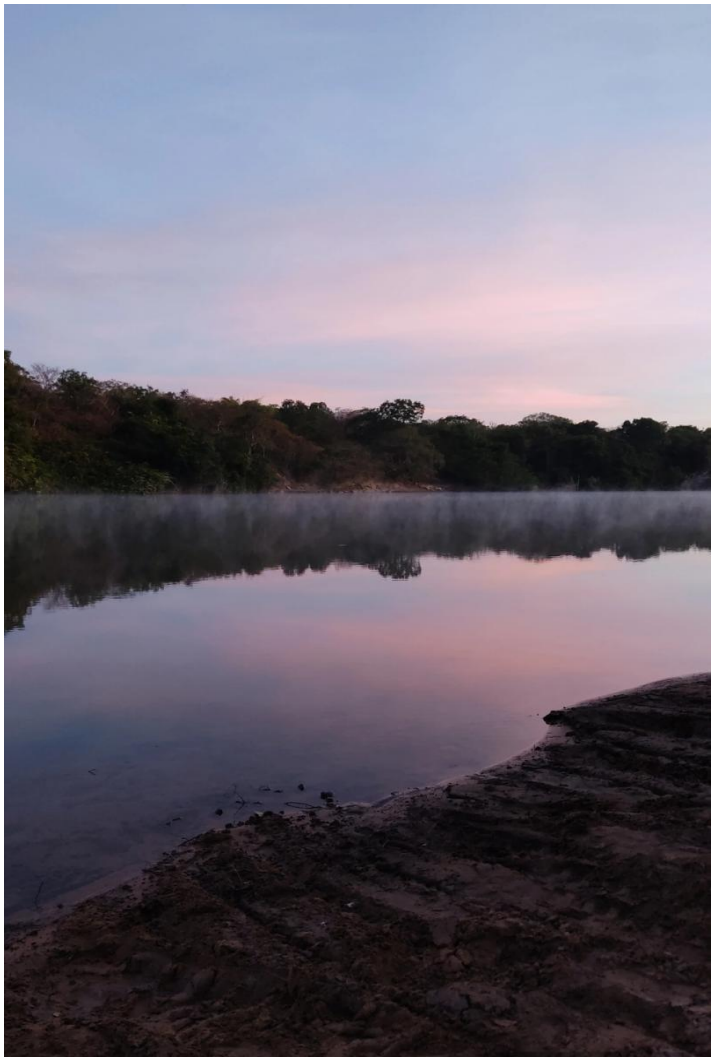
O festejo envolve toda a região e os municípios circunvizinhos, conduzindo folias que giram, levando a mensagem cristã, recebendo donativos e convocando a população para o retorno do cortejo, no último final de semana do evento. Esse momento tem como ápice a realização da procissão fluvial, que percorre 2 km entre os rios Palma e Paranã. No início do festejo, a travessia era realizada por canoas a remo. Hoje, o percurso é feito de modo um pouco mais acelerado, com vários barcos motorizados.

A festividade manifesta coletividade, mobiliza fé entre os participantes e foliões, além de promover a mensagem de respeito a uma tradição herdada. Há décadas, vem sendo mantida a mensagem de devoção pelas águas que margeiam o município, resultando em uma procissão fluvial em honra ao padroeiro do município, São João Batista.

Bem no início da manhã do dia 25 de junho, às margens do rio Palma, os primeiros barcos vão surgindo no horizonte, de forma tímida, um a um. Vão se alinhando, e a equipe de ornamentação dá início aos trabalhos de decorar cada uma das embarcações com balões e faixas das cores que marcam o evento: branco, azul (em referência a São João Batista) e vermelho (em referência ao Divino Espírito Santo).

A prefeitura concede café da manhã e dá o suporte necessário para os barqueiros e a equipe. Eles passam a manhã nos acertos dos detalhes finais da procissão, que encerra mais de dez dias de giros dos foliões que se movimentam em devoção, tradição e fé a uma coletividade que atravessa mais de quatro décadas de existência. A seguir, apresentamos imagens do rio Palma, logo ao amanhecer, e os primeiros barqueiros que foram aparecendo para se preparar para a procissão:

Fotografias 57 e 58 – Rio Palma e barqueiros se aproximando para a procissão fluvial, Paranã-TO



Fonte: Marina Grigorio Barbosa de Sousa [foto à esquerda]; Rafael Petry Trapp [foto à direita], junho de 2023.

Em conversa com os foliões, explicaram que a tradição é herdada de seus ancestrais. Eles fazem questão de repassar os ensinamentos da devoção e do passo a passo de cada etapa, culminando na realização de duas semanas de evento, o qual é mobilizado inteiramente pela comunidade, com apoio da paróquia e da prefeitura do município de Paranã.

Fotografias 59, 60 e 61 – Ornamentação nas embarcações da procissão fluvial, Paranã-TO

Fonte: Marina Grigorio B. de Sousa [primeira foto]; Rafael Petry Trapp [fotos abaixo], junho 2023.

Ao todo, vinte e sete embarcações participaram da procissão, sendo duas delas de apoio midiático e de colaboradores para o evento. A comunidade acompanha os foliões e alferes, que honram as bandeiras de São João Batista e do Divino Espírito Santo, até chegar nas embarcações, de onde partem do porto São Luiz, no rio Palma, até a outra margem, no porto do rio Paranã. O percurso é de cerca de vinte minutos, com extensão média de 2 km.

Fotografia 62 – Procissão fluvial em honra a São João Batista e Divino Espírito Santo, rios Palma e Paranã, Tocantins

Fonte: Rafael Petry Trapp, junho de 2023.

A procissão é realizada em barcos de moradores devotos. Devido ao deslocamento que precisa ser feito até o local do evento, os quilombolas participam mais dos giros dos foliões, que antecedem a procissão nas águas de Palma e Paranã. Também se envolvem em outras etapas de organização do evento, como a esmola geral e a ornamentação, ou no apoio comunitário ao município.

A procissão fluvial teve início no ano de 1977 e se tornou um atrativo turístico, que reúne fiéis e turistas tanto do Tocantins quanto de Goiás e do Distrito Federal. A tradição fluvial, em honra a São João Batista, padroeiro do município, e ao Divino Espírito Santo, é uma parte importante dos festejos em Paranã e no entorno. Além disso, é uma forma de manter viva a cultura, a tradição e a religiosidade da comunidade.

Fotografia 63 – Imagem aérea do percurso da procissão fluvial no encontro das águas do rio Palma e do rio Paranã, Tocantins

Fonte: Prefeitura de Paranã [redes sociais de divulgação], junho de 2023.

A comunidade acompanha a procissão e aguarda pela chegada dos barqueiros às margens do rio Paranã. Lá, preparam-se para o cortejo principal, que finaliza na sede da Igreja de São João Batista, no centro da cidade de Paranã. As missas e o acolhimento do número de foliões, devotos e fiéis que participam das festividades, nesses mais de dez dias de evento, ocorrem em uma tenda montada em área externa à igreja. Assim, podem acomodar melhor um volume maior de pessoas, que a paróquia habitualmente está acostumada a receber.

Fotografia 64 – Cortejo final do festejo em honra a São João Batista e ao Divino Espírito Santo, Paranã-TO

Fonte: Prefeitura de Paranã [redes sociais de divulgação], junho de 2023.

As cores do Divino Espírito Santo tomam conta de toda a cidade. Estandartes e bandeiras de São João Batista homenageiam o padroeiro nas janelas e fachadas das principais casas do percurso do cortejo, encerrando as atividades do penúltimo dia do festejo. A tradicional missa dominical sede lugar à procissão fluvial. Somente à noite, ocorre uma missa solene, na área externa da paróquia municipal, com a coroação do Imperador e o levantamento do mastro do Divino Espírito Santo. Assim, as atividades se dão por encerradas.

Fotografia 65 – Levantamento do mastro do Divino Espírito Santo, Paranã-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, junho de 2023.

Fotografia 66 – Coroação do Imperador do Festejo do Divino Espírito Santo, Paranã-TO

Fonte: Rafael Petry Trapp, junho de 2023.

Por fim, os relatos e as escutas sensíveis que tivemos, até esse presente momento, demonstram que, por meio da fé e da perpetuação de suas tradições, legadas há várias gerações, essas comunidades almejam o mínimo de paz e de liberdade para seu território. E anseiam por dias melhores:

> Dias de esperança de que a gente possa vir a ter o mínimo de paz, né? E que o nosso povo seja sempre um povo em busca de liberdade, de prosperidade e que um dia a gente possa voltar ao nosso território, né? Com nossa luta, com a nossa resistência, porque eu digo que nossas mulheres estão sempre no centro do nosso território. Independentemente de onde seja, né? Seja no urbano, seja no rural. Elas permanecerão na luta. (SANTOS, L. C. dos. Maio, 2022).

Percorremos as águas dos interfluxos da Bacia Araguaia-Tocantins. Reconhecemos, dentro das possibilidades da pesquisa, as comunidades quilombolas contempladas neste estudo. Essa trajetória possibilitou concluir que, mesmo com a possibilidade de partilharem um passado comum, cada comunidade, em sua especificidade, detém culturas e histórias construídas coletivamente.

Dessa maneira, mergulhar nas referências históricas dessas comunidades nos permitiu tomar conhecimento de uma parte importante da cultura e da sociedade brasileira. A partir dessas populações, encontramos uma rica herança cultural, baseada em raízes ancestrais e em uma relação harmoniosa direta com os rios e com o meio ambiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho buscou compreender a lógica de territorialidades em movimento, considerando as representações sociais das comunidades quilombolas contempladas por esta tese. Buscamos refletir sobre suas lutas e resistências, bem como os trânsitos percorridos, tendo o rio como elemento protagonista de incorporação, de conquista e de ocupação de território.

Notamos que as dinâmicas entre a compreensão dos limites de territorialidade, identidade e movimento perpassam por questões culturais, históricas e sociais dos grupos que habitam os territórios. Conforme o recorte feito pela pesquisa, a partir das comunidades estabelecidas e certificadas, avaliamos aquelas margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins, em um estudo de fronteira complexa. Compreendemos os processos coloniais provenientes da navegabilidade e da promoção de uma memória coletiva de resistência como transformadores. Nessa perspectiva, o trajeto do rio e sua rota de navegação constituem-se como elementos fundamentais da nossa história. Por isso, entendemos ser essa uma razão para que tantos quilombos tenham se erguido às margens do rio Tocantins.

Em relação aos processos coloniais, de acordo com o paradigma da interculturalidade crítica, os autores Fleuri, Coppete e Azibeiro (2009) elucidam:

> Construir criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser e viver, que apontem para a possibilidade de conviver numa nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a do descolonizar. (FLEURI; COPPETE; AZIBEIRO, 2009, p. 33)

A partir desse viés, o que nos impulsionou a discutir a reconstrução da lógica identitária negra, ribeirinha, quilombola, em um novo prisma decolonial, foi buscar refletir sobre a dinamicidade provida por meio da navegação, além da promoção do interfluxo de fronteiras que daí são possíveis. Assim, pudemos perceber uma identidade que foi se sedimentando nas margens da Bacia Araguaia-Tocantins.

Este estudo dedicou-se a entender essas etapas sócio-históricas, compreendendo como crucial analisar as raízes e a evolução das comunidades presentes nos territórios

dos rios pesquisados. A avaliação desse passado nos ajuda a enxergar como as interações humanas com o meio ambiente moldaram a sociedade local ao longo do tempo.

Além disso, esse tipo de análise histórica pode oferecer *insights* importantes para a interpretação das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais atuais, na região dos rios comtemplados pela pesquisa. Através do conhecimento de como as comunidades se adaptaram, resistiram e prosperaram, em meio a essas transformações, podemos encontrar lições valiosas para enfrentar os desafios contemporâneos, como o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o respeito à diversidade cultural.

Dessa forma, esta tese se dedicou a pautar a relação entre o homem e o rio – especificamente, os rios Tocantins e Araguaia. Essa perspectiva nos permitiu reconhecer a relevância do conhecimento histórico na construção de políticas públicas e de iniciativas que promovam o bem-estar das comunidades e a preservação do ecossistema local. O resgate dessa história também honra a memória daqueles que moldaram essa região, ao longo dos séculos, ressaltando a necessidade de valorizar e preservar a riqueza cultural e natural do Brasil.

Ao levarmos em conta a interconexão entre o passado e o presente, tornamo-nos capazes de moldar um futuro mais consciente e sustentável. Essa consciência responsável envolve respeito e proteção dos recursos naturais. Além disso, celebra a diversidade humana, que encontra na Bacia Araguaia-Tocantins sua fonte de vida e inspiração.

Tendo isso em vista, estruturamos a pesquisa da seguinte forma. Na primeira parte do trabalho, procuramos contextualizar o cenário em que se formou o território tocantinense, compreendendo como se dispõem as hierarquias sociais dominantes na região. Para isso, foi necessário lançar lente histórica na compreensão do processo de ocupação e de formação territorial, considerando os conflitos territoriais estabelecidos e existentes. Além disso, buscamos focar no modo como se organizaram as comunidades remanescentes de quilombo por todo o estado – em específico, as que estão margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins.

Nessa primeira etapa, abordamos a expansão urbana e as mudanças sociais ocorridas no norte de Goiás, especialmente em relação ao impacto da construção da

rodovia Belém-Brasília. Antes da expansão rodoviária, a vida urbana na região limitava-se ao vale do rio Tocantins, sendo o rio um elemento central na vida das comunidades. No entanto, com a construção da rodovia, ocorreu uma transposição das margens do rio para as margens da estrada, resultando na diminuição do protagonismo do rio e no surgimento de novos núcleos urbanos.

Também observamos que a transformação proporcionada pela rodovia e o fluxo migratório resultante disso afetaram profundamente a identidade social dos tocantinenses. Com isso, sua identidade tornou-se cada vez mais diluída, em meio às ondas migratórias e às mudanças produzidas pela modernização tecnológica.

Avaliamos que as mudanças vertiginosas que ocorreram no território tocantinense, seja através da expansão ribeirinha, seja pela expansão impulsionada pela rodovia, trouxeram consigo conteúdos socioculturais que ressignificaram a identidade regional. Essas transformações desafiaram as hierarquias sociais pré-existentes e redirecionaram o desenvolvimento da região.

Por isso, compreender os efeitos dessas dinâmicas para a consolidação do território tocantinense, além de suas implicações nas hierarquias sociais, foi tão fundamental para a pesquisa. Daí nosso enfoque para as mudanças no espaço e na esfera social, que impulsionaram uma nova identidade regional, reconfigurando o antigo norte Goiano de forma significativa.

Ainda na primeira etapa deste estudo, enfatizamos a riqueza e a complexidade da formação do território tocantinense ao longo da história. A análise abrangente dos processos de urbanização, expansão rodoviária e exploração aurífera permitiram apreender como diferentes grupos étnicos interagiram e influenciaram a configuração social e cultural da região.

Desde o período da colonização, as presenças de africanos escravizados, indígenas e outras populações marginalizadas foram essenciais na construção do norte de Goiás. Esses grupos desempenharam papéis essenciais na economia, no trabalho, na cultura e na resistência contra a opressão do sistema colonial. Com essa contextualização, observamos que as dinâmicas de exploração econômica, especulação de terras e conflitos entre diferentes grupos sociais mostraram como a hierarquia social

estava intrinsecamente ligada à ideia de raça, reforçando a desigualdade e a marginalização das populações não brancas.

Desse modo, ter estabelecido interlocuções com as comunidades quilombolas, discorrendo sobre as narrativas que legitimaram sua resistência à escravidão, salientou a importância da luta pela liberdade e pela preservação da cultura ancestral. Essas comunidades autônomas representam exemplos de resistência e resiliência, que continuam a lutar por reconhecimento e justiça até os dias atuais.

Foi priorizando um destaque para essa luta contínua que a primeira parte desta tese buscou discutir “Direito étnico e lugar sócio-histórico dos remanescentes de quilombo”. Foram analisadas suas lutas por reconhecimento e certificação, elementos importantes para a identidade étnica dessas comunidades. Afinal, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – marco temporal inicial para esta tese –, em seu artigo 68 do ADCT, veio à tona a questão da territorialidade e da identidade coletiva para os quilombolas.

Salientamos que, ao longo dos anos, as comunidades quilombolas se organizaram através da Conaq para reivindicar seus direitos e garantias, especialmente no processo de titulação das terras. Todavia, enfrentaram resistências políticas e até mesmo questionamentos no STF em relação ao Decreto n. 4.887/03. Apesar das adversidades, a decisão do STF, em 2018, rejeitou a ação e fortaleceu a luta dessas comunidades.

Nesta tese, enfatizamos que a preservação da identidade cultural e a garantia da posse das terras para os remanescentes de quilombo são questões indispensáveis para a manutenção de sua história, seus valores e suas tradições. Desse modo, a luta dessas comunidades representa uma busca pela justiça social, pela inclusão e pela valorização da diversidade étnica do Brasil.

Portanto, é imperativo que a sociedade reconheça o caráter essencial dessas comunidades e apoie suas demandas por direitos fundamentais, para a promoção de um ambiente inclusivo e respeitoso para todos. Somente assim, poderemos construir um país mais justo, fortalecendo a riqueza da nossa história e a diversidade cultural.

Na segunda parte desta pesquisa, abordamos a importante conexão estabelecida entre comunidades quilombolas e seu território, especialmente sua relação com o rio. Entretanto, a pandemia limitou o contato direto com todas as comunidades previstas

inicialmente no estudo, permitindo apenas uma escuta sensível com representantes quilombolas das regiões do sudeste e norte do Tocantins.

Também nos esforçamos para ressaltar como a COEQTO se estabeleceu como instituição que objetiva representar e defender os interesses dessas comunidades. Entre suas atividades, observamos o diálogo com órgãos governamentais e com instituições jurídicas para enfrentar os desafios impostos. Por exemplo, discutimos sobre a criação de parques e Unidades de Conservação que não contemplam ou que invisibilizam essas populações. Os quilombolas lutam por seu direito à terra, não apenas como meio de subsistência, mas como parte intrínseca de sua identidade cultural e histórica. Assim, avaliamos que a COEQTO desempenha um papel fundamental na articulação dessas lutas, fortalecendo, efetivamente, a estrutura da organização.

Notamos que o embate entre a preservação ambiental e a manutenção da cultura e da tradição quilombola é um desafio presente em várias regiões do Brasil. Esse aspecto pôde ser investigado nas comunidades comtempladas pela pesquisa no Tocantins. As comunidades tradicionais são vítimas da expansão do agronegócio e do desmatamento em série. Esses povos enfrentam restrições quanto a suas práticas culturais em áreas de conservação.

Consideramos, por isso, que, para alcançar equilíbrio entre conservação ambiental e reconhecimento das comunidades tradicionais, é essencial o diálogo entre as partes envolvidas. A inclusão das comunidades no processo decisório e o respeito às suas práticas e conhecimentos ancestrais são pontos-chave para garantir sustentabilidade ambiental e preservação da cultura quilombola em seus territórios.

Por esse motivo, sobressai-se o trabalho da COEQTO quanto ao fortalecimento de iniciativas que partem de uma luta histórica e de uma ação política reivindicadores de justiça e de reconhecimento dos direitos dos quilombolas como atores históricos. Desde a sua consecução, a instituição saiu em defesa dos interesses dessas comunidades, buscando a regularização dos territórios e a promoção de cartografias sociais como ferramentas de empoderamento e visibilidade. Assim, a resistência dessas comunidades também demostrou uma efetiva luta contra a privatização de Unidades de Conservação, para garantir a proteção de seus territórios e o respeito à sua existência.

Esta pesquisa também procurou alertar para a precariedade do acesso à saúde pública de qualidade. Esse é um problema grave enfrentado pelas comunidades quilombolas, especialmente durante a pandemia da Covid-19. Por essa razão, ressaltamos a urgência de políticas públicas que considerem suas necessidades específicas e garantam seus direitos básicos.

Discorremos sobre o quanto a pandemia trouxe à tona profundas desigualdades estruturais e históricas presentes na nossa sociedade. Reconhecemos que esse quadro pandêmico afetou, de forma ainda mais severa, os segmentos sociais e étnico-raciais mais vulneráveis, como as comunidades quilombolas. Mostrou-se evidente que a falta de políticas públicas adequadas e o racismo estrutural contribuíram para acentuar os impactos da doença nessas populações, que enfrentaram não apenas os desafios da doença, mas também a invisibilidade de suas realidades e necessidades.

Assim, com contribuição da noção de necropolítica, apresentada por Mbembe (2018), compreendemos que o Estado brasileiro, ao não garantir direito à vida e à saúde dessas comunidades, perpetuou a lógica de poder e do controle sobre quem pode viver e quem deve morrer, reforçando as demarcações coloniais e as desigualdades raciais. A subnotificação e a falta de dados atualizados demonstraram o descaso do poder público em relação à população negra e periférica, impedindo a elaboração de políticas de enfrentamento efetivas.

Apesar da negligência governamental, a luta das comunidades quilombolas e de suas organizações, como a COEQTO e a Conaq, e a parceria com universidades e organizações da sociedade civil resultaram em um compilado de dados que possibilitaram a este estudo reconhecer a real situação da pandemia nesses territórios. A mobilização dessas populações também conseguiu conquistas importantes, como a ADPF Quilombola, que auxiliou na formulação de um plano nacional de enfrentamento da pandemia para a população quilombola.

Em suma, as comunidades quilombolas do Tocantins são detentoras de uma rica cultura, de uma história de resistência e de um conhecimento ancestral coletivo, os quais precisam ser preservados e valorizados na história nacional. A busca por seus direitos à terra, à vida digna e ao reconhecimento de suas identidades constitui uma luta constante,

que exige o fortalecimento dos movimentos sociais, o diálogo com o poder público e o engajamento de toda a sociedade.

Assim, acreditamos que reconhecer o protagonismo dessas comunidades é o primeiro passo para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A proteção dos territórios quilombolas não se limita apenas à preservação do meio ambiente, mas também ao respeito à diversidade cultural e à promoção da igualdade social brasileira.

Portanto, é imprescindível que ações concretas sejam tomadas para garantir a titulação coletiva e definitiva das terras quilombolas. É preciso criar medidas de proteção de seus modos de vida, assim como promover políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas – essa é, aliás, uma mensagem recorrente que os interlocutores diziam em suas falas.

Emergir no encontro com as comunidades contempladas por este estudo revelou grande parte dessas necessidades. A jornada pelo município de Paranã e suas comunidades quilombolas mostrou um cenário singular, marcado pela conexão com a natureza, pela luta por preservação do território e pela resistência cultural dos povos quilombolas. A metodologia da história oral me possibilitou construir uma rede de afroafeto, de longos anos de vivência, em que pude me reconectar com o Tocantins. Ao acessar as narrativas e perspectivas dos quilombolas, foi possível vislumbrar um retrato vívido e sensível dessas comunidades.

A cidade de Paranã, com sua localização estratégica, entre o sertão e o litoral, e estando conectada pelo rio Tocantins, desempenha um papel fundamental na vida dos quilombolas e de todos os moradores da região. Observamos que as comunidades consultadas diferem dos sertanejos tradicionais. Elas vivem em um ambiente fértil, com rios abundantes e pastagens exuberantes. Essas comunidades representam os pioneiros silenciosos de uma verdadeira “marcha para o Oeste”, uma jornada de persistência e coragem na busca pela consolidação de suas terras.

Mas é preciso registrar que a luta pela preservação e pelo reconhecimento de seus territórios enfrenta desafios, como a grilagem de terras e a negação de suas demandas pelo poder público. Percebemos que as comunidades consultadas encaram muitos obstáculos, como o acesso precário a estradas, que oferecem aventuras e riscos durante

a época das chuvas, além de dificultar o abastecimento de mantimentos e o escamento de sua produção.

Apesar das dificuldades, os quilombolas consultados em Paranã mantêm uma relação de profundo respeito com a terra e a natureza. A agricultura familiar é a base de sua subsistência. Portanto, a preservação do meio ambiente é essencial para a sua sobrevivência. O rio, que é fonte de vida para essas comunidades, também simboliza sua identidade cultural e é um ponto de encontro para as famílias. Graças a suas águas, são realizadas atividades cotidianas e também manifestações culturais ricas. Um exemplo sobre o qual discorremos, além de ter tido a honra de ser convidada a participar, é a singular procissão fluvial, resultante do festejo em homenagem ao São João Batista e ao Divino Espírito Santo.

Sinalizamos, nesta tese, que a luta pela valorização e pela proteção do território quilombola é constante. Nesse sentido, esperamos que este estudo possa contribuir para essa causa, na intenção de que a pesquisa seja também um gesto de interlocução entre a academia e as comunidades. Desbravar as possibilidades da história oral mostrou-se como uma metodologia sensível e respeitosa, pois permitiu que vozes protagonistas, como a dos quilombolas consultados, fossem ouvidas, transcritas e registradas, de forma autêntica, nestas páginas.

Pudemos experenciar como a história oral é uma ferramenta valiosa para a promoção da interlocução e para o resgate das histórias e vivências dessas comunidades. Acreditamos que a academia tem o papel de ser uma parceira sensível e respeitosa nessa jornada e que pode contribuir para a valorização e o fortalecimento das comunidades quilombolas em sua busca por reconhecimento, justiça e igualdade.

Em Muricilândia, pude me reencontrar, não somente na condição de professora universitária, mas também como pesquisadora atenta e sensível, para vivenciar e posteriormente discorrer sobre uma jornada marcada pelo fluxo constante do rio Muricizal e pela busca por melhores condições de vida dos quilombolas da comunidade Dona Juscelina. Os romeiros liderados por Dona Antônia Paranaguá, em busca das Bandeiras Verdes, encontraram nas terras férteis e nas águas calmas do rio um lugar prometido pelas forças espirituais. Essa jornada de migração e ocupação territorial se entrelaça com o rio, que se tornou um protagonista na consolidação e na permanência desses sujeitos.

Também nos conscientizamos de que o rio Murici se revela como elemento de identidade cultural, econômica e simbólica para os moradores de Muricilândia. Suas águas não apenas fornecem alimento e sustento, mas também criam vínculos sociais e culturais entre as pessoas que vivem em suas margens. Consideramos que, ainda que a construção de estradas e a modernização tenham trazido novas possibilidades, o rio continua a desempenhar papel essencial na identidade e na subsistência dos quilombolas da região. As histórias e memórias compartilhadas por Ludmila e Seu Dadá demonstraram como o rio está enraizado na cultura e na identidade dessa comunidade. Histórias de migração, ocupação e relação com o rio que refletem a resiliência e a força do povo quilombola em Muricilândia.

A partir do entendimento sobre territorialidades em movimento – noção que, durante grande parte da pesquisa, constituiu-se como título provisório da tese –, compreendemos que a dinâmica do rio, enquanto navegabilidade e pertencimento, configura-se como elemento fundamental para a vida e para a história das comunidades consultadas, tanto em Paranã quanto em Muricilândia. O fluxo constante de águas e de pessoas, unindo-se e separando-se, criou laços profundos entre a comunidade e o rio, tornando-o um símbolo de resistência e de identidade cultural. Por isso, o rio é personagem ativo nessa história. Suas águas podem moldar e influenciar as trajetórias humanas, consolidando um território e uma memória coletiva. Os rios Paranã e seus afluentes e o rio Muricizal continuam a fluir, assim como a história e a cultura dessas comunidades quilombolas, enriquecendo as margens com suas tradições e sua ancestralidade.

A jornada de reflexão sobre as comunidades quilombolas margeadas pela Bacia Araguaia-Tocantins, até a contemporaneidade, levou-nos a um mergulho profundo na luta pelo reconhecimento, pelo pertencimento e pela preservação desses povos. Ao estudarmos as histórias contadas por eles, fomos assimilando e registrando como as manifestações de resistência, promovidas principalmente pela certificação e pela busca por titulação de suas terras, ganharam força e visibilidade através de novos protagonistas.

A trajetória das comunidades quilombolas consultadas, com suas múltiplas polaridades territoriais, foi marcada por desafios e enfrentamentos ao longo do tempo. O

processo de certificação dos territórios envolveu uma intensa articulação com a Fundação Cultural Palmares e outras instituições parceiras. Os quilombolas buscaram evidenciar suas raízes históricas e culturais, superando desconfianças e resistências internas e externas.

Assim, o protagonismo das lideranças mais velhas, como Dona Juscelina, Seu Gregório Gomes, Seu Prudêncio e outros anciãos, foi essencial para a mobilização e a organização das comunidades. Além disso, a necessidade de envolver os mais jovens no processo de luta e de reivindicação também foi destacada como uma forma de garantir a continuidade das tradições e da identidade quilombola.

Nesse sentido, as festividades religiosas e culturais também desempenham um papel central na preservação da memória coletiva desses povos. Através das festas, rezas e danças, os quilombolas reforçam sua conexão com suas raízes africanas, reinterpretando e reconstruindo saberes ancestrais de forma viva e pulsante.

Por fim, esta tese buscou demonstrar que a identidade quilombola é uma construção em constante movimento. É marcada pela resiliência, pela resistência e pelo desejo de preservar suas raízes. O reconhecimento oficial dos territórios quilombolas, assim, é um passo crucial para a valorização e a promoção dessa identidade. Mas é preciso que todos se engajem nessa luta e que não traduzam essa movimentação como uma narrativa romântica. Ao final dessa jornada de investigação, fica evidente que a luta cotidiana desses povos representa a busca pelo reconhecimento e pela afirmação de uma identidade negra, pelo resgate de uma história apagada e pela conquista do direito de pertencer e de viver em seus territórios tradicionais.

5. FONTES CONSULTADAS

5.1. Fonte Documental

BNF. DCP. Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins. GE DD 2.987 (9.554). Manuscrita em tinta e aquarela, colorida, entre 1735 e 1742, 65 × 333 cm. In: Biblioteca Nacional Francesa. Disponível em: <galica.bnf.fr>.

5.2. Edições jornalísticas utilizadas

TREZE DE MAIO. [Jornal]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 out. 2021.

Treze de Maio, 1849, p. 6. Ed. 00880.

Treze de Maio, 1843, p. 8. Ed. 00322.

Treze de Maio, 1854, p. 4. Ed. 00340.

5.3. Edições jornalísticas *linkadas*

1. CONAQ / Nossa História - Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 11 maio 2022.

2. Divulgação da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em julho de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/780657-comissao-quer-explicacoes-do-ministro-do-turismo>. Acesso em: 11 maio 2022.

3. Observatório Terras Quilombolas. Disponível em: <https://cpisp.org.br/comissao-pro-indio-de-sao-paulo2>. Acesso em: 12 julho 2023.

4. Unidades de Conservação Estaduais no Tocantins Disponível em: <https://servicos.to.gov.br/busca=unidadedeconservacaorgao/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

5. Fran Paula (2021). Roça de toco e o manejo dos agroecossistemas. Disponível em: <https://www.ancestralidades.com/post/roça-de-toco>. Acesso em: 10 abr. 2023.

6. Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará. Disponível em: <https://malungu.org/malungu/>. Acesso em: 11 maio 2023.

7. Consulta Pública discute criação do Parque Estadual Águas do Paranã, lideranças são contra. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2013/12/05/consulta-publica-discute-criacao-do-parque-estadual-guas-de-parana-liderancas-sao-contra>. Acesso em: 10 maio 2023.

8. Iniciativa Cerrado Sustentável, Relatório Final da Iniciativa Cerrado Sustentável e Relatório de efetividade de gestão das Unidades de Conservação, Tracking Tools. Ministério do Meio Ambiente (MMA), jun. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/relatorio-de-avancos-do-programa_.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

9. Programa Cerrado Sustentável - Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado/programa-cerrado-sustentavel.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

10. Extração irregular e ilegal de manganês na Serra do Mocambo – Paranã/TO. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2011/09/06/policia-ambiental-multa-dono-de-fazenda-por-extracao-ilegal-de-minerio>. Acesso em: 10 maio 2023.

11. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) – Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

12. Organização Não-Governamental Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) - Disponível em: <https://www.apato.org.br/historia/>. Acesso em: 10 maio 2023.

13. Privatização do Jalapão busca ser aprovada e causa revolta em comunidades quilombolas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/27/privatizacao-do-jalapao-e-aprovada-e-causa-revolta-em-comunidades-quilombolas> e em <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/03/11/governador-afastado-do-tocantins-mauro-carlesse-renuncia-ao-cargo.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2023.

14. Audiência pública pressiona e consegue barrar privatização do Jalapão. Disponível em: <https://psolnacamara.org.br/pressao-dos-movimentos-faz-governo-do-tocantins-recuar-na-privatizacao-do-jalapao/>. Acesso em: 11 maio 2023.

15. Subnotificação de casos de COVID-19 entre comunidades quilombolas e populações periféricas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Os-quilombos-sob-a-covid-19-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-e-necropol%C3%ADtica>. Acesso em: 10 jan. 2023.

16. Coalizão Negra por Direitos disponível em: <https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/03/nota-coalizc3a3o-covid19-final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

17. Presidente da república, ao ser questionado sobre o número de mortes causadas pelo coronavírus, respondeu: “E daí? Não sou coveiro, tá?”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

18. Com a ADPF 742/20 os quilombolas foram inseridos no Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/covid-19-plano-nacional-de-vacinacao-tera-quatro-fases>. Acesso em: 10 jan. 2023.

19. Líder quilombola do Tocantins tem vida interrompida por COVID-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/04/06/lider-quilombola-do-tocantins-morre-apos-ficar-mais-de-20-dias-internada-com-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2022.

20. Boletim Epidemiológico disponibilizado nas plataformas virtuais dos municípios mencionados. Disponível em: <https://parana.to.gov.br/coronavirus/> e <https://central.to.gov.br/download/328597>. Acesso em: 11 maio 2023.

21. Governo do Tocantins com o apoio de organizações sociais e com a cooperação do município, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), desenvolve ação e atender às comunidades quilombolas da região de Paranã. Disponível: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-atende-familias-quilombolas-da-regiao-de-parana-com-7-toneladas-de-alimentos/5vynl0i0tkdv>. Acesso em: 11 fev. 2023.

22. Concessão do título de Doutora Honoris Causa67 à Lucelina Gomes dos Santos. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28927-honoris-causa-dona-juscelina>. Acesso em: 10 abr. 2023.

23. Confluência dos rios Palma e Paranã, em vista aérea da cidade-sede do município. Disponível em: <https://parana.to.gov.br/sobre-a-cidade/>. Acesso em: 11 maio 2023.

24. Comunidades no Sudeste do Tocantins sofrem com falta de água tratada. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2020/03/04/moradores-de-comunidade-no-sudeste-do-estado-sofrem-por-falta-de-agua-tratada-concessionaria-diz-que-esta-implantando-sistema>. Acesso em: 10 maio 2023.

25. Criação de um corredor de ecoturismo na região, para estruturação da Rota 010. Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/politica/deputada-claudia-lelis-e-secretario-de-turismo-de-goias-firmam-termo-de-cooperacao-para-inicio-dos-estudos-turisticos-da-rota-010/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

26. “Django Kid – o Solitário”. Parte 1: <https://youtu.be/xQwmAXr9N_I>, com trinta minutos e onze segundos de duração. Parte 2: <https://youtu.be/R6X3ol52Wio>, com trinta minutos e oito segundos de duração. Acesso em: 10 maio 2023.
Festival Chico de Cinema. Disponível em: <https://www.facebook.com/festivalchicodecinema?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 10 maio 2023.

27. Imagem aérea do percurso da procissão fluvial no encontro das águas do rio Palma e do rio Paranã, Tocantins - Prefeitura de Paranã [redes sociais de divulgação], junho de 2023.

5.4. Revista

A verdadeira história da criação do estado do Tocantins, Conorte, dezembro de 1989, p. 29.

5.5. Lista de Entrevistados

Entrevistas gravadas e organizadas por local – mês/ano.

Paranã/Tocantins – abril/2022.

Entrevista com Enedino Quirino da Silva, no dia 08 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Claro.
Entrevista com Geraldina Cezário de Torres, no dia 07 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Claro.
Entrevista com Gustavo Martins da Silva, no dia 05 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Prata.

Entrevista com Isabel Francisca da Conceição, no dia 07 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Claro.

Entrevista com José Cesário de Torres, no dia 07 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Claro.

Entrevista com Juvenil Martins Godinho, no dia 05 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Prata.

Entrevista com Prudêncio Cezário da Conceição, no dia 10 de abril de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Ouro Fino.

Muricilândia/Tocantins – maio/2022.

Entrevista com Conceição Viana da Silva, no dia 15 de maio de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Entrevista com Leonice da Silva Ferreira Moura, no dia 15 de maio de 2022, na residência da sua amiga Conceição Viana da Silva na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Entrevista com Ludmila Carvalho dos Santos, no dia 16 de maio de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Entrevista com Manoel Filho Borges, no dia 16 de maio de 2022, na residência de Ludmila Carvalho dos Santos na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Entrevista com Maria Eurânia da Conceição, no dia 15 de maio de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Entrevista com Monaliza Borges de Almeida, no dia 13 de maio de 2022, em sua residência na Comunidade quilombola Dona Juscelina.

Palmas/Tocantins – abril/2023.

Entrevista com Maria Aparecida Ribeiro Lopes, no dia 20 de abril de 2023, em sua residência na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.

Remoto via Google Meet – junho/2023.

Entrevista com Eonilson Antônio de Lima, no dia 15 de junho de 2023, via plataforma virtual do Google Meet.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas*: guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALBERTI, V. *Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas*. In: GOMES, A. de C. (org.). Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (Orgs.). *Povos e comunidades tradicionais*: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

APOLINÁRIO, Juciene R. *Vivências escravistas no norte de Goiás no século XVIII*. *In:* GIRALDIN, Odair (Org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

AQUINO, Napoleão Araújo de. *A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins*. *In:* GIRALDIN, Odair (Org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

ARBUÉS, Margareth P. *A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). In:* GIRALDIN, Odair (Org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

ARRUTI, José Maurício. *A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana*, Rio de Janeiro, PPGAS, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Disponível em: <scielo.br/j/mana/a/QBXXBw99XxgcmcS35sND3Rk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ARRUTI, José Maurício. *Quilombos*. *In:* PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). *Raça:* novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: EDUFBA/ABA, 2008. p. 315-350.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Terras negras: invisibilidade expropriadora*. *Textos e Debates*, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 7-23, 1990.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN; Goiânia: Editora UCG, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, XX-1988.

BRASIL. Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, XX-1988.

BRASIL. Lei nº. 9,985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de julho de 2000. Disponível em: <www.gov.com/ibama>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Lei nº. 5.051, de abril de 2004. Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. ADI 3239/2004. DF. Requerente: DEMOCRATAS. Relator: Min. CEZAR PELUSO.

BRASIL - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA [INCRA]. Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 201, Seção 1, p. 52-54, 21 out. 2009.

BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011a.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n° 742, Tribunal Pleno. Relator: Marco Aurélio. Brasília, DF, 24 fev. 2021, p. 39.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)*. 2022. Informações atualizadas até 25 jan. 2022a.

BRASIL. *Boletim Epidemiológico COVID-19: Comunidades tradicionais e povos quilombolas* | Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde nº 1/ set. 2022b.

BRASIL. Ministério da Saúde (2022). *Vacinômetro COVID-19*. Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS). 2022c.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1987.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. *Tocantins*: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. *Tocantins: o movimento do Norte de Goiás (1821-1988)*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás*: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. *Observatório da Covid-19 nos Quilombos*. Publicado em 12 jan. 2022. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Petição inicial da ADPF 742. CONAQ, 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2021/02/ADPF-QUILOMBOLA-Assinado.pdf>. Acesso em: 10 abril. 2023.

COSTA, Ivan Rodrigues. *CONAQ: um movimento nacional dos quilombolas*. 2017. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/handle/123456789/158>. Acesso em: 10 maio 2022.

CUNHA MATTOS, R. J. da. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Líder, 1979.

DIAS, Eurípedes da Cunha. *Arqueologia dos movimentos sociais*. Brasília-DF: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2001.

DOLES, Dalísia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

DORNAS, *et al*. Unidades de conservação na proteção tiriba-do-paranã, *Phyrrhura pfrimeri* (AVES: PSITTACIDAE) nas paisagens cársticas da Bacia do Rio Paranã. *Revista de Ciências Ambientais*, Canoas, v. 16, n. 3, p. 01-14, 2022, ISSN 1981-8858.

ESTEVAM, Luís Antônio. *O tempo da transformação*. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

ESTEVAM, Luís Antônio; CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. Caminhando nos trilhos da ocupação econômica de Goiás. *Revista CEPPG-CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão*, Ano XV, n. 27, 2012.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERREIRA, Eloisa A. B.; TOKARSKI, Donizete J. (Orgs.). *Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins*: retrato e reflexões. Brasil: Editora Ecodata WWF-Brasil, 2007.

FLEURI, R. M; COPPETE, M. C.; AZIBEIRO, N. E. Pesquisas interculturais: descolonizar o saber, o poder, o ser e o viver. *In:* OLIVEIRA, L. B. de.; *et al*. (Orgs.). *Culturas e Diversidade Religiosa na América Latina*: pesquisas e perspectivas pedagógicas. São Leopoldo: Nova Harmonia; Blumenau: Edifurb, 2009. p. 30-46.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. 2006. 193 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FRANCO, Bernardo Mello. “Sinto tristeza e revolta”, diz criador da Fundação Palmares. *O Globo*, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/sinto-tristeza-e-revolta-diz-criador-da-fundacao-palmares.html>. Acesso em: 11 maio 2022.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). *Tempo (Niterói, online),* v. 22, n. 40, p. 367-399, maio-ago. 2016.

GERBER, Raquel; NASCIMENTO, Beatriz. *ORI*. Dirigido por GERBER, Raquel. Roteiro Beatriz Nascimento; Música Naná Vasconcelos. Produção: Brasil. 93min, 1989.

GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. *In:* Giraldin, O. (Org.) *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GOIÁS. Lei n. 11.409, de 21 de janeiro de 1991. Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situadas nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º da Constituição do Estado de Goiás. GOIÂNIA-GO, 21 jan. 1991.

GOMES, F.; QUEIROZ, J. M. Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. *In:* MARY DEL PRIORE & GOMES F. (Org.). *Os senhores do Rio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.'

GOMES, Nilma Lino. Questão racial e o novo coronavírus no Brasil. *Friedrich Ebert Stifung*, São Paulo, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-questao-racial-e-o-novo-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GONÇALVES, Paulo Rogério; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. *Comunidade Quilombola Dona Juscelina*: uma luta a cada dia. Palmas: Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins [APATO], 2022.

GONÇALVES, Paulo Rogério; SILVA, Ana Claudia Matos da; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. *Os territórios quilombolas no estado do Tocantins*. Palmas: COEQTO; APA-TO, 2016.

GONÇALVES *et al.* (Coord.). *Relatos das lutas e esperanças da Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino*: conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central. n. 8. Manaus: UEA Edições; PNCSA, 2019.

GUSMÃO, Neusa M. M. A questão política das chamadas terras de preto. *Textos e Debates*, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 25-37, 1990.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. *In:* REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

KARASCH, Mary. Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. *In:* HEYWOOD, L. (Ed.). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 117-152.

KARASCH, Mary. *Before Brasília*: frontier life in Central Brazil. Albuquerque: University of New México Press, 2021. ISBN: 978-0-8263-6332-9.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul.-dez. 2009.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias para a liberdade*: escravos e libertos na Capitania de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

LOIOLA, Maria Lemke. Rotas do tráfico atlântico entre Goiás e África: o caminho do sertão. *Hist.R.*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 291, jul./dez. 2010.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. *UNESP – FCLAs – CEDAP*, v. 5, n.1, p. 99-118, out. 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/116/518>. Acesso em: maio 2023.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. *Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins*. 2019. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia) –Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MACEDO, Poliana. *Título de Doutora Honoris Causa é aprovado a Lucelina Gomes dos Santos (Dona Juscelina do Quilombo)*. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28927-honoris-causa-dona-juscelina>. Acesso em: 10 maio 2023.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Do que “o preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.

MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. *Abrasco*, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. *Tocantins*: história e geografia. 6. ed. Palmas: [*s.n.*], 2009.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual*: possibilidade nos dias de destruição. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanos. São Paulo, Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

O'DWYER, Eliane C. Introdução: os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In:* O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. Quilombolas do norte do Tocantins: características e significados de uma experiência. *In:* Congresso Internacional de História, 7, 2015, Maringá, PR. *Anais* [...]. Maringá, PR: UEM, 2015a. p. 2533-2543.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. *Território e territorialidade nos limites do rural e urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO*. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

OLIVEIRA, I. da S. de; SILVA, E. da; COSTA, K. G. Comunidade quilombola Dona Juscelina: a festa 13 de Maio numa aproximação semiótica do espaço. *Revista da ABPN*, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: "Geografias Negras", p. 200-220, abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Um porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910*. 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Cidades ribeirinhas do Rio Tocantins: identidades e fronteiras.* 2007. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Paranã (TO): uma cidade fronteira nos caminhos fluviais do cerrado*. Textos & Debates, Boa Vista, n. 27, v. 1, p. 67-80, jan./jun. 2015b.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Do tempo das cachoeiras ao rio afogado: Uma história ambiental do Tocantins*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Julho - Dezembro de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 2 ISSN: 1807-6971.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Rosy de. *O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)*. 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

OLIVEIRA, Rosy de. *O barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses*. 2007. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PALACIN, Luiz. *Goiás 1722/1822*. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

PINHO, Maria José de. *De Província de Goiás a Estado do Tocantins: o camponês no Bico do Papagaio e o conflito de terra na década de 1980*. *In:* FIRMINO, Eugênio P. de M. (Org.). *Tocantins do passado (re)construído e do presente em construção*: história, escola, universidade e conhecimento. Goiânia: Editora da UCG, 2009. p. 13-32.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*: uma contribuição aos estudos de economia Atlântica no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1979.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civittela Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da história oral. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. *In:* QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REZENDE, Lílian *et al*. *Prática do enfermeiro em comunidades quilombolas: interface entre competência cultural e política*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, REBEn., n. 73, p. 1-9, dez. 2019.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira; NUNES, Tiago de Garcia; REZENDE, Tayra Fonseca. *Quilombo e os direitos: análise da ADIn n. 3239 e a luta pelo poder de dizer o Direito*. *Argumenta Journal Law*, n. 24, p. 121-151, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, Jean C. Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. 2008. 148 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SALLES, G. V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1992.

SANTOS, Cláudia Borges dos. *"De fraco a forte": estratégias políticas dos movimentos quilombolas no Tocantins*. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. *O sonho de uma geração*: o movimento estudantil Goiás e Tocantins. Goiânia: Editora da PUC, 2007.

SANTOS FILHO, L. A. F. dos. PACHECO, A. S. *Nas páginas do Treze de Maio: cotidiano e patrimônio marajoara antes da Belle Époque*. *Escritas,* v. 10, n. 1, p. 63-84, 2018.

SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARMENTO, Daniel. *Territórios Quilombolas e Constituição: A ADI 3.239 e a Constitucionalidade do Decreto 4.887/03*. Parecer da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, elaborado por solicitação da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Rio de Janeiro, março de 2008.

SCOTT, James C. *Weapons of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance*. [S.l.]: Yale University, 1985.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Raízes, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan.-jun. 2002.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*: discursos ocultos. México: Ediciones Era, 2004.

SILVA, Adriana Ferreira da. *et al*. *Desafios e estratégias de comunidades quilombolas frente a Covid-19.* Superintendência de inclusão, políticas afirmativas e diversidade, 2021. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/desafios-e-estrategias-de-comunidades-quilombolas-frente-a-covid-19-atualizado/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. *Terra "sem lei, nem rei"*: Goiás (1822-1850). 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SILVA, Maria Luiza dos Santos. *A Folia de Reis da família Corrêa de Goianira:* uma manifestação da religiosidade popular. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SOUSA, Marina Grigorio Barbosa de. *Histórias e memórias das cotas raciais na UFT*: *2004-2014*. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*. 2. ed. Brasília-DF: Fundação Projeto Rondon, 1988.

SOUZA, João Batista Alves de. *A produção de multipolaridades territoriais na Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Ozório (Aquirrio) no Pantanal Sul-Mato-*

Grossense. Boletim Campineiro de Geografia, v. 12, n. 1, p. 47-62, 2022. ISSN 2236-3637.

TEIXEIRA NETO, Antônio. *O Estado de Goiás na cartografia luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX*. Paris: Université Paris VII. Tese de doutorado (mimeografado), 1975.

TIBALLI, E. F. A. *A expansão do povoamento em Goiás: século XIX*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

TOCANTINS. Lei n. 1.203, de 12 de janeiro de 2001. Cria o Parque Estadual do Jalapão e adota outras providências. *Diário Oficial*, n. 1004, Palmas-TO, 12 jan. 2001.

TOCANTINS. SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO (SEFAZ). Secretaria Executiva do Planejamento e Orçamento. Superintendência de Planejamento Governamental. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerência de Zoneamento Territorial (GZT). *Estado do Tocantins - Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental - Tabelas e Mapas Síntese*. 2º ed. rev. atu. Palmas: SEFAZ/GZT, julho/2019. 56 p.

TREZE DE MAIO. [Jornal]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 out. 2021.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes*: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. 2001. 623 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZANON, M. Plano Nacional para vacinação da população quilombola contém graves problemas, apontam organizações. *Terras de Direitos* [online], Curitiba, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/plano-nacional-para-vacinacao-da-populacao-quilombola-contem-graves-problemas-apontam-organizacoes/23573. Acesso em: 10 jan. 2023.

7. ANEXOS

7.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado nas entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Dados de identificação:

Pesquisador Responsável: Marina Grigorio Barbosa de Sousa

Nome do voluntário:

_____

Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem. ( ) Prefiro Não Me Identificar

Endereço:_____

E-mail: _____

Data de nascimento: ___ / ___ / ___

RG ou CPF: _____

Sobre o projeto:

O Sr./Sra. está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa "**TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA NO ESTADO DO TOCANTINS (1988 – 2022)**", de responsabilidade da pesquisadora Marina Grigorio Barbosa de Sousa, sob Orientação da professora doutora Hebe Mattos de Castro.
Este projeto tem como objetivo a compreensão de como se constitui a organização social do Movimento Negro e Movimento Quilombola no Tocantins, partindo do princípio da Territorialidade.

Será utilizada a metodologia de História Oral, que consiste em descrever o relato da temática e das histórias de vida dos entrevistados. Para registro dos relatos será feito o uso de gravador de voz e filmagens com câmeras digitais. Posteriormente as entrevistas serão degravadas e documentadas.

Por intermédio deste Termo são garantidos ao/à entrevistado/a os seguintes direitos:

• Solicitar, a qualquer momento, maiores esclarecimentos sobre a Pesquisa supracitada;

• Possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;

• Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;

• Desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa.

O entrevistado terá acesso ao texto, resultado da degravação das entrevistas, para esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre seus relatos e caso queira retirar alguma parte do texto, ser-lhe-á concedido esse direito. Sendo que sua participação é de extrema importância na elaboração do presente trabalho, com resultados passíveis de publicação para que possamos, com o auxílio das informações cedidas, efetuar posterior elaboração do trabalho de consecução de Tese e publicação acadêmica.

Na condição de entrevistado/a, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, como tal, serei resguardado/a pelo uso da minha identificação e de minha participação na pesquisa no sentido de enriquecê-la no propósito de contribuir para sua fidelidade e validade. Fico ciente também de que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada sob a responsabilidade da pesquisadora que subscreve este Termo, possibilitando ter o acesso a este documento quando assim o solicitar.

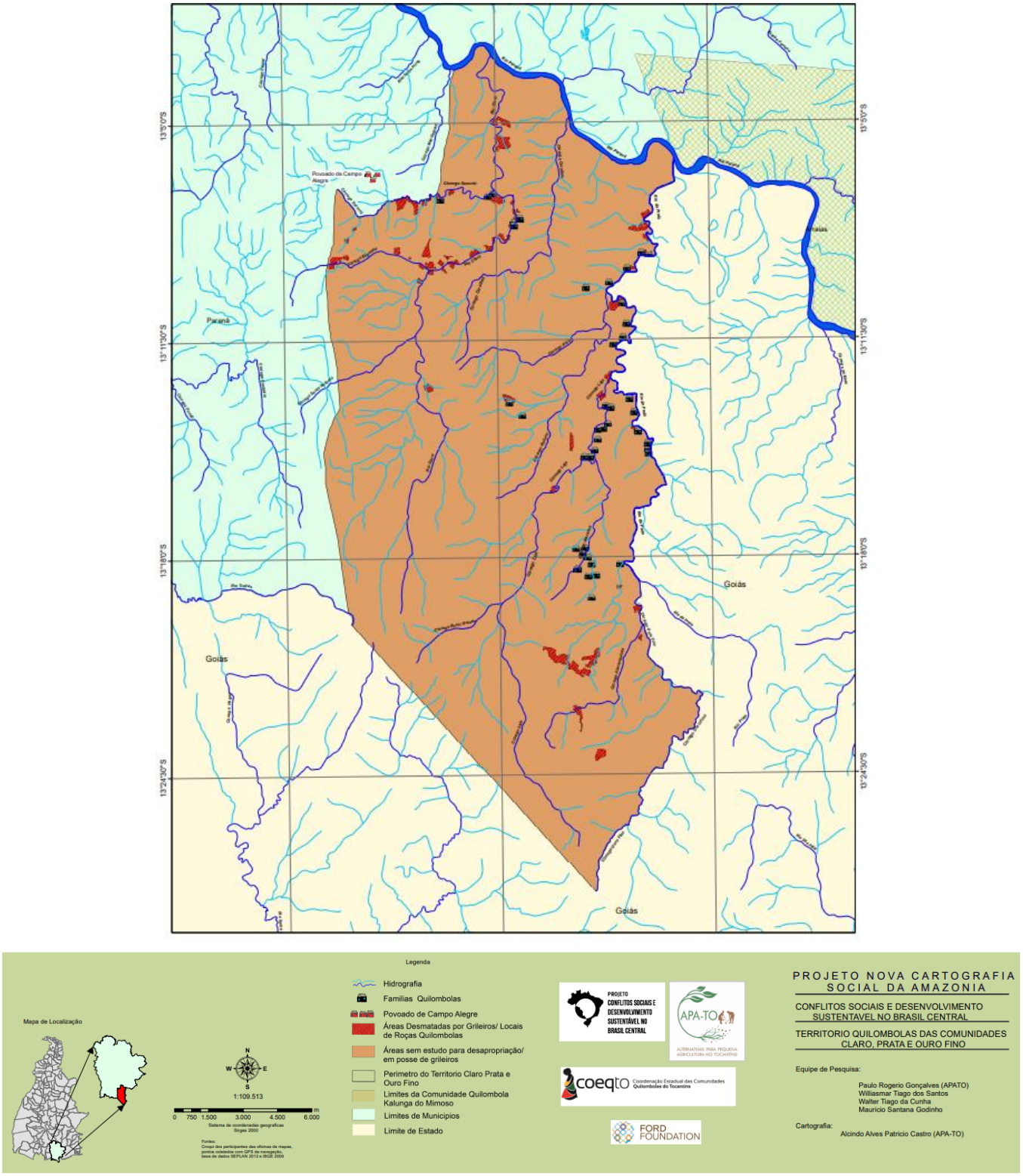
_____ _____

Assinatura do Participante entrevistado (a) **Assinatura da Pesquisadora**

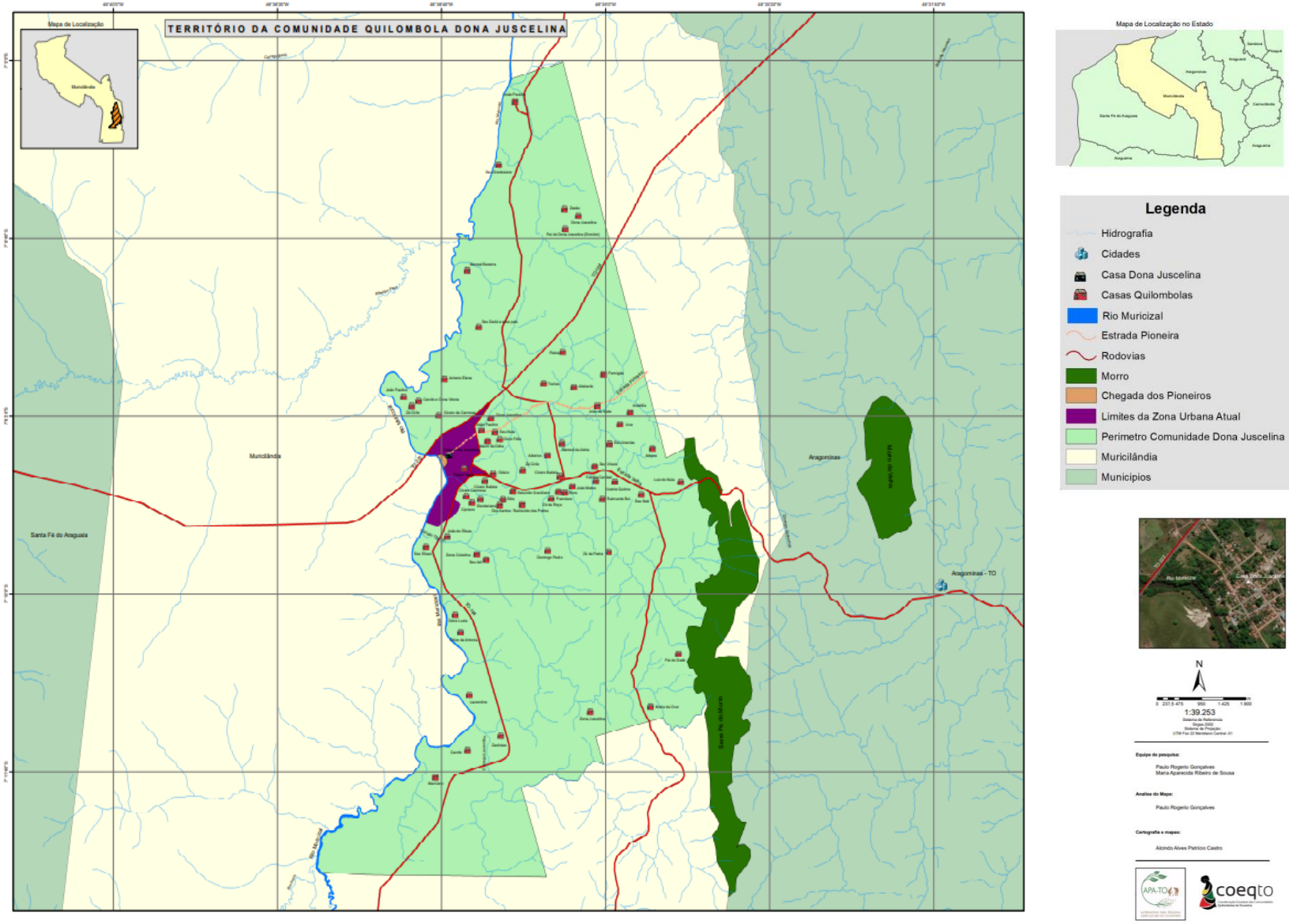
_____, _____ de _____ de 2022.

7.2 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

7.2.1 Mapa do Território Quilombola do Claro, Prata e Ouro Fino



7.2.2 Mapa do Território Quilombola Dona Juscelina



7.3 Carta Aberta à Sociedade Tocantinense

CARTA ABERTA À SOCIEDADE TOCANTINENSE

Palmas, 14 de setembro de 2021.

As comunidades quilombolas do Jalapão, suas associações e as entidades de apoio subscritas abaixo, vêm expressar a imensa preocupação com a ausência de consulta e diálogo com as comunidades quilombolas e tradicionais durante o processo de aprovação e sanção da legislação que autoriza a concessão de Parques estaduais, entre eles o Jalapão, à iniciativa privada.

A vantagens financeiras da concessão não podem suplantar o bem-viver dos povos e comunidades que ali fizeram morada nos tempos de escravidão legal no Brasil. Os quilombos se formaram na Região do Jalapão bem antes da instalação do Parque Estadual que sobrepôs territórios quilombolas no início dos anos 2.000. Ao invés de demarcar os territórios e titular, o Estado do Tocantins desde a implantação do Parque, tem agido em prol de inviabilizar as vivências dos povos tradicionais no Jalapão. É preciso demarcar os territórios em respeito aos povos que convivem harmoniosamente com o Jalapão desde o final do século XIX. Os povos tradicionais não são considerados entre os índices de desenvolvimento econômico deste Estado e nisso, consiste a luta pelo acesso pleno à terra e ao território e contra políticas excludentes.

As lideranças denunciam que as comunidades estão sendo convocadas pelo Governo do Estado do Tocantins para reuniões, definidas de forma unilateral e reiteradamente, não concedendo às comunidades nem mesmo o direito de opinarem sobre datas e horários.

Tal situação viola frontalmente o artigo 6º, 1 e 2 da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, e que impõe ao Estado o dever de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais sobre as medidas administrativas e legislativas suscetíveis de afetá-las diretamente, bem como assegurando sua participação na adoção de decisões.

Assim, considerando o delicado contexto atual e com o objetivo de assegurar os direitos das comunidades, exigimos que a partir de agora, qualquer reunião das

coeqto Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

secretarias ou outro órgão do Estado, deverão ser solicitadas junto às associações através de ofícios encaminhados em nome de seus presidentes, com o prazo mínimo de 20 (vinte) dias de antecedência para assegurar a ampla participação das comunidades impactadas. Na ocasião, também deverão apresentar as pautas a serem discutidas.

Solicitamos ainda que o Governo do Tocantins apresente uma agenda de discussões e inicie o debate para assegurar a demarcação e titulação dos 38 territórios quilombolas do Estado. Que o Estado apresenta o estudo sobre os impactos da demarcação territorial, por ele solicitado, para a tramitação e aprovação do texto da Lei de demarcação territorial encaminhado ao Governo pelo Ministério Público Federal, há mais de cinco (5) anos.

Ademais, com relação a solicitação de comunicados prévios das reuniões no âmbito da concessão do Parque Estadual do Jalapão, a reivindicação se faz necessária para evitar que as associações e comunidades continuem sendo surpreendidas com reuniões repentinas, sem comunicado oficial prévio, sem adiantamento de pauta, sem oferecer tempo hábil para as associações mobilizarem suas comunidades e garantir ampla participação de todos, como está acontecendo nesse exato momento, onde pessoas da comunidade estão sendo convidadas de maneira individual para reunião com ADETUC e BNDES e não se sabe para qual pauta.

Vamos falar de demarcação territorial?

Em defesa da vida, dos territórios e do Jalapão!

Assinam esta carta

:

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
Associação Quilombolas Carrapato, Mata, Formiga e Ambrósio
Presidente: Jussara Tavares Da Silva
Associação das Comunidades Quilombolas das Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão (ASCOLOMBOLAS RIOS)
Presidente: Joaquim Neto Almeida de Souza

coeqto Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

Associação Comunitária dos artesãos e pequenos produtores de Mateiros
Presidenta: Laudeci Ribeiro de Sousa Monteiro

Associação Comunitária dos Extrativistas Artesãos e pequenos produtores da Comunidade Quilombola do Prata
Presidente: Aulerinda dos Passos Ribeiro
Alternativa para Pequena Agricultura no Estado do Tocantins (Apa-to)
Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA)
Conselho Indigenista Missionário - Regional Goiás/Tocantins (CIMI)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Comissão da Pastoral da Terra (CPT)
Terra de Direitos
Central do Cerrado

coeqto Coordenação Estadual das Comunidades **Quilombolas do Tocantins**